



Josefa Alves dos Santos

**A contribuição das Novas Comunidades na
comunhão e missão da Igreja.
À luz do Magistério recente**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC-RIO como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Teologia.

Orientador: Prof. Abimar Oliveira de Moraes

Rio de Janeiro
Agosto de 2024



Josefa Alves dos Santos

**A contribuição das Novas Comunidades na
comunhão e missão da Igreja.
À luz do Magistério recente**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC-RIO como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Teologia. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Abimar Oliveira de Moraes
Orientador
Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof. Antônio Luis Catelan Ferreira
Departamento de Teologia - PUC-Rio

Prof. Joel Portella Amado
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Prof^a. Karen Freme Duarte Sturzenegger
Uninter

Prof. André Luiz Rodrigues da Silva
Departamento de Teologia – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2024.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Josefa Alves dos Santos

Mestre em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2018); graduou-se em Teologia na FTL (Facoltà di Teologia di Lugano - Suíça) em 2008.

Ficha Catalográfica

Santos, Josefa Alves dos

A contribuição das Novas Comunidades na comunhão e missão da Igreja: à luz do Magistério recente / Josefa Alves dos Santos; orientador: Abimar Oliveira de Moraes. – 2024.

192 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2024.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Novas Comunidades. 3. Igreja. 4. Comunhão. 5. Unidade. 6. Paróquias. I. Moraes, Abimar Oliveira de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

Agradecimentos

Os fundamentos que sustentaram o edifício desta tese foram a confiança, a caridade e a misericórdia, pelos quais agradeço:

A confiança que encontrei na minha família espiritual, a Comunidade Católica Shalom, onde aprendo a amar a Igreja, Corpo de Cristo, em todas as suas expressões, de forma afetiva e efetiva.

A caridade de tantas pessoas: familiares, amigos e irmãos, que me apoiaram e me sustentaram em todas as etapas deste caminho. Dentre tantos, expresso a minha gratidão ao meu orientador, Abimar Oliveira de Moraes, pela competência e presença amiga.

A misericórdia de Deus, por me dar a vida e por preenchê-la de sentido.

Agradeço à CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais esta pesquisa não teria sido realizada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Santos, Josefa Alves dos; Moraes, Abimar Oliveira de. **A contribuição das Novas Comunidades na comunhão e missão da Igreja. À luz do Magistério recente.** Rio de Janeiro, 2024. 192 p. Tese de Doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese examina a gênese e o desenvolvimento das novas comunidades, para melhor compreender a sua missão e contribuição específicas na dinâmica da Igreja universal e das igrejas locais. Esta reflexão contribui para aprofundar a autoconsciência eclesial em vista da realização da eclesiologia de comunhão. Portanto, tratar-se-á de uma revisão bibliográfica das principais mensagens do Magistério recente pronunciadas nos congressos mundiais sobre movimentos e novas comunidades, organizados pelo Dicastério para Leigos, Família e Vida. Para melhor compreender o lugar das novas comunidades dentro da missão evangelizadora da Igreja, a pesquisa será delimitada na realidade pastoral do Brasil, em diálogo com o projeto de conversão da paróquia como comunidade de comunidades, com o objetivo de gerar maior comunhão entre ambas as realidades, no respeito à identidade própria de cada uma. As descobertas e as propostas decorrentes abrem novos caminhos na reflexão sobre os Carismas na Igreja e sobre novos modelos de colaboração entre novas comunidades e comunidades paroquiais.

Palavras-chave

Novas Comunidades; Igreja; comunhão; unidade; paróquias.

Abstract

Santos, Josefa Alves dos; Moraes, Abimar Oliveira de. **The contribution of the new communities to the communion and mission of the Church. In the light of the recent Magisterium of the Church.** Rio de Janeiro, 2024. 192 p. Tese de Doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present thesis examines the genesis and development of new communities, to better understand their mission and specific contribution to the dynamics of the universal and local Church. This reflection contributes to deepening ecclesial self-awareness in view of promoting the ecclesiology of communion. Therefore, this will be a bibliographical review of the main messages of the Magisterium recently pronounced at the world congresses about ecclesiastical movements and the new communities, organized by the Dicastery for Laity, Family and Life. To better understand the place of the new communities within the evangelizing mission of the Church, the research will be limited to the pastoral reality of Brazil, in dialogue with the project of converting the parish as a community of communities, generating greater communion between both realities, respecting their own identity. The resulting discoveries and proposals open new paths in reflection on Charismas in the Church and on new models of collaboration between new communities and parish communities.

Keywords

New Communities; Church; communion; unit; parishes.

Sumário

1. Introdução	11
2. As novas comunidades na eclesiologia de comunhão	17
2.1. Autorrevelação da Igreja no tempo e na história	17
2.1.1. O mistério da Igreja e a sua manifestação na história	17
2.1.2. Vaticano II: Um Concílio para a Igreja e para o mundo	22
2.1.3. A comunhão: princípio e meta da Igreja	26
2.2. O lugar do leigo na Igreja	35
2.2.1. O leigo entre o sacro e o profano	35
2.2.2. Um legado da teologia do laicato	42
2.2.3. A identidade dos fiéis leigos a partir no Vaticano II	48
2.3. As Novas Comunidades à luz da eclesiologia de comunhão	52
2.3.1. <i>Christifideles Laici</i> e os novos movimentos laicais na Igreja	53
2.3.2. Os critérios de eclesialidade	57
2.3.3. Novas Comunidades: identidade e diferenciação	63
2.4. Conclusão do capítulo	73
3. As novas comunidades no ensinamento do magistério recente	75
3.1. São João Paulo II: Uma nova primavera na Igreja	75
3.1.1. Uma nova resposta ao chamado de Deus	80
3.1.2. Novos frutos do Espírito Santo na Igreja	84
3.1.3. A dimensão canônica dos novos carismas eclesiais	87
3.2. Bento XVI: A beleza de ser cristãos e a alegria de comunicá-lo	92
3.2.1. O encontro com Cristo: esplendor da Beleza	96
3.2.2. A comunhão eclesial	98
3.2.3. Novas Comunidades: uma novidade incompreendida	101
3.3. Francisco e a alegria do Evangelho	104
3.3.1. Preservar o frescor do carisma	108
3.3.2. Acolhimento fraterno e acompanhamento espiritual	111
3.3.3. A comunhão fraterna	113
3.4. Síntese teológica das mensagens pontifícias	115
4. A contribuição das novas comunidades na igreja local	119
4.1. O desafio da conversão pastoral da Igreja no Brasil	119
4.1.1. A urgência da conversão na Igreja do Brasil	120
4.1.2. A conversão missionária da paróquia	127
4.1.3. As Novas Comunidades nos documentos da CNBB	132
4.2. Desafios pastorais na cultura pós-moderna	137
4.2.1. O anúncio da fé em um mundo fragmentado	138
4.2.2. Missão eclesial no pós-Pandemia. Um desafio teológico	142
4.2.3. Igreja, sociedade e a desertificação da fé	148

4.3. Novas Comunidades e a conversão pastoral	152
4.3.1. A paróquia como lugar de comunhão	153
4.3.2. A <i>mútua interioridade</i> : fundamento da unidade eclesial	159
4.3.3. Novas comunidades, paróquias e a conversão eclesial	164
4.4. Conclusão do capítulo	175
5. Conclusão geral	177
6. Referência bibliográfica	182

SIGLAS

AAS =	Acta Apostolicae Sedis
ChL =	Christifideles Laici
CN =	Communio Notio
DE 104 =	Documento de Estudo da CNBB 104
Doc.100 =	Documentos da CNBB 100
IE =	Iuvenescit Ecclesia
M1B =	Mensagem de Bento XVI no II Congresso Mundial dos Movimentos e Novas Comunidades
M2B =	Mensagem de Bento XVI no II Seminário de estudo para Bispos sobre os Movimentos e as Novas Comunidades
M1F =	Mensagem de Francisco no III Congresso Mundial dos Movimentos e Novas Comunidades
M2F =	Mensagem de Francisco no Encontro sobre o Decreto sobre o mandato de governo nas Associações Internacionais de fiéis
M1JP =	Mensagem de João Paulo II no I Congresso Mundial dos Movimentos e Novas Comunidades
M2JP =	Mensagem de João Paulo II no I Seminário de estudo para Bispos sobre os Movimentos e as Novas Comunidades
MNC =	Movimentos e Novas Comunidades
NC =	Novas Comunidades
SD3 =	Subsídios Doutriniais 3

Com efeito, o corpo é um e, não obstante, tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, apesar de serem muitos, formam um só corpo. Assim também acontece com Cristo. Pois fomos todos batizados num só Espírito para ser um só corpo, judeus e gregos, escravos e livres, e todos bebemos de um só Espírito.

1Cor 12,12-13

1.

Introdução

Dentre os muitos frutos que o Concílio Vaticano II trouxe para a Igreja, gostaríamos de destacar a compreensão mais profunda do chamado universal à santidade, do sacerdócio comum dos fiéis, e da importância dos carismas para a vida da Igreja e de cada batizado. Também como consequência do Concílio, assistimos o desabrochar de um novo fenômeno agregativo de fiéis, como um despertar da consciência laical para a missão, a partir da sua vocação primeira de batizados. As Novas Comunidades, portanto, devem ser interpretadas dentro desta renovação eclesial que tem por autor o Espírito Santo. Assim, o Magistério recente, de João Paulo II a Francisco, as tem acolhido com entusiasmo e esperança, reconhecendo-as como “resposta providencial” para o hoje da Igreja.

A irrupção de novos carismas, novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades trouxe um renovado impulso missionário e de testemunho de vida cristã para a Igreja, em várias partes do mundo. O surgimento destes novos carismas, também representa um movimento de recepção criativa do Concílio. De fato, o Decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos, enfatiza o direito laical de associar-se, sobretudo tendo como fim o bem da Igreja, a santidade, a evangelização e a ordem temporal, além do exercício da caridade e da misericórdia¹.

Por tratar-se de um fenômeno recente, embora desde a sua gênese tenha encontrado acolhida e acompanhamento por parte da Igreja, identificá-las é, ainda hoje, uma tarefa desafiante, motivo pelo qual a nomenclatura “Novos Movimentos”, ou simplesmente “Movimentos”, englobava todas as novas realidades eclesiais. Dentre esses, porém, uma categoria com características comuns passou a ser chamada “Novas Comunidades”: possuem identidade carismática pentecostal, organizam-se em casas comunitárias e testemunham um grande impulso missionário como resposta ao chamado de Deus e seguimento de Cristo, na radicalidade dos conselhos evangélicos. São formadas prevalentemente por fiéis leigos, de várias categorias - homens e mulheres, jovens e adultos, solteiros e pessoas casadas, também por celibatários e ministros ordenados. Essa

¹ CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Apostolicam Actuositatem*. In: Compêndio do Vaticano II. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 2000, n. 18-19. Será citado: AA.

característica plurivocacional suscitou uma renovada reflexão teológico-eclesial sobre a identidade e a missão dos fiéis leigos na Igreja. Por isso o Dicastério para Leigos, Família e Vida se empenha em acompanhá-las no processo de autocompreensão, de autoidentificação e na sua organização pastoral e jurídica.

Com o florescer dos movimentos e novas Comunidades, mudou a autocompreensão dos fiéis leigos quanto ao seu lugar e à sua missão na Igreja. Há um novo protagonismo na vivência do próprio Batismo e da vida sacramental, também uma maior responsabilidade pessoal e comunitária com o bem da Igreja e com a obra de evangelização; uma busca maior de formação que favoreça a vivência da fé; há um maior comprometimento social interessado no bem integral da pessoa humana. Consequentemente, espera-se que cada realidade associativa exista em harmonia e comunhão com aquilo que a Igreja é: o seu carisma, a sua finalidade, os meios usados no seu apostolado, tudo deve existir em comunhão com a Igreja universal e particular. Sem esta comunhão absoluta, a comunidade perderia o seu caráter eclesial.

A pesquisa mostra-se pertinente e relevante a partir do momento em que analisa a identidade eclesial das Novas Comunidades, e busca, ao mesmo tempo, a sua aplicabilidade na Igreja universal e particular. Por isso, parte da reflexão sobre a sua gênese e o seu desenvolvimento, para melhor compreender a sua missão e a sua contribuição específica na dinâmica eclesial. Será, contudo, delimitada na realidade pastoral do Brasil, cujo projeto de conversão da paróquia como Comunidade de comunidades suscita uma maior integração por parte das NC.

Seguiremos a metodologia de revisão bibliográfica integrativa para analisar o estado da questão no Magistério recente, e assim poder confrontar e aplicar o resultado desta pesquisa no cenário pastoral brasileiro. O objeto material, portanto, serão as mensagens dos Papas São João Paulo II, Bento XVI e Francisco, pronunciadas nos Congressos Mundiais para Movimentos e Novas Comunidades e nos Seminários Internacionais para Bispos, organizados pelo antigo Pontifício Conselho para os Leigos, atual Dicastério para Leigos, Família e Vida. Embora não tenha sido somente nestas ocasiões que os Pontífices se dirigiram às Novas Comunidades, estes encontros promoveram uma importante reflexão teológica acerca da identidade e missão dessas novas famílias eclesiais. Consideramos que estas mensagens condensam o pensamento do Magistério recente acerca das Novas Comunidades, e delas podemos aurir os elementos

necessários para propor novas vias de comunhão pastoral. Os dados desta pesquisa não estarão restritos ao capítulo 3, mas servirão de fundamentação para o diálogo com documentos da Conferência Episcopal Brasileira. Por isso, também revisaremos três documentos da CNBB nos parágrafos específicos que fazem referência às Novas Comunidades: os parágrafos 231-236 do Documento 100, os parágrafos 166-167 do Documento de Estudo 104; e o Subsídio Doutrinal 3. O esforço para realizar este diálogo visa contribuir com caminhos novos de comunhão e de missão para uma Igreja verdadeiramente “em saída”.

Analisando as mensagens dos Pontífices e a sua visão sobre as Novas Comunidades, vemos que o Papa João Paulo II as considerava como um dos frutos mais significativos daquela “primavera da Igreja” preanunciada pelo Vaticano II; para Bento XVI elas situam-se na grande tradição da Igreja, nas suas dimensões teológica e pneumatológica; com o pontificado de Francisco, as Novas Comunidades são convidadas a aprofundar as suas raízes na vinha do Senhor, que é a Igreja, colocando a serviço da missão toda a potência evangelizadora que as caracteriza. Ou seja, após um período inicial, no qual era importante afirmar o seu valor e confirmar a sua identidade eclesial, é chegado o tempo de consolidar o empenho da própria liberdade e corresponsabilidade na tarefa missionária da Igreja. Com o pontificado de Francisco abre-se, para as NC, um novo período de maturidade eclesial; um período importante no qual essas são convidadas “a não perder o contato, mas se integrar com prazer na pastoral orgânica da Igreja particular”². Nesta perspectiva, ressalta que as condições da sua pertença eclesial devem se identificar, também, com as condições de autorrealização histórica da Igreja, no seu chamado à santidade e à missão.

Tal convite exige uma séria reflexão sobre a bidimensionalidade da Igreja, que é hierárquica e carismática, de modo a iluminar e aprofundar a autoconsciência eclesial em vista da autorrealização na eclesiologia de comunhão. Não podemos pensar a Igreja apenas como hierarquia, sem o dinamismo do Espírito Santo, pois ele é o princípio vital da Igreja. Trata-se, portanto, de compreender a Igreja em si mesma, na sua constituição, na sua origem. Carisma e instituição não são opostos, nem vias paralelas, mas duas características da mesma realidade, por isso não se deve contrapô-las, mas integrá-las. Em outras palavras:

² FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013, n. 29. Será citado: EG.

carisma e instituição são constitutivos da Igreja, porque “a comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão ‘orgânica’, análoga a um corpo vivo e operante”³.

Por tratar-se de uma novidade, assim como em outras épocas na história da Igreja, há desafios a serem superados para uma melhor e mais adequada inserção das NC na dinâmica das igrejas locais, não como realidades paralelas ou concorrentes, mas como parte do mesmo e único Corpo de Cristo, que participa da mesma missão eclesial de anunciar o Evangelho e implantar o Reino de Deus no mundo. Neste aspecto, os critérios de eclesialidade, estabelecidos pela Exortação Apostólica pós Sinodal *Christifideles Laici* e atualizados na Carta *Iuvenescit Ecclesia* tornam-se um parâmetro seguro para o discernimento quanto à autenticidade de cada novo Carisma. Tais critérios auxiliam a autoridade eclesiástica, responsável em acompanhar e discernir os carismas nascentes, mas se tornam também um auxílio seguro para que os próprios carismas examinem sua natureza, sua razão de ser e suas motivações.

O atual Código de Direito Canônico não contempla as novas agregações de fiéis, mas no processo de reconhecimento estatutário elas se enquadram nos cânones 298-329 como associação pública ou privada de fiéis. A reflexão teológica e canônica acerca do seu enquadramento jurídico está evoluindo, e o Decreto que regula o mandato de governo nas associações de fiéis marca uma nova etapa neste processo, porque confirma o seu lugar na Igreja comunhão. Os critérios de eclesialidade já eram uma etapa neste processo de acompanhamento que conduz à maturidade eclesial e à normatização, sem perder a novidade do Espírito, e continuam sendo um sinal da atenção e do cuidado que a Igreja tem para com estes carismas nascentes.

Duas hipóteses norteiam a nossa pesquisa: 1) Quais são as contribuições específicas que as Novas Comunidades podem dar à Igreja na sua missão evangelizadora, segundo a visão do Magistério recente, de João Paulo II a Francisco? 2) É possível realizar a integração das Novas Comunidades na dinâmica da renovação pastoral da Igreja no Brasil, preservando a identidade própria de cada realidade? A resposta a estas perguntas abre novos caminhos na

³ JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Christifideles Laici*. São Paulo: Paulinas, 1988, n.20. Será citado: ChL.

reflexão e na implantação de modelos de colaboração entre Novas Comunidades e as diversas estruturas das igrejas locais.

Para realizar esta tarefa a tese estará articulada em quatro capítulos que conseguem dialogar de forma harmoniosa. A distribuição dos temas foi organizada num percurso lógico, começando com uma visão mais ampla do sentido de comunhão eclesial, que perpassa todo o documento, para aplicá-lo no particular, ou seja, na experiência da Igreja no Brasil.

Assim, após a introdução aprofundaremos o tema da comunhão eclesial, cujo ponto de partida será a eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II, no qual poderemos refletir sobre a bidimensionalidade da Igreja, institucional e carismática. Neste percurso daremos ênfase à Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e ao Decreto *Apostolicam Actuositatem*, documentos conciliares que favorecem e impulsionam o surgimento de novas formas eclesiais protagonizadas especialmente pelos leigos. Por esta razão, será necessário apresentar o desenvolvimento da teologia do laicato, da sua compreensão pré-conciliar até o florescimento das associações de fiéis leigos. Ainda neste capítulo estudaremos o fenômeno agregativo dos Movimentos eclesiais e Novas Comunidades, com particular atenção para este último, que será estudado à luz da eclesiologia de comunhão. Para compreender a reflexão que a própria Igreja faz dessas novas famílias eclesiais, estudaremos os critérios de eclesialidade estabelecidos na Exortação Apostólica *Christifidelis Laici* e atualizados na Carta *Iuvenescit Ecclesiae*. Tais critérios são parâmetros seguros de autenticidade dos novos carismas.

No terceiro capítulo apresentaremos as mensagens dirigidas pelos Papas João Paulo II, Bento XVI e Francisco às Novas Comunidades por ocasião dos Seminários para Bispos e dos Congressos Mundiais dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades, realizados pelo Pontifício Conselho para os Leigos, atual Dicastério para Leigos, Família e Vida. Nosso objetivo neste capítulo é fazer uma síntese teológica das mensagens pontifícias, destacando as propostas de cada um e os elementos de unidade e continuidade entre os três Papas.

A partir das mensagens magisteriais dirigidas às Novas Comunidades, desenvolveu-se um intenso movimento de estudos e aprofundamento teológico que, além de buscar compreender e explicar esse novo fenômeno agregativo, fundamenta teológica e eclesiologicamente a sua razão de ser, ajudando as novas

famílias eclesiais na sua autocompreensão e no cumprimento da sua missão. Também ajudam as autoridades eclesiásticas e demais estruturas da Igreja na compreensão e acolhimento desta “novidade”, qual ação contínua do Espírito Santo que renova e guia a Igreja em todos os tempos. Dialogaremos com estes autores para colhermos os frutos maduros desta “primavera para Igreja”

O quarto capítulo buscará responder a segunda hipótese: “É possível realizar a integração das Novas Comunidades na dinâmica da renovação pastoral da Igreja no Brasil, preservando a identidade própria de cada realidade?” Assim, a tese trará a reflexão do universal para o particular. Será necessário, contudo, conhecer as raízes do projeto sobre a urgência da conversão pastoral e a sua relação com a eclesiologia de comunhão do Vaticano II, e conhecer os desafios pastorais e socioculturais que ameaçam a sua plena realização.

Após analisar os documentos da CNBB sobre a revitalização paroquial como “células vivas”, uma “rede de comunidades” a partir da conversão missionária, examinaremos a sua visão sobre as Novas Comunidades, além dos desafios apresentados e a proposta de integração missionária na dinâmica da pastoral de conjunto. A base segura sobre a qual construiremos este diálogo, além da síntese teológica das mensagens dos Papas, será o dom da *mútua interioridade*, cuja compreensão é necessária para a realização da comunhão eclesial.

Esta tese, portanto, mostra-se atual e relevante, uma vez que o seu tema diz respeito à vida da Igreja. Como membro de uma Nova Comunidade e, portanto, filha da Igreja, desejo por meio desta pequena contribuição apontar caminhos de unidade e comunhão que possam transbordar como dom para a Igreja, e da Igreja para o mundo.

2.

As Novas Comunidades na eclesiologia de comunhão

Para uma correta compreensão do que são as Novas Comunidades e qual é o seu lugar na eclesiologia de comunhão do Vaticano II, o presente capítulo servirá como uma grande moldura que, partindo da reflexão sobre o mistério da Igreja, sua revelação e desenvolvimento no tempo e na história, alcançará as mudanças na percepção do laicato nos períodos pré e pós conciliar, até o correto enquadramento deste novo fenômeno agregativo de fiéis leigos no e para o Corpo de Cristo, que é a Igreja.

2.1.

Autorrevelação da Igreja no tempo e na história

A presente seção percorrerá algumas das principais etapas da história da Igreja sob a ótica da *communio*, fora da qual não é possível compreender a Igreja como “instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”⁴. Outra etapa importante para o desenvolvimento do nosso tema central é a reflexão sobre o lugar do leigo na comunhão eclesial, desde as contribuições e provocações da teologia do laicato até o florescer dos Novos Movimentos eclesiais e das Novas Comunidades. Serão introduzidos os conceitos centrais e os critérios de eclesialidade para o discernimento e reconhecimento dos carismas originais, e serão reservadas para as seções correspondentes as questões diretamente relacionadas aos desafios pastorais e às propostas para uma melhor integração das Novas Comunidades nas dinâmicas pastorais das Igrejas Locais.

2.1.1.

O mistério da Igreja e a sua manifestação na história

O que é a Igreja? Para responder a essa pergunta podemos partir dos conceitos, ou podemos partir da sua manifestação no tempo e na história;

⁴ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In: Compêndio do Vaticano II. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 2000, n. 1. Será citado: LG.

escolhemos iniciar com as imagens da Igreja presentes nas diversas fases da história, porque estas revelam o mistério da Igreja *ad intra et ad extra*, e nos permitem compreender o que permanece para além do tempo e da história.

Na época primitiva e patrística, as imagens predominantes da Igreja eram as imagens bíblicas, especialmente a imagem paulina do Corpo cuja cabeça é Cristo, na qual se representa “a imanência da Igreja em Cristo e a imanência de Cristo na Igreja”⁵. As denominações predominantes neste período partem de uma autoconsciência que vai sendo iluminada à proporção em que se experimenta a presença e a ação de Cristo na comunidade.

Outro conceito importante e que perpassa a história é “templo de Deus”. Embora esse termo também faça certa alusão ao edifício arquitetônico e, portanto, à estrutura física, aqui se refere sobretudo ao aspecto essencial, pois Deus habita nesse templo por meio do seu Espírito, que é o princípio vital de seus serviços e dos seus membros. Assim, sendo a Igreja moradia de Deus, ela mesmo será santa, como cada fiel que, sendo templo do Espírito Santo⁶, já não pertence a si mesmo, mas ao Deus santo. Essa Igreja, casa e templo de Deus, é também compreendida como esposa de Cristo⁷, imagem que, por sua vez, também expressa a fragilidade dos seus membros e o senhorio de Cristo sobre ela, de modo que foi muitas vezes descrita, na eclesiologia dos Padres, como “casta meretrix”⁸. O ser “esposa” remete também à imagem da Igreja como Mãe, que “descreve o sentido, a função e a ação da Igreja”⁹; essa imagem parte da interpretação tipológica de Eva e Maria para ilustrar a função da Igreja como geradora de vida:

É da Igreja que recebemos a nossa fé e é assim que a conservamos. O Espírito Santo a introduziu num recipiente muito precioso. Esse dom divino foi confiado à Igreja, para que a criatura seja como que reanimada e recebam a vida todos os

⁵ FEINER, J.; LOEHRER, M. *Mysterium Salutis. Compêndio de Dogmática Histórico-Salvífica. A Igreja: Igreja, povo de Deus e sacramento radical*. Vol. IV/2. Petrópolis: Vozes, 1975, p.9.

⁶ 1Cor 6,19.

⁷ “A imagem da Igreja como Esposa de Cristo apresenta de maneira acentuadamente ilustrativa um vigor não indicativo, mas também parenético, enunciando a missão e o dever da Igreja, de ser a comunidade dos que creem, esperam, obedecem, servem, procuram e amam e, precisamente assim, realizar sempre de novo a Igreja. Indica ainda a dimensão da Igreja unida, em comunidade múltipla, com o Senhor e, por outro lado, clamando com a Esposa: “Vem” (Ap 22,17), espera sua vinda, entendendo-se com isso, a exemplo da imagem do Povo de Deus como a comunidade dos que estão a caminho de sua destinação”. FEINER, J.; LOEHRER, M. *Igreja, povo de Deus e sacramento radical*, p.10.

⁸ Essa interpretação alegórica partia da figura de Raab, a meretrix, e era aplicada à Igreja como referência à necessidade de permanente conversão.

⁹ FEINER, J.; LOEHRER, M. *Igreja, povo de Deus e sacramento radical*, p.11.

membros que dela fazem parte. Onde estiver a Igreja, está também o Espírito de Deus, e onde estiver o Espírito de Deus, está também a Igreja e toda graça.¹⁰

Outras imagens igualmente ilustrativas e reveladoras do mistério da Igreja são, ainda, *Mysterium lunae* e Arca de Noé. A primeira expressa a verdade fundamental de que Cristo é a luz do mundo, ele é o sol e a Igreja, como a lua, reflete a luz que recebe do sol. Essa metáfora expressa ainda que a Igreja visível no mundo é, ao mesmo tempo, a Igreja de Cristo e a Igreja formada por homens santos e pecadores; assim, com os seus santos ela pode ser a lua cheia, com os pecadores será como a lua minguante, mas sempre iluminará, “como uma lâmpada que brilha na escuridão, até que amanheça o dia, e o astro matutino amanheça em vossas mentes”¹¹. A metáfora do navio ou da Arca de Noé indica a segurança para os que nela se abrigam, diante das tempestades do mundo. A barca é a nau de Pedro que, sob o timoneiro Cristo, é também o piloto do navio. Assim, essa imagem da barca também diz que a Igreja é a arca da salvação e a administradora das graças divinas; daqui também a tese de que não é possível que o homem se salve fora da Igreja: *extra Ecclesiam nulla salus*¹².

Com a saída da ilegitimidade política e das perseguições na era Constantina, a Igreja se expande até transformar-se num Império cristão, de forma que o mundo se confundia com a Igreja e seus limites se tornavam idênticos. Essa imagem da Igreja identificada com o Império também se concretizou no aspecto hierárquico e na organização sagrada, fundindo, assim, a imagem da hierarquia com o poder temporal. A própria arquitetura das igrejas medievais tornava visível, através das grades no presbitério que separava o clero (a hierarquia) do povo (os leigos).

A imagem da Igreja, para si e para o mundo, sofreu diversas variações e adaptações ao longo do tempo. Então, o que prevalece desde o seu princípio? Passados vinte e um séculos de história, ainda somos capazes de reconhecê-la como a mesma e única Igreja de Cristo? A verdade é que nem sempre a Igreja “visível” conseguiu expressar com facilidade o seu mistério e a sua essência, sobretudo quando estava envolvida nos meandros das lutas políticas; contudo, mesmo nos anos mais conturbados da história eclesiástica houve sempre quem

¹⁰ IRINEU DE LIÃO. *Contra as Heresias*. Vol. 4. São Paulo: Paulus, 1995, III, 24,1.

¹¹ IPd 1,19.

¹² CIPRIANO DE CARTAGO. *A Unidade da Igreja Católica*. In: *Obras Completas I*. vol. 35/1. São Paulo: Paulus, 2016, p.77.

despertasse as consciências sobre a essência da Igreja, e esses são os santos, que, movidos pelo Espírito Santo, receberam a missão de manter acesas as lamparinas que iluminariam o caminho para os fiéis e para o mundo. Assim, São Francisco de Assis e Santo Domingos de Gusmão resplandeceram a luz de Cristo em meio às sombras e contradições do séc. XIII; assim foi Santa Catarina de Sena no conturbado séc. XIV; assim foram tantos santos e santas, homens e mulheres, conhecidos e anônimos, que aos longos dos séculos continuaram a iluminar o mundo e a sustentar a Igreja com o testemunho de uma vida santa e comprometida com o Evangelho. Homens e mulheres que, sem romper com a Instituição, despertaram suas gerações para “reconstruírem a Igreja”, permanecendo fiéis ao mandato de Cristo.

Falar das imagens da Igreja é falar do rosto da Igreja em cada tempo, um rosto que se enrubesceu em períodos mais duros e conturbados, mas um rosto sempre redescoberto belo e jovem. A esse respeito, vale a pena recordar as palavras de Francisco na Exortação Apostólica *Christus vivit*, sobre a juventude da Igreja. O Pontífice pontuou o sentido de juventude, que ultrapassa a idade cronológica e se torna “um estado do coração”, por isso a Igreja, mesmo sendo uma instituição antiga cronologicamente, pode “renovar-se e voltar a ser jovem em cada uma das várias fases da sua longa história”. A juventude perpétua da Igreja, segundo Francisco, esconde-se na fidelidade à sua origem: “quando é ela mesma, quando recebe a força sempre nova da Palavra de Deus, da Eucaristia, da presença de Cristo e da força do seu Espírito em cada dia. É jovem quando consegue voltar continuamente à sua fonte”.¹³ É dessa forma que nela Cristo está sempre presente, vivo, e se torna companheiro de caminho de todos os que dela se aproximam, para além do tempo e do espaço.

Percorrendo a *Lumen Gentium*, encontramos diversas imagens para expressar a natureza íntima da Igreja e a sua relação com Cristo:

A Igreja é o *redil* do qual Cristo é a única porta (Jo 10,1-10). É também a *grei* da qual o próprio Deus renunciou ser o pastor (Is 40,11; Ez 34,11ss). Suas ovelhas, embora governadas por pastores humanos, são, contudo, incessantemente conduzidas e nutridas pelo próprio Cristo, o bom Pastor e Príncipe dos pastores (Jo 10,11; 1Pd 5,4), que deu a vida pelas ovelhas (Jo 10,11-15).

¹³ FRANCISCO. Exortação Apostólica *Christus Vivit*. São Paulo: Paulinas, 2019, n. 34-35. Será citado: ChV.

A Igreja é a *lavoura* ou o campo de Deus (1Cor 3,9). Nesse campo cresce a oliveira antiga, cuja raiz santa foram os Patriarcas e na qual foi feita e se fará a reconciliação dos Judeus e dos Gentios (Rm 11,13-26). Ela foi plantada pelo celeste Agricultor como vinha eleita (Mt 21,22-23 par.; Is 5,1ss). Cristo é a verdadeira vide, que dá vida e fecundidade aos ramos, quer dizer, a nós que pela Igreja permanecemos n'Ele e sem o Qual nada podemos fazer (Jo 15,1-5).

Com frequência a Igreja é chamada também *construção* de Deus (1Cor 3,9). A si mesmo o Senhor se comparou a uma pedra que os construtores rejeitaram, mas que se tornou a pedra angular (Mt 21,42 par.; At 4,11; 1Pd 2,7; Sl 117,22). Sobre esse fundamento a Igreja é construída pelos Apóstolos (1Cor 3,11). Dele recebe firmeza e coesão essa construção recebe vários nomes: casa de Deus, na qual habita a sua *família*, morada de Deus no Espírito (Ef 2,19-22), tenda de Deus entre os homens (Ap 21,3) e principalmente *templo* santo, que, representado em santuários de pedra, é louvado pelos Santos Padres e, não sem razão, comparado na Liturgia com a Cidade santa, a nova Jerusalém. Pois nela quais pedras vivas somos edificados nesta terra (1Pd 2,5). E João contempla esta cidade que, na renovação do mundo, desce do céu, de junto de Deus, adornada como uma esposa ataviada para o seu esposo (Ap 21,1ss).

A Igreja é chamada também “Jerusalém celeste” e “nossa mãe” (Gl 4,26; Ap 12,17). É ainda descrita como a *esposa* imaculada do Cordeiro imaculado (Ap 19,7; 21,2.9; 22,17). Cristo “amou-a e por ela se entregou, para santificá-la (Ef 5,26); associou-a a Si por uma aliança indissolúvel e incessantemente “a nutre e dela cuida” (Ef 5,29); tendo-a purificado, a quis unida e sujeita a Si no amor e na fidelidade (Ef 5,24); enfim cumulou-a para sempre de bens celestes para que compreendamos a caridade de Deus e de Cristo para conosco, que ultrapassa todo o conhecimento (Ef 3,19).¹⁴

A diversidade de imagens é útil para explicitar que a Igreja existe em função de Cristo; de igual modo, uma imagem não exclui a outra e, ao mesmo tempo, nenhuma delas diz tudo sobre a Igreja, mas cada uma revela um aspecto do seu mistério e da sua missão. Outra imagem amplamente desenvolvida é a do “Corpo de Cristo”¹⁵, porém o Concílio preferiu elaborar a sua doutrina eclesiológica sobre a imagem de “Povo de Deus”; embora a doutrina do Corpo Místico permaneça presente em toda a doutrina conciliar, a preferência pela doutrina do Povo de Deus indica “a intenção de evitar uma representação exclusivamente hierárquica da Igreja”¹⁶. Tratando desse tema, Ratzinger explica que se pode definir a Igreja

¹⁴ LG, n.6.

¹⁵ A imagem da Igreja Corpo de Cristo foi bastante desenvolvida no período pré-conciliar na doutrina do Corpo Místico que, embora tenha sido objeto da encíclica de Pio XII, “não era tão recente, porque já havia inspirado a elaboração de um projeto eclesiológico no Concílio Vaticano I. Mas nos vinte anos precedentes do Concílio [Vaticano II], a definição da Igreja como povo de Deus já tinha sido proposta por vários exegetas e teólogos. A ideia é fortemente enraizada nos escritos do Antigo Testamento; ela faz compreender como a Igreja cumpre a seu modo o itinerário do povo com o qual Deus tinha feito aliança. Por si só, não comporta uma referência a Cristo. O Concílio afirma que “este povo messiânico tem por cabeça Cristo” (LG 9); a perspectiva cristológica deve ser explicitada”. GALOT, J. *Il Cristo Rivelatore, Fondatore della Chiesa e principio di vita*. In: LATOURELLE, R. Vaticano II: Bilancio e prospettive, venticinque anni dopo (1962-1987). Assisi: Cittadella, 1987, p.350.

¹⁶ GALOT, J. *Il Cristo Rivelatore*, p.351.

como povo de Deus, exatamente em virtude do corpo de Cristo¹⁷, esse corpo doado, ofertado, ressuscitado, glorificado. Nele se explicam e para ele confluem todas as imagens com a quais a Igreja é definida e comparada; dessa forma, evidencia-se o seu caráter universal, pois todos encontram nela o seu lugar.

2.1.2.

Vaticano II: Um Concílio para a Igreja e para o mundo

Os diversos documentos do Vaticano II, lidos numa visão de conjunto, apresentam uma profunda unidade, especialmente as quatro Constituições. Enquanto a *Lumen Gentium* desenvolve a natureza e a missão da Igreja na sua origem trinitária e na sua irradiação histórica, a *Gaudium et Spes* alarga as finalidades da missão eclesial em relação à humanidade, a *Dei Verbum* dá volume à natureza da revelação e, portanto, à evangelização, a *Sacrosanctum Concilium*, por sua vez, abre caminhos e indica condições para a inculturação.

Os primeiros quatro capítulos da *Lumen Gentium* evidenciam a origem trinitária da Igreja, que está fundada em sentido vertical sobre a automanifestação do Deus trinitário, mas no quinto capítulo apresenta o sentido histórico-horizontal sobre o qual está igualmente fundada,¹⁸ e nesse sentido fundamenta-se no agir do Filho de Deus feito homem. Dessa forma, podemos afirmar que a Constituição Conciliar sobre a Igreja apresenta uma perspectiva global trinitária e histórico-salvífica da autocomunicação divina, pela qual podemos compreender que a Igreja é mistério. Isso se torna mais evidente se as afirmações fundamentais são lidas em unidade: que a Igreja é Povo de Deus Pai, é Corpo de Cristo e é Templo do Espírito Santo. A visão de conjunto, portanto, revela a sua origem e a intrínseca unidade entre os seus elementos visíveis e invisíveis, de forma que o conceito “mistério” é o mais adequado para designar a Igreja, por ser uma realidade divina, transcendente e salvífica, mas que se revela e se manifesta.

O Kýrios elevado a Cabeça da sua Igreja se apresenta ao mundo através da vida comunitária na Igreja, as instituições da Igreja, e as ações sacramentais por Ele estabelecidas. Consequentemente, a Igreja como Corpo de Cristo é sempre uma

¹⁷ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1974, p.96.

¹⁸ Cf. MÜLLER, G. L. *La comprensione trinitaria della Chiesa*. In: RODRÍGUEZ, P. *L'eclesiologia 30 anni dopo la "Lumen Gentium"*. Roma: Armando, 1995, p.29.

realidade visível. Por esta razão, Cristo, enquanto portador invisível do Reino de Deus, torna-se visível e acessível na comunidade dos discípulos, no seu Corpo, na Igreja. O Senhor glorificado é origem e fonte de toda a eficácia e da missão do Povo visível de Deus sobre a terra. Porém, somente por meio da figura visível da Igreja – através da sua pregação, o seu testemunho, a sua comunidade, a sua confissão – se pode experimentar a fé em Cristo no mundo, segundo as condições do conhecimento sensitivo-intelectual do homem. Esta unidade interior e exterior da Igreja, e a relação de Cabeça e Corpo, Cristo e Igreja, se concretiza graças ao Espírito Santo que nos foi dado.¹⁹

Graças a essa eclesiologia tornou-se mais evidente a relação entre a Igreja visível e a Igreja invisível. A esse respeito, Müller observa que a congregação visível dos fiéis sobre a terra, “dotada por Cristo do ministério apostólico, constitui uma unidade viva com o Corpo místico de Cristo”, e que esta complexa unidade é formada por elementos divinos e humanos. Assim, a figura corporativa visível da Igreja tem como característica comum a fé. Ou seja, “a unidade espiritual na vida sacramental, na direção eclesial das igrejas locais e da Igreja universal, é representada pelos Bispos e pelo Papa”, de forma que esta “formação social” que é visível e que testemunha a unidade da Igreja, também é um sinal que “remete ao Jesus histórico e media a *communio* de amor invisível com o Deus trinitário”.²⁰ Foi o próprio Jesus que quis vincular a sua presença salvífica a esta sociedade visível que é a Igreja católica²¹. O Povo de Deus, portanto, participa do ministério salvífico profético, real e sacerdotal de Cristo e, por meio deste Povo, que é a Igreja, o Senhor exercita seu ministério de Mediador, sendo Ele o Mestre, Rei e Sacerdote.

Esta nova visão de Igreja trazida *pela Lumen Gentium* quebra as barreiras nas relações intereclesiais. Assim, ao afirmar que todo fiel batizado é membro do Corpo de Cristo e que, pela graça própria do Sacramento, é chamado a participar da missão da Igreja e a atualizar o ministério real, sacerdotal e profético de Cristo, não está em contraposição à afirmação de que Cristo quis instituir um ministério sacerdotal específico, para guiar e servir. Daqui resulta a certeza de que o apostolado dos leigos tem sua fonte no Espírito de Amor; nasce da graça sacramental e da vontade de Cristo, não da vontade específica destes ou por uma concessão da hierarquia.

¹⁹ MÜLLER, G. L. La comprensione trinitaria della Chiesa, p.30.

²⁰ MÜLLER, G. L. La comprensione trinitaria della Chiesa, p.31.

²¹ Mt 28,20b.

Um aspecto que não pode ser ignorado é a unidade dos textos do Concílio. Por exemplo, o Decreto *Ad Gentes* explicita a primeira parte da *Lumen Gentium*, declarando que a missão da Igreja não é acidental, nem é acrescentada ao seu ser, mas que é constitutiva do seu ser, visto que ela é por natureza missionária, “pois se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai”. O parágrafo 2 do Decreto dialoga com aquilo que está explícito em LG 3 e 4, e se concentra no desígnio amoroso do Pai, que se torna visível como um reflexo do seu amor intratrinitário, ou seja, “provém do ‘amor fontal’ ou da caridade de Deus Pai, que é Princípio sem Princípio e do qual é gerado o Filho e pelo Filho procede o Espírito Santo”.²²

Na comemoração de 20 anos da publicação do Decreto *Ad Gentes*, o Pontífice João Paulo II publicou a encíclica *Redemptoris Missio* (RMi) na qual avalia a recepção, tanto teórica quanto prática, do decreto conciliar e ratifica o seu ensinamento. O documento sublinha que a finalidade do Concílio foi a renovação da vida e da atividade da Igreja segundo as necessidades do mundo contemporâneo.²³ Acerca dos frutos e desafios na interpretação e aplicação do Concílio, escreve o Papa:

Já são muitos os frutos missionários do Concílio: multiplicaram-se as Igrejas locais, dotadas do seu bispo, clero e agentes apostólicos próprios; verifica-se uma inserção mais profunda das Comunidades cristãs na vida dos povos; a comunhão entre as Igrejas contribui para um vivo intercâmbio de bens e dons espirituais; o empenhamento dos leigos no serviço da evangelização está mudando a vida eclesial; as Igrejas particulares abrem-se ao encontro, ao diálogo e à colaboração com os membros de outras Igrejas cristãs e outras religiões. Sobretudo está se afirmando uma nova consciência, isto é, a de que a missão compete a todos os cristãos, a todas as dioceses e paróquias, instituições e associações eclesiais. No entanto, nesta “nova primavera” do cristianismo não podemos ocultar uma tendência negativa, que, aliás, este Documento quer ajudar a superar: a missão específica *ad gentes* parece estar numa fase de afrouxamento, contra todas as indicações do Concílio e do Magistério posterior. Dificuldades internas e externas enfraqueceram o dinamismo missionário da Igreja ao serviço dos não-cristãos: isto é um fato que deve preocupar todos os que creem em Cristo. Na História da Igreja, com efeito, o impulso missionário sempre foi um sinal de vitalidade, tal como a sua diminuição constitui um sinal de crise de fé.²⁴

²² CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Ad Gentes*. In: Compêndio do Vaticano II. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 2000, n.2. Será citado: AG.

²³ JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Redemptoris Missio*. São Paulo: Paulinas, 1990, n. 1. Será citada: RMi.

²⁴ RMi, 2.

A *Redemptoris Missio* fala das dificuldades internas, que são “as mais dolorosas”, dentre as quais destaca “a falta de fervor”, “as divisões entre os cristãos”, “o relativismo religioso” mesmo entre os cristãos, posições teológicas errôneas, que insistem em “separar o Logos e o Cristo histórico”.²⁵ São numerosos os desafios, contudo os frutos são maiores. E toda a Igreja é convidada a empenhar-se na nobre, bela e desafiante missão evangelizadora.

Assim, seguindo o apelo do Concílio, a Exortação Apostólica *Christifideles Laici* explicitará qual é a contribuição específica dos leigos na vida e missão da Igreja. Neste documento, observamos que:

O capítulo III é dedicado à contribuição que os leigos dão à missão da Igreja na comunhão, que é, por si mesma, missionária. A sua contribuição se insere no papel evangelizador no qual se concentra e se desdobra toda a missão da Igreja, tanto em zonas descristianizadas que necessitam de uma nova evangelização, que em zonas de missão, a contribuição específica dos leigos é servir às pessoas e à sociedade ‘em razão da sua índole secular’ que lhes empenha, com modalidades próprias e insubstituíveis na animação cristã da ordem temporal. São também indicados os âmbitos de ação sublinhando, de forma particular, a política e a cultura. Isso não exclui a sua participação à vida interna da Igreja, mas lhe impulsiona de forma específica e prioritária à transformação do mundo.²⁶

De igual modo a reflexão sobre a sacra liturgia dirige a mente para o todo da Igreja, isso porque o movimento litúrgico também tinha um interesse eclesiológico, motivo pelo qual “crescia facilmente onde os cristãos se empenhavam em progredir nos estudos sobre o mistério da Igreja”²⁷. Significa, portanto, que existe uma relação intrínseca entre a liturgia e a natureza da Igreja, de forma que devemos levantar algumas perguntas: Qual é o tipo de eclesiologia que as nossas celebrações expressam? Qual imagem de Igreja transparece nas nossas celebrações? E, no tocante às Novas Comunidades, como estas têm colaborado com uma vivência verdadeiramente eclesial nas suas celebrações? São perguntas provocadoras, e que serão consideradas no espaço mais adequado no capítulo 4.

Sem negar o papel da hierarquia e os poderes recebidos de Cristo, o Concílio recorda que a Igreja é, antes de tudo, o povo convocado por Deus em

²⁵ RMI, 6, 36, 46.

²⁶ ZAGO, M. *Uma nuova primavera missionaria*. In: FISICHELLA, R. (Ed.). *Il Concilio Vaticano II: recezione e attualità alla luce del giubileo*. Roma: Edizioni Paoline, 2000, p.287.

²⁷ ROCHA, P. R. *La Principale manifestazione della Chiesa*. In: LATOURELLE, R. *Vaticano II: Bilancio e prospettive, venticinque anni dopo (1962-1987)*. Assisi: Cittadella, 1988, p.605-606.

vista da sua salvação; este povo é santo, reunido e organizado sob a autoridade dos bispos; é uma comunidade sacerdotal; é um corpo, certamente diferenciado, mas cujos membros são organicamente unidos no Espírito Santo pela mesma fé, os mesmos sacramentos, o mesmo governo; é o sacramento universal de salvação, voltado para a humanidade inteira. Eis o que as celebrações devem manifestar, para que os fiéis de todos os níveis se sintam parte e tenham suas vidas transformadas pela força que emana da oferta de Cristo ao Pai, em favor da humanidade inteira.

O Vaticano II teve, acima de tudo, uma dimensão pastoral e evidenciou, a partir do cerne e da plenitude da fé, e da conceituação da fé, o que é a Igreja, sua mensagem, seu encargo, sua missão para o mundo e o homem de hoje. Esse mundo, porém, não se torna presente nas formas de seus “ismos”, de suas cosmovisões e ideologias, mas na realidade dos homens concretos, e foi com eles que a Igreja quis promover seu encontro pela explicação de si mesma, não na forma de condenação, mas do acolhimento, da solidariedade, do diálogo, da cooperação.²⁸

Este Concílio tem uma relevância insubstituível na história da Igreja e da humanidade, semelhante a um farol a iluminar as trevas das incertezas com a luz da verdade e da esperança que emana do Evangelho de Cristo, e do tesouro que lhe foi confiado para conservar e transmitir com fidelidade, sabedoria e misericórdia.

2.1.3.

A comunhão: princípio e meta da Igreja

Antes de aprofundar a dimensão laical na Igreja e, assim, compreender a diferença entre os seus vários dons, “é preciso entendê-la em sua unidade profunda. A Igreja é fundamentalmente *koinonia* (comunhão)”²⁹. Dito isso, como uma premissa necessária, abordaremos uma questão que continuamente, ao longo dos séculos, volta ao palco das especulações críticas: a origem e a finalidade da

²⁸ FEINER, J.; LOEHRER, M. *A Igreja*, p.51.

²⁹ BOFF, C. M. *A dimensão de laicidade da Vida Religiosa*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. V.54, n. 215 (1994), p.549.

Igreja³⁰. Muitas são as respostas e as teorias, e muitas delas se contradizem ou se contrapõem. Quais seriam, portanto, as evidências históricas de que Cristo realmente intencionava fundar a Igreja? Quais são as garantias de que a Igreja que vemos hoje é a mesma Igreja fundada por Cristo?³¹ Logo, evidenciar a sua origem é a base para compreender o seu princípio de comunhão.

A esse respeito, Ratzinger apresenta uma análise panorâmica dos modelos exegéticos que fundamentam algumas visões sobre a natureza da Igreja, e constata, “antes de tudo, que os grandes modelos interpretativos resultam da fisionomia espiritual da respectiva época”.³² Nota-se, a partir daí, que, por exemplo: o modelo liberal concebia Jesus como “o grande individualista que liberta a religião das instituições do culto, reduzindo-a à ética, a qual, por sua vez, se fundamenta inteiramente na responsabilidade da consciência de cada indivíduo”;³³ esse Jesus, portanto, rejeitava o culto e era adversário das instituições; outro modelo, oriundo da teologia escandinava, que nasceu no pós-guerra e se opôs ao modelo liberal, passou a considerar o culto como o “espaço vital interior da Bíblia”, pelo qual o culto era algo necessário; em âmbito alemão também desenvolveu-se outra corrente interpretativa com uma nova percepção da Igreja, na qual não seria possível compreender Jesus sem o seu povo, esta corrente compreendia a última Ceia como fundamento de uma nova comunidade.

A Segunda Guerra Mundial, na percepção do então Cardeal J. Ratzinger, dividiu o mundo em dois polos: o primeiro era pautado no modelo liberal, o outro era baseado no modelo marxista. Também na teologia produziu-se tal divisão: uma corrente neoliberal que interpretava a mensagem de Jesus como uma nova escatologia, de forma que o culto e as instituições deveriam ser superados, assim a religião permaneceria no âmbito da experiência individual, sem nenhuma relação direta com a sociedade, a política ou a cultura; a outra tendência partia do modelo

³⁰ Este tema passou a ocupar os debates teológicos pós conciliares. Um documento da Comissão Teológica Internacional, de 1985 expõe e aprofunda o debate: COMMISSIONE TEOLOGICA INTERNAZIONALE. *Temî scelti d'eccelesiologia in occasione del XX anniversario della chiusura del Concilio Vaticano II*. Disponível em: www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1984_ecclesiologia_it.html. Acesso em 22 fevereiro 2023.

³¹ A crítica liberal, a partir do final do século XIX, sustentou a tese de Alfred Loisy de que Cristo pregou o Reino de Deus, mas o que apareceu no seu lugar foi a Igreja. Embora essa tese tenha sido rejeitada por grande parte dos teólogos católicos, passou a ser defendida por teólogos protestantes e católicos como Küng, Boff e Lohfink.

³² RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*. Vocação para a comunhão. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 12.

³³ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p.10.

dialético que interpretava a realidade mediante a chave de leitura da luta de classes, dessa forma Jesus teria morrido na luta contra forças opressoras, de forma que a sua mensagem era interpretada como a luta por uma sociedade sem classes.³⁴

Durante a sua vida pública, Jesus anunciou o advento do Reino de Deus, mas resta-nos saber de que modo o Reino por Ele anunciado pode ser identificado com a Igreja, uma vez que a palavra *ekklesia* não comparece nos Evangelhos, motivo pelo qual alguns teólogos consideram que a Igreja, enquanto instituição religiosa, seria oposta ao Reino anunciado por Jesus. Assim, Dianich, partindo do quadro estatístico de aparições do termo *ekklesia* no NT e constatando a sua ausência nos Evangelhos, suspeita que “a experiência comunitária que se estava vivendo depois que Jesus partiu deste mundo fosse alguma coisa de novo e diferente daquilo que tinha sido vivido por alguns no tempo de Jesus”³⁵.

Retornando ao texto do então cardeal Ratzinger, encontramos as etapas nas quais é possível compreender que Jesus tinha a intenção de fundar a Igreja:

- São evidentes os sinais de que Jesus veio para congregar o que estava disperso³⁶ e que toda a sua obra consiste em reunir um povo, cuja característica fundamental é ser família de Deus³⁷;

- Assim como orações próprias dos grupos religiosos caracterizavam uma comunidade, assim também, quando os discípulos pedem a Jesus que lhes ensine a rezar, indicam que compreendem que estão formando uma comunidade específica;

- Outro sinal evidente é que o grupo formado pelos discípulos não é um grupo amorfo, há nele um grupo bem definido, os Doze, que após a ressurreição são chamados de apóstolos. É inegável que há um simbolismo capital em torno

³⁴ Cf. RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*. Aparecida: Editora Santuário, 2007, p. 11-12.

³⁵ DIANICH, S.; NOCETI, S. *Tratado sobre a Igreja*, p.96-97.

³⁶ “Não compreendeis que é de vosso interesse que um só homem morra pelo povo e não pereça a nação toda? Não dizia isso por si mesmo, mas sendo Sumo Sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus morreria pela nação – e não só pela nação, mas também para congregar na unidade todos os filhos de Deus dispersos” (Jo 11,50-52).

³⁷ “Entre as muitas imagens que Jesus utiliza para designar este novo povo: rebanho, convidados ao banquete de núpcias, sementeira, casa de Deus, cidade de Deus, existe uma que se destaca como preferida: a da família de Deus. Deus é o Pai da família, Jesus é o dono da casa. Daí se compreende que ele se dirija aos membros deste povo como se fossem crianças, embora sendo adultos, e que esses mesmos comecem a entender o que são a partir do momento em que renunciam à autonomia de sua condição de adultos e se reconhecem como crianças diante de Deus (Mt 10,13-16.). RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p.14.

dos “Doze” na história de Israel³⁸, e a este núcleo se acrescenta também o círculo dos 72³⁹, que na tradição judaica⁴⁰ indicava o número das nações existentes, revelando, assim, a universalidade da mensagem de Jesus⁴¹.

- Também a Páscoa celebrada por Jesus, com os Doze, na véspera da sua paixão, apresenta elementos novos que a diferem da páscoa judaica, transformando-a “em um culto totalmente novo, o qual logicamente os separará da comunidade do templo e fundará definitivamente um povo da ‘Nova Aliança’”⁴².

O documento da Comissão Teológica Internacional (CTI) acrescenta outras etapas importantes nesse processo de fundação da Igreja, segundo a narrativa dos Evangelhos, que revela uma eclesiologia implícita na vida e no ministério de Jesus:

- As promessas veterotestamentárias sobre o povo de Deus, pressupostas na pregação de Jesus e que conservam toda a sua força salvífica;
- O amplo convite que Jesus dirigiu a todos os homens a converterem-se e a crer nEle;
- A imposição do nome dado a Simão Pedro, o lugar principal reservado para ele no círculo dos discípulos e a sua missão;
- A rejeição de Jesus por parte de Israel e a separação entre o povo judeu e os discípulos de Jesus;
- O fato histórico que Jesus, na instituição da Ceia e na sua paixão e morte, livremente assumidas, persista em pregar o Reino universal de Deus, que consiste no dom da vida a todos os homens;
- A reconstrução, graças à ressurreição do Senhor, da comunidade dividida entre Jesus e os seus discípulos e, depois da Páscoa, a introdução destes na vida propriamente eclesial;
- A missão dos discípulos em direção aos pagãos e a constituição da Igreja dos pagãos;
- A definitiva ruptura entre o “verdadeiro Israel” e o judaísmo.⁴³

Esta comunidade, formada e enviada por Jesus⁴⁴, passa a denominar-se *ekklesia*, termo que tem a sua raiz na *qāhāl* do AT, e por este motivo não pode ser

³⁸ Em RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p.15, vemos que, ao formar o círculo dos Doze, Jesus se apresenta como o patriarca de um novo Israel, cuja origem e fundamento os Doze devem ser. Não se poderiam expressar de modo mais claro os incícios de um novo povo, um povo que se forma agora não já por descendência física, mas através do “estar com Jesus”, que os Doze recebem e que Ele os envia a transmitir”.

³⁹ Lc 10,1-20.

⁴⁰ Gn 10; Ex 1,5; Dt 32,8.

⁴¹ Ratzinger sublinha o fato de que os apóstolos (sob a chefia de Pedro) compreenderem que a sua primeira tarefa seria restabelecer o número doze (At 1,15-16), indicando, assim, a consciência da centralidade deste núcleo para o cumprimento da obra que Jesus lhes enviou: RATZINGER, J. *O novo Povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1974, p.77.

⁴² RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p.15.

⁴³ CTI. *Temi scelti d’eclesiologia in occasione del XX anniversario della chiusura del Concilio Vaticano II*, 1.4.

interpretada como uma adaptação do sentido helênico de assembleia, pois no mundo grego a palavra *ekklesía* designava a assembleia do *démos*, do povo no sentido sociopolítico⁴⁵.

Na versão dos LXX, da qual procede o termo neotestamentário, *ekklesía* designava a assembleia convocada por uma finalidade religiosa, ordinariamente cultual: corresponde ao hebraico *qāhāl*, que se usa para referir-se à reunião do povo convocado no deserto (Dt 4,10; 31,30; Js 8,35) ou à assembleia litúrgica seguinte (1Cr 28,8; Ne 8,2). *Ekklesía* é sempre tradução de *qāhāl*, mesmo se esta palavra às vezes seja traduzida com *synagogé* (Nm 16,3; 20,4; Dt 5,22). [...]. A *ekklesía* bíblica sugerirá imediatamente aos cristãos a ideia de um Deus que chama, que con-voca o seu Povo (*ekklesía=con-vocatio*) e faz dos chamados uma “reunião sagrada”, *Kleté hágia* (Ex 12,16; Lv 23,3). Assim se consideravam: o Povo de Deus convocado de um modo novo: pelo Sangue de Cristo derramado sobre a Cruz. A palavra determinante será *ekklesía toû Theoû* (11 vezes em Paulo), a Igreja de Deus, que é a tradução do *qāhāl Jahvé* do Antigo Testamento.⁴⁶

Dessa forma, a referência a *ekklesía* também não tinha a intenção de substituição da sinagoga. A esse respeito, Dianich explica que nas diásporas judaicas as sinagogas continuavam sendo o lugar do culto, mas eram sobretudo o lugar onde se reunia o povo convocado por Deus, de forma que os primeiros cristãos, dos quais muitos eram hebreus, continuavam frequentando-as, contudo, esses designavam as suas reuniões com outro nome, ou seja:

Sentiam-se convocados por Deus, mas não porque eram da raça hebraica, mas pela fé em Jesus, à qual podiam aderir tanto o judeu como a gente de qualquer outro povo. Trata-se, portanto, de reuniões convocadas por Deus, verdadeiras *eckklēsiai toû theoû*, embora não reúnam as mesmas pessoas que se encontram nas *synagōgai* dos hebreus.⁴⁷

Vale recordar que, após o exílio, um dos objetos centrais da oração judaica era a nova formação do povo por parte de Deus⁴⁸. Assim, segundo Ratzinger, este seria o motivo pelo qual os cristãos não escolheram para si a expressão “povo de Deus”, mas aquela que representava o núcleo escatológico do conceito de povo, pois:

⁴⁴ Cf. Mt 28,19; Mc 16,15; Jo 20,21-22; At 1,8.

⁴⁵ Neste sentido a reunião tumultuosa que aconteceu em Éfeso (At 19,32-40) é uma *ekklesía*.

⁴⁶ RODRIGUEZ, P. *Verso una considerazione cristologica e pneumatologica del Popolo di Dio*. In: RODRÍGUEZ, P. L'ecclesiologia 30 anni dopo la “Lumen Gentium”. Roma: Armando, 1995, p.166.

⁴⁷ DIANICH, S.; NOCETI, S. *Tratado sobre a Igreja*, p.99.

⁴⁸ Neste sentido podemos citar Mq 7,14-17; Ez 34,11-31; Jr 31,31-34; Hb 12,18-24.

Esta nova comunidade só se concretiza na dinâmica da congregação que provém do Cristo e é sustentada pelo Espírito, cujo centro é o Senhor, que se dá em seu próprio corpo e em seu próprio sangue. A autodesignação deste novo povo como ecclesia define o povo na continuidade histórico-salvífica da Aliança, e também na novidade do mistério de Cristo aberta para o futuro. Ao dizermos que o termo “aliança” originalmente inclui, em essência, o conceito de “lei”, de justiça, devemos dizer então que o centro decisivo é agora a “nova lei”, o amor, concretizado em Cristo, em sua entrega e morte na cruz, até suas últimas consequências.⁴⁹

Esta síntese já deixa entrever que a origem da Igreja é preexistente à criação do mundo, pois ela já existia nos desígnios do Pai. Nesta linha, aprofundando a doutrina conciliar, Galot declara que esta Igreja, já presente na eternidade divina, tem o seu início temporal através do Filho que, por meio da sua encarnação, realiza a passagem da eternidade ao tempo. Todavia, é retornando à eternidade que ele se torna o princípio de vida e de desenvolvimento da Igreja; a ressurreição lhe permite difundir o Espírito Santo⁵⁰. Cristo continua a agir na Igreja e a sustentá-la pelo Espírito Santo, Ele não é somente o seu fundador histórico, mas “conserva com essa uma relação permanente, permanecendo, como Senhor glorioso, o princípio do seu desenvolvimento e da sua vida”⁵¹. A Igreja, portanto, é dom da comunhão trinitária, por isso o tema da comunhão deve ser o tema central da autoconsciência eclesial.

Deus, para nos unir a si em uma mesma comunhão de fé, não dispôs somente a sua Palavra escrita, além do seu Espírito dentro de cada um de nós; também estabeleceu uma instituição pública e comum, assistida enquanto tal pelo Espírito Santo, cuja autoridade é homogênea com a da Palavra de Deus, embora seja vinculada e, portanto, subordinada a ela. Esta instituição, por outro lado, não é puro “sistema”, mas é uma casa de graça, é uma Comunhão; e como tal é acima de tudo o lugar de uma experiência espiritual por meio da qual ela mesma aprende, continuamente, algo de novo sobre o conteúdo e sobre o sentido da herança da qual vive.⁵²

Dois episódios narrados por Lucas sobre os primórdios da Igreja revelam aspectos essenciais para compreender a dimensão da comunhão eclesial: no primeiro, At 1,12-14, são explicitadas três características fundamentais da Igreja: a apostolicidade, a oração e a unicidade. Assim, eclesiologia de Lucas revela uma comunidade unida e perseverante, cujo selo distintivo será a presença e ação do

⁴⁹ RATZINGER, J. Compreender a Igreja hoje, p.18.

⁵⁰ Cf. GALOT, J. *Il Cristo rivelatore*, p.347.

⁵¹ GALOT, J. *Il Cristo rivelatore*, p.349.

⁵² CONGAR, Y.M.J. *La Tradizione e l'avita della Chiesa*. Roma: Edizione Paoline 1983, p.162.

Espírito Santo. No segundo episódio, narrado em At 2,42, estão presentes os mesmos aspectos distintivos da Igreja, contudo aparecem aqui outros elementos que especificam o sentido da comunhão eclesial: esta torna-se concreta na assiduidade aos ensinamentos dos Apóstolos, porque “a unidade tem um conteúdo que se expressa em uma doutrina. A doutrina dos apóstolos é o modo concreto da sua presença duradoura na Igreja”⁵³; também a oração é explicitada com o seu núcleo central, a fração do pão, que é a Eucaristia, e essa “se manifesta como o coração da vida eclesial”⁵⁴. Outro termo que aparece neste versículo é *koinonia* (vulg.: *communicatio*⁵⁵), um conceito chave para Igreja, em todos os tempos, no qual “estão reunidas duas realidades de eucaristia, e de comunidade, de comunhão como sacramento e de comunhão como realidade social e institucional”⁵⁶.

O termo *koinonia*, conforme observa J. Ratzinger, ocupa uma posição central na descrição da natureza da Igreja e no texto lucano, encontra-se entre os conceitos de “ensinamento” e “fração do pão” como sendo o elemento que os une; outra observação importante é que, no texto grego dos Atos dos Apóstolos, os quatro conceitos estão escritos em duplas: ensinamento dos apóstolos e comunhão, fração do pão e oração, de modo que:

A comunhão está associada à “doutrina apostólica”, forma com essa, podemos dizer, uma unidade compacta e, por causa disso, em certos aspectos é distinta da fração do pão (eucaristia). Em todo caso na apresentação lucana ela vai além da

⁵³ RATZINGER, J. *La comunione nella Chiesa*. Milano: San Paolo, 2004, p.63.

⁵⁴ RATZINGER, J. *La comunione nella Chiesa*, p.64.

⁵⁵ *Communio* deriva de *cum* e *munis* e significa cumprir um encargo ou um dever; dessa forma é designado *com-munis* o que partilha o encargo ou o que é partilhado por todos. No contexto patrístico indicará que a comunidade em causa tem sua fonte naquilo que o próprio Deus não cessa de comunicar e que os cristãos, por sua vez, são chamados a comunicar-se reciprocamente. Na Idade Média o termo será quase exclusividade do vocabulário eucarístico. Outro termo associado é *communicatio*, que tem o sentido ativo de: “fazer parte de”, e o sentido passivo de: “tomar parte em comum”. Os textos do NT usam os termos que vem da raiz grega *koinos*, participação comum, associação, partilha comum de uma mesma realidade. Se recorremos ao hebraico, o derivado mais importante é *habûrah*, que indica, sobretudo, o grupo dos fariseus enquanto comunidade aglutinada em torno de um mestre, que o desejo de seguir a Lei cria laços de fraternidade e solidariedade. No mundo grego as palavras derivadas de *koinos* indicam diversos tipos de agrupamento: Estado, família, sociedade de comércio, união aos deuses; ou seja, será sempre uma comunidade criada fazendo parte de uma realidade comum. No NT os termos formados a partir de *koinos* aparecem 73 vezes, dentre esses o termo *koinonia* aparece 19 vezes, dos quais 13 no corpus paulino. Há poucas inserções nos Padres Apostólicos, mas o uso do termo é abundante nos Capadóciolos para exprimir os diversos elementos da existência eclesial, especialmente em relação a Eucaristia. Assim, o sentido bíblico de Igreja é *communio* e, partindo de Agostinho, compreende-se que a sua fonte é a Trindade (Hom. João, 14,9). A *communio* ou *koinonia* eclesial é a unidade realizada pela palavra, pelo pão e pelo cálice. TILLARD, J.M.R. *Comunhão*. In: LACOSTE, J.Y. **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004 p.397-406.

⁵⁶ RATZINGER, J. *La comunione nella Chiesa*, p.64.

celebração litúrgica e está fundamentada essencialmente sobre o fato basilar da tradição ininterruptamente mantida e da sua forma eclesial.⁵⁷

Quando o apóstolo Paulo justifica a sua missão narrada em Gálatas 1,13-2,14, também desenvolve a sua concepção de comunhão. Embora ele enfatize que foi escolhido e chamado pelo próprio Senhor, recorre àqueles que são “as colunas”, os quais lhe estenderam a mão em sinal de comunhão.

Essas “colunas” tinham, evidentemente, a responsabilidade de guiar da Igreja nascente [...]. Quando eles deram a destra em sinal de comunhão a Paulo e a Barnabé, era a atestação plenamente válida e vinculante da comunhão eclesial, um ato que mesmo para Paulo era irrenunciável. [...]. Também para ele a unidade da Igreja é impensável sem “ser assíduos em escutar os ensinamentos dos apóstolos”, ou seja, sem a permanência na estrutura apostólica da Igreja. Em conformidade com isso o termo *communio* tem aqui o seu pleno conteúdo semântico e cristão, que encerra a dimensão sacramental e espiritual, assim como aquela institucional e espiritual.⁵⁸

Citando a LG 23, João Paulo II na Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* (EE) relembra que “a assembleia eucarística é comunhão com o próprio Bispo e com o Romano Pontífice”, visto que o Bispo é o princípio visível de unidade na sua Igreja particular. Assim, toda celebração eucarística é comunhão do único Corpo de Cristo que é a Igreja⁵⁹.

Retornando ao texto paulino, encontramos outro aspecto da *communio*, enquanto “comunhão fraterna”, que mostra como o sinal da unidade espiritual deve caminhar junto com a “institucional”, ou seja, um sinal concreto de comunhão entre as igrejas dos gentios e a igreja de Jerusalém seria a caridade fraterna: “a comunhão no e com o corpo de Cristo significa comunhão recíproca. Essa inclui, por natureza, a aceitação de si, a reciprocidade em dar e receber, a disponibilidade a partilhar”.⁶⁰ Dessa forma, nota-se que no cristianismo também a dimensão social faz parte do núcleo teológico, embora a comunidade cristã não possa ser explicada unicamente segundo uma visão sociológica, porque “na *communio*, a dimensão horizontal é o resultado da vertical, e somente a partir desta pode ser compreendida”⁶¹.

⁵⁷ RATZINGER, J. *La comunione nella Chiesa*, p.65-66.

⁵⁸ RATZINGER J. *La comunione nella Chiesa*, p.66-67.

⁵⁹ EE, 41.

⁶⁰ RATZINGER, J. *La comunione nella Chiesa*, p. 69.

⁶¹ RATZINGER, J. *La comunione nella Chiesa*, p.73.

O sentido de comunhão no NT supera qualquer ideia de contato com a divindade das místicas precedentes⁶². A Igreja, portanto, é comunhão: por meio de Cristo é comunhão com a Trindade e, assim, é comunhão com a humanidade inteira. Dessa forma, a Igreja “é chamada a conservar e promover tanto a comunhão com a Trindade divina como a comunhão entre os fiéis. Para isso possui a Palavra e os Sacramentos, sobretudo a Eucaristia; desta vive e cresce, e ao mesmo tempo exprime-se nela”⁶³. Sem a Eucaristia, portanto, não existe comunhão. É nela, ou seja, no corpo do Ressuscitado, que misteriosamente Deus e o homem entram em profunda comunhão; Ela é o fundamento da comunhão eclesial. Mais ainda, Nela está o vínculo de comunhão visível e invisível:

Na dimensão visível que em Cristo, pela ação do Espírito Santo, nos une ao Pai e entre nós, quer na dimensão visível que implica a comunhão com a doutrina dos Apóstolos, os sacramentos e a ordem hierárquica. A relação íntima entre os elementos invisíveis e os elementos visíveis da comunhão eclesial é constitutiva da Igreja como sacramento de salvação. Somente neste contexto, tem lugar a celebração legítima da Eucaristia e a autêntica participação nela. Por isso, uma exigência intrínseca da Eucaristia é que seja celebrada na comunhão e, concretamente, na integridade dos vínculos.⁶⁴

Tendo sido constituída pelo sacramento do corpo de Cristo, a Igreja é, também ela, um único corpo, que corresponde à unicidade de Jesus Cristo. “Tal unicidade aparece de novo na unidade e na permanência na única doutrina apostólica.⁶⁵ O aspecto da comunhão, portanto, também deve ser visível nos seus membros, “já que há um só pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participamos desse único pão”⁶⁶. A Eucaristia, dessa forma, une a Igreja dispersa no mundo inteiro, de modo que todos participam da mesma missão, cada um de acordo com os dons que recebeu.

A comunhão é o termo que pode sintetizar os conceitos essenciais da eclesiologia conciliar, de forma que uma eclesiologia de comunhão é,

⁶² Na concepção veterotestamentária, a transcendência divina é incompatível a uma verdadeira e própria comunhão com o fiel, cuja relação estará sempre dentro da dinâmica jurídica da Aliança, embora esteja presente a consciência de eleição e predileção divina; na concepção grega é possível encontrar a ideia de que a comunhão entre os homens e os deuses é estabelecida com o objetivo de conservar ou curar o amor e que, portanto, este seria o sentido último de todo sacrifício, contudo o que se busca aqui não é a comunhão/relação, mas a união, o que distancia, tanto na origem quanto no fim, do sentido cristão de *koinonia/communio*.

⁶³ JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. São Paulo: Paulinas, 2003, n.34. Será citada: EE.

⁶⁴ EE, 35.

⁶⁵ RATZINGER, J. La comunione nella Chiesa, p.85.

⁶⁶ 1Cor 10,17.

necessariamente, uma eclesiologia eucarística. O fundamento da comunhão, por sua vez, é o encontro com Jesus Cristo, o Filho de Deus, de modo que o Apóstolo pode afirmar: “o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos, o que nossas mãos apalparam do Verbo da vida (...) vo-lo anunciamos para que estejais também em comunhão conosco”⁶⁷. A comunhão, portanto, é fonte e meta da Igreja, por isso deve também ser visível nos seus membros⁶⁸.

Para aprofundar esse tema, examinaremos na próxima seção a dimensão laical dentro da comunhão deste único corpo que é a Igreja. Esta seção, portanto, será uma espécie de elo que servirá para melhor compreender o que são as Novas Comunidades e qual o seu lugar na eclesiologia de comunhão.

2.2. O lugar do leigo na Igreja

Para abordar a eclesialidade das Novas Comunidades, visto que se trata de uma realidade prevalentemente laical, faz-se necessário afrontar a questão do leigo na Igreja. Iniciaremos com uma visão geral e conceitual, depois percorreremos as pegadas da teologia do laicato para, assim, melhor compreender a posição do leigo na eclesiologia de comunhão do Vaticano II.

2.2.1. O leigo entre o sacro e o profano

No seu sentido etimológico, leigo deriva do grego *laïkos* (aquele que pertence ao povo, não oficial, civil, comum), adjetivo este que deriva de *laos* (povo) e, embora o termo *laïkos* não apareça no NT, *laos* perpassa toda a Sagrada Escritura⁶⁹, indicando o povo de Deus, por isso, Yves Congar⁷⁰, um dos grandes

⁶⁷ 1Jo 1,1-3.

⁶⁸ A comunhão é também o princípio para toda ação social da Igreja. A esse respeito CORECCO, E. *Um vescovo e la sua chiesa*. Chiesa e mondo. La santità nella chiesa. Siena-IT: Cantagalli, 2005, traz uma reflexão sobre o tema e observa que a comunhão é o modelo proposto pela Igreja, na sua Doutrina Social, como referência para realizar o bem comum de toda a humanidade.

⁶⁹ Por exemplo: Ex 19,5; Lv 26,12 e Jr 31,33, que são passagens fundamentais da Antiga Aliança e serão retomadas em diversas passagens do NT: 2Cor 6,16; Hb 8,10; 1Pd 2,5.9; Ap 1,6; 5,10; 20,6; 21,3.

representantes da teologia do laicato, considerava que o termo “leigo”, por estar ligado a uma palavra judaica, depois cristã, designava o povo consagrado por oposição aos povos profanos⁷¹. Portanto, podemos afirmar que o sentido do termo “leigo” está estreitamente ligado à tradição eclesiástica cristã, embora na acepção moderna fará referência, sobretudo, às dimensões políticas e educacionais, indicando a ausência de qualquer influência religiosa no Estado e no ensino.

O termo “leigo”, portanto, é pertinente ao povo de Deus e constitutivo formal da experiência cristã, e desse sentido eclesiástico cristão também deriva a sua acepção moderna com progressiva oposição entre o poder temporal e o espiritual, num processo histórico conturbado que condicionou toda a história religiosa e política desde o final da Idade Média até os dias atuais.⁷²

Assim, todas as conjunturas e as rupturas históricas que derivam da cristandade medieval assumiram significados que obscureciam o princípio da complementariedade, aumentando a oposição entre o “sagrado” e o “profano” e, consecutivamente, entre o Estado e a Igreja.⁷³ A partir daí e sobretudo com a idade moderna, cresce uma visão totalmente imanentista da existência que conduz à rejeição de qualquer relação entre Deus e o mundo. Mais ainda, a laicidade seguiu duas vias que foram, progressivamente, se fortalecendo e se afirmando ao longo dos séculos: a primeira via condizia à delimitação no âmbito de presença da Igreja na sociedade, cujo fruto é o anticlericalismo; a segunda via conduzia à afirmação

⁷⁰ Yves Congar foi uma das maiores expressões da “teologia do laicato”. Além dele, outros nomes, como Gérard Philips e Karl Rahner, deram grandes contribuições nos trabalhos conciliares.

⁷¹ CONGAR, Y. *Jalon pour une théologie du laïcat*. Paris: Éditions du Cerf, 1954, p.19.

⁷² Bougeois explica que no final da Idade Média a relação entre Igreja e Estado já é de conflito e será necessário determinar em termos jurídicos a força dos dois poderes. Também de acordo com as circunstâncias político-sociais a posição eclesiológica apresenta uma tríplice face: a primeira é de endurecimento e rigidez na distinção dos dois poderes; a segunda é tentar justificar a superioridade do clero em relação aos leigos, baseando-se em justificativas jurídicas que confirmam o poder espiritual sobre o temporal; a terceira é uma tentativa de exercer o poder sobre a sociedade como missão de construir um mundo que seja verdadeiramente marcado pelos valores evangélicos. Por sua vez, os movimentos de Reforma intensificam as reivindicações de autonomia do poder secular e a crítica à Igreja como mediadora da salvação, “é no pano de fundo de uma situação nova que se devem compreender as posições de Lutero e sua afirmação de uma primazia absoluta do sacerdócio comum dos fiéis, radicalmente oposto ao sacerdócio ministerial”. BOUGEOIS, D. *Leigo*. In: LACOSTE, J.Y. *Dicionário crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004, p.1012-1013.

⁷³ A esse respeito, CAMPANINI explica que a laicidade foi se afirmando como valor antitético em relação a uma cultura que havia colocado as premissas e as bases para a sua afirmação, e este caminho será seguido pelo racionalismo francês, pelo iluminismo, pelas ideologias que se afirmaram depois da revolução francesa, do marxismo ao neopositivismo: CAMPANINI, G. *Il laico nella Chiesa e nel mondo*. Bologna: EDB, 1999, p.37.

de uma visão imanentista que rejeita qualquer relação entre Deus e o mundo, e tem como frutos o agnosticismo e o ateísmo.

Para o desenvolvimento de uma sociedade saudável é importante recuperar os princípios de uma laicidade legítima, que não obscurece a verdade e não usurpa os seus cidadãos dos componentes necessários para o seu pleno desenvolvimento. Cultura religiosa e cultura laica devem apenas ser distintas, mas não opostas. Perdendo de vista alguns valores fundamentais e qualquer referência ao transcendente, o ser humano, e conseqüentemente toda a sociedade, perde progressivamente as bases que possibilitam o seu pleno desenvolvimento e a liberdade de expandir-se para além de si mesmo, visto que o seu espaço foi reduzido pela amputação de uma parte integrante do seu ser. A esse respeito, continuam atuais e válidas as palavras de Campanini:

Há um recorrente “fundamentalismo” secular que tende a relegar o fato religioso à insignificância, apresentando tudo como um avanço e uma conquista, sem entender que onde o religioso é totalmente expurgado da esfera da cultura, da política, da vida da sociedade civil, também da própria consciência leiga – privada de seu referente essencial – enfraquece e empobrece. Por outro lado, parece necessário, sobretudo por parte dos crentes, fazer um renovado confronto com a modernidade, depurando a mensagem cristã de todas as incrustações históricas, solidificando o núcleo profundo de valores que remetem ao Evangelho e que mantêm sua relevância além da sucessão alternada das diferentes estações da cultura.⁷⁴

É necessário, portanto, encontrar o modo correto de superar o dualismo entre o mundo e a Igreja, e o primeiro passo deve ser o conhecimento do sentido de cada esfera, para fazer a precisa distinção entre ambos. Ao meditar sobre este tema, Von Balthasar usa a analogia do fermento na massa para a fabricação do pão: “O fermento deve ser introduzido na massa e desaparecer nela; somente assim poderá manifestar a sua força e transformar a massa em pão”, neste processo, para que haja unidade, ambas deverão se distinguir radicalmente para que seja possível alcançar a unidade:

A nossa pergunta é: o que transforma o cristão em fermento do mundo? O que é que lhe dá este traço característico e insubstituível? A palavra “dá” expressa aqui algo fundamental: o que o torna cristão não é algo que esteja ao seu alcance e que ele possa conquistar por si mesmo: deve ser dado a ele. É graça. Mas ele deve receber em si o que lhe é dado e torná-lo seu. A princípio ele é apenas massa e deve ser misturado para se tornar fermento. A graça não é um vago impulso vindo

⁷⁴ CAMPANINI, G. *Il laico nella Chiesa e nel mondo*, p.42.

de fora e do alto: ela tem uma fisionomia muito particular na história. Essa fisionomia já é adquirida no Antigo Testamento e se completa no Novo. Portanto, é necessário falar primeiro do ser da graça, para que, a partir dela, possamos determinar a disposição do cristão, que deve ajudar por sua vez a forjar a forma autêntica do mundo.⁷⁵

Para o teólogo suíço, o ideal seria impregnar o mundo e as organizações sociais com o espírito cristão, mas pensar numa transfiguração total das estruturas humanas e sociais seria um projeto milenarista ou uma atitude fantasiosa e utópica. Contudo, sem se resignar ante o *status quo* do mundo é necessário que o cristão, “a partir da fé, se situe dentro das estruturas e tente transformá-las, na medida do possível, de um modo sério e responsável”⁷⁶, de modo que a sua vida traduza e atualize o mandato do Senhor a todos os seus discípulos de serem “sal da terra e luz do mundo”⁷⁷.

Campanini explica que uma das grandes novidades introduzidas pelo cristianismo na história da humanidade – e única entre as grandes religiões do mundo⁷⁸ – foi a assunção dos valores, tanto os religiosos quanto os profanos, não fazendo apenas uma simples distinção entre o sacro e o profano, mas restituindo a dignidade ao profano (aquilo que está “fora do templo”), porque compreendeu que “estar fora do templo” não significa rejeitar a referência ao transcendente e à relação com o religioso, mas buscar e atuar esta relação por outra via. Uma consequência desta visão cristã teria sido a ampliação do “espaço sagrado” que, em certo sentido, ultrapassa o templo e alcança o agir humano:

Antes do cristianismo (e mesmo depois, fora dele) a tendência dominante nas várias religiões é aquela do reconhecimento de uma esfera “não religiosa”, vista como subordinada ao religioso, ou ao sacro. Com o cristianismo a teoria da subordinação é superada, ao menos em linha de princípio, em nome da distinção, ou seja, da laicidade. Historicamente, porém, no âmbito do próprio cristianismo, sobretudo no que se refere às relações entre Igreja e Estado, nem sempre os homens de igreja foram coerentes com esta imposição de princípio, isto é um fato

⁷⁵ BALTHASAR, H. U. V.; GIUSSANI, L. *El compromiso del Cristiano en el mundo*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1981, p.18.

⁷⁶ BALTHASAR, H. U. V. *El compromiso del Cristiano en el mundo*, p.90-91.

⁷⁷ Mt 5,13-16.

⁷⁸ O conceito de libertação, de evasão ou superação do mundo está presente em muitas filosofias e religiões não cristãs: da visão platônica da purificação da alma através da fuga do mundo, à evasão budista do mundo para alcançar o Nirvana. Para o cristianismo, ao contrário, o mundo tem um sentido e uma finalidade, e a própria história da humanidade, em todas as suas etapas, mesmo as resistências da liberdade criada, tudo está inserido num desígnio salvífico. De Lubac, H. *Cattolicismo: Gli aspetti sociali del dogma*. Milano: Jaca Book, 2017, p.117-124.

e causa, não última, de muitas tensões historicamente registradas entre política e religião.⁷⁹

Encontrar o equilíbrio da complementariedade entre as duas esferas, o sacro e o profano, sempre foi um desafio, sobretudo na Idade Média, quando tudo aquilo que não era “religioso”, ou seja, “voltado ao sagrado”, era considerado de menor dignidade. Na esfera do sagrado estava o “religioso”, ou seja, o sacerdócio e o estado religioso; neste sentido os leigos, mesmo batizados e crentes, tendiam a ser considerados inferiores; por este motivo o poder político necessitava de um rito de consagração para ser, se não uma *res sacra*, ao menos uma realidade que participava da esfera do sagrado.

Essa mesma distinção permaneceu por muitos séculos, tanto na linguagem quanto nas estruturas eclesiais, de forma que o Código de Direito Canônico de 1917 ainda traz a clássica tripartição: clérigos – leigos – religiosos. De fato, o can. 107 diz: “Por divina instituição há na Igreja clérigos diferentes dos leigos, embora nem todos os clérigos sejam de instituição divina; mas ambos podem ser religiosos”⁸⁰. O próprio Código indica como fontes deste cânone, o cânone 4 na seção XXIII do Concílio de Trento e o capítulo 40 de uma carta do Papa S. Clemente I aos Coríntios. A primeira fonte refere-se diretamente a um anátema contra quem nega o caráter impresso, por obra do Espírito Santo, em quem recebe o sacramento da Ordem, e contra quem afirma que o sacerdote ainda pode voltar ao estado laical. A segunda fonte, embora apresente uma terminologia própria do ambiente judaico, traz a primeira menção, em um texto cristão, do termo “leigo”: “Ao sumo sacerdote foram confiados ofícios litúrgicos particulares; aos sacerdotes foi designado seu lugar particular; e aos levitas foram impostos serviços particulares. O leigo está ligado aos preceitos leigos”⁸¹. O canonista Eugenio Zanetti observa que as citações indicadas como fontes do cânone 107 não parecem colimar exatamente com o seu texto, embora apresentem uma distinção

⁷⁹ CAMPANINI, G. *Il laico nella Chiesa e nel mondo*, p. 35.

⁸⁰ CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO (1917) y legislación complementaria: texto latino y versión castellana con jurisprudencia y comentarios. Ed. 12. Madrid: Biblioteca Autores Cristianos, 1980, Can. 107.

⁸¹ CLEMENTE ROMANO. *Carta aos Coríntios*. Petrópolis: Vozes, 1971, p.52. Provavelmente, o termo “leigo” não tem o mesmo sentido para Clemente e para a teologia posterior. A carta tem tom polêmico e foi escrita para resolver problemas de discórdias no interno da comunidade; para isso Clemente usa exemplos de ordem presentes no universo, no contexto militar e, por fim, na hierarquia judaica. É somente nesse ponto que aparece o termo *laikos*. A expressão mais comum com a qual Clemente designa os cristãos é “rebanho do Senhor”.

geral entre clérigos e leigos⁸². Há outros cânones que merecem a nossa atenção dentro do Código de 1917 no tocante aos leigos, contudo citaremos somente dois, o cân. 948 e o cân. 682. No primeiro lê-se: “Por instituição de Cristo a Ordem distingue na Igreja os clérigos dos leigos para o governo dos fiéis e o ministério do culto divino”; o segundo diz: “Os leigos têm o direito de receber do clero, segundo a norma da disciplina eclesiástica, os bens espirituais e especialmente o auxílio necessário para a salvação”. Enquanto no cân. 948 os leigos aparecem como personagens passivos e subordinados ao governo do clero, o cân. 682 traz novos elementos que, segundo Zanetti,

não tem um teor restritivo ou negativo; não tem a intenção de sinalizar aos leigos um papel simplesmente receptivo e passivo; ao contrário, de qualquer modo, quer ser propositivo e reivindicativo naquilo que toca também aos leigos, em força da sua personalidade cristã. O ministério dado aos Pastores não é um privilégio, mas um serviço, que os leigos podem exigir em favor da própria dignidade. Mesmo na sua brevidade, este cânone recolhe em si uma notável potencialidade, seja do ponto de vista teológico que pastoral, potencialidade que o CDC 1917 sanciona e promove.⁸³

Embora o Código de 1917 não apresente uma formulação descritiva sobre a identidade dos leigos, alguns comentadores colhem do próprio código uma definição “genérica e positiva”, que o identifica a partir do Batismo como membro do corpo da Igreja, e uma denominação “específica e negativa”, que o apresenta como membro do corpo da Igreja, mas não constituído na hierarquia eclesiástica, de forma que a contraposição entre sacro e profano permanece presente na identificação dos membros da Igreja. Para Zanetti, ao contrário, a ideia de “leigo” que o Código de 1917 traz tem uma ênfase mais positiva do que negativa, pois se apoia na recepção do Batismo. Dessa forma:

Como os clérigos, que receberam o caráter sacerdotal, não podem ser reduzidos inteiramente ao estado laical, assim o estado dos leigos, enquanto está fundamentado no caráter indelével do batismo, não pode ser perdido totalmente; por isso nunca um batizado pode ser considerado separado totalmente da Igreja, mesmo se por qualquer delito ele se separe da Igreja “visível”. Portanto, por força do batismo, enquanto viver o fiel permanece ligado à Igreja.⁸⁴

⁸² ZANETTI, E. *La nozione di laico nel dibattito preconciliare*. Alle radici di una svolta significativa e problematica. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1998, p.38-39.

⁸³ ZANETTI, E. *La nozione di laico nel dibattito preconciliare*, p.41.

⁸⁴ ZANETTI, E. *La nozione di laico nel dibattito preconciliare*, p.47.

A referência ao Sacramento do Batismo como identificação de uma categoria de pessoas não pode ser julgada como sinal de inferioridade, porque é a identificação de uma eleição e uma determinação que a resgata de uma existência privada da fé em Cristo, e a insere no itinerário cristão, como um novo estilo de vida, no caminho comunitário do povo de Deus. Esta visão será resgatada no Concílio Vaticano II que, ao apresentar o mundo como lugar específico do apostolado dos leigos, confirma que por meio destes a Igreja estará “presente e ativa naqueles locais e circunstâncias em que só por meio deles ela pode ser sal da terra”⁸⁵. Para esta tarefa é importante aprofundar o sentido teológico de mundo – que supera a visão negativa do mundo qual espaço fixo e pré-constituído no qual o homem é colocado – e levar em consideração o *semina Verbi* qual realidade escondida, mas operante. O êxito desta missão depende da presença do fiel no mundo, e tal presença comporta uma dupla tensão: a primeira exige uma visão positiva do mundo, considerando-o como vinha do Senhor; a segunda exige a fidelidade ao mandato de Cristo.

E qual seria a noção de mundo adequada para o cristão? A esta pergunta, Malnati enfatiza que a noção teológico-cristã do mundo não pode ser fornecida fora da compreensão do mistério do Verbo Encarnado, porque é ele quem marca o sentido da história como mediação do homem e, ao mesmo tempo, desvela o agir de Deus que,

assumindo a mundanidade histórica, a projeta para uma “hora” escatológica que a torna nova e definitiva. [...] Se o mundo constitui o lugar onde o homem realiza a sua mediação que se torna história da sua posição também em relação à alteridade criatural que forma o seu habitat, e a “ocasião” que Deus faz exatamente como “evento” de libertação e de distinção entre mundanidade e divindade na Encarnação do Verbo. Torna-se, portanto, importante individuar nele as *vestigia Dei* através das *vestigia hominis*.

É necessário, portanto, considerar a “criação” como realidade mediada pela obra humana que, como tal, o crente deve encontrar para anunciar que com a Encarnação do Verbo a história do homem foi resgatada da sua *kenoses* sem esperança, e ao mundo é dado o dom de ligar os seus átomos em uma dimensão de dignidade e de liberdade que constituem a sua verdadeira *doxa*.⁸⁶

Tal visão de mundo implica, para o cristão, o dever do empenho missionário na busca de resgatar o seu sentido mais pleno, considerando-o como vinha do Senhor, a qual ele é enviado a cultivar, transformar e fazer frutificar.

⁸⁵ LG, 33.

⁸⁶ MALNATI, E. Teologia del laicato nel magistero della Chiesa. Lugano: Eupress FTL, p.79.

Contudo, para compreender quem é o fiel leigo, sua natureza, identidade e missão, é também necessário percorrer a história da Igreja e o testemunho de milhões de figuras simples e extraordinárias, que viveram heroicamente o Evangelho e suportaram a perseguição e o martírio; pessoas de todas as classes, que viveram santamente as virtudes evangélicas mantendo acesa a chama da fé, mesmo diante de sociedades hostis à fé e à religião; homens e mulheres que viveram o seguimento a Cristo na generosidade da doação total de si em favor dos mais necessitados e sofredores.

O testemunho dos leigos na história da Igreja está intrinsecamente unido ao testemunho de fé e à perseverança dos primeiros cristãos que, unidos aos Apóstolos, conseguiam dar vida a comunidades cristãs autênticas⁸⁷. Portanto, faz-se necessário percorrer a história do laicato e o seu desenvolvimento ao longo do tempo. A partir do momento em que essa história é inserida no seguimento de Cristo e na implantação do seu Reino, torna-se eclesial e teológica, embora um exercício de reflexão teológica a esse respeito seja algo mais recente.

2.2.2. Um legado da teologia do laicato

Para iniciar uma reflexão sobre uma teologia do laicato seria necessário partir das Sagradas Escrituras desde o Antigo Testamento, que mostra a liberalidade de Deus em contar com homens e mulheres comuns na condução da sua obra, mas sobretudo o Novo Testamento, com o testemunho de Jesus e dos Apóstolos que escolhiam para serem seus discípulos pessoas comuns, e contavam com a sua colaboração no anúncio do Reino de Deus. Uma história do laicato é, antes de tudo, história da Igreja, é a história dos primeiros cristãos que inseridos na sociedade romana favoreceram a expansão e o fortalecimento da fé em Cristo. Não menos importante seria a menção a tantos homens e mulheres, na sua maioria pessoas anônimas, que difundiram os valores evangélicos e, com eles, mudaram os padrões preestabelecidos por culturas que transcuravam o valor e a dignidade da pessoa.

⁸⁷ Cf. Rm 16,1-16; Col 4,17; Tit 3,13; 2Tm 4,9-14. 19-21; Fm 10.

Mais ainda, seria igualmente importante lançar um olhar mais atento aos primeiros séculos da história do cristianismo, e reconhecer a contribuição dos leigos na missão da Igreja, assim como o incentivo dado às associações e confrarias empenhadas no trabalho de evangelização, no incremento à piedade popular, nas ações caritativas e nas obras de misericórdia. Além desses, seria indispensável citar a enorme contribuição dada à obra de evangelização através da literatura, da busca pela verdade, através da educação e da catequese; todas essas atividades foram desenvolvidas ao longo dos séculos contando com a participação ativa dos fiéis leigos na vida da Igreja.

A nossa reflexão pretende somente fazer uma premissa para adentrar no tema central do presente trabalho, por isso não discorrerá sobre essa multidão de testemunhas, podendo apenas fazer alguma referência quando necessário. Nesta seção percorreremos os pontos centrais da teologia do laicato na fase pré-conciliar para melhor compreender a noção de leigo introduzida a partir do Concílio Vaticano II.

A depender da leitura que se faça do movimento laical e do seu desenrolar no período pré-conciliar, teremos posições diferentes e, por vezes, contraditórias. Por exemplo, Lecour, estudioso dos movimentos leigos, é bastante cauteloso ao falar em teologia do laicato, porque considera que havia certa tendência entre os estudiosos de identificar uma “minoría militante” como a totalidade dos leigos, monopolizando a imagem do laicato católico como um movimento político no interior da Igreja:

Era lógico que, em grande parte, esta visão – nem sempre conscientemente assumida e tematizada – se prolongasse no tempo do imediato pós-concílio, já que a irrupção da repercussão suscitada pelo evento conciliar, do ponto de vista social, referiu-se em primeiro lugar ao estado clerical, religioso e laical militante, ou seja, o núcleo das *elites* mais empenhadas da Igreja, mais informadas e sensíveis ao Concílio, nas quais se localizavam sobretudo os entusiasmos e as euforias, as oposições e os conflitos, as provas e as experimentações, as reflexões e as críticas. Segundo tal perspectiva, as grandes maiorias dos batizados, que compunham o povo de Deus, permaneciam na penumbra, quando não, os seus modos tradicionais de participação e de religiosidade católica eram desprezados [...]. Contra tal reducionismo é indicativo, por um lado, recordar o título de dois artigos reativos publicados na revista *Communio*, por si só bem significativos: *De la eminente dignidad de los pobres bautizados* e sobre *La muerte del laicado y el renacimiento del Pueblo de Dios*. [...].

As experiências associativas dos fiéis leigos como particularmente ilustrativas das questões e dos desafios que se apresentam a todos os leigos na “recepção do Concílio” no contexto do nosso tempo e com a convicção que as correntes

modernas e contemporâneas de “promoção do laicato” encontram o seu ápice propulsivo e irradiante sobretudo graças a estas experiências associativas.⁸⁸

Por outro lado, um dos percussores da teologia do laicato, Yves Congar, parte de uma visão crítica sobre a noção canônica de leigo, considerando-a negativa, enquanto dependente da hierarquia para poder existir em positivo. O autor, porém, reconhece que a tradição católica nunca excluiu os dois elementos que a constituem, embora ao longo dos séculos sempre tenha havido tendências de enfatizar mais um lado do que o outro; por isso propôs a elaboração de uma eclesiologia que valorizasse mais as dimensões espiritual e comunitária da Igreja e, portanto, mais atenta ao laicato. Congar também observa que a mudança de época e a tomada de consciência do próprio mundo da sua autonomia em relação à Igreja exigia desta uma nova imposição⁸⁹. Tudo isso, para o nosso autor, teve um influxo direto sobre o tema do laicato, pois à medida que o temporal adquire a sua independência e passa a ser respeitado na sua “profanidade”, impõe-se ao cristão uma nova e essencial questão: a relação entre as realidades temporais e o Reino de Deus.⁹⁰

Assim, diante das ações antirreligiosas e anticlericais de uma sociedade laicista que num movimento de “reconquista” da sua autonomia nos campos antes tutelados pela autoridade eclesiástica pode perder elementos essenciais da própria identidade, Congar, embora rejeite tais ações, busca uma via de diálogo que, na sua visão, para existir necessita do apostolado dos leigos no mundo. Este seria o sentido profundo e positivo de uma colaboração necessária da Igreja para o mundo, ao mesmo tempo seria uma resposta por parte dos leigos cristãos que buscam, diante das grandes mudanças históricas, o seu lugar no mundo.⁹¹ É importante observar que esta necessidade de encontrar uma nova imposição para a realização da missão da Igreja no mundo fez-se mais evidente com o surgimento dos vários movimentos de renovação: o movimento litúrgico, o movimento

⁸⁸ LECOUR, G. C. *I fedeli laici*. In: FISICHELLA, R. (org.). Il Concilio Vaticano II. Recezione e attualità alla luce del Giubileo. Cinisello Balsamo: Edizioni San Paolo 2000, p.172-174.

⁸⁹ Uma interessante reflexão a respeito foi desenvolvida por AMADO, J. P., no seu artigo: *Leigos na linha de frente?* Uma reflexão a respeito do laicato no atual momento evangelizador. In: *Atualidade Teológica*, v. 20, n. 53, p. 387-416, no qual destaca as contribuições de Yves Congar, sobretudo pela insistência na aplicação dos três múnus de Cristo a todos os fiéis, abrindo, assim, importantes portas para a superação da dicotomia predominante, e tal dicotomia só pode ser superada através da perspectiva da comunhão.

⁹⁰ CONGAR, Y. *Per una teologia del laicato*. Brescia: Morcelliana Edizioni, 1966, p.39.

⁹¹ CONGAR, Y. *Per una teologia del laicato*, p.42-43.

bíblico, o movimento ecumênico, o novo impulso missionário com o nascimento e desenvolvimento dos institutos seculares, além do despertar de uma nova sensibilidade às questões sociais. Em todos esses movimentos havia a presença ativa dos leigos. Congar, porém, vê, sobretudo na Ação Católica e nos Institutos Seculares, o despertar da consciência laical da situação profana do mundo moderno e a consciência da necessidade de santificar o mundo e de santificar-se nele.

Neste sentido, o canonista Zanetti reconhece que:

Diante das instancias modernas não basta ajustar a velha eclesiologia; é necessário elaborar uma nova, uma eclesiologia total e global; uma eclesiologia na qual se mantenha a função essencial e fundante do elemento hierárquico-jurídico (para não cair nos erros que historicamente deram origem a reações contrárias e unilaterais), mas na qual haja suficiente atenção ao “princípio comunitário” que, mesmo com título diferente, contribui para a construção da Igreja. E nesta Igreja, Corpo Místico de Cristo, devem ter a sua justa parte também os leigos.⁹²

Porém, Zanetti também faz a sua crítica da teologia do laicato porque esta teria deslocado o sentido contido no Código de 17 no tocante aos leigos. Para o canonista enquanto o Código indicava com a terminologia de leigos simplesmente os cristãos que não eram especificados pelo Sacramento da Ordem, a nova interpretação usava a mesma terminologia, mas com outro sentido que, examinando-o em profundidade, revelava-se ambíguo. Assim, aquilo que era uma simples tripartição prática e didática passou a adquirir um valor lógico e teológico.

Evidentemente isso também mudou a direção do desenvolvimento daquilo que tinha permanecido aberto no CDC17, ou seja, a condição comum do batizado; mas também introduziu uma nova relação entre as mesmas noções de “fiel” e de “leigo”. De fato, mesmo mantendo a mesma terminologia e aparentemente a mesma impostação, os conteúdos e, portanto, os termos da relação foram modificados. Na doutrina do CDC17, ainda que implicitamente, era a categoria de “fiel” que atraía conteudisticamente a si aquela de “leigo”: o leigo, na sua acepção positiva, era aquele constituído pessoa na Igreja de Cristo através do batismo, com todos os deveres e direitos próprios dos cristãos (can. 87). Na nova impostação teológica acontece o contrário: é a categoria de “leigo” que atrai conteudisticamente a si aquela de “fiel”: [...] o ser simples fiel (não ordenado e não consagrado) significa ser o cristão cuja identidade e missão depende exatamente da sua condição secular de vida e do seu modo de tratar as realidades terrenas.⁹³

⁹² ZANETTI, E. La nozione di laico nel dibattito preconciliare, p.83.

⁹³ ZANETTI, E. *I Laici*. In: GRUPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (org.). Fedeli, Associazioni, Movimenti. Milano: Glossa, 2001 p.37.

Compreende-se, portanto, que esta nova noção do termo “leigo” foi influenciada ou condicionada pelas categorias sociais modernas que interpretavam a realidade a partir da dialética da oposição. Dessa forma, o surgimento de uma teologia do laicato no período pré-conciliar, segundo Bougeois, na sua aparente diversidade de abordagens, traz na sua raiz uma concepção insuficiente da eclesiologia, porque considera a Igreja a partir da sua funcionalidade. Assim:

Em consequência, certas teologias do laicato podem assumir um aspecto conflituoso ou reivindicativo e organizar-se essencialmente para perguntar o que os leigos podem fazer ou não, por referência ao ministério presbiteral ou diaconal: um aspecto sem dúvida exacerbado pela situação atual de uma Igreja que não conhece só uma profunda crise de vocações, mas também uma considerável incerteza sobre a identidade do sacerdócio ministerial. De igual modo, fazer da distinção entre carisma e instituição (Congar) um elemento constitutivo da eclesiologia acarreta o perigo de identificar instituição e responsabilidade ministerial, por um lado, vida leiga e diversidade espontânea dos carismas, por outro lado, o que leva a desejar uma “promoção” do laicato em termos de diversificação carismática (Corecco; Chantraine) – um prolongamento moderno da teologia dos carismas fundadores dos institutos religiosos. Outra tendência, por fim, que pode com razão prevalecer-se da tradição e de certos textos conciliares (notadamente LG 31, “o caráter secular [*indoles saecularis*] é o caráter próprio e particular dos leigos”, retomado em CL), parece querer dar uma especificidade positiva ao laicato cristão confiando-lhe a preocupação com os assuntos do mundo (*saeculum*) – o que fornece uma versão contemporânea da repartição medieval dos poderes, tendo os clérigos a preocupação com os assuntos da Igreja e os leigos, a dos assuntos temporais. Entretanto, essa dicotomia, mesmo bastante atenuada, não parece poder responder à questão fundamental da determinação teológica do estatuto dos leigos na Igreja. A questão remete, com efeito, à do par sacerdócio batismal/sacerdócio ministerial, sendo esse par que estrutura a Igreja em seu próprio ser.⁹⁴

Contudo, é preciso reconhecer os méritos da teologia do laicato por insistir no debate acerca dos direitos dos fiéis que não pertencem ao clero, na vida e na missão da Igreja, mesmo com alguns exageros de interpretação, por vezes eclesiocêntricas, que podiam conduzir a uma visão ativista da figura dos fiéis leigos; Mas é também graças a este debate que vemos, nos anos que antecederam o Concílio, o despertar do apostolado dos leigos e de uma nova consciência do ser membro da Igreja e corpo místico de Cristo, e com ela uma nova reflexão

⁹⁴ BOUGEOIS, D. *Leigo*. p.1014.

eclesiológica é introduzida nos pronunciamentos e documentos pontifícios⁹⁵, assim como na reflexão teológico-canônica.

A este ponto vale a pena mencionar Pio XI, conhecido como “o Papa da Ação Católica” e Pio XII⁹⁶ que, durante o seu discurso aos participantes do II Congresso mundial do Apostolado dos Leigos, ocorrido em 5 de outubro de 1957, numa postura de acolhimento e gratidão pela colaboração dos leigos na missão da Igreja “especialmente quando se trata de fazer penetrar o espírito cristão em toda a vida familiar, social, econômica e política, enfatizou que “seria ignorar a natureza da Igreja e o seu caráter social distinguir nela um elemento puramente ativo, as autoridades eclesiásticas, e, por outro lado, um elemento puramente passivo, os leigos”; assim reafirma a importância e o valor dos leigos na Igreja. Contudo, o Papa também critica a Ação Católica de reivindicar para si “o monopólio do apostolado dos leigos”. Neste discurso, diante de incompreensões acerca do valor e da eficácia do apostolado leigo numa colaboração mais estreita com a hierarquia, Pio XII declara que tal colaboração não tem o poder de mudar a essência da missão do sujeito.⁹⁷ Tal visão revela que o modelo de comunhão entre leigos e pastores não pode ser modelado segundo os modelos civis, mas segundo os fundamentos evangélicos. A colaboração dos leigos com a hierarquia não pode ser vivida como busca de poderes de ordem e de jurisdição que permanecem intimamente ligados à recepção do Sacramento da Ordem.

Compreende-se, portanto, que somente a identificação de todos os fiéis a partir do Batismo é capaz de revelar que a unidade precede a distinção que expressa as diversas formas de realização da *sequela Christi*. Isso se tornará mais evidente com a eclesiologia do Vaticano II.

⁹⁵ LOPES, L. J. *A Teologia do laicato na Constituição Dogmática Lumen Gentium e nas conferências gerais do Episcopado da América Latina*. Porto Alegre, 2012, traz uma reflexão sobre a dependência pastoral dos leigos em relação aos membros da hierarquia como uma consequência da exclusão do povo fiel das considerações eclesiológicas. Os tratados sobre a Igreja eram mais apologéticos e acabavam por silenciar os aspectos da sua vida profunda.

⁹⁶ Aqui também é importante citar Leão XIII com a sua atenção à questão social. O Papa Pio XI passa a ser conhecido como o “Papa da Ação Católica” por tê-la defendido e incentivado; também Pio XII dedicou muita atenção ao movimento laical, através de ensinamentos doutrinários a partir da visão da Igreja como Corpo místico de Cristo e pelo incentivo aos dois primeiros congressos do apostolado dos leigos.

⁹⁷ PIO XII. AAS, 49, [1957], p.922-939.

2.2.3.

A identidade dos fiéis leigos a partir no Vaticano II

O tema do laicato encontrou grande espaço nos documentos do Concílio Vaticano II. Podemos afirmar que “aos leigos se abriam perspectivas novas e fascinantes. Por toda parte se falava da ‘hora do laicato na Igreja’”⁹⁸. De forma direta ou transversalmente o tema dos leigos está presente em todos os documentos conciliares, com amplo espaço na Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, no Decreto sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem* e na Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*. O ensinamento conciliar sobre os leigos, portanto, constitui “um verdadeiro fermento evangélico para a renovação da Igreja do nosso tempo”⁹⁹, porque soube recolher os bons frutos do longo caminho realizado pelo laicato católico, e os introduziu no coração da Igreja e no coração do mundo, favorecendo e impulsionando uma maior autonomia da própria missão, da índole secular e, ao mesmo tempo, fortalecendo o sentido de pertença eclesial.

O pós-Concílio conheceu entusiasmos e incompreensões de acordo com a hermenêutica aplicada na sua recepção. Entre duas visões contrapostas denominadas por Bento XVI como hermenêutica da descontinuidade e hermenêutica da reforma, a Igreja continuou sendo guiada pelo Espírito Santo. A hermenêutica da reforma é a da “renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos concedeu; é um sujeito que cresce no tempo e se desenvolve, permanecendo, porém, o mesmo, único sujeito do Povo de Deus a caminho”; quanto à hermenêutica da descontinuidade, esta “corre o risco de terminar numa ruptura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós. Ela afirma que os textos do Concílio como tais ainda não seriam a verdadeira expressão do espírito do Concílio”.¹⁰⁰

Quanto ao processo de recepção da doutrina conciliar sobre o laicato, Rylko faz uma excelente síntese sobre as etapas deste processo, na qual podemos perceber a continuidade e, ao mesmo tempo, a evolução sobre o tema dos leigos no magistério posterior: sob o Pontificado de Paulo VI foi criado o *Concilium de*

⁹⁸ RYLKO, S. *Il Concilio Vaticano II. Pietra miliare nel cammino del laicato cattolico*. In: Pontificium Consilium pro Laicis. Atti del Congresso del Laicato Cattolico – Testimoni di Cristo nel nuovo Millennio (Roma, 25 – 30 Novembre 2000). Città del Vaticano: LEV, p.115.

⁹⁹ RYLKO, S. *Il Concilio Vaticano II*, p.116.

¹⁰⁰ BENTO XVI. AAS 98 [2006: 1], p.46.

Laicis que em 1976 passou a ser o Pontifício Conselho para os Leigos, também se destaca o sínodo dos Bispos sobre a evangelização em 1974 e a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* em 1975, que deu “grande impulso ao empenho missionário dos leigos. Sob o Pontificado de João Paulo II destaca-se o Sínodo de 1987 sobre a “vocação e missão dos fiéis leigos na Igreja e no mundo”¹⁰¹, e a Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, documento que se tornou a carta magna do laicato católico contemporâneo, também um marco para a compreensão e acompanhamento eclesial dos novos fenômenos agregativos laicais.

Para compreender a identidade do fiel leigo, portanto, devemos recorrer ao texto do Concílio que, mais do que uma definição, apresenta as características essenciais *sine qua non* o fiel leigo deixa de viver a sua missão na Igreja e no mundo. O texto da *Lumen Gentium* diz que:

Por leigos entendem-se aqui todos os cristãos que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Batismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo.¹⁰²

Este texto conciliar apresenta como elemento constitutivo da identidade laical a dimensão cristocêntrico-sacramental que expressa, em primeiro lugar, que o cristão está “incorporado a Cristo pelo Batismo”, assim “a identidade do leigo brota da realidade ontológica deste sacramento”¹⁰³, que iguala todos os fiéis em dignidade e os torna, cada um a seu modo, participantes do *tria munera Christi*, por força do qual exercem a sua missão específica na Igreja e no mundo. Também está presente na identidade do fiel leigo a dimensão eclesial, pois ele é membro do Corpo de Cristo e, neste sentido, são precisas estas palavras de Von Balthasar: “O cristão é tal somente como membro da Igreja. O Batismo é um ato da Igreja que incorpora na comunidade da Igreja. Ninguém é cristão por iniciativa própria. E o Espírito Santo [...] é em primeiro lugar e sobretudo o Espírito da Igreja”¹⁰⁴. A opção metodológica do Concílio ao apresentar a Igreja partindo do seu mistério e inserindo o capítulo sobre o “Povo de Deus” antes do capítulo sobre o Ministério eclesiástico, enfatiza a unidade do Corpo de Cristo, a essência e a dignidade do

¹⁰¹ RYLKO, S. Il Concilio Vaticano II, p.117.

¹⁰² LG, 31.

¹⁰³ RYLKO, S. Il Concilio Vaticano II, p.119.

¹⁰⁴ BALTHASAR, H. U. V. *Gesù e il Cristiano*. Milano: Jaca book, 2023, p.15.

cristão que não estão nas funções ou ministérios exercidos, mas na vocação comum à santidade.

A *Lumen Gentium* soube apresentar com muita lucidez o mistério da Igreja qual Sacramento de Cristo, portanto a sua dupla dimensão, visível e invisível. Daquilo que é visível trouxe uma noção mais nítida sobre o Povo de Deus, que é a totalidade dos fiéis; esta compreensão testemunha que a unidade precede a distinção e recupera a perspectiva de comunhão já presente na Igreja primitiva.

Outro aspecto muito importante que caracteriza o fiel cristão no texto conciliar é a sua índole secular. Diz o texto conciliar que é “específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando as coisas segundo Deus”.¹⁰⁵ Não se exclui a possibilidade de que aqueles que recebem a ordem sacra possam exercer profissões seculares, mas esta não é a sua característica específica, constituindo, ao contrário, uma exceção.

O estilo de vida dos leigos no mundo deve ser o de discípulos de Cristo, assim, à proporção que realizam o seu papel nas condições ordinárias da vida familiar e social, sua existência vai encontrando sentido, pois “lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo”¹⁰⁶. Esta é uma missão insubstituível, e necessária tanto em nível eclesial quanto social.

Em toda a história da Igreja o ministério dos leigos foi uma descoberta feita a partir da praxe, ou seja, da necessidade pastoral, a reflexão teológica é posterior e totalmente inserida no mistério da Igreja. Por isso, a compreensão da natureza e da missão dos leigos na Igreja e no mundo foi um tema que passou por diversas fases de maturação até chegar a uma definição na LG 31. Segundo o texto conciliar, compete aos fiéis leigos a missão de consagrar o mundo (*consecratio mundi*¹⁰⁷). Ao precisar a definição do fiel leigo, o Concílio Vaticano II rompe com

¹⁰⁵ LG, 31.

¹⁰⁶ LG31.

¹⁰⁷ Na sua obra *O povo de Deus no mundo*, Chenu observa que este termo até então foi pouco usado, e que provoca uma tomada de consciência de uma nova conjuntura da situação do cristão no mundo: “um mundo novo, em que o homem, por seu crescente domínio sobre a natureza, pode doravante avaliar, para proveito seu, a densidade dos valores terrestres que ele traz consigo e em que o fiel é levado a procurar de sua fé sobre esses valores profanos, sempre mais emancipados de uma prévia tutela religiosa”. Mas a expressão *consecratio mundi* presente no capítulo IV é evitada no capítulo II, no qual se define “o povo de Deus”, e é igualmente evitada no decreto sobre o apostolado dos leigos, pelo risco de ser equivocada em si e não dá sempre o mesmo significado. Contudo, a distinção não deve levar à ambiguidade do termo, pois foi a partir da experiência concreta que os cristãos levantaram o problema da sua missão no mundo profano, como

uma compreensão inadequada que considerava o leigo como categoria subordinada ao clero, e faz emergir a eclesiologia da era apostólica na qual o Batismo e a fé em Cristo precedem a cargos ou funções. Por este motivo é mister promover a participação ativa dos fiéis leigos em todas as esferas da sociedade, pois

Independentemente do pequeno número de sacerdotes, as relações entre a Igreja e o mundo exigem a intervenção dos apóstolos leigos. A *consecratio mundi* é, essencialmente, obra dos próprios leigos, de homens que estão intimamente enfiados na vida econômica e social, que participam do governo e das assembleias legislativas.¹⁰⁸

Especificando a identidade laical por meio do conceito “índole secular”, o Concílio revela que a sua visão de mundo está marcada por duas coordenadas fundamentais: o mistério da Criação e o da Redenção. “Não se trata de afirmar que ele faz aquilo que a hierarquia não consegue ou não pode fazer”¹⁰⁹, ao contrário, esta é uma visão positiva, que reconhece a legitimidade e a autonomia das realidades terrenas e a bondade da sua origem e do seu destino. Este conceito de “índole secular” foi objeto de muitos debates e más interpretações, contudo “tem um forte significado teológico, enraizado na verdade da Encarnação, portanto não deve ser reduzido a uma dimensão puramente sociológica”¹¹⁰. O fiel leigo que vive no coração do mundo recebe, como dom do Espírito Santo, a graça e a capacidade de encarnar o Evangelho nas realidades quotidianas e em todos os setores da sociedade, e assim realizar a sua missão de discípulo de Cristo, porque a forma mais eficaz para o cumprimento desta missão é através do testemunho de vida nas ações quotidianas, que na caridade resplandece a fé e a esperança.

O decreto sobre o apostolado dos leigos, *Apostolicam Actuositatem* (AA) parte da eclesiologia da *Lumen Gentium* e da *Gaudium et Spes* para desenvolver o seu ensinamento e confirmar os leigos como membros vivos do Corpo de Cristo, que é a Igreja. Estes, portanto, participam do mesmo mistério de comunhão e do

encarnação da vida divina entre os homens. A pergunta fundamental, portanto, era saber “qual é exatamente a eficácia da ação exercida sobre o mundo, por um homem que o considera à luz de sua fé e se empenha na sua construção com os recursos da graça?”: CHENU, M. D. *O povo de Deus no mundo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969 p.73-76.

¹⁰⁸ PIO XII. AAS, 49 [1957], p.927.

¹⁰⁹ WOLFF, E. *A teologia do laicato no Vaticano II: revisitação a partir do pontificado o Papa Francisco*. In: *Atualidade Teológica*, v. 22, n. 59, mai./ago. 2018, p.295.

¹¹⁰ RYLKO, S. *Il Concílio Vaticano II*, p.123.

sacerdócio comum de todos os cristãos em virtude da graça batismal, pela qual são chamados à santidade de vida e ao apostolado no coração do mundo, em todos os âmbitos da convivência humana; ali são chamados a aperfeiçoar a ordem temporal com o espírito do Evangelho.¹¹¹ Trata-se de uma missão exigente, que só poderá ser realizada se o fiel leigo assumir a grandeza da missão que lhe é própria, sem falsificá-la ou enfraquecê-la com a busca de poder ou na tentação de clericalizar-se, o que tornaria a missão estéril.

O teólogo espanhol Royo Marín¹¹², após percorrer os documentos do Vaticano II e reconhecer neles uma visão positiva acerca da vocação laical, atesta que o concílio reconhece não apenas os serviços, mas os carismas que Espírito Santo distribui entre os leigos, segundo sua libérrima vontade, e os utiliza para a obra comum da Igreja, uma vez que esta é a glória de Deus e a salvação das almas. Para esta grandiosa obra faz-se necessária a colaboração de todos, especialmente daqueles que formam numericamente a quase totalidade do povo cristão. E o próprio Espírito continua a suscitar novas formas de vida e de apostolado no meio do seu povo, para realizar a imperiosa missão de anunciar o evangelho até os confins da terra.

2.3.

As Novas Comunidades à luz da eclesiologia de comunhão

O objetivo desta seção é identificar o específico das Novas Comunidades, e, embora os textos que a elas se referem normalmente as associem aos Movimentos Eclesiais – por razões óbvias, pois se trata de dois fenômenos relacionados aos leigos e com inúmeras semelhanças –, interessa-nos, por ora, fazer a devida diferenciação. Não é tarefa simples, especialmente por se tratar de um fenômeno recente, ainda em pleno desenvolvimento.

Para isso, partiremos da Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, porque nela se encontra uma primeira reflexão magisterial sobre as novas formas de vida consagradas na Igreja e também porque este documento tornou-se uma espécie de *magna Charta* para o apostolado dos leigos. Traremos para a nossa reflexão os

¹¹¹ AA, 5.

¹¹² MARÍN, A. R. *A Espiritualidade dos Leigos*. A santidade dos que vivem no mundo. Campinas/SP: Ecclesiae 2023, p.89.

critérios de eclesialidade que orientam os Pastores e as próprias Comunidades Novas quanto à veracidade de cada Carisma e que orientam no discernimento para um verdadeiro e próprio reconhecimento por parte da Igreja; por fim, apresentaremos as Novas Comunidades com as suas características específicas.

Aqui nos interessa, sobretudo, conhecê-las, porque sem um adequado conhecimento, verdadeiro e maduro de si e do outro, as relações – mesmo as eclesiais e pastorais – passam a ser movidas pelas circunstâncias, podendo impedir o desenvolvimento da própria obra de Deus em favor do seu povo. Deixaremos, contudo, para o cap. IV as questões referentes à sua inserção nas igrejas locais, com os desafios e as graças que lhes são próprios.

2.3.1.

***Christifideles Laici* e os novos movimentos laicais na Igreja**

Vinte anos após o Concílio, ainda em pleno movimento de recepção e aplicação da riqueza e novidade dos seus ensinamentos, a Igreja realizou o Sínodo dos Bispos sobre a Vocação e a missão dos leigos da Igreja e no mundo, a partir do qual foi publicada a Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, um documento que se tornou “uma bússola segura e uma fonte preciosa de inspiração”¹¹³, tanto para os próprios leigos quanto para a Igreja inteira no que concerne à pastoral laical. Não tendo a pretensão de esgotar os ricos e importantes temas tratados nesse documento, nos dedicaremos tão somente a analisar a recepção dos Bispos quanto ao surgimento dos novos fenômenos agregativos laicais e, conseqüentemente, a resposta do Papa sobre a questão. Na seção seguinte, nos dedicaremos à análise dos critérios de eclesialidade.

João Paulo II inicia o texto com uma visão panorâmica apresentada durante o Sínodo sobre os frutos do Concílio no tocante aos leigos e constata alguns aspectos positivos e negativos: dos aspectos positivos o Pontífice ressalta que o Espírito Santo continuou “a rejuvenescer a Igreja, suscitando novas energias de santidade e de participação”, que se tornam visíveis no “novo estilo de colaboração entre sacerdotes, religiosos e fiéis leigos”, ou seja:

¹¹³ RYLKO, S. *La Christifideles laici, magna charta del laicato cattolico del nostro tempo*. Discurso de abertura dos trabalhos da XXIII Assembleia plenária do Pontifício Conselho para os Leigos. Roma, 13-15 novembro 2008. Disponível em: [christifideles-laici-magna-charta-laicato-cattolico-del-nostro-tempo.pdf](#). Acesso 1 março 2023.

A participação ativa na liturgia, no anúncio da Palavra de Deus e na catequese; a multiplicidade de serviços e de tarefas confiadas aos fiéis leigos e por eles assumidas; o radioso florescimento de grupos, associações e movimentos de espiritualidade e de empenho laicais; a participação cada vez maior e significativa das mulheres na vida da Igreja, e o progresso da sociedade.¹¹⁴

Os aspectos negativos acentuados no Sínodo são expressos como dois tipos de perigos e tentações: o primeiro refere-se a uma espécie de *fuga mundi*, quando há, entre os leigos, um interesse exclusivo pelas tarefas eclesiais em detrimento da vivência daquilo que lhes caracteriza, a sua índole secular; o outro perigo é a tentação de legitimar a separação entre fé e vida, o que conduziria a uma vida cristã desassociada das exigências evangélicas, numa espécie de ateísmo prático, como se Deus não existisse. Outros “desafios” que foram apresentados por alguns Bispos e discutidos no Sínodo relacionavam-se aos ministérios confiados aos leigos, à difusão dos novos movimentos e ao lugar da mulher na Igreja e na sociedade.

A doutrina do Vaticano II sobre o laicato foi um farol orientador para os trabalhos do Sínodo, revelando a sua atualidade e alcance profético, cujas respostas continuam válidas, mesmo diante de novos e desafiantes cenários sociais, culturais e eclesiais. O Sínodo também indicou caminhos concretos para encarnar a teoria na praxe eclesial, enfatizando sempre que a Igreja é comunhão missionária, “e é uma comunhão orgânica caracterizada pela diversidade e complementariedade das vocações e condições de vida, dos ministérios, dos carismas e das responsabilidades”¹¹⁵.

O Papa escreveu que o significado mais fundamental e o fruto mais preciso do Sínodo é que os leigos escutem a voz de Cristo que os chama a trabalharem na sua vinha, e que respondam e correspondam a esse chamado de forma consciente e responsável, como membros vivos da Igreja. Diante das diversas situações dramáticas da história em que crescem a rejeição aos valores cristãos e o individualismo que conduz à descaracterização e ao desprezo da dignidade da pessoa humana, Deus não abandona a sua criação e suscita meios adequados para resgatar as ovelhas feridas. Dessa forma, os novos carismas laicais são descritos

¹¹⁴ ChL, 2.

¹¹⁵ ChL, 20.

como sendo um sinal¹¹⁶ da grande “riqueza e versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial”¹¹⁷; esta afirmação continuará sendo central nos discursos e mensagens do Magistério acerca das Novas Comunidades.

A chave de leitura para compreender o ensinamento do Sínodo sobre o novo fenômeno agregativo de fiéis é a comunhão. Assim, o parágrafo 29 da *Christifideles Laici* ressalta que “a comunhão eclesial, já presente e operante na ação do indivíduo, encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, isto é, na ação solidária que eles desenvolvem ao participar responsabilmente da vida e da missão da Igreja”. O florescer de um novo Carisma é como um fruto, que só pode brotar em um galho que permanece na videira¹¹⁸, uma vez que não se trata de voluntariar-se para a missão, mas de reconhecer um chamado divino para edificar o seu Reino, permanecendo nele¹¹⁹.

O mesmo parágrafo segue afirmando que o Espírito continua a eliciar novos Carismas para a Igreja. O Espírito, de fato, sempre suscitou Carismas de acordo com a necessidade de cada tempo e, assim, revitaliza a Igreja e a insere, por meio destes, em todas as realidades humanas, sociais e culturais.

No mesmo parágrafo o pontífice fala de “uma nova estação agregativa dos fiéis leigos”¹²⁰, e dez anos depois, diante de milhares de fiéis leigos membros de Movimentos e de Novas Comunidades, falará de “uma nova primavera da Igreja”¹²¹. As definições “nova estação” e “nova primavera” são analogias que se relacionam com as estações do ano, ou com as estações de uma vida, e isso implica tanto a continuidade com as estações anteriores, quanto a responsabilidade com as estações vindouras, por isso é também importante

¹¹⁶ Em uma conferência proferida durante a 1ª Assembleia plenária do Pontifício Conselho para o Leigos, o então vice-presidente Lucas Moreira Neves evidenciou a dimensão simbólica da Igreja, enquanto sinal de união com Deus e com o gênero humano, de forma que todos os seus elementos (sacramentos, ritos, ministérios, membros, etc.) não têm sentido se não são também um sinal. Assim, para realizar esta relação entre o mundo e Deus, o sinal deve: estar no alto, como o arco-íris a lembrar que Deus é fiel e perdoa; deve ser como um estandarte capaz de congregar todos ao seu redor; deve ser capaz de anunciar que o Reino de Deus está no meio de nós; deve ser autêntico e verdadeiro, indicando aquilo do qual é sinal. NEVES, L. M. Reflexiones sobre el papel de los laicos a partir de los documentos conciliares. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *Éléments pour une théologie des laïcs*, 1979, p.61-70.

¹¹⁷ ChL, 29.

¹¹⁸ Cf. Jo 15,4.

¹¹⁹ Seria este o segredo dos novos movimentos eclesiais que, para BEYER, J. *L'avvenire dei movimenti ecclesiali*. In: Quaderni di diritto ecclesiali. V.11 p. 06-13, se fortalecem à medida em que se concentram nos valores essenciais da fé e da vida cristã: a palavra de Deus, a unidade, a caridade, a dedicação incondicional, a abertura aos outros, o testemunho de vida.

¹²⁰ ChL, 29.

¹²¹ M2JP.

ressaltar que às vezes um Carisma novo se desenvolve a partir de um Carisma antigo, e isso revela quão “grande é a riqueza e a versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial e tamanha é a capacidade de iniciativa e a generosidade do nosso laicato”¹²². Os Movimentos surgidos no período pré-conciliar contribuíram, de forma profética, com o despertar da vocação e missão laical e com o florescimento das Novas Comunidades surgidas no pós-concílio. Ambos são um importante recurso eclesial para a difusão, aplicação e atualização da doutrina conciliar sobre os sacramentos, o chamado universal à santidade e a identidade e missão eclesial dos fiéis leigos. Também colaboram com a desafiante missão da Igreja de santificar o mundo, visto que, sendo movimentos prevalentemente laicais, estão inseridos no tecido social e cultural, sua terra de missão, onde anunciam com parresia e criatividade o Evangelho, sem excluir ninguém.

Ao valor e à riqueza de todas as realidades associativas tradicionais, caracterizadas por objetivos particulares, como também dos Institutos de vida consagrada e das Sociedades de vida apostólica, acrescentam-se aquelas realidades mais recentes que podem ser descritas como agregações de fiéis, movimentos eclesiais e novas comunidades, sobre as quais se detém o presente documento. Essas não podem ser entendidas simplesmente como um voluntário associar-se de pessoas com o fim de perseguir um objetivo peculiar de caráter religioso ou social. O caráter de “movimento” lhes distingue no panorama eclesial enquanto realidade fortemente dinâmica, capazes de suscitar particulares atrações para o Evangelho e de sugerir uma proposta de vida cristã tendencialmente global, investindo cada aspecto da existência humana. O agregar-se dos fiéis com uma intensa partilha da existência, com o fim de incrementar a vida de fé, esperança e caridade, exprime bem a dinâmica eclesial como mistério de comunhão para a missão e se manifesta como um sinal de unidade da Igreja em Cristo.¹²³

Embora diferentes em sua configuração exterior e no *modus operandi*, as novas agregações laicais convergem na finalidade: “participar responsabilmente da missão da Igreja e levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade”¹²⁴. Todo carisma é dado para a edificação da Igreja e para colaborar com a missão que Cristo lhe confiou em cada tempo¹²⁵. Assim, numa sociedade secularizada, fragmentada e individualista, a

¹²² ChL, 29.

¹²³ IE, 2.

¹²⁴ ChL, 29.

¹²⁵ Com o fim da cristandade e o avanço da secularização nas sociedades ocidentais, a Igreja tem enfrentado o desafio de uma crescente rejeição, também ampliada pelas inúmeras denúncias no

ação de um “sujeito social” enquanto comunidade será mais eficaz do que apenas um indivíduo.

Nada disso, porém, justificaria o agregar-se dos fiéis leigos. A razão profunda que o justifica só pode ser de ordem teológica, e uma razão eclesiológica, a saber: a comunhão e a unidade da Igreja em Cristo, que devem “manifestar-se nas relações de comunhão, tanto no interior como no exterior da comunidade cristã”.¹²⁶ A *Lumen Gentium* afirma, a esse respeito, a liberdade de associar-se dos fiéis leigos, ressaltando a imperiosa necessidade da comunhão com as autoridades eclesiais¹²⁷. Tudo isso depende também da postura de serviço por parte dos Movimentos, uma vez que cada Carisma tem a sua razão de ser na edificação da Igreja, e não poderá edificá-la isolando-se do resto do Corpo, mas inserindo-se adequadamente no universal e no particular.

O documento publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão, *Communio Notio* (CN), ensina que a pluralidade e a diversificação não obstaculizam a unidade, mas, ao contrário, lhe conferem um caráter de comunhão.¹²⁸ Desse modo, ao referir-se à relação entre Igreja universal e particular, o documento expressa o conceito “mútua interioridade”¹²⁹ como o sentido da comunhão do corpo de Cristo. Este termo postula um patrimônio comum e uma relação de mútua dependência, sem a qual não podemos falar de Igreja em pleno sentido.

2.3.2. Os critérios de eclesialidade

A Congregação para a Doutrina da Fé, na Carta *Iuvenescit Ecclesia* (IE), explica que, dentre os dons livremente distribuídos pelo Espírito Santo, existem aqueles que não necessitam de “particulares regulamentações” para serem exercidos; contudo, quando se trata de um Carisma originário ou fundacional, faz-

âmbito moral e econômico envolvendo membros do clero. Em um cenário assim, os Movimentos e Novas Comunidades tornam-se pontes, que contribuem com a vitalidade da relação Igreja-mundo.

¹²⁶ ChL, 29.

¹²⁷ LG, 37.

¹²⁸ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Communio notio*. Sobre alguns aspectos da Igreja considerada comunhão, n.16. Será citada CN.

¹²⁹ Aprofundaremos a centralidade deste conceito dentro da presente obra em 4.3.2.

se necessário um reconhecimento específico por parte da Igreja, para que “tal riqueza se articule adequadamente na comunhão eclesial e se transmita no tempo”.¹³⁰ O reconhecimento por parte da autoridade eclesiástica, portanto, preserva o Carisma de perder-se no tempo e não priva a Igreja do dom que foi dado por Deus para o bem comum. Compete, portanto, à autoridade eclesiástica o discernimento da autenticidade de cada Carisma e, para ajudar nesse caminho, foram estabelecidos progressivamente alguns critérios de eclesialidade.

Esta reflexão teológica e canônica começou a progredir, sobretudo, no período pós conciliar, e se desenvolveu à proporção que as novas realidades eclesiais se consolidavam, mas, sem uma definição específica por parte da Igreja, essas sofriam por incompreensões e até rejeições, mesmo dentro da Igreja. Esse foi um dos temas debatidos no Sínodo de 87, e foi acolhido na Exortação apostólica *Christifideles Laici*, na qual foram sistematizados os primeiros critérios para o discernimento e reconhecimento das agregações laicais, servindo a todas as expressões laicais, sejam carismáticas ou não. Posteriormente, a Congregação Para a Doutrina Fé atualizou os critérios estabelecidos pela ChL, mas com uma atenção voltada especialmente para as agregações de origem carismática.

A esse respeito, Borges Neto sublinha que,

Obviamente, o reconhecimento da Igreja não quer dizer que a eclesialidade seja somente algo de externo, realizado por outro, a ser conquistado talvez com a satisfação e a amizade do bispo diocesano. É preciso afirmar que, na verdade, esta não nasce a partir de fora dos movimentos, mas deve ser encontrada dentro deles mesmos, deve ser uma expressão de sua natureza mais íntima.¹³¹

A ChL explica que os critérios de eclesialidade devem ser lidos sempre na perspectiva da comunhão e missão da Igreja e jamais em contraste com a liberdade associativa dos fiéis, dessa forma é possível compreender “a necessidade de claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento das agregações”.¹³² O documento apresenta um elenco de cinco critérios fundamentais, que dialogam entre si e estão, de certa forma, interligados:

¹³⁰ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA A FÉ. *Carta Iuvenescit Ecclesia*. Sobre a relação entre dons hierárquicos e carismáticos para a vida e missão da Igreja. São Paulo, 2016, n.17. Será citada: IE.

¹³¹ BORGES NETO, R. S. *O Renascer da Esperança*. Movimentos eclesiais contemporâneos e comunidades novas no pensamento de João Paulo II e Bento XVI. Rio de Janeiro: Real Engenho, 2018, p.37.

¹³² ChL, 30.

1) *O primado dado à vocação de cada cristão à santidade* – Por reconhecer que o primeiro chamado de Deus à agregação é à santidade, e que esta deve manifestar-se através dos frutos do Espírito na vida dos fiéis, o primeiro critério ressalta que todo Carisma deve ser instrumento de santidade na Igreja.

Uma santidade laical concreta, que testemunha a coerência entre fé e vida, deve, necessariamente, transparecer e frutificar em âmbito profissional, social, econômico, cultural e político, ou seja, nos espaços que compõem o campo de ação peculiar do fiel leigo. Mas vale a pena notar que “um fio muito tênue separa a vocação que os leigos são chamados, do exagero danoso. Não devem abraçar os serviços e tarefas eclesiais como se fossem próprios e exclusivos do seu estado”¹³³.

2) *A responsabilidade de professar a fé católica* – Este critério evidencia que “toda agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral”¹³⁴. Além de examinar a vida missionária e as atividades evangelizadoras de anúncio da fé, o segundo critério também atenta para o acolhimento deste anúncio e para a sua fidelidade ao Magistério da Igreja.

3) *O testemunho de uma comunhão sólida e convicta* – A dimensão da comunhão, numa relação filial com o Sucessor de Pedro, com o Bispo, que é princípio visível e fundamento da unidade da Igreja particular, além da estima recíproca entre todas as formas de apostolado da Igreja.¹³⁵ A comunhão visível com toda a Igreja é o distintivo de eclesialidade de um Movimento ou Nova Comunidade, porque nenhum carisma existe para si mesmo. Este critério se traduz na disponibilidade e lealdade em seguir “as orientações e ensinamentos pastorais”, além do sincero reconhecimento da “legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração”¹³⁶.

4) *A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja* – O fim apostólico da Igreja é a evangelização, a santificação do mundo e o anúncio do Evangelho em todos os ambientes da vida humana. Portanto, este critério revela o que a Igreja espera das Novas Comunidades e de todas as agregações

¹³³ BORGES NETO, R. S. *O Renascer da Esperança*, p.41.

¹³⁴ ChL, 30.

¹³⁵ LG, 23.

¹³⁶ ChL, 30.

laicais: “o entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos da nova evangelização”.¹³⁷

5) *O empenho de uma presença na sociedade* – As agregações leigas devem trabalhar na construção de uma sociedade mais humana, mais justa, segundo a Doutrina Social da Igreja, que está a serviço da dignidade integral do ser humano. Este critério avalia a inserção e o empenho das agregações laicais na sociedade, mais ainda, evidencia que o chamado cristão é de ser “Igreja em saída” e “hospital de campanha”.

Os critérios de eclesialidade devem, de fato, ser lidos de forma unitária, dado que a primazia da santidade conduz à profissão de fé como um testemunho de coerência entre fé e vida, ou seja, à comunhão com o inteiro Corpo de Cristo. Uma autêntica profissão de fé deve ser inseparável do testemunho que evangeliza, portanto, da missão que deve empenhar-se para a transformação do mundo.

Estes critérios devem ser verificados a partir dos “frutos concretos” que devem acompanhar a vida e as obras das Novas Comunidades e de todas as formas de agregação laical. A ChL explicita quais frutos autenticam a originalidade de um carisma na Igreja:

O gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimônio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar dos programas e das atividades da Igreja, tanto em nível local como nacional ou internacional; o empenho catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambiente da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados “afastados”.¹³⁸

Como mencionado acima, na IE estes critérios serão repropostos, visando também as agregações de origem carismática. Permanecem válidos os princípios indicados pela ChL, mas serão indicados outros três, seguindo uma nova ordem, e também estes devem ser lidos em unidade.

1) *Primado da vocação de cada cristão à santidade* – Como na ChL este critério permanece sendo o primeiro, dado a importância da relação com Deus como fonte de toda a vida da Igreja, cujo fim é a união com Deus, ou seja, a

¹³⁷ ChL, 30.

¹³⁸ ChL, 30.

santidade. A IE repete que todo carisma autêntico “deve ser sempre instrumento de santidade na Igreja e, portanto, de incremento da caridade e de autêntica tensão em direção à perfeição do amor”¹³⁹. O apelo à santidade pessoal e comunitária é uma das características nas NC, como um sinal da ação santificadora do Espírito Santo que as gerou, tornando-se, assim, um tema frequente nas suas publicações, nas canções, nas formações e no estilo de vida dos seus membros.

2) *Empenho na difusão missionária do Evangelho* – Na ChL este critério era o quarto da lista, mas passou para o segundo lugar, considerando que o fruto imediato do encontro com o Senhor é o anúncio¹⁴⁰. Na *Evangelii Gaudium*, Francisco confirma que as realidades carismáticas autênticas são “presentes do Espírito integrados no corpo eclesial, atraídos para o centro que é Cristo, donde são canalizados num impulso evangelizador”¹⁴¹.

3) *Confissão da fé católica* – O critério que na ChL indica o acolhimento e a proclamação da verdade sobre Cristo e a obediência ao Magistério, na IE aparece com o acréscimo de que “toda realidade carismática deve ser lugar de educação à fé na sua integralidade”, e no final, com palavras de Francisco dirigidas aos Movimentos e Novas Comunidades no Pentecostes de 2013, explica que se deve evitar de aventurar-se “para além (*proagon*) da doutrina e da comunidade eclesial”, uma exigência necessária, pois, de fato, se não se permanece nela, não se está unido ao Deus de Jesus Cristo”¹⁴².

4) *Testemunho de uma comunhão concreta com toda a Igreja* – A IE dividiu o terceiro critério da ChL, deixando aqui a parte correspondente à relação com o Papa e os Bispos e complementou com aspectos que constavam entre os frutos da eclesialidade nas novas agregações. Tal critério, portanto, ensina que a relação com a hierarquia torna-se visível e concreta nas ações missionárias das NC, a partir da sua “disponibilidade a participar dos programas e atividades da Igreja, seja a nível local, seja nacional ou internacional; o empenho catequético e a capacidade pedagógica no formar os cristãos”¹⁴³.

5) *Reconhecimento e estima pela recíproca complementariedade de outros componentes carismáticos na Igreja* – Formulado a partir do final do terceiro

¹³⁹ IE, 18.

¹⁴⁰ Cf, Jo 4,28-30; Lc 5,27-29; Mc 1,40-45; 7,31-37; Mt 9,27-31.

¹⁴¹ EG, 130.

¹⁴² FRANCISCO. AAS 105 [2013,6], p.452.

¹⁴³ ChL, 30; IE, 18.

critério da ChL, este critério também pode ser iluminado pelas palavras de Francisco, que explica que a eclesialidade de um carisma autêntico é demonstrada pela sua capacidade de integrar-se “harmonicamente na vida do Povo santo de Deus para o bem de todos. Uma autêntica novidade suscitada pelo Espírito não precisa de fazer sombra sobre outras espiritualidades e dons para se afirmar a si mesma”¹⁴⁴.

6) *Aceitação dos momentos de prova no discernimento dos carismas* – Este critério é um incentivo à humildade e a crescer na maturidade diante das provas, que são inevitáveis e necessárias num processo de discernimento. Por vezes, as maiores provas não são as externas, mas as incompreensões e pré-conceitos manifestados por parte de algumas autoridades eclesiais. Contudo, quando vividas com humildade, estas servem como instrumentos de purificação das motivações insuficientes e autenticam a genuinidade de um carisma.

Porque o dom carismático pode possuir “uma carga de novidade de vida espiritual para toda a Igreja, que num primeiro momento pode parece incômoda”, um critério de autenticidade se manifesta na “humildade no suportar os contratempos: a justa relação entre carisma genuíno, perspectiva de novidade e sofrimento interior comporta uma constante histórica de conexão entre carisma e cruz”. O surgimento de eventuais tensões exige, da parte de todos, a praxe de uma caridade maior, em vista de uma comunhão e de uma unidade eclesial sempre mais profunda.¹⁴⁵

7) *Presença de frutos espirituais* – Os frutos espirituais aparecem na ChL como um sinal de comprovação da eclesialidade dos novos Carismas, na IE passaram para o elenco dos critérios. O texto privilegia, dentre os frutos necessários como sinais de eclesialidade, a “caridade, alegria, paz e humanidade”. Depois acrescenta contribuições dos papas Paulo VI, João Paulo II e Francisco, sobre o tema. Portanto, é necessário que as agregações laicais busquem viver ainda mais intensamente a vida da Igreja, que tenham um intenso zelo pela escuta e meditação da Palavra de Deus, além de um gosto renovado pela oração, contemplação, vida litúrgica e sacramental; também relembra a necessidade de uma animação autêntica ao florescimento de vocações ao matrimônio, ao sacerdócio e à vida consagrada.

8) *Dimensão social da evangelização* – O último critério corresponde ao quinto critério da ChL na sua referência à Doutrina Social da Igreja e ao empenho

¹⁴⁴ EG, 130.

¹⁴⁵ IE, 18

na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Também foi incluído neste critério a atenção aos frutos no âmbito social, por isso na sua formulação traz temas caros a Francisco e explicita a dimensão social do *kerigna* cristão.

A preocupação com a vivência e o testemunho de vida autenticamente cristã entre os leigos é um tema que sempre esteve presente nos órgãos responsáveis por acompanhar o seu apostolado. É o que podemos constatar ao examinar os textos base do Segundo Congresso Mundial para o apostolado dos leigos, realizado em Roma entre os dias 5 a 13 de outubro de 1957, organizado pelo Comitê permanente dos Congressos Internacionais para o apostolado dos leigos. O Congresso refletiu sobre a missão e o mistério da Igreja, e sobre a responsabilidade dos leigos diante da crise do mundo moderno, e enfatizou que dentre as características principais da ação laical católica devem estar: a vida de oração e litúrgica, que só podem ser compreendidas na comunhão trinitária; o testemunho de uma vida cristã coerente com o Evangelho; o espírito de sacrifício e de perseverança na luta contra o pecado; e o exercício contínuo de caridade para com os mais necessitados.¹⁴⁶

Portanto, os critérios de eclesialidade não devem ser interpretados como marcos orientadores para a conquista de um título ou um prêmio a ser alcançado; ao contrário, estes devem servir como bússola e termômetro da eclesialidade e missionariedade para as Novas Comunidades. Ao mesmo tempo, como um sinal de maturidade eclesial, as próprias associações de fiéis, especialmente as NC de direito pontifício, devem ampliar a reflexão acerca desses critérios a partir da própria experiência.

2.3.3.

Novas Comunidades: identidade e diferenciação

Quando falamos de Movimentos eclesiais e Novas Comunidades, estamos falando de um novo fenômeno agregativo pós conciliar, embora alguns movimentos tenham nascido no período pré-conciliar, como uma antecipação profética da “nova primavera” na Igreja. Contudo, a referência ao Concílio Vaticano II será sempre a porta de entrada para melhor entendê-los. No discurso

¹⁴⁶ COMITÉ PERMANENT DES CONGRÈS INTERNATIONAUX POUR L’APOSTOLAT DES LAÏCS. *Les Laïcs dans la crise du monde moderne*. Responsabilités et formation. Roma, 5-13 octobre 1957, p. 10-12.

de encerramento do primeiro período conciliar, o Papa João XXIII expressou a finalidade pretendida com o Concílio: “para que a Igreja consolidada na fé, confirmada na esperança e mais ardorosa na caridade, refloresça com vigor juvenil; dotada de santas leis, seja mais enérgica e pronta na propagação do reino de Cristo”¹⁴⁷. O Magistério posterior reconhecerá e confirmará que o novo fenômeno agregativo dos fiéis leigos corresponde a este desejo expresso por São João XXIII¹⁴⁸. São, portanto, uma realidade recente na história da Igreja; contudo, diante dos impactos, contribuições e desafios gerados no ambiente eclesial e social, merecem ser considerados como objeto de estudo, sobretudo em âmbito teológico¹⁴⁹.

Não é tarefa fácil dar uma definição precisa às Novas Comunidades, sobretudo por se tratar de um “terreno” que ainda está em processo de sedimentação, contudo as definições do Magistério regente servirão de balizas orientadoras para a sua realização. A definição dada por João Paulo II, em 1998, acerca dos Movimentos, ainda continua válida e atual: “Uma realidade eclesial concreta com participação prevalentemente laical, um itinerário de fé e de testemunho cristão que fundamenta o próprio método pedagógico sobre um carisma preciso doado à pessoa do fundador, em circunstâncias e modos

¹⁴⁷ JOÃO XXIII. AAS, 55 [1963], p.39.

¹⁴⁸ O estudo das mensagens dos Papas referentes aos Movimentos eclesiais e Novas comunidades, presente no cap. III, desenvolverá esta temática.

¹⁴⁹ A relevância deste novo fenômeno eclesial tem suscitado interesse de pesquisa e reflexão no mundo acadêmico, pelo qual observamos o aumento de produção de teses e dissertações que abordam diretamente o tema. Dentre elas destacamos algumas, dada a amplitude da pesquisa: GOMES, S. S. *As novas comunidades católicas: rumo a uma cidadania “renovada”?* Rio de Janeiro, 2008, que traz uma pesquisa ampla sobre o surgimento das Novas Comunidades e observa que estas reproduzem em seu interior a matriz carismática da RCC, associada a um ideal de fraternidade, mas que também é presente nestas uma visão negativa acerca do mundo, não realizando uma missão eclesial na sociedade civil e na esfera pública. Outra produção acadêmica relevante é: BINS, R. M. D. C. *A eclesialidade das Novas Comunidades*. As novas comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja. Porto Alegre, 2015: Inicia contextualizando o ambiente sociocultural no qual surgem as Novas Comunidades e aprofunda a dimensão do laicato na história e a sua recepção no Vaticano II; faz uma excelente explanação das características das Novas Comunidades e aborda a questão do seu enquadramento jurídico, e assim indica os sinais de autorrealização da Igreja através das Novas Comunidades. Um vasto estudo sobre o fenômeno da RCC e das NC foi realizado por CARRANZA, B.; MARIZ, C.; CAMURÇA, M. (org.). *Novas Comunidades Católicas*. Em busca do espaço pós-moderno. Aparecida/SP: Ideias e Letras 2009. Esta obra, além de percorrer o desenvolvimento, as transformações e os desafios eclesiais e sociais relacionados direta e indiretamente ao surgimento da RCC, se dedica ao fenômeno das Novas Comunidades, questionando a sua expansão, a forte atração que esse novo estilo de vida cristã exerce sobre os jovens, e questiona acerca dos desafios e daquilo que podem agregar tanto na Igreja quanto na sociedade.

determinados”.¹⁵⁰ No mesmo congresso, o então Cardeal Ratzinger acrescentou aspectos importantes a serem considerados para uma definição mais precisa:

Os movimentos nascem principalmente de uma personalidade carismática, se configuram em comunidades concretas que por força da sua origem vivem o Evangelho na sua totalidade, e sem hesitação reconhecem na Igreja a sua razão de vida, sem a qual não poderiam existir.¹⁵¹

Em ambas as definições, encontramos alguns elementos comuns: a presença de um fundador, um carisma que conduz à vivência e testemunho do Evangelho, a prevalência laical, o sentido eclesial e a dimensão carismática¹⁵². Em 2006, em um

¹⁵⁰ M1JP 4, P.18.

¹⁵¹ RATZINGER, J. *I movimenti ecclesiali e la loro collocazione teologica*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *I movimenti nella Chiesa*. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Roma, 27-29 maggio 1998. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1999, p.47.

¹⁵² O fenômeno da Renovação Carismática Católica (RCC) está na gênese das Novas Comunidades, mas este movimento nasce a partir de uma experiência espiritual em 1901 no estado do Kansas (USA), entre grupos metodistas que aspiravam à perfeição cristã e que, inspirados por At 2,1-12, rezaram intensamente pedindo o dom da glossolalia como sinal de que haviam recebido o batismo no Espírito Santo. A experiência pentecostal se difundiu em outros estados e também se estendeu ao continente europeu, suscitando entusiasmos e hostilidades. Em âmbito católico, a RCC tem como seu marco inicial um retiro conhecido como “o fim de semana de Duquesne” realizado entre 17 a 19 de fevereiro de 1967, quando o primeiro grupo de católicos fez a experiência do “batismo no Espírito Santo” e dos dons carismáticos, experiência que se estendeu pelos Estados Unidos e pelo mundo. Patti Mansfield, uma das jovens participantes desta experiência inicial, testemunha as consequências pessoais e eclesiais deste retiro em: MANSFIELD, P. *Como um novo Pentecostes*. Relato do dramático início da Renovação Carismática Católica. São Paulo: Palavra e Prece, 2008. No Brasil, a RCC iniciou em 1973 por meio dos padres Eduardo Dougherty e Aroldo Rahm, em Campinas.

Encontramos diversos estudos sobre a RCC, que narram os seus primórdios, as suas características e a sua estruturação, dentre os quais destacamos SCHERER, K. P. *A Renovação Carismática Católica na condição Pós-Moderna e na Hipermodernidade*. As características dos seus sujeitos ante as novas tendências dos tempos atuais. São Paulo, 2013. Tese. Departamento de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que identifica os membros da RCC como sujeitos que vão na contramão da sociedade mercantilizada, com a forte marca pentecostal e uma crescente busca de espiritualidade. Scherer observa que estes católicos sustentam uma vida disciplinada do ponto de vista religioso e moral, e que apesar de haver certos conflitos com estruturas mais tradicionais da Igreja, estes permanecem fiéis e unidos ao corpo eclesial e submissos à hierarquia, apesar do caráter intimista das diversas formas de oração; também JESUS, J. S. *A Renovação Carismática Católica e a elaboração da identidade religiosa dos seus seguidores: Desafios e limites dentro do catolicismo*. Recife, 2012. Dissertação. Faculdade de Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco, considera a RCC como a identidade religiosa para muitos católicos que buscam a felicidade imediata, a cura dos males, a conversão através da oração e a prática de devoções piedosas. Este autor apresenta a RCC como um movimento opositor às CEBs e considera as Novas Comunidades não apenas como oriundas da Renovação Carismática, mas como a sua continuidade histórica na Igreja e na sociedade. Outra pesquisa relevante é de GONZALEZ, K. P. *A Renovação Carismática Católica: continuidades e rupturas no catolicismo brasileiro (1969-2005)*. Assis, 2006. Dissertação. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, que apresenta o surgimento da RCC no Brasil como um movimento oposto ao movimento popular de influência política que se estabelecia na Igreja da América Latina. Para além dos grupos de oração, que são as estruturas-chave da Renovação Carismática e de todas as suas características extáticas, a autora mostra que na RCC cresceu a preocupação de trabalhar nas estruturas de poder político para alterar situações de desigualdade, de

discurso aos Bispos alemães, Bento XVI acrescenta que os Movimentos são uma iniciativa divina, “do alto”¹⁵³; em 2007 o mesmo Pontífice acrescenta ainda que os movimentos não dependem da hierarquia, pois são dons do Espírito, que suscitam a resposta humana da qual nascem novas formas de vida na Igreja, como sempre aconteceu¹⁵⁴.

Francisco assume o pensamento dos seus antecessores, e enfatiza que a “disposição em responder com renovado entusiasmo ao chamado do Senhor e a coragem evangélica”¹⁵⁵ presentes nos Movimentos e Novas Comunidades permitiram o seu nascimento. Também aqui encontramos as características supracitadas do chamado divino, da presença de um fundador e da vivência do Evangelho.

Para uma definição específica sobre as Novas Comunidades, além das características que as acomuna aos Movimentos, faz-se necessário observar alguns elementos que lhes sejam próprios e que, por esse motivo, as distinguem como sendo outra realidade. São estes: a dimensão carismática, a vida em comum em casas comunitárias missionárias, a coexistência dos diversos estados de vida, a intensa vida fraterna, ser comunidades mistas formadas por homens e mulheres, viver os conselhos evangélicos como empenho e, além disso, também possuir

injustiça e desrespeito à dignidade da pessoa humana, mas o caminho escolhido foi o da Doutrina Social da Igreja. Outro estudo bastante relevante, que apresenta a Renovação Carismática como um dos frutos do Vaticano II e como uma expressão eclesial legítima, foi realizado por: BARBOSA, M. F. C. F. *O valor da dimensão estática na Igreja*. Estudo teológico-pastoral sobre a Renovação Carismática Católica no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. 155p. Dissertação. Departamento de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nesta a autora apresenta a dimensão extática que caracteriza a RCC como uma expressão legítima dentro de uma estrutura religiosa e afronta as questões sobre os riscos e as possibilidades para a dimensão carismática da Igreja hoje. A experiência com os dons do Espírito Santo e a aspiração pela santidade devem necessariamente gerar a compaixão pelos filhos de Deus que sofrem, porque esta é uma marca cristã; porque onde a RCC é saudável o que mais se destaca no seu meio não são os carismas extraordinários, mas o amor concreto e a edificação do corpo de Cristo.

Por pedido explícito do Papa Francisco, em 2018 foi fundado o CHARIS, um serviço internacional da Renovação Carismática Católica, sob o acompanhamento do Dicastério para os Leigos, Família e Vida, como órgão com personalidade jurídica pública. O CHARIS é, portanto, um serviço de comunhão para as diversas expressões carismáticas na Igreja, tanto os grupos de oração da RCC quanto as Novas Comunidades, e em cujos Estatutos estão descritos os serviços continentais de comunhão, que acontecem por meio de encontros, congressos e formações periódicas. O CHARIS também tem a missão de promoção do caminho de unidade dos cristãos e de serviço aos pobres. Apesar da importância deste órgão de comunhão para as NC, não o aprofundaremos para não nos distanciarmos dos objetivos específicos e delimitações da presente tese.

¹⁵³ BENTO XVI. *Discurso aos Bispos da Conferência episcopal da alemã* (10/11/2006). Disponível em: www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20061110_ad-limina-germany.html. Acesso: 27 fevereiro 2023.

¹⁵⁴ BENTO XVI. AAS, 99 [2007], p.275.

¹⁵⁵ M1F, p.16.

certa semelhança com as formas tradicionais de vida consagrada¹⁵⁶. A Exortação Apostólica *Vita Consecrata*, referindo-se às Novas Comunidades, explica que:

A originalidade destas novas comunidades consiste frequentemente no fato de se tratar de grupos compostos de homens e mulheres, de clérigos e leigos, de casados e solteiros, que seguem um estilo particular de vida, inspirado às vezes numa ou noutra forma tradicional ou adaptado às exigências da sociedade atual. Também o seu compromisso de vida evangélica se exprime em formas diversas, manifestando-se, como tendência geral, uma intensa aspiração à vida comunitária, à pobreza e à oração. No governo, participam clérigos e leigos, segundo as respectivas competências, e o fim apostólico vai ao encontro das solicitações da nova evangelização.¹⁵⁷

Considerando o nascimento e o desenvolvimento dos movimentos e novas comunidades no pós-concílio, especialmente entre os anos 70 a 90, os continentes europeu e americano foram os maiores celeiros desses carismas nascentes, com um destaque para a América Latina, sobretudo para o Brasil, onde ainda florescem muitas vocações.

O termo “Novas Comunidades” não é o mais adequado para a identificação das novas formas de vida consagrada no interior da Igreja. Sob esta mesma nomenclatura também são identificadas outras expressões eclesiais, muitas delas com natureza e finalidades diversas. Por exemplo, existem grupos de oração carismáticos, ministérios de animação e serviço pastoral, ou associações com fins apostólicos que também se autodenominam “novas comunidades”, muitas das quais não se identificam como um carisma específico, e também não correspondem aos critérios de eclesialidade apresentados pela *Iuvenescit Ecclesia*, contudo usam o termo que parece mais adequado para indicar uma realidade espiritual ou apostólica com expressões carismáticas.

¹⁵⁶ Durante uma missa crismal, Bento XVI sintetiza o conceito de consagração e explica que: “consagrar alguma coisa ou alguém significa dar tal coisa ou pessoa em propriedade a Deus, tirá-la do âmbito daquilo que é nosso e inseri-la na atmosfera d’Ele, de tal modo que deixe de pertencer às nossas coisas para ser totalmente de Deus. Consagração é, pois, tirar do mundo e entregar ao Deus vivo. Aquela coisa ou pessoa deixa de pertencer a nós ou a si mesma, mas é imersa em Deus. Este ato de privar-se de uma coisa para a entregar a Deus, chamamo-lo também sacrifício: já não será propriedade minha, mas d’Ele”. BENTO XVI. AAS, 101 [2009,5], p.354. Neste conceito podemos distinguir a diferença entre: a) consagração derivada dos Sacramentos, que imprimem caráter; b) consagração enquanto prática devocional, indicando total dependência fiel; c) consagração do estado de vida (vida consagrada). Assim, pode-se compreender que uma consagração realizada pelos membros das NC não significa um reducionismo na compreensão do sentido daquilo que o Sacramento realiza, mas uma escolha de renovação e atualização da graça, a partir da vivência de um Carisma específico.

¹⁵⁷ JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica pós-sinodal Vita Consecrata*. Sobre a vida consagrada e a sua missão na Igreja e no mundo. São Paulo: Paulinas, 1996, n.62. Será citada: VC.

Esta nomenclatura está presente nos congressos promovidos pelo Dicastério para Leigos, Família e Vida, porém, em diversas ocasiões, o termo usado para se referir a tais realidades é Associação, Movimento, Novos Movimentos ou Comunidades. A diversidade de termos para nominar um sujeito específico revela o desafio de identificação desse mesmo sujeito, exatamente porque, além de se tratar de uma novidade, a maioria ainda está na primeira geração, na sua fase fundacional.

O site do Dicastério para Leigos, Família e Vida¹⁵⁸ apresenta o repertório das várias expressões eclesiais que receberam o reconhecimento pontifício e refere-se a todas elas como Associações Internacionais de Fiéis. Nesse elenco encontram-se diversas realidades, tais como: *CHARIS*, órgão erigido pelo próprio Dicastério, como serviço de unidade da RCC a todas as realidades eclesiais que vivem a experiência do “batismo no Espírito Santo”; *International Catholic Conference of Scouting*, uma organização que facilita a comunicação entre a Igreja católica e o movimento mundial do scoutismo, e aprofunda a dimensão espiritual com os princípios e métodos do movimento scout; *Gruppo Promotore del Movimento per un Mondo Migliore*, uma organização que promove atividades apostólicas inspiradas nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio e cujos membros continuam a pertencer às suas comunidades de origem e as enriquecem com a experiência vivida neste movimento; *Legio Mariae*, organização mundial com espiritualidade mariana formada por grupos que operam nas paróquias, são assistidos pelos bispos e pelos párocos, com reuniões semanais e que se dedicam à oração e ao serviço apostólico. Também se encontram, no mesmo elenco, Movimentos como Focolari, um carisma que se empenha pela unidade, e que tem no seu interno pessoas de outras expressões de fé; dentro deste elenco também estão as denominadas Novas Comunidades, que, além do serviço apostólico e forte empenho missionário, vivem em sistema de casas comunitárias, com compromissos (ou votos) de vida consagrada. Portanto, o termo Associação Internacional de Fiéis não é específico, mas genérico, indicando apenas que determinada realidade eclesial, na sua natureza e finalidades, corresponde aos critérios de eclesialidade propostos pela própria Igreja.

¹⁵⁸ Cf.: DICASTÉRIO LEIGOS, FAMÍLIAS E VIDA. Repertório das Associações. In: Repertório das Associações (laityfamilylife.va). Acesso: 16 março 2024.

Consideramos, contudo, que o problema da nomenclatura continua sendo uma questão aberta que necessita de aprofundamento e melhor definição, uma vez que algumas das expressões que se autodenominam Novas Comunidades são carismas originais e vocações específicas, com uma forma de vida que lhes é própria e que, embora haja semelhança com formas de vida consagrada tradicionais, trazem elementos identitários que as distinguem.

Outras duas dimensões fundamentais que caracterizam as Novas Comunidades são a missionariedade que brota da natureza própria da Igreja e da índole secular do fiel leigo, e a dimensão escatológica que se expressa na busca e crescente consciência de que o chamado cristão é um chamado à santidade¹⁵⁹e, por isso, para a eternidade. Ambas as dimensões são essenciais, se entrelaçam e não devem estar separadas, porque a missionariedade sem a referência escatológica é assistencialismo, e a dimensão escatológica desvinculada da missão torna-se discurso vazio. Diante do apelo da Igreja à urgente tarefa da conversão pastoral e missionária¹⁶⁰, as Novas Comunidades podem ser consideradas um recurso eficaz na missão da Igreja diante dos desafios socioculturais do mundo atual.

Em termos gerais, é importante sublinhar que as Novas Comunidades diferem de um grupo de oração ou uma associação criada em favor de uma boa obra, dada a sua dupla origem: um chamado divino a uma doação total de si, por amor a Ele e em favor dos outros, e uma resposta humana a este chamado. Na carta *Iuvenescit Ecclesia*, da Congregação para a Doutrina da Fé, encontramos alguns elementos característicos que identificam a originalidade de um chamado divino, do carisma fundacional, e os seus efeitos na pessoa e para além dela:

É útil recordar o quanto os dons carismáticos possam ser diferentes entre si, não somente por motivo do seu caráter específico, mas também pela sua extensão na comunidade eclesial. Os dons carismáticos são dados à pessoa individual, mas podem também ser partilhados por outros e, desse modo continuam no tempo como uma herança viva e preciosa, que gera uma afinidade particular entre as pessoas. As relações entre o caráter pessoal do carisma e a possibilidade de participar dele exprime um elemento decisivo da sua dinâmica, enquanto refere-se à relação que na comunhão eclesial liga sempre a pessoa à comunidade. Os dons carismáticos na

¹⁵⁹ Em discurso aos participantes da XV plenária do Pontifício Conselho para os Leigos, em 08 de novembro de 1993, João Paulo II reafirmou que: “A vocação dos leigos, o seu “ser em Cristo”, é acima de tudo um apelo urgente à santidade: esses devem unir-se à oferta sacerdotal de Cristo que se doa inteiramente e que apresenta o mundo ao Pai”. Em: AAS 86 [1994], p.662.

¹⁶⁰ Cf. EG, 25.

prática podem gerar afinidade, proximidade e parentelas espirituais através das quais o patrimônio carismático, a partir da pessoa do fundador é participado e aprofundado, dando vida a verdadeiras e próprias famílias espirituais. [...] Movimentos eclesiais e novas comunidades mostram como um determinado carisma originário possa agregar fiéis e ajudá-los a viver plenamente a própria vocação cristã e o próprio estado de vida a serviço da missão eclesial. As formas concretas e históricas de tal partilha podem ser diferenciadas; motivo pelo qual de um carisma original, fundacional, podem dar-se, como mostra a história da espiritualidade, diversas fundações.¹⁶¹

O estudioso sobre carisma de fundadores, Fabio Ciardi, considera que o carisma de fundação é um chamado que impulsiona a Igreja à santidade, ou seja, à mais perfeita adesão a Cristo, pois o carisma de fundador parte de Deus e para Ele retorna. Outro aspecto importante por ele observado é a necessidade do correto acolhimento à graça recebida, que Ciardi chama de ação de iluminação e de conformação, sem o qual a autenticidade do carisma é colocada em dúvida.

Eles se encontram no vórtice do Espírito, “homens do Espírito”, suscitados para conduzir a Igreja, por meio da obra iniciada por eles e continuada pelos seus seguidores, rumo à santidade, rumo à adesão mais perfeita a Cristo, tornando-a, ao mesmo tempo, mais idônea para realizar a sua missão de sacramento universal de salvação, para que a humanidade e o universo inteiro alcancem a sua final e definitiva vocação.

O carisma do fundador aparece, então, plenamente inteligível no caminho da criação que sai das mãos de Deus e para Deus retorna. O influxo vital que brota do Pai como da sua fonte para o Filho e por meio deste ao Espírito, alcança a Igreja e por meio dela cada homem. Em tal linha descendente o Espírito investe os fundadores e os faz, na Igreja, seus colaboradores, envolvendo-os no movimento de retorno ao Pai, através do Filho, cumprindo assim o maravilhoso circuito da vida.¹⁶²

Os membros de uma Nova Comunidade são missionários *full time*, não entendem “prestar um serviço” em favor de um determinado apostolado, mas investem tudo o que são e tudo o que possuem em favor da missão, vivendo como uma nova família espiritual. Esta é uma das suas características fundamentais: a vida fraterna em comunidade. O que os une é o carisma, dom que sempre é dado por Deus em vista de uma missão específica. Outro elemento de identificação é a vivência dos conselhos evangélicos de pobreza, obediência e castidade, que são assumidos como votos por aqueles que são celibatários, e como compromissos pelos demais membros e, dessa forma, tornam-se, diante de um mundo

¹⁶¹ IE, 16.

¹⁶² CIARDI, F. *I Fondatori uomini dello Spirito*. Per una teologia del carisma di fondatore. Roma: Città Nuova, 1982, p.46.

consumista e hedonista, sinais que apontam para a eternidade como meta e plena realização humana. Estes têm como modelo de vida comunitária a primeira comunidade cristã onde “ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum”¹⁶³, por isso “não havia entre eles necessitado algum”¹⁶⁴.

Quando uma comunidade é estabelecida e organizada com certa estabilidade, pode iniciar um processo de reconhecimento canônico, para que a riqueza do dom dado por Deus seja transmitida fielmente no tempo. A forma jurídica é uma proteção contra a desfiguração futura do carisma original. Tal reconhecimento, explica Carriquiry¹⁶⁵, significa que aquele Movimento ou Nova Comunidade concluiu uma longa etapa de discernimento e passou a ser considerado como um bem para toda a Igreja; é também um reconhecimento da consciência por parte do fundador, e de quantos lhe seguem, de que participam de uma obra que é de Deus, gerada por um carisma do Espírito, na Igreja, e que essa experiência partilhada, sendo reconhecida pelo Sucessor de Pedro, os compromete ainda mais a *sentire cum ecclesia*. Significa que o carisma daquele movimento está “anexado no fluxo vivo da grande tradição católica”¹⁶⁶.

Contudo, a norma canônica vigente na Igreja ainda não contempla as NC, por isso, no processo de reconhecimento, elas são inseridas no repertório como Associação de Fiéis, podendo ser pública ou privada, e são enquadradas nos cânones 298-329 do atual Código de Direito Canônico¹⁶⁷, por serem estes bastante

¹⁶³ At 4,32.

¹⁶⁴ At 4,34.

¹⁶⁵ O jurista e professor Guzmán Carriquiry Lecour foi sub-secretário do então Pontifício Conselho para os Leigos por mais de 25 anos.

¹⁶⁶ LECOUR, G. *La nuova stagione aggregativa dei fedeli laici alla luce dell'esortazione apostolica postsinodale "Christifideles laici"*. Disponível em: Microsoft Word - La nuova stagione aggregativa CORRETTO.doc (laici.va). Acesso 10 jun. 2024.

¹⁶⁷ A Igreja, em toda a sua história, sempre contou com formas associativas formadas por iniciativa dos fiéis. Em 1920, a Sacra Congregação do Concílio criou um enquadramento jurídico para tais associações e reconhece o bispo diocesano como autoridade com poder de vigilância sobre elas. Estas são nominadas como associações laicais, visto que eclesásticas eram aquelas eretas pelo bispo. Com o Concílio Vaticano II, que reconhece de forma solene o direito dos leigos de associar-se para cumprir a missão da Igreja (LG 12), este direito entrará no novo Código, porém incluindo-as com uma menção indireta nos cânones 215; 298-299. O estudioso de Direito Canônico, BILLERI, M. em seu artigo, “*Conflitti tra associazioni private dei fedeli e autorità ecclesiastica. Uno studio sulla tensione tra autonomia e legittima vigilanza*”. In: *Periodica de Re Canonica*, 112 (2023), p.342 explica que “as associações privadas não são, portanto, associações de fato, que surgem da livre iniciativa dos fiéis e não requerem reconhecimento da autoridade eclesástica. Essas constituem uma nova forma jurídica associativa, mais estreitamente ligada à autoridade, que exerce sobre elas uma fiscalização diferente daquela que exerce sobre as associações de fato, e também exerce um poder peculiar de governo, conferindo ao legislador também a capacidade de

elásticos e permitirem a sua colocação, ainda que provisória. A esse respeito, a discussão sobre o enquadramento canônico das Novas Comunidades tem evoluído por parte do Dicastério para Leigos, Família e Vida, órgão responsável no acompanhamento dessas novas famílias eclesiais.

Em 03 de junho de 2021, o Dicastério publicou um Decreto sobre “A responsabilidade de governo nas agregações laicais: um serviço eclesial”. Trata-se de um passo importante, que mostra a atenção e a preocupação por parte da Igreja para com essas novas famílias; é também uma tutela necessária para que um carisma genuíno não venha a se perder no tempo. No texto do Decreto, lê-se:

O governo nas associações, [...] deve ser exercido nos limites das normas gerais da Igreja, das normas estatutárias próprias das agregações individuais, em conformidade com as disposições da autoridade eclesiástica competente para o seu reconhecimento e para a vigilância sobre a sua vida e atividade.

A coexistência dos dons carismáticos e dos dons hierárquicos na Igreja, (*Iuvenescit Ecclesia*, 10), exige, de fato, que o governo dentro das agregações de fiéis, seja exercitado coerentemente com a missão eclesial das mesmas, qual serviço ordenado à realização das suas finalidades próprias e à tutela dos membros.

Ocorre, portanto, que o exercício do governo se articule adequadamente na comunhão eclesial e se realize na sua qualidade instrumental aos fins que a associação persegue.¹⁶⁸

Ao comentar o Decreto, o Consultor do Dicastério, Ulrich Rhode explicou que não foi estabelecida uma distinção entre associações públicas e privadas, portanto as normas se aplicam para ambas; também enfatiza que o presente Decreto é uma nova lei e tem força vinculante para as respectivas associações¹⁶⁹. De acordo com o Cardeal Farrell, presidente do Dicastério, trata-se de um ato eclesial adequado para o momento histórico atual da Igreja, portanto é necessário bem compreender a sua *mens*, que é uma *mens* eclesial:

[O Decreto] tem por objeto o bem de cada associação e movimento, precisamente porque formam parte da Igreja e não são elementos separados. Significa que o Decreto concebe as associações e os movimentos como “expressões da Igreja”. Ater-se à *mens* do Decreto, em tudo o que este estabelece, não é apenas um ato de confiança no Espírito Santo, mas também um ato eclesial, um ato de comunhão

suprimi-las, caso se tornem um obstáculo à missão da Igreja ou, em qualquer caso, prejudiciais aos fiéis, ou causando escândalo.

¹⁶⁸ DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. *Decreto general Las Asociaciones Internacionales de fieles*. Textos y comentarios. Vaticano: LEV, 2022, p.5.

¹⁶⁹ RHODE, U. *Para regular la representatividad de los órganos de Gobierno*. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. *Decreto general*, p.15-24.

com a Igreja e com a sua hierarquia: *in primis* o Papa, em seguida o Dicastério e os Pastores das Igrejas locais.¹⁷⁰

2.4. Conclusão do capítulo

Percorremos um caminho que nos permitiu introduzir o tema das Novas Comunidades para melhor conhecer a sua natureza e o seu lugar na comunhão da Igreja. Trata-se, de fato, de um sinal evidente da renovação eclesial, que é um dos frutos do Concílio Vaticano II, e o Magistério recente, de João Paulo II a Francisco, as tem acolhido com entusiasmo e esperança, reconhecendo-as como dons do Espírito Santo para a Igreja e para o mundo.

Com o presente capítulo, percebemos que com o surgimento das Novas Comunidades também houve uma mudança na autocompreensão dos fiéis leigos quanto ao seu lugar e à sua missão na Igreja; mais ainda, há um novo protagonismo na vivência do próprio Batismo e da vida sacramental, também uma maior responsabilidade pessoal e comunitária com o bem da Igreja e com a obra de evangelização; há uma busca maior de formação que possa favorecer e fundamentar a vivência da fé; há também um maior comprometimento social interessado no bem integral da pessoa humana.

O surgimento desses novos carismas também representa um movimento de recepção criativa do Concílio, e atualiza o Decreto *Apostolicam Actuositatem* em relação ao direito laical de associar-se, sobretudo tendo como fim o bem da Igreja, a santidade, a evangelização e a ordem temporal, além do exercício da caridade e da misericórdia. Observamos, portanto, que sobretudo entre os anos 70 e os anos 90 houve uma irrupção de novos carismas, novos movimentos eclesiais e novas comunidades, o que trouxe um renovado impulso missionário e de testemunho de vida cristã em várias partes do mundo. Ou seja, um novo impulso missionário que tem suas raízes na renovação eclesial, fruto da ação do Espírito Santo que guia e age na sua Igreja. Com uma característica que é peculiar das Novas Comunidades, a criatividade e a ousadia na evangelização, o apostolado da Igreja tem sido renovado como uma resposta para os desafios da cultura atual.

¹⁷⁰ FARRELL, K. *Conclusiones*. In: DICASTERO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. Decreto general p.92.

Por se tratar de uma novidade, assim como em outras épocas na história da Igreja, há desafios a serem superados para uma melhor inserção das NC na dinâmica das igrejas locais, não como realidades paralelas ou concorrentes, mas como parte do mesmo e único Corpo de Cristo, que participa da mesma missão eclesial de anunciar o Evangelho e implantar o Reino de Deus no mundo. Neste aspecto, os critérios de eclesialidade, estabelecidos pela ChL e pela IE, além de serem parâmetros seguros da autenticidade de um carisma, também auxiliam tanto os pastores quanto os próprios carismas a examinarem sua natureza, sua razão de ser e as suas motivações missionárias. Consequentemente, espera-se que cada realidade associativa exista em harmonia e comunhão com aquilo que a Igreja é: o seu carisma, a sua finalidade, os meios usados no seu apostolado, tudo deve existir em comunhão com a Igreja universal e particular. Sem esta comunhão absoluta, a comunidade perderia o seu caráter eclesial.

Dois pontos em destaque neste capítulo são a análise sobre a nomenclatura das novas expressões eclesiais, que ainda é uma questão aberta, e apresentação da norma estabelecida pelo Dicastério sobre o governo das associações de fiéis, que é um passo jurídico muito importante para o enquadramento canônico das NC.

A análise feita até aqui demonstrou a legitimidade das Novas Comunidades e a sua pertença à Igreja, mas não esgotou todas as questões, sobretudo as que se referem às relações com a Igreja local, tema que será aprofundado após a análise do objeto material desta tese; tais desafios, *ad intra et ad extra*, são, ao mesmo tempo, um convite para uma verdadeira conversão pastoral.

3.

As Novas Comunidades no ensinamento do magistério recente

O objetivo principal deste capítulo é apresentar o conteúdo das mensagens que constituem o objeto material da presente tese, destacando os elementos principais que formam unidade no pensamento dos Pontífices, assim como as suas características particulares. Tal exercício é fundamental para uma correta identificação da natureza, missão e finalidade dos MNC. Somente a partir desta base teórica será possível compreender e aprofundar um caminho de colaboração mútua entre as Novas Comunidades e as estruturas tradicionais das igrejas locais.

3.1.

São João Paulo II: Uma nova primavera na Igreja

O primeiro texto do Papa João Paulo II (MIJP) que analisaremos é referente à mensagem dirigida aos participantes do I Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais¹⁷¹, promovido pelo então Pontifício Conselho para os Leigos¹⁷², realizado entre 27 a 29 de maio de 1998, em Roma, e teve como tema “Os movimentos eclesiais: comunhão e missão no limiar do terceiro milênio”¹⁷³.

¹⁷¹ A partir deste Congresso, começa um acompanhamento das Novas Comunidades de forma mais efetiva por parte da Santa Sé. Tal tarefa é confiada ao Pontifício Conselho para os Leigos. Anterior a este evento, houve três congressos internacionais: em Roma (1981), em Rocca di Papa (1987) e um na Bratislava (1991), portanto, já havia um olhar da Igreja sobre esta nova realidade prevalentemente laical.

¹⁷² O Pontifício Conselho para os Leigos foi criado por Paulo VI em 06 de janeiro de 1967 com o Motu próprio *Catholicam Christi Ecclesiam* com o objetivo de auxiliar o Pontífice na promoção do laicato, à luz da eclesiologia de comunhão. Em 10 de dezembro de 1976, após dez anos da sua criação, foi incorporado entre os dicastérios permanentes da Cúria romana. Em 15 de agosto de 2016, por meio do Motu próprio *Sedula Mater*, o Papa Francisco uniu os Pontifícios Conselhos para Leigos, para as Famílias e para a Vida, num único órgão de governo, com o objetivo de melhor valorizar o “apostolado dos fiéis leigos, o cuidado pastoral dos jovens, da família e da sua missão segundo o desígnio de Deus, dos idosos e para a promoção e tutela da vida”. FRANCISCO. Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium*. Sobre a cúria romana e seu serviço à Igreja no mundo. São Paulo: Paulus, 2018, n.128.

¹⁷³ O termo “Movimento” é usado indistintamente, sobretudo nos primeiros Congressos, para ambas as realidades: os Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades; contudo já havia clareza de que não se tratava de realidades idênticas. Mesmo os termos “Movimentos” e “Novas Comunidades” não tinham o caráter de definição de identidade desses movimentos nascentes, porque qualquer rigorismo em querer defini-los, apressadamente, poderia ser imprudente.

Trata-se de uma mensagem breve, mas cujo conteúdo é de fundamental importância para uma adequada compreensão do novo fenômeno agregativo na Igreja, que são as Novas Comunidades.

A realização do Congresso foi motivada por um convite feito pelo Papa João Paulo II aos fundadores e membros dos novos Movimentos eclesiais, durante a vigília de Pentecostes de 1996. Por considerar os Movimentos e novas formas de vida comunitária como uma resposta do “Espírito de Cristo para um novo impulso apostólico de toda a estrutura eclesial”¹⁷⁴, o Papa sugeriu um encontro durante a vigília de Pentecostes de 1998, ano que seria dedicado ao Espírito Santo, de acordo com a preparação para o grande jubileu da Redenção que se aproximava.

Um dos dons do Espírito Santo ao nosso tempo é, certamente, o florescimento dos movimentos eclesiais que desde o início do meu pontificado continuo a indicar como motivo de esperança para a Igreja e para os homens. [...] Confio que estes, em comunhão com os pastores e em conexão com as iniciativas diocesanas, trarão ao coração da Igreja a sua riqueza espiritual, educativa e missionária, como preciosa esperança e proposta de vida cristã.¹⁷⁵

A MIJP inicia com a saudação aos participantes do Congresso¹⁷⁶, o texto é composto de cinco parágrafos enumerados. O parágrafo 1 manifesta a sua

¹⁷⁴ MIJP 3, p.17.

¹⁷⁵ JOÃO PAULO II. *Omelia nella Veglia di Pentecoste 1996*. Disponível em: 25 maggio 1996, Veglia di Pentecoste in occasione dell'Inaugurazione della Grande Missione Cittadina | Giovanni Paolo II (vatican.va). Acesso em: 02 abr. 2022.

¹⁷⁶ O Congresso contou com a presença de 350 convidados, representando aproximadamente 50 movimentos e novas comunidades, de diversos países do mundo. Além de membros de dicastérios da Cúria Romana, bispos, fundadores e membros dos diversos movimentos e novas comunidades, também estavam presentes alguns delegados fraternos de outras igrejas e comunidades cristãs. O Congresso também refletiu sobre a natureza e a missão dos movimentos eclesiais. Os temas principais expostos na mensagem do Papa foram aprofundados pelos bispos e especialistas em duas seções: A primeira seção, intitulada “A natureza dos movimentos eclesiais”, contou com a reflexão do então Cardeal e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, que tratou do tema “Os movimentos eclesiais e a sua colocação teológica”; o professor de Teologia Fundamental da seção de Washington do Instituto Giovanni Paolo II, David L. Schindler, expôs o tema “Instituição e carisma”; o teólogo Piero Coda fez sua conferência sobre “Os movimentos eclesiais, dom do Espírito. Uma reflexão teológica”; o então reitor da Pontifícia Universidade Lateranense Mons. Angelo Scola refletiu sobre “A realidade dos movimentos na Igreja universal e na Igreja local”; o professor e canonista Gianfranco Ghirlanda, trouxe o tema “Carisma e estatuto jurídico dos movimentos eclesiais”; por sua vez o dominicano e bispo de Meaux na França, Albert-Marie de Monléon, aprofundou o tema sobre “Os movimentos como lugar de uma humanidade transfigurada”.

No segundo momento do Congresso houve uma mesa redonda, apresentando um caráter mais testemunhal, sobre a dimensão missionária dos movimentos e novas comunidades. Participaram desse momento o então presidente da Catholic Fraternity of Charismatic Covenant Communities and Fellowships, Brian Smith, com o tema “Um novo impulso missionário”; o médico, professor e membro do Conselho Nacional e do Executivo da Fraternalità Comunione e Liberazione, Giancarlo Cesana, com o tema “A missão de educar”; também o Fundador do Movimento de Vida Cristã e

intenção: o desejo de unidade entre os novos carismas e as igrejas locais, assim como o testemunho da “riqueza espiritual, educativa e missionária, como preciosa experiência e proposta de vida cristã”¹⁷⁷. O Pontífice também expressa o seu desejo de que se manifeste ao mundo a fecunda vitalidade dos movimentos no povo de Deus; são palavras de incentivo e de esperança para o futuro da Igreja.

O parágrafo 2 inicia com a recordação dos encontros internacionais realizados anteriormente, em Roma (1981), em Rocca di Papa (1987) e em Bratislava (1991), o que indica um caminho de acompanhamento por parte da Igreja para com as novas famílias eclesiais. João Paulo II declara que desde o início do seu pontificado dedicou uma atenção especial aos movimentos eclesiais e considera que estes ainda não foram adequadamente acolhidos e valorizados. Após anos de acompanhamento, o Papa manifesta a satisfação por constatar uma maior autoconsciência eclesial daqueles que são “um dos frutos mais significativos daquela primavera da Igreja já preanunciada pelo Concílio Vaticano II”. Esta afirmação requer uma reflexão posterior, pois condensa a identidade e a razão de ser das Novas Comunidades no pensamento deste Papa e dos seus sucessores.

A afirmação seguinte é cheia de significados: “A sua presença é encorajadora, porque mostra que esta primavera avança, manifestando o frescor da experiência cristã, fundamentada sobre o encontro pessoal com Cristo”¹⁷⁸. A ação do Espírito Santo na vida dos fiéis produz efeitos que definem bem as características das novas famílias eclesiais; o Papa cita três destas características: a) a consciência da graça batismal; b) o desejo de maior comunhão com Deus e com os irmãos; c) a fidelidade ao patrimônio da fé recebida pela Tradição viva da Igreja. Aqui está a origem do renovado impulso missionário que caracteriza os novos movimentos, e os conduz “a encontrar os homens e mulheres da nossa época nas situações concretas em que se encontram e a pousar um olhar cheio de amor sobre a dignidade, as necessidades e sobre o destino de cada um”¹⁷⁹.

da Sociedade de Vida Apostólica do Sodalitium Christianae Vitae, Luis Fernando Figari, sobre “A construção de um mundo mais humano: cultura e trabalho”; Andrea Riccardi, professor de História e Fundador da Comunidade Santo Egídio, tratou do tema “Caridade e Justiça: desafios para os movimentos”; “Ecumenismo: diálogo e encontro” foi o tema tratado por Gabriella Fallacara, secretaria ecumênica do Movimento dei Focolari.

¹⁷⁷ M1JP, n.1.

¹⁷⁸ M1JP, n.2.

¹⁷⁹ M1JP, n.2.

O parágrafo 3 indica os objetivos do Congresso: aprofundar a natureza teológica e missionária dos movimentos, além de favorecer a edificação recíproca por meio da troca de testemunho e de experiências. Ainda neste parágrafo e nos dois seguintes, 4 e 5, são propostas algumas reflexões que serão também retomadas durante o seu discurso na vigília de Pentecostes, na Praça São Pedro: 1) a origem dos movimentos e novas comunidades como fruto do Espírito Santo; 2) a dimensão canônica dos novos carismas eclesiais; 3) a dupla dimensão da Igreja que é, ao mesmo tempo, institucional e carismática.

Dentre as características dos Movimentos e Novas Comunidades, citadas pelo Papa na sua mensagem aos participantes do I Congresso Mundial, destacam-se: o encontro pessoal com Cristo, a consciência da graça batismal, a comunhão fraterna e a fidelidade à Tradição viva da Igreja, e são essas características a impulsionar o seu ardor missionário.

A segunda mensagem do Papa João Paulo II que analisaremos (M2JP) é referente ao primeiro Seminário Internacional para Bispos¹⁸⁰, que aconteceu nos dias 16-18 de junho de 1999, e foi organizado pelo Pontifício Conselho para os Leigos em colaboração com a Congregação para a Doutrina da Fé e a Congregação para os Bispos. O objetivo desse seminário foi refletir sobre os frutos e os desafios à nova realidade eclesial, aprofundar a reflexão teológica

¹⁸⁰ O Seminário sobre “Os movimentos eclesiais na solicitude pastoral dos bispos” desenvolveu-se em três momentos: no primeiro refletiu-se sobre “a realidade dos movimentos na Igreja”, e contou com três conferências: Mons. Stanislaw Rylko refletiu sobre “O acontecimento de 30 de maio de 1998 e as suas consequências eclesiológicas e pastorais para a vida da Igreja; o professor Guzmán Carriquiry falou sobre “Os movimentos eclesiais no contexto religioso e cultural de hoje; por sua vez, Fidel González Fernández apresentou o tema sobre “Carismas e movimentos na história da Igreja”.

O segundo momento expôs a temática dos “Movimentos na vida das igrejas locais”, e foi um momento no qual tanto os pastores, quanto fundadores e responsáveis por MNC trouxeram as suas experiências. Estavam presentes o Card. Adrianus Johannes Simonis, com o tema “Os movimentos, sal da Igreja”; o Card. Miloslaw Vlk falou sobre “o Espírito ultrapassa as fronteiras”; o Card. Jean-Marie Lustiger refletiu sobre “o dom de Deus e a função do bispo”; por sua vez o então Mons. Robert Sarah falou sobre “o sopro do Espírito”; também Theodore McCarrick refletiu sobre a maneira de “acompanhar os movimentos”; Carlo Caffarra encerrou primeira parte da sessão com o tema “os movimentos e o desafio niilista do Ocidente”. Em seguida houve o testemunho de Gérald Arbola, da Comunidade Emmanuel, também Chiara Lubich, do Movimento Focolares, Kiko Argüello, do Caminho Neocatecumenal, Andrea Riccardi, da Comunidade Santo Egídio, e Salvatore Marinez, o então responsável pela Renovação Carismática italiana.

O terceiro momento deste Seminário tratou sobre “Carisma e discernimento dos pastores. Aspectos jurídicos”, e contou com o então Mons. Lluís Martínez Sistach, que refletiu sobre “a liberdade de associação na Igreja”; também Gianfranco Ghirlanda falou sobre os “critérios de eclesialidade para o reconhecimento dos movimentos eclesiais por parte do bispo diocesano”; encerrou esta sessão Giorgio Feliciani, sobre “os movimentos eclesiais e a tarefa do bispo diocesano”. O Seminário teve ainda uma última e não menos importante intervenção do então Card. Joseph Ratzinger, sobre “os movimentos, a Igreja e o mundo”.

sobre a natureza específica destas agregações de fiéis, assim como favorecer uma troca de experiência entre os representantes dos diversos movimentos e os bispos presentes no Seminário.

No parágrafo 1, além das saudações iniciais, o Papa já reafirma a sua visão acerca do novo fenômeno agregativo na Igreja como um sinal providencial, confirmado pelos frutos gerados na vida do povo de Deus.

O parágrafo 2 expõe um desafio no ministério dos pastores: o drama da nova evangelização no mundo atual. Por isso pede atenção “para com as comunidades nas quais é mais profunda a consciência da graça ligada aos sacramentos da iniciação cristã, de onde brota a vocação de ser testemunhas do Evangelho em todos os âmbitos da vida”.¹⁸¹ Nesse aspecto, o Papa apresenta as novas comunidades como um auxílio aos pastores, para a realização da missão da Igreja, e afirma que elas também são lugares autênticos de acolhimento e de formação cristã.

No parágrafo 3, o Papa volta a referir-se aos MNC como “motivo de esperança para a ação missionária da Igreja”, numa analogia direta à Igreja primitiva narrada nos Atos dos Apóstolos. Porém, não desconhece que há também desafios, especialmente por tratar-se de um fenômeno inesperado e que, mesmo sendo uma obra divina, por desenvolver-se dentro da história humana, “não deixou de suscitar interrogações, incômodos e tensões”. No caminho a ser percorrido para a plena maturidade dos carismas, reforça o pedido à comunhão com os pastores e à humildade de colocar os seus dons a serviço das igrejas locais. Aos Bispos, a quem compete a missão de discernir a autenticidade dos carismas, João Paulo II pede magnanimidade na paternidade, porque a primeira obrigação dos bispos é “abrir os olhos do coração e da mente, para reconhecer as múltiplas formas da presença do Espírito na Igreja”.¹⁸²

O parágrafo 4 traz questões fundamentais para a reflexão eclesial no tocante às relações entre os novos carismas e as igrejas locais. O Papa recorda que todo carisma surge dentro de uma realidade eclesial e que, portanto, é sempre fruto e expressão de uma diocese. Também se refere ao despertar missionário laical pós-conciliar e às suas implicações para a Igreja do novo milênio. Qual o significado de tudo isso no âmbito pastoral? É esta a pergunta lançada aos Bispos que são

¹⁸¹ M2JP, n.2.

¹⁸² M2JP, n.3.

motivados a não tornar vãos o dom do Espírito, mas fazê-lo frutificar no serviço de todo o povo cristão.

A mensagem que o Papa João Paulo II enviou aos bispos reunidos no Seminário é um convite a abrir-se aos sinais que o Espírito Santo tem enviado à Igreja, em favor do inteiro Corpo de Cristo. Além de ser uma mensagem encorajadora, amplia a reflexão e o diálogo, e indica direções concretas para a ação pastoral.

O que significa isso, concretamente, em termos de apostolado e de ação pastoral? Esta é uma das questões-chave do vosso Seminário. Como acolher este dom particular que o Espírito oferece à Igreja no nosso momento histórico? Como acolhê-lo em todo o seu alcance, em toda a sua plenitude, com todo o dinamismo que lhe é característico? Responder adequadamente a tais interrogações entra na vossa responsabilidade de pastores. Vossa grande responsabilidade é a de não tornar vãos o dom do Espírito, mas, ao contrário, fazê-lo sempre mais frutificar no serviço de todo o povo cristão.¹⁸³

Assim, dentre os temas que foram abordados nesta mensagem, destacaremos três: o desafio e a urgência da evangelização no tempo atual, e este desafio suscita no seio da Igreja uma nova resposta ao chamado de Deus; o novo Pentecostes na Igreja e os seus frutos imediatos; e a maturidade eclesial, que supõe o acompanhamento e inserção canônica das novas expressões eclesiais. São temas que percorreram e fundamentaram as conferências realizadas durante o Seminário, e estimularam reflexões posteriores presentes em documentos magisteriais e no desenvolvimento teológico.

3.1.1.

Uma nova resposta ao chamado de Deus

Na gênese de toda e qualquer vocação está o encontro pessoal com Jesus Cristo, pois somente a experiência com a pessoa de Jesus tem o poder de transformar completamente uma vida. Como afirma o Apóstolo Paulo: “Se alguém está em Cristo, é uma nova criatura”¹⁸⁴. Um dos frutos desse encontro é,

¹⁸³ M2JP, n.4.

¹⁸⁴ 2Cor 5,17.

precisamente, o despertar da consciência para a grandeza e a dignidade da graça batismal.

Na Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi*, Paulo VI afirma que “não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo”¹⁸⁵. Por sua vez, na ChL, lemos: “não é um exagero dizer que toda a existência do fiel leigo tem por finalidade levá-lo a descobrir a radical novidade cristã que promana do Batismo, sacramento da fé, a fim de poder viver as suas exigências segundo a vocação que recebeu de Deus”¹⁸⁶. Trata-se do despertar da fé recebida no Batismo, o *opus operantis*, porque ambos, fé e Batismo, “esses dois modos de salvação, são ligados um ao outro e indivisíveis, dado que se a fé recebe do batismo a sua perfeição, o batismo se funda sobre a fé”¹⁸⁷.

Monléon, bispo de Meaux (FR), na sua reflexão sobre “Os movimentos como lugar de uma humanidade transfigurada”, traz uma definição exata da transformação operada no fiel como sinal visível da renovação batismal:

Uma nova confiança no conteúdo do mistério cristão e da fé na Igreja; uma reforçada segurança de ser amados por Deus, de ser filhos do Pai; um olhar novo, mais misericordioso, mais confiante sobre si e sobre os outros. Com a caridade, uma nova liberdade é dada ou reencontrada, liberdade que deriva da confiança, mas também da humildade, de uma experiência de misericórdia, para si e para o mundo. Não se deixa mais aprisionar nos estereótipos, nas modas, nas ideologias.¹⁸⁸

Como resposta a esse encontro que muda a sua vida, cresce o desejo de comunhão com os irmãos; esta é outra característica da ação do Espírito Santo na vida dos fiéis. A vida fraterna, que encarna a radicalidade evangélica do amor ao próximo é uma dimensão muito importante nos Movimentos e Novas Comunidades. Moléon explica que a vida nova em Cristo, antes de tudo, tem necessidade do sustento espiritual e fraterno, não somente porque o ser humano tem uma natureza social, mas porque, num mundo secularizado, os fiéis precisam encontrar o apoio do aprofundamento e da partilha do mesmo ideal de vida fundamentada em Cristo.

¹⁸⁵ EN, 18.

¹⁸⁶ ChL, 10.

¹⁸⁷ BASÍLIO DE CESARÉIA. Tratado sobre o Espírito Santo. São Paulo: Paulus, 1999, 12.

¹⁸⁸ MONLÉON, A. M. *I movimenti come luogo di una umanità trasfigurata*. In: PONTIFICIUM CONSILIIUM PRO LAICIS. *I movimenti nella Chiesa*. Vaticano: LEV, 1999, p.152.

Na base de todos os movimentos se encontra, embora a diversidade das formas de existência, um empenho, sem o qual a associação se dissolveria muito rapidamente ou seria somente um encontro ocasional. [...] Outra característica específica dos movimentos eclesiais como lugar de humanidade nova, no quadro da fraternidade reencontrada, é o surgimento de um grande número de vocações sacerdotais ou à vida consagrada, com esta característica comum de estar associadas aos leigos [...]. É importante reconhecer neles um sinal dos carismas concedidos pelo Espírito Santo à Igreja em formas sempre novas, às vezes imprevisíveis.¹⁸⁹

A experiência de vida fraterna, enquanto vida dos discípulos de Cristo, insere os fiéis na vida eclesial, na vida comunitária de toda a Igreja. Portanto, o encontro com os irmãos se torna impulso para a missão evangelizadora, que, por sua vez, se torna testemunho de uma experiência comum. Assim, a ChL ressalta que, dentre os motivos que movem os fiéis a unirem-se em grupos, há uma razão mais profunda, que é de ordem eclesiológica, ou seja, afirma que “a vida fraterna, entendida como vida partilhada no amor, é sinal eloquente da comunhão eclesial”¹⁹⁰.

Portanto, essa vida nova, gerada pelo Espírito, na Igreja e para a Igreja, torna-se um auxílio eclesial para levar a Boa Nova nos areópagos pós-modernos. É o que lemos na conferência proferida pelo professor Carriquiry sobre “Os movimentos no contexto religioso e cultural de hoje”, na qual abordou o tema do desafio da transmissão da fé em um mundo em crescente descristianização e radical secularização. Ele constata que já não se pode pensar que a fé se transmita “por osmose”, mesmo em ambientes cristãos, pois

estamos todos submetidos ao influxo capilar de potentes meios de comunicação social, de forma que a nossa existência tende a conformar-se às forças mundanas dominantes, a modelos de vida sempre mais distantes de qualquer referência cristã. Por isso, a confissão cristã de muitos batizados tende a reduzir-se a episódios e a fragmentos residuais, empobrecidos em seus conteúdos vitais e intelectuais.¹⁹¹

O Documento de Aparecida (DAp), ao referir-se a esta temática, relembra que estamos numa mudança epocal, e que o nível mais profundo desta mudança é o cultural, no qual “dissolve-se a concepção integral do ser humano, sua relação

¹⁸⁹ MONLÉON, A. M. *I movimenti come luogo di una umanità trasfigurata*, p.156.

¹⁹⁰ ChL, 29.

¹⁹¹ LECOUR, G. M. C. *I movimenti ecclesiali nel contesto religioso e culturale di oggi*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.56.

com o mundo e com Deus”¹⁹². Em tal contexto seria ingênuo pensar que a simples repetição do conteúdo da fé seja suficiente para despertá-la, pois ela já não é um patrimônio comum da sociedade. A mera retórica sobre preceitos não tem o poder de alcançar o coração das pessoas, não interpela a sua consciência, não toca a sua liberdade, não as chama à conversão.

É neste sentido que Lecour considera que,

graças aos carismas, a radicalidade do Evangelho, o conteúdo objetivo da fé, o influxo vivo da sua tradição, se comunicam persuasivamente e são acolhidos como experiência pessoal, como adesão da liberdade ao evento presente de Cristo. Parafraçando Guardini, se poderia dizer que a Igreja renasce nas almas.¹⁹³

Isto não significa exclusividade dos novos carismas, nem os coloca em uma posição de superioridade ou destaque diante das demais estruturas eclesiais. Não! Esta afirmação busca evidenciar a ação do Espírito Santo que é a alma da Igreja, por isso a habita e a conduz ao longo dos séculos, “unifica-a na comunhão e no ministério, edifica-a e dirige-a com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, e enriquece-a com os seus frutos”¹⁹⁴.

Com uma lucidez surpreendente, Carlo Caffarra¹⁹⁵ refletiu sobre o grande desafio do niilismo ocidental para a vivência pastoral da Igreja. O seu texto expõe a raiz da questão, que toca a condição espiritual do homem ocidental, que “se perdeu”, mesmo tendo “ganhado o mundo”. Ele entende a perda de si mesmo como “uma progressiva demolição da subjetividade”¹⁹⁶, ou seja, a demolição da razão humana, que se deu por ter sido julgada incapaz de uma verdade sobre o bem que vale *em si e por si*, de conhecer um bem que não seja aquele da própria utilidade individual. Assim, segundo Cafarra, o grande desafio que a Igreja ocidental enfrenta, e que é inédita na sua história,

¹⁹² DAp, 44.

¹⁹³ LECOUR, G. *I movimenti ecclesiali nel contesto religioso e culturale di oggi*, p.56.

¹⁹⁴ JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Donum et Vivificantem*. São Paulo: Paulinas, 1986, n.25. Será citada DVi.

¹⁹⁵ CAFFARRA, C. *I movimenti e la sfida nichilistica dell'Occidente*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, p.132-138.

¹⁹⁶ Caffarra entende a subjetividade no seu significado cristão, por isso, apoiando-se na tradição teológica de Gregório de Nissa e Tomás de Aquino, vê a liberdade como o sinal mais eloquente da semelhança do homem com Deus; dessa forma, o ato livre é o ponto no qual convergem as duas fundamentais energias do espírito, a razão e a vontade. Contudo, somente uma razão que não limite a capacidade humana de interrogar, e somente uma vontade orientada para a plenitude do bem podem gerar um ato livre.

é constituído pelo fato que o homem, no Ocidente, querer demonstrar que o cristianismo é simplesmente supérfluo, porque as perguntas às quais esse diz responder podem ser censuradas sem que a vida piore. Nem o paganismo, nem o ateísmo, nem o iluminismo tinham desafiado o anúncio evangélico deste modo.¹⁹⁷

Para este grande desafio, o próprio Espírito dá à Igreja os meios adequados, como o faz desde a sua fundação, para continuar realizando a sua missão no mundo. Caffarra é convicto de que “a realidade eclesial dos movimentos é a única resposta adequada para este desafio”¹⁹⁸. Sua resposta parte do reconhecimento de que os MNC têm uma função eclesial insubstituível por causa da sua origem carismática. Aqui, carisma deve ser entendido na sua categoria teológica enquanto “distinto” - e não separado - da instituição, ou seja, aquele cuja função é impelir “a instituição a uma conformidade mais clara e inequívoca a Cristo”, ajudando-a a “não transformar-se nunca em burocracia administrativa, a superar a tentação da competitividade (no sentido do predomínio do clero sobre os leigos ou dos leigos sobre o clero), e a não se tornar nunca fim a si mesma”; também suscitando uma fraternidade verdadeira, que brota e coincide com a sua missão. Se, portanto, o movimento é fiel à sua origem, em força do *carisma original*, “faz acontecer com a instituição o imprevisível dom da comunhão com Cristo que é a Igreja, na qual o homem é salvo”. Assim, Caffarra conclui que os MNC não são apenas funcionais e pontuais na história, mas constitutivos da Igreja, e por isso adequados para que ela realize a sua missão.¹⁹⁹

3.1.2.

Novos frutos do Espírito Santo na Igreja

Na vigília de Pentecostes de 1998, na Praça de São Pedro, o Papa João Paulo II dirigiu-se aos fundadores e membros das novas famílias eclesiais, cheio de entusiasmo, encorajando-os a viverem com fidelidade o dom recebido para a edificação da Igreja. Um dos temas principais do seu discurso foi a origem carismática desses movimentos.

¹⁹⁷ CAFFARRA, C. *I movimenti e la sfida nichilistica dell'Occidente*, p.136.

¹⁹⁸ CAFFARRA, C. *I movimenti e la sfida nichilistica dell'Occidente*, p.136.

¹⁹⁹ CAFFARRA, C. *I movimenti e la sfida nichilistica dell'Occidente*, p.137-138.

Na Encíclica sobre o Espírito Santo, *Dominum et vivificantem*, São João Paulo II afirma que, “se é um fato histórico que a Igreja saiu do Cenáculo no dia de Pentecostes, também pode-se dizer que, em certo sentido, ela nunca o abandonou”²⁰⁰. Ou seja, a experiência da Igreja nascente não é um acontecimento pertencente ao passado.

O Espírito Santo, já operante na criação do mundo e na Antiga Aliança, revela-Se na Encarnação e na Páscoa do Filho de Deus, e como que “explode” no Pentecostes para prolongar, no tempo e no espaço, a missão de Cristo Senhor. O Espírito constitui assim a Igreja como fluxo de vida nova, que circula dentro da história dos homens.

À Igreja que, segundo os Padres, é o lugar “onde floresce o Espírito”, o Consolador deu recentemente com o Concílio Ecuménico Vaticano II um renovado Pentecostes, suscitando um dinamismo novo e imprevisto.²⁰¹

Nesse sentido, compreende-se que a Igreja vive em um perene Pentecostes que, segundo Coda, “se atualiza e se transmite eficazmente no tempo o mesmo evento que a constitui e configura como tal, em Jesus Cristo por obra do Espírito Santo”²⁰². Com a vinda do Espírito Santo, conforme ensina a *Dominum et vivificantem*, o tempo da Igreja inicia e perdura através dos séculos, mas nesse tempo “teve uma particular expressão no Concílio Vaticano II”. Esse Concílio que, embora seja eclesiológico, é, ao mesmo tempo, “essencialmente pneumatológico”, porque é “impregnado da verdade sobre o Espírito Santo como alma da Igreja”. É em virtude dessa ação perene do Espírito Santo que “no seu rico magistério o Concílio Vaticano II contém praticamente tudo o que ‘o Espírito diz às Igrejas’ em função da presente fase da história da salvação”²⁰³.

Falar dos movimentos eclesiais como “um dos dons do Espírito para o nosso tempo” significa, de um ponto de vista teológico, colocar os movimentos, por um lado, na perspectiva da missão do Espírito na Gênese da Igreja e na história da Igreja e da humanidade; e, por outro lado, naquela da autoconsciência e da autoconfiguração da Igreja hoje, na luz e na força do mesmo Espírito e segundo as linhas traçadas pelo magistério do Concílio Ecuménico Vaticano II.²⁰⁴

²⁰⁰ DVi, n.66.

²⁰¹ JOÃO PAULO II. *Discorso nella Veglia di pentecoste di 1998*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *I movimenti nella Chiesa*. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Città del Vaticano: LEV, 1999, p.220.

²⁰² CODA, P. *I Movimenti ecclesiali, dono dello Spirito*. Una riflessione teologica. In: PONTIFICIUM CONSILIIUM PRO LAICIS. *I movimenti nella Chiesa*. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Vaticano: LEV, 1999 p.80.

²⁰³ DVi, n.26.

²⁰⁴ CODA, P. *I movimenti ecclesiali, dono dello Spirito*, p.78.

A partir do Magistério de São João Paulo II, há uma profunda identificação entre os MNC e o evento de Pentecostes, mais precisamente, um “novo Pentecostes” na Igreja: “eu falei de ‘um novo Pentecostes’, quis, com esta expressão, reconhecer no desenvolvimento dos movimentos e das novas comunidades um motivo de esperança para a ação missionária da Igreja”²⁰⁵. Ele reconhecia no Concílio Vaticano II “o fundamento e o início de uma gigantesca obra de evangelização do mundo moderno”, por ter sido o evento por meio do qual “a Igreja redescobriu como constitutiva de si mesma a dimensão carismática”²⁰⁶.

Ao celebrar o vigésimo aniversário do Decreto *Apostolicam actuositatem*, o Papa declarou que a Igreja precisa “de grandes correntes, movimentos e testemunhos de santidade entre os *christifideles*, porque é da santidade que nasce toda autêntica renovação na Igreja”²⁰⁷.

Na sua intervenção durante o Seminário para os bispos, Carriquiry enfatiza que MNC são frutos do Concílio Vaticano II. Ainda que o Concílio não tenha dedicado uma atenção direta aos novos carismas – isto é compreensível, visto que estavam no seu início –, todavia possibilitou o seu nascimento, ou impulsionou o seu crescimento e desenvolvimento.²⁰⁸

Poderíamos perguntar: o que trouxe de novo esse Pentecostes? A resposta mais evidente seria: a revitalização da experiência cristã, pois,

Os movimentos aparecem, em primeiro lugar, como uma emergência carismática que, junto a muitas outras experiências eclesiais, responde à necessidade atual de uma recentralização, refundação e revitalização da experiência cristã na vida da Igreja. [...] Constata-se nos movimentos, uma confissão serena, plena de alegria e de esperança, sem reticências ou problematizações inibidoras, do fato que Jesus é o Senhor. Aqui está a essencialidade, a simplicidade, e o vigor do anúncio e da proposta cristã.²⁰⁹

²⁰⁵ M2JP, p.17.

²⁰⁶ JOÃO PAULO II. *Discorso nella Veglia di pentecoste di 1998*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *I movimenti nella Chiesa. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1999, p.221.

²⁰⁷ JOÃO PAULO II. *Discorso alla cerimonia per il ventesimo anniversario della promulgazione del decreto conciliare “Apostolicam Actuositatem”*. Disponível em: www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1985/november/documents/hf_jp-ii_spe_19851118_anniversario-decreto-conciliare.html. Acesso em 16 nov. 2022.

²⁰⁸ LECOUR, G. C. *I movimenti ecclesiali nel contesto religioso e culturale di oggi*, p. 50.

²⁰⁹ LECOUR, G. C. *I movimenti ecclesiali nel contesto religioso e culturale di oggi*, p. 54-55.

O Cardeal Robert Sarah, então bispo de Conakry, testemunhou que a presença dos MNC contribuiu para a renovação espiritual na sua diocese, “e se pode constatar que a obra do Espírito é a mesma desde o dia de Pentecostes”. Ele reconhece que há um longo caminho a ser percorrido para que se alcance a plena maturidade eclesial, contudo são inegáveis os frutos do Espírito presentes nas suas obras e nos seus membros, de modo que este “novo pentecostes é uma oportunidade, e uma graça renovada para a Igreja.”²¹⁰

3.1.3.

A dimensão canônica dos novos carismas eclesiais

Na sua mensagem, João Paulo enfatiza que “no mistério de comunhão do Corpo de Cristo, a unidade nunca é simples homogeneidade, negação da diversidade, assim como a pluriformidade não deve nunca se tornar particularismos ou dispersão”²¹¹. Por isso, a criatividade do Espírito Santo em suscitar formas novas de associações eclesiais exige um trabalho minucioso, de acompanhamento e reflexões teológicas e canônicas, visto que as normativas vigentes são insuficientes para enquadrar as novas realidades agregativas.

A Carta *Iuvenescit Ecclesia* ensina a importância do reconhecimento específico dado aos carismas originais ou fundacionais, para que a riqueza concedida pelo Espírito Santo se incorpore “adequadamente na comunhão eclesial e se transmita fielmente no tempo”²¹². Contudo, um dos desafios encontrados pelos canonistas é o fato de que os MNC são, na sua maioria, mistos, formados por homens e mulheres, além de serem plurivocacionais, ou seja, compostos por leigos, clérigos, famílias, e por celibatários que assumem os votos dos conselhos evangélicos. Ambos são realidades que não se enquadram nas tipologias associativas tradicionais.

Dada a complexidade dessas novas famílias eclesiais, é grande o desafio de elaborar uma configuração canônica que possa disciplinar, dentro de um quadro

²¹⁰ SARAH, R. *Il soffio dello Spirito*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.120-125.

²¹¹ M1JP, 3.

²¹² IE, 17.

unitário, as diversas categorias de fiéis com exigências relativas a cada estado de vida e aos diferentes graus de pertença e de compromissos dos seus membros. Seria necessário criar “estruturas flexíveis e diversamente organizadas”, que correspondam às diferentes necessidades “a nível da gestão dos bens, do tempo, das atividades dos seus membros, todos pertencentes à mesma família eclesial”²¹³, pois os cânones 298-329 aos quais os MNC recorrem não foram pensados em função da sua realidade. Contudo, João Paulo II expressou com lucidez que “os movimentos reconhecidos oficialmente pela autoridade eclesiástica se propõem como forma de autorrealização e reflexos da única Igreja”²¹⁴.

Para Ghirlanda, a institucionalização de um carisma serve para inseri-lo ainda mais na perspectiva da Igreja como comunhão, “no mistério próprio da Igreja, como obras das três Pessoas divinas”.²¹⁵ Isso significa que a natureza carismática desses novos movimentos e a sua inserção na vida concreta da Igreja tem como ponto de partida a ação do Espírito Santo, ou seja, o carisma, que é o elemento invisível e da graça, e que se torna visível sob forma jurídica no estatuto que regula a vida dos seus membros.

Segundo o então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Ratzinger, é próprio do Espírito Santo, ao longo da história da Igreja, suscitar movimentos que “reativam” a sua apostolicidade e catolicidade, dado que ela é constituída também *ex hominibus* e, por isso, pode esfriar a chama inicial²¹⁶. Daí deriva uma relação circular entre carisma e instituição, comprovada pela história: o carisma vivifica a instituição, mas a instituição autentica o carisma.

A Igreja é, contemporaneamente, carismática e institucional. Com esta convicção, o canonista Gerosa explica que ambos os aspectos da realidade eclesial dependem do Espírito Santo, cujo “*opus proprium* é a construção da *Communio*, na qual o homem pode encontrar plenamente a sua liberdade”²¹⁷. Também o teólogo suíço, Hans Urs von Balthasar, que aprofunda o tema da Igreja institucional e carismática, ensina que, sendo o Espírito Santo a alma da Igreja, as

²¹³ RECCHI, S. *La configurazione canonica dei movimenti ecclesiali*. In: AA. VV. Fedeli. Associazioni. Movimenti. Milano: Gruppo Italiano di Diritto Canonico, 2002, p.210.

²¹⁴ M2JP, 6.

²¹⁵ GHIRLANDA, G. *Carisma e statuto giuridico dei movimenti ecclesiali*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. I movimenti nella Chiesa. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Vaticano: LEV, 1999, p.130.

²¹⁶ RATZINGER, J. *I movimenti ecclesiale e la loro collocazione teológica*, p.46.

²¹⁷ GEROSA, L. *Carisma e diritto nella Chiesa*. Riflessioni canonistiche sul “Carisma originario” dei nuovi movimenti ecclesiali. Milano: Jaca Book, 1989, p. 121.

funções nela desempenhadas só podem ser realizadas na medida em que seguem a lei deste Espírito de amor, o qual governa a Igreja na sua qualidade de mãe e esposa. E, como Cristo não deixou outro espírito como herança no mundo, não é possível contrapor “o espírito do ofício”, entendido como forma da “autoridade paterna”, ao “espírito do amor cristão”, que perpassa os carismas e, portanto, rege a edificação da vida eclesial, com a motivação de que o espírito do ofício divino “funciona” com base nas promessas de Cristo, mesmo quanto o espírito de amor não está mais presente²¹⁸.

Tudo isso se torna evidente na eucaristia do Senhor, que funda e alimenta o ser da igreja: enquanto *communio* com o Senhor que se imola por todos, ela nos dá o sentido interno para compreender o significado da *communio* enquanto igreja: no pensamento e na conduta prática. O Senhor eucarístico – enquanto atualização concreta da vida trinitária – é fundamentalmente a unidade da igreja: se Maria e Pedro, cada um a seu modo, são postos em uma relação particular com esta unidade, tudo isso acontece no serviço e na missão do Senhor. E se a Igreja pode ser chamada de “plenitude” de Cristo, que ele preenche (Ef 1,23), somente porque Ele continua a sacrificar-se eucaristicamente nela, também a maternidade mariana e o cuidado pastoral petrino devem ser plasmados desta forma cristológica primordial do sacrifício de si.²¹⁹

Esta eclesiologia de comunhão foi acolhida como base segura para o ordenamento jurídico da Igreja, de forma que o Código de 83 assume a mudança do sujeito principal de toda a estrutura jurídica eclesial, não mais o clérigo, mas o *christifidelis*, ou seja, o fiel como figura primordial subjacente àquela de leigo, clérigo e religioso. A esse respeito Coda afirma que a eclesialidade é a característica constitutiva dos MNC, visto que são abertos a todas as vocações e a todos os estados de vida presentes no povo de Deus. Portanto, ele considera “reduzido (...) classificar unicamente a qualidade eclesial dos movimentos na perspectiva das agregações laicais e do seu fim apostólico”²²⁰. O advento, portanto, dos MNC, explicita o mistério da Igreja na sua compreensão sponsal: a Igreja não somente como Corpo de Cristo, mas também sua Esposa; não somente hierárquica, mas carismática.

Percebemos, assim, que o surgimento dos MNC torna visível a “dupla face” da Igreja, carismática e jurídica, sem contradição. Mas para que se atualize o dom

²¹⁸ BALTHASAR, H. U. V. *Il tutto nel frammento*. Milano: Jaca book, 2017, p.71.

²¹⁹ BALTHASAR, H. U. V. *Il complesso antiromano*. Brescia: Queriniana, 1974, p.204.

²²⁰ CODA, P. *I Movimenti ecclesiali*, p.95.

recebido em favor do inteiro Corpo de Cristo é necessário avançar na comunhão eclesial.

Hoje, diante de vós se abre uma nova etapa: aquela da maturidade eclesial. Não significa que todos os problemas estão resolvidos. É, ao contrário, um desafio. Um caminho a ser percorrido. A Igreja espera de vós frutos “maduros” de comunhão e de comprometimento.²²¹

O Papa João Paulo II enxerga os MNC como um “sinal de esperança”, e o seu olhar é completamente realista, pois também reconhece que, como toda obra que se desenvolve dentro da história humana, mesmo sob o impulso divino, trará não somente considerações positivas²²². Diversas vezes repetiu que essa “primavera” chegou à Igreja como “uma novidade inesperada e por vezes até explosiva. Isto não deixou de suscitar interrogações, dificuldades e tensões”²²³.

As dificuldades não devem se tornar um obstáculo à ação do Espírito; é preciso examinar os frutos, e são eles que fazem o Papa considerar os MNC como “motivo de esperança para a Igreja”. Por isso, aos participantes da vigília de Pentecostes de 98 reunidos na Praça de São Pedro, e aos bispos reunidos no Seminário para refletir sobre esses movimentos eclesiais, o Papa ergue a voz e repete que vê “a chegada de uma nova etapa: aquela da maturidade eclesial”²²⁴. E o caminho da maturidade deve ser percorrido juntos, colocando em comum os dons recíprocos em função do todo.

Na sua reflexão sobre as palavras do Papa, Rylko observa que persiste na Igreja a carência de fiéis bem formados, capazes de unificar fé e vida, e vê nisso uma oportunidade de comunhão de dons, por isso exorta os pastores a não serem indiferentes à proposta de formação cristã que vem dos MNC, pois reconhece a originalidade dos métodos pedagógicos próprios dos diversos carismas, e neste campo é possível encontrar sinais claros da sua maturidade eclesial. Podemos elencar alguns²²⁵:

²²¹ M2JP, 6.

²²² M2JP, 3.

²²³ JOÃO PAULO II. *Discurso na Vigília de oração durante o encontro com os Movimentos eclesiais e as novas comunidades*, p.222.

²²⁴ M2JP, 3.

²²⁵ Os pontos elencados são uma síntese do exposto por RYLKO S. *L'avvenimento del 30 maggio 1998 e le sue conseguenze ecclesiologiche e pastorali*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.42-45.

Cristocentrismo. Formação baseada no essencial da vocação batismal de todo cristão, em cujo centro está o encontro pessoal e existencial com Jesus Cristo vivo. Este encontro gera conversões sólidas. São numerosos os testemunhos de muitos membros dos MNC que antes viviam indiferentes a Deus e à Igreja.

Pedagogia integral e radical. Integral porque envolve todas as dimensões da existência humana; radical porque propõe a vivência do Evangelho sem glosas. Essa experiência de fé é alegre e contagiante.

Clareza da identidade cristã. Uma formação que faz crescer nos leigos a consciência da sua vocação e missão na Igreja e no mundo; ou seja, gera e promove personalidades cristãs maduras, um forte sentido de pertença à Igreja e fidelidade ao Sucessor de Pedro.

Sentido de comunidade. Em uma cultura marcada pela massificação e pelo consequente anonimato, é uma riqueza e um seguro ponto de referência. Os MNC geram comunidades com forte sentido eclesial, pois as pessoas ao entrarem nos movimentos se reconhecem membros da Igreja.

Vida sacramental. Com a ajuda dos MNC, muitos redescobrem a vocação batismal e passam a valorizar a Eucaristia como fonte e ápice da vida cristã, e os demais Sacramentos. Graças a estas experiências eclesiais, a Igreja continua a ser enriquecida com muitas vocações sacerdotais, vocações a famílias abertas que são verdadeiras “igrejas domésticas”, à vida religiosa e a novas formas de vida consagrada.

Missionariedade. É uma característica dos MNC o anúncio direto da Palavra de Deus, privilegiando, como nos tempos apostólicos, o querigma. Têm uma indiscutível capacidade de despertar nos leigos a coragem da missão nos ambientes dominados pela cultura hostil à fé; são ações missionárias com criatividade e originalidade, com novos meios e métodos. Dão prova de originalidade também em âmbito social, com especial atenção aos pobres, numa visão integral da pessoa humana, e no diálogo ecumênico.

3.2.

Bento XVI: A beleza de ser cristãos e a alegria de comunicá-lo

Sob o pontificado de Bento XVI, entre os dias 31 de maio a 02 de junho de 2006, em Rocca di Papa, o PCL promoveu o II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades²²⁶. O Congresso antecedeu a vigília de Pentecostes que, assim como aconteceu em 98, atraiu à Praça de São Pedro milhares de pessoas pertencentes a estas novas realidades eclesiais. Esse encontro foi uma oportunidade de renovação de fé e testemunho da unidade.

O tema do II Congresso, tirado da homilia inaugural do seu pontificado: “A beleza de ser cristãos e a alegria de comunicá-lo”, é um convite a refletir sobre a essência do evento Cristo, sobre o mistério da encarnação que torna visível no mundo o esplendor da glória de Deus. A mensagem do Papa é breve, mas teologicamente profunda e exigente. Na saudação inicial, Bento XVI recorda com viva memória o I Congresso mundial dos MNC, sob o pontificado do seu antecessor, e declara acompanhar o caminho percorrido segundo as indicações pastorais e os ensinamentos de São João Paulo II.

Bento XVI fala do paradoxo profético que se torna visível em Jesus, graças ao qual a razão humana é despertada do seu torpor e se abre ao Mistério:

A ele se aplicam as palavras do Salmo 44: “Tu és o mais belo entre os filhos do homem”. E a ele, paradoxalmente, referem-se também as palavras do profeta: “Não

²²⁶ O Congresso desenvolveu-se em dois momentos: o primeiro, intitulado “A beleza de Cristo e a missão da Igreja”, contou com quatro conferências que refletiram sobre os “Novos frutos de maturidade eclesial”, e foi apresentado pelo Presidente do PCL, Stanislaw Rylko; seguido pela conferência sobre “Cristo, o mais belo entre os filhos de Adão”, apresentado pelo Cardeal Christoph Schönborn; o Cardeal Marc Ouellet falou sobre “A beleza de ser cristãos” e o Cardeal Angelo Scola fez uma reflexão sobre “Movimentos eclesiais e novas comunidades na missão da Igreja. Prioridade e perspectivas”.

O segundo momento do Congresso foi composto por uma mesa redonda, que estava dividida em duas partes. O primeiro momento, intitulado “O encontro com a beleza de Cristo. Itinerários educativos”, contou com a participação de Alba Sariglia com o tema, “Na origem de tudo, a descoberta que Deus é amor”; o Fundador do Caminho Neocatecumenal, Kiko Argüello, falou sobre “Pequenas comunidades cristãs para a nova evangelização”; Giancarlo Cesana trouxe o tema sobre “A resposta a uma exigência humana”; estava presente Patti G. Mansfield, uma das protagonistas do acontecimento que deu origem à Renovação Carismática Católica, com o tema “Uma oração escutada para além das previsões”; o padre Laurent Fabre refletiu sobre “Uma graça destinada a todos os cristãos”; e Jean Vanier trouxe o tema, “Viver a benção de Deus na partilha”. As reflexões desenvolvidas no segundo momento apresentaram situações nas quais é preciso “Dar razão da beleza de Cristo no mundo de hoje”. Seja “Entre seitas e new age”, conforme refletiu Bernard Peyrous; também “Na relação com o Islam”, como falou Fouad Twal; “Na educação dos jovens”, conforme ensinou Luis F. Figari; “Na presença dos católicos na sociedade”, afirmou Dino Boffo; e também “Em situações de pobreza e violência”, como testemunhou Andrea Riccardi.

tem aparência nem beleza para atrair o nosso olhar, nem esplendor para poder nos agradar” (Is 53,2). Em Cristo se encontram a beleza da verdade e a beleza do amor; mas o amor, se sabe, implica também a disponibilidade de sofrer, uma disponibilidade que pode chegar até o dom da vida por aqueles aos quais se ama (cfr. Jo 15,13)!²²⁷

O tema da beleza perpassa toda a mensagem e se desdobra em diversos aspectos do testemunho cristão, seja como sinal da experiência eclesial dos MNC, seja como exortação e convite à conversão e maior unidade eclesial. Bento XVI afirma que toda vocação é fruto da “extraordinária força de atração” que Cristo exerce ao se tornar presente no coração humano, abrindo-lhe a razão ao Mistério:

Por acaso, não foi a beleza que a fé gerou no rosto dos santos que impulsionou tantos homens e mulheres a seguir seus passos? No fundo, isto vale também para vós: através dos fundadores e dos iniciadores dos vossos movimentos e comunidades vislumbrastes com singular luminosidade o rosto de Cristo, e vos colocastes em caminho. Também hoje Cristo continua ecoando, no coração de tantos, aquele “vem e segue-me” pode decidir o seu destino.²²⁸

O Papa faz apelo aos MNC para que sejam escolas de comunhão, onde “se aprende a viver na verdade e no amor” revelados por Cristo, segundo o ensinamento dos apóstolos; e os exorta a serem testemunhas de Cristo no mundo, a iluminar um mundo transformado pelas mensagens contraditórias das ideologias e da ganância do poder, do prazer e do possuir. Enfatiza que este mundo necessita do testemunho da liberdade cristã, por isso a missão é um ato de caridade que se manifesta como paixão pela vida e pelo destino dos outros. Esta se torna visível nas ações concretas e se torna força de construção de “um mundo melhor, segundo o *ordo amoris* no qual se manifesta a beleza da vida humana”²²⁹.

Os MNC são, nas palavras de Bento XVI, sinais luminosos da beleza de Cristo e da Igreja, por isso lhes agradece pelo esforço missionário, por colaborarem com as famílias através das ações formativas, por serem promotores de novas vocações e pela obediência aos pastores da Igreja. A tarefa confiada às novas famílias eclesiais é exigente, pois empenha toda a vida pela edificação do Corpo de Cristo e os exorta a serem guardiões da verdade e da caridade na unidade.

²²⁷ M1B, p.6.

²²⁸ M1B, p.6.

²²⁹ M1B, p.7.

Nesta mensagem encontramos algumas características que, na visão do Papa Bento XVI, revelam não somente a identidade, como também a contribuição dada pelos MNC à Igreja do seu tempo: a experiência pessoal com Cristo, que se transforma em testemunho comum da misericórdia de Deus; a missionariedade através da radicalidade evangélica no anúncio de Cristo e na caridade social; a comunhão eclesial que, como sinal concreto da sua pertença à estrutura viva da Igreja, torna-se visível na obediência aos legítimos pastores. Tais características e os seus desdobramentos nas reflexões do Congresso serão aprofundadas após a apresentação da segunda mensagem (M2B).

Dois anos após o primeiro encontro do Papa Bento XVI com os MNC, o Pontifício Conselho para os Leigos realizou o Segundo Seminário para bispos²³⁰ para melhor compreender “o significado teológico-eclesial e pastoral do fenômeno dos movimentos eclesiais e das novas comunidades, e quais são os deveres dos Pastores ao seu respeito”²³¹. Também nesta ocasião o Papa enviou uma mensagem aos participantes. Assim como o seu predecessor, Bento XVI acompanhou de perto o desenvolvimento dos MNC, por isso a sua mensagem, além de trazer uma visão amadurecida acerca do novo fenômeno agregativo na Igreja, indica

²³⁰ O tema principal deste Seminário foi sobre o acolhimento e a inserção dos MNC nas igrejas locais e, para isso, foi dividido em dois momentos: o primeiro contou com quatro intervenções que aprofundaram a temática central: o Cardeal Rylko fez uma verdadeira retrospectiva histórica e uma síntese sobre o percurso dos MNC no magistério recente, por isso falou sobre “Movimentos eclesiais e novas comunidades no ensinamento de João Paulo II e de Bento XVI; Piero Coda tratou do tema “Movimentos eclesiais e novas comunidades na missão da Igreja: colocação teológica, perspectivas pastorais e missionárias; por sua vez, o canonista Arturo Cattaneo refletiu sobre a importante relação entre “Movimentos e novas comunidades nas Igrejas particulares”; e com o tema “Movimentos eclesiais e ministério petrino”, Josef Clemens aprofundou uma exortação de Bento XVI aos MNC: “Vos peço para serem ainda mais, muito mais, colaboradores no ministério apostólico universal do Papa”.

O segundo momento foi composto por testemunhos de bispos que compartilharam sobre “O papel dos Pastores em relação aos movimentos”: Alberto Taveira – então bispo de Palmas-BR; Dominique Rey – bispo de Toulon-FR; Javier Augusto Del Río Alba – bispo de Arequipa-PE. Houve também um momento de escuta sobre “O papel dos movimentos e novas comunidades”, que contou com os testemunhos de Luis Fernando Figari, Fundador do Movimento de vida cristã; Dominique Vermesch, Moderador da Comunidade Emanuel; Massimo Camisasca, Superior geral da Fraternidade sacerdotal dos missionários de São Carlos Borromeu; Claudiano Strazzari, Reitor do Colégio diocesano Redemptoris Mater. Também estavam presentes e participaram deste diálogo o Fundador do Caminho Neocatecumenal, Kiko Argüello; o Responsável da Comunidade João XXIII, Giovanni Paolo Ramonda; e o Fundador da Comunidade Santo Egídio, Andrea Riccardi.

Este segundo momento contou ainda com a escuta sobre “Os movimentos nas Igrejas particulares: expectativas mútuas”, no qual deram seu testemunho o Cardeal Camillo Ruini, também André-Mutien Lónard, Bispo de Namur-BE; além de Julián Carrón, Presidente da Fraternidade de Comunhão e Libertação, e Moisés Louro de Azevedo, Fundador da Comunidade Católica Shalom.

²³¹ RYLKO, S. *Movimenti ecclesiali e nuove comunità nell'insegnamento di Giovanni Paolo II e di Benedetto XVI*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. Pastori e movimenti ecclesiali. Seminario di studio per vescovi. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 2009, p.20.

caminhos a serem percorridos em favor da urgente tarefa missionária e evangelizadora da Igreja.

Após a saudação aos participantes, o Papa afirma que este Seminário prossegue as reflexões anteriores feitas nesta sede, e recorda a exortação feita aos membros dos MNC, a serem “escolas de comunhão” no seio da Igreja.

Nesta ocasião, dirigindo-se sobretudo aos bispos, Bento XVI esclarece que os Movimentos e as Novas Comunidades são “uma das novidades mais importantes suscitadas pelo Espírito Santo na Igreja para a atualização do Concílio Vaticano II”; que em meio aos desafios do pós-Concílio, tanto Paulo VI quanto João Paulo II souberam reconhecer e, por isso, acolher e promover as novas realidades laicais que “de forma surpreendente restituíram vitalidade, fé e esperança a toda a Igreja”, como um testemunho evidente de comunhão e de pertença eclesial, trazendo um novo impulso missionário movido pelo encontro com Cristo²³². A primeira parte da mensagem traz uma síntese M1B dirigida aos participantes do II Congresso Mundial dos MNC, o que confirma a percepção do Papa sobre as novas expressões eclesiais.

Embora os pontífices tenham feito numerosas intervenções e indicações às igrejas locais para superar resistências e preconceitos, Bento XVI reconhece que existe ainda a necessidade de promover “uma comunhão mais madura entre todos os componentes eclesiais, para que todos os carismas, no respeito da sua especificidade, possam plenamente e livremente contribuir para a edificação do único Corpo de Cristo”.²³³ O apelo ao conhecimento mútuo e à comunhão ecoou durante o Seminário, como um desejo do coração dos pastores e dos fundadores.

A direção indicada para os trabalhos a serem realizados durante o Seminário foi tirada de uma exortação feita pelo Papa aos bispos alemães, em uma visita *ad limina*: “Vos peço para ir ao encontro dos movimentos com muito amor”. Este pedido é reproposto a toda a Igreja porque “a caridade é o sinal distintivo do Bom Pastor”²³⁴, é ela que autoriza e torna eficaz o exercício do ministério.

Ir ao encontro dos movimentos e novas comunidades com muito amor nos obriga a conhecer adequadamente a sua realidade, sem impressões superficiais ou juízos redutivos. Também nos ajuda a compreender que movimentos eclesiais e novas comunidades não são um problema ou um risco a mais, que se somam às nossas

²³² M2B, p.13-14.

²³³ M2B, p.14-15.

²³⁴ M2B, p.15.

pesadas tarefas. Não! São um dom do Senhor, um recurso precioso para enriquecer com os seus carismas toda a comunidade cristã. [...] Dificuldades ou incompreensões sobre questões particulares não autorizam o fechamento.²³⁵

Com o auxílio dos pastores, que devem acompanhar e discernir a autenticidade dos carismas, a Santa Sé passou a reconhecer diversos novos carismas na Igreja dentre os MNC. A este respeito Bento XVI exorta os bispos, relembrando-os que o serviço de discernimento não significa “ser dono” dos carismas, por isso devem estar atentos quanto ao “perigo de sufocá-los” e à tentação de querer uniformizar aquilo que o Espírito Santo fez multiforme.

A mensagem, embora seja dirigida aos bispos, também deve ser lida pelos MNC como uma exortação à unidade eclesial, por isso alguns fundadores e responsáveis por movimentos e novas comunidades foram convidados para dar a sua contribuição neste diálogo de comunhão eclesial. O impacto das palavras do Papa fez-se sentir nas reflexões e testemunhos que compuseram os diversos momentos do Seminário.

Apresentaremos a seguir os temas mais importantes das duas mensagens de Bento XVI, aprofundando-os com a contribuição das reflexões teológicas realizadas pelos participantes de ambos os eventos.

3.2.1.

O encontro com Cristo: esplendor da Beleza

Bento XVI recorda aos participantes do II Congresso Mundial dos Movimentos eclesiais e das Novas Comunidades que o evento cristão é caracterizado pelo encontro com Cristo, o Filho de Deus, cuja presença no mundo revela a beleza divina e a beleza humana. E lembrou que “ao longo dos séculos, o cristianismo foi comunicado e se difundiu graças à novidade de vida de pessoas e de comunidades capazes de dar um testemunho incisivo do amor, de unidade e de alegria”. Evangelizar é, portanto, revelar a beleza de Cristo, porque nele “se encontram a beleza da verdade e a beleza do amor; mas o amor implica também a

²³⁵ M2B, p.15.

disposição ao sofrimento, uma disponibilidade que pode chegar até ao dom da vida por aqueles que se ama”.²³⁶

Sobre este aspecto, o Cardeal Rylko falou, na sua reflexão, da responsabilidade que os cristãos têm de não deformar, falsificar, não ofuscar e não esconder a beleza de Cristo:²³⁷ porque a questão sobre a beleza é fundamental para a vida e o anúncio cristão. O encontro com Cristo é um encontro com o “mais belo dos filhos dos homens” (Sl 44) que, de forma paradoxal, assume a feiura humana, “mas é exatamente neste rosto assim desfigurado que aparece a autêntica beleza: a beleza do amor que vai até o fim”²³⁸.

Na sua estética teológica, von Balthasar explica que, num mundo que perdeu referência do belo, embora não esteja privado da sua presença, se não consegue mais ser confrontado com ele, também o bem e a verdade perderão a sua força de atração e de conclusão lógica.²³⁹ Assim, o início da *sequela Christi*, na visão do teólogo suíço, está no fascínio exercido pela sua beleza.

Só o que tem forma pode transportar e arrebatá-lo no êxtase; somente através da forma a luz da beleza eterna pode brilhar. Há o momento em que a luz irrompe, o espírito jorra, irradiando a forma exterior – e da maneira e medida em que isso acontece, depende se é beleza “sensível” ou “espiritual”, graça ou dignidade – mas sem a forma o homem não pode ser surpreendido e arrebatado. Os apóstolos são transportados pelo que veem, ouvem e tocam, pelo que se revela na forma; João (especialmente ele, mas também os outros) sempre volta a descrever como no encontro, no diálogo, a forma de Jesus se destaca, os seus contornos se delineiam de maneira inconfundível e, de maneira inexprimível, a luz do incondicionado lança o homem por terra, em adoração, para recriá-lo como crente no seguimento do Cristo.²⁴⁰

É por isso que quem consegue fazer esta experiência consegue fazer germinar verdadeiros frutos de beleza na vida de tantas pessoas, “com seu testemunho lançam uma provocação à indiferença, à escuridão e à mediocridade da existência de tantos, acendendo neles o desejo de alguma coisa diferente, mais belo, mais verdadeiro”²⁴¹.

²³⁶ M1B, p.6.

²³⁷ RYLKO, S. *Nuovi frutti di maturità ecclesiale*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *La bellezza di essere cristiani. I movimenti nella Chiesa*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.25.

²³⁸ RATZINGER, J. *La bellezza*. La Chiesa. Roma: Editrice Vaticana e Editrice Itaca, 2005, p.23.

²³⁹ BALTHASAR, H. U. V. *Gloria*. Una estetica teologica. La percezione della forma. Milano: Jaca book, 2012, p.11.

²⁴⁰ BALTHASAR, H. U. V. *Gloria*, p-23-24.

²⁴¹ RYLKO, S. *Nuovi frutti di maturità ecclesiale*, p.25.

Mas como transmitir esta beleza para o mundo de hoje? Aqui está a chave de leitura para o discurso sobre os frutos de maturidade dos MNC, porque somente quem faz esta experiência pessoal de ser arrebatado e transformado pela beleza de Cristo sente-se, naturalmente, impelido a comunicá-la; mais ainda, é capaz de reconhecê-la nos paradoxos das trevas do mundo, para fazê-la resplandecer.

O impulso missionário, a criatividade e a força de atração dos MNC são, segundo o Cardeal Ouellet, um instrumento para despertar a fome de beleza do homem contemporâneo.²⁴²

3.2.2.

A comunhão eclesial

Todo carisma é dado por Deus para edificar o Corpo de Cristo, e para o bem comum,²⁴³ por isso o tema da comunhão eclesial sempre está presente nos congressos mundiais para os MNC, pois é necessário vencer a tentação de voltar-se para si mesmos e viver em função do próprio desenvolvimento. Nas palavras de Bento XVI, a Igreja reconhece o lugar dos MNC na sua estrutura viva, alegra-se e agradece o seu empenho missionário:

Os movimentos eclesiais e as novas comunidades são, hoje, um sinal luminoso da beleza de Cristo e da Igreja, sua Esposa. Vós pertenceis à estrutura viva da Igreja. Essa vos agradece pelo vosso empenho missionário, pela ação formativa que desenvolveis de forma crescente nas famílias cristãs, pela promoção das vocações ao sacerdócio ministerial e à vida consagrada desenvolvida no vosso interior. Vos agradece pela disponibilidade que demonstrais a acolher as indicações operativas não somente do Sucessor de Pedro, mas também dos bispos das vossas Igrejas locais.²⁴⁴

Ele também os adverte a não querer se impor, mas priorizar sempre “a edificação do Corpo de Cristo no meio dos homens”, e em exercitar-se a afrontar os problemas “com sentimentos de profunda comunhão, em espírito de adesão aos

²⁴² OUELLET, M. *La bellezza di essere cristiani*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *La bellezza di essere cristiani. I movimenti nella Chiesa*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.44.

²⁴³ 1Cor 12,7.

²⁴⁴ M1B, p.7.

legítimos pastores”²⁴⁵. Aos pastores, por sua vez, o Papa exorta a acolher as novas expressões com confiança e à coragem de dar-lhes espaço e a valorizar a sua contribuição própria na vida das Igrejas locais:

A nós, Pastores, é pedido que acompanhemos de perto, com solicitude paterna, de modo cordial e sábio, os movimentos e as novas comunidades, para que possam generosamente pôr ao serviço da utilidade comum, de modo ordenado e fecundo, os numerosos dons de que são portadores e que aprendemos a conhecer e a apreciar: o impulso missionário, os itinerários eficazes de formação cristã, o testemunho de fidelidade e de obediência à Igreja, a sensibilidade às necessidades dos pobres, a riqueza de vocações.²⁴⁶

A reflexão do Cardeal Scola, dirigindo-se tanto aos membros dos MNC quanto aos pastores presentes no Congresso, observa que é de fundamental importância não “extinguir o Espírito”²⁴⁷ no intuito de preservar a lógica dos planejamentos humanos. Mais ainda, é importante conhecer que dentre os assim denominados movimentos e novas comunidades “não existe uma única estrada que todas estas realidades devam percorrer”. Sem esta advertência, continua Scola, “se cairia na tentação de querer capturar movimentos e novas comunidades nas armadilhas do ‘já sabemos’, fazendo-os perder a providencial e provocadora *diversidade* à qual o Espírito lhes chama”.²⁴⁸

Esta diversidade é uma riqueza, desde que floresça e frutifique na comunhão da Igreja, conforme ensina a *Lumen Gentium*:

São plenamente incorporados à sociedade que é a Igreja aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e os meios de salvação nela instituídos, e que, pelos laços da profissão da fé, dos sacramentos, do governo eclesial e da comunhão, se unem, na sua estrutura visível, com Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos.²⁴⁹

²⁴⁵ M1B, p.7.

²⁴⁶ M2B, p.15.

²⁴⁷ 1Ts 5,19.

²⁴⁸ SCOLA, A. *Movimenti ecclesiali e nuove comunità nella missione della Chiesa*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *La bellezza di essere cristiani. I movimenti nella Chiesa*. Roma: Editrice Vaticana, 2007, p.74. A este respeito, também LONGHITANO, A. (org.). *Il fedele Cristiano. La condizione giuridica dei battezzati*. Bologna: EDB, 1989, p.242-243, observa com insistência sobre a necessidade de reconhecer aos leigos a liberdade em organizar associações e em aderir a essas sem a imposição da uniformidade, que não é unidade, porque não é lícito mortificar o espírito e *unifromitatem sub specie unitatis statuere* (estabelecer a uniformidade sob pretexto de unidade).

²⁴⁹ LG, 14.

O Cardeal Rylko relembra as palavras dirigidas por João Paulo II aos MNC, reconhecendo que a herança doutrinal e pastoral do primeiro Congresso é um tesouro a ser preservado, e reafirma que “não existe contraposição entre a dimensão institucional e a dimensão carismática, da qual os movimentos são uma expressão significativa”²⁵⁰. Percorrendo a lógica do chamado de Cristo a tantos homens e mulheres, ordens e congregações, ao longo da história da Igreja, Josef Clemens também evidencia que não se pode opor carisma e instituição, o que seria nocivo para todo o Corpo.

Movimentos eclesiais e novas comunidades buscam responder de forma radical, “sem se e sem mas”, o chamado de Jesus, exatamente como as ordens monásticas, as ordens mendicantes e as congregações religiosas fizeram em toda a história da Igreja. [...] As modalidades que o seguimento de Cristo assumiu nos movimentos eclesiais e novas comunidades são variadas, passando da vida contemplativa ao anúncio e à catequese, até o cuidado pelos doentes e marginalizados, e o empenho missionário em todo canto da terra. Se trata, com toda evidência, de diferentes acentos na mesma seqüela. O conteúdo teológico profundo permanece sempre a obediência a Cristo e, através dele, ao Pai. Não prevalece a preocupação por um perfeccionismo espiritual privado, mas uma sincera orientação a Cristo e o desejo vivo de testemunhá-lo.²⁵¹

Bento XVI recorda que o anúncio do Evangelho atravessou os séculos por meio de pessoas e comunidades que deram um testemunho incisivo de unidade, de amor e de alegria. Por isso pediu aos fundadores e demais membros dos MNC reunidos:

Levem a luz de Cristo a todos os ambientes sociais e culturais em que viveis. O impulso missionário é prova da radicalidade de uma experiência de fidelidade sempre renovada ao próprio carisma. [...] A caridade se manifesta como paixão pela vida e pelo destino dos outros, [...] e se torna força de construção de uma ordem social mais justa. [...] Tornai-vos construtores de um mundo melhor segundo o *ordo amoris* no qual se manifesta a beleza da vida humana.²⁵²

Este tema toca a maturidade eclesial que se torna concreta no compromisso missionário vivido em comunhão com toda a Igreja. Para Rylko, a maturidade não está ligada à idade, mas à constância e à perseverança em viver e frutificar o dom recebido. Para isso é importante não deixar esfriar o amor inicial pelo próprio

²⁵⁰ RYLKO, S. *Nuovi frutti di maturità ecclesiale*, p.19.

²⁵¹ CLEMENS, J. *La sequela di Cristo*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *La bellezza di essere cristiani. I movimenti nella Chiesa*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.179.

²⁵² M1B, p.7.

carisma, trata-se do “pleno desenvolvimento da alegria do coração, do entusiasmo, do crescimento, da coragem, da capacidade de apostar tudo no Evangelho”²⁵³.

Os MNC são chamados, por força do dom que lhes é próprio, a dar um testemunho integral da beleza de Cristo, até mostrar as implicações sociais e antropológicas da vida nova gerada pelo Batismo e que o torna seguimento de Cristo, vivido no seio da Igreja, uma experiência fascinante. É também daqui que brota uma cultura social permeada dos princípios de solidariedade e subsidiariedade, um caminho, como indica a *Deus caritas est*, que vai simultaneamente do *eros* ao *ágape* e da justiça à caridade²⁵⁴.

As novas realidades eclesiais testemunham com mais facilidade, pela força do dom que lhes é próprio, que há uma correspondência objetiva entre a beleza do encontro com Cristo e a alegria de comunicá-lo²⁵⁵; isto implica que a missão não pode ser pensada como uma atividade externa à vida cotidiana, porque é a lógica sacramental e eclesial que torna cada momento um novo encontro com Cristo.

3.2.3.

Novas Comunidades: uma novidade incompreendida

Bento XVI faz um apelo aos Pastores a acolherem com solicitude a novidade que o Espírito Santo doou à Igreja, através da inserção dos MNC nas Igrejas locais, de forma que estas possam ser enriquecidas e usufruam da contribuição específica que os novos carismas trazem para este tempo da Igreja²⁵⁶. Assim, no desenvolvimento do Seminário de estudo para os bispos, o professor e canonista Arturo Cattaneo destacou que o esforço para a boa inserção dos MNC na Igreja local não é somente tarefa do bispo, mas também dos párocos e dos diversos grupos; que às vezes conflitos nascem por preconceitos por parte dos fiéis das comunidades locais e, também, por imprudência, inexperiência ou

²⁵³ RYLKO, S. *Nuovi frutti di maturità ecclesiale*, p.22.

²⁵⁴ Cf. SCOLA, A. *Introduzione*. In: BENEDETTO XVI. *Deus Caritas Est*. *Introduzione e commento di Angelo Scola*. Siena: Cantagalli, 2006, p.108-112.

²⁵⁵ SCOLA, A. *Movimenti ecclesiali e nuove comunità nella missione della Chiesa*, p.78.

²⁵⁶ M2B, p.15.

exuberância por parte de membros dos movimentos²⁵⁷. Durante a sua intervenção, Cattaneo expôs outro aspecto importante da catolicidade da Igreja, que é a relação de mútua imanência entre a Igreja universal e a particular:

Em virtude da mútua imanência entre Igreja universal e particular, a catolicidade não é somente uma característica da Igreja universal, mas o é também de cada Igreja particular e, assim como isso constitui uma tarefa para a Igreja universal, o constitui também para a Igreja particular. [...] Isso tem uma importância decisiva a propósito da inserção dos movimentos eclesiais nas Igrejas particulares. Ocorre, de fato, absolutamente evitar de distinguir estas duas entidades *sicut aliud et aliud*, dado que os movimentos – como toda existência eclesial – existem e vivem na Igreja particular, da qual são uma riqueza, uma potência apostólica.²⁵⁸

Nesta exposição sobre a mútua interioridade entre Igreja universal e particular, Cattaneo explica que “a Igreja particular não deve apenas ser aberta à Igreja universal, mas esta última deve ‘encarnar-se’ na Igreja local”²⁵⁹. Dessa forma, podemos compreender que a dimensão universal dos MNC colabora com a autêntica catolicidade da Igreja particular. O nosso autor, contudo, exorta os movimentos a não quererem impor experiências de uma nação em outras realidades cuja situação cultural ou social seja bem diferente, o que pode gerar conflitos ao invés de unidade.

O Bispo de Toulon (FR), Dominique Rey, trouxe no testemunho da sua experiência um desafio também presente em outras realidades eclesiais:

O desafio da Igreja dos nossos dias é a espiritualidade de comunhão. [...] O grande sucesso da maior parte dos movimentos eclesiais e das novas comunidades é atribuído ao fato que souberam desenvolver um *ars vivendi* especificamente cristão. A fé como escolha pessoal se enraíza na dimensão comunitária de fé e caridade, segundo a lógica do dom: [...] A partilha de tempos dedicados gratuitamente à vida fraterna, a importância da interioridade na vida comunitária, da Palavra de Deus recebida e estudada juntos, a atenção a cada um, em particular aos pobres, o cuidado pela vida familiar, a transmissão da fé às novas gerações.²⁶⁰

²⁵⁷ CATTANEO, A. *Movimenti e nuove comunità nelle Chiese particolari*. In: PONTIFÍCIO CONSELHO PRO LAICIS. *Pastori e movimenti Ecclesiali*. Seminario de studio per i vescovi. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009, p.50. O mesmo autor aprofunda este tema no seu artigo intitulado: *I movimenti ecclesiali: aspetti ecclesiologici*. In: *Annales teologici*, v.11, n.2 (1997), 401-427, no qual ilustra pontos fundamentais para uma inserção harmoniosa dos MNC nas igrejas locais: a unidade com o bispo diocesano, o enraizamento do carisma na realidade social e pastoral local, a estima pelas outras realidades eclesiais, o espírito de serviço e de colaboração sem criar “guetos”, a transparência no modo de atuar, sem espírito de divisão.

²⁵⁸ CATTANEO, A. *Movimenti e nuove comunità nelle Chiese particolari*, p. 58.

²⁵⁹ CATTANEO, A. *Movimenti e nuove comunità nelle Chiese particolari*, p.61.

²⁶⁰ REY, D. *Accoglienza dei movimenti e delle nuove comunità nelle Chiese particolari*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *Pastori e movimenti ecclesiali*. Seminario di studio per vescovi. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 2009, p.107.

O acolhimento dos MNC, portanto, será também um estímulo para renovar a vida comunitária em muitas paróquias e isto deve ser visto como uma dimensão de diaconia própria dos novos carismas. Este é um dos aspectos importantes para a realização da conversão pastoral²⁶¹. Sobre esse tema Dominique Rey apresentou alguns desafios que precisam ser respondidos tanto pelas igrejas particulares quanto pelos MNC, em vista do crescimento orgânico de toda a Igreja.

A Igreja evangeliza pelos Sacramentos, em especial o Sacramento primordial da Eucaristia. Por isso, em relação à vida sacramental, Rey questiona: “de que modo as novas comunidades colocam a Eucaristia e os outros sacramentos no centro da evangelização?” E exorta, lembrando que nenhum Sacramento deve ser instrumentalizado para exaltar, por meio do rito, uma espécie de “autocelebração emocional”. No aspecto da Apostolicidade, o bispo francês reconhece que os MNC são um poderoso “fertilizante” para suscitar a fé e renovar a missão da Igreja, contudo reforça a importância de viver a dimensão apostólica em comunhão, sem isolar-se, vivendo unicamente para os interesses do próprio carisma. Nesse aspecto, também questiona os organismos diocesanos e os sacerdotes se estão, realmente, abrindo espaços de diálogo que favoreçam a integração dos carismas. Ele ainda questiona se o desenvolvimento internacional das novas realidades eclesiais tem contribuído para envolvê-las na transmissão da fé católica, a fé da Igreja, e não somente na preocupação de transmitir e expandir o próprio carisma. Outro tema trazido à tona na sua reflexão foi o da desertificação das paróquias em contraposição ao crescimento de tantos centros de espiritualidade e evangelização: “de que forma as novas comunidades podem inserir-se neste âmbito eclesial para renová-lo, trazendo as riquezas do seu carisma?”²⁶²

São reflexões importantes e atuais, que não podem ficar diluídas entre outros temas, portanto estarão presentes na sessão 4, quando aprofundaremos a relação das novas comunidades e a Igreja local.

²⁶¹ Este tema será aprofundado em 4.3.

²⁶² REY, D. *Accoglienza dei movimenti e delle nuove comunità nelle Chiese particolari*, p.111-117.

3.3.

Francisco e a alegria do Evangelho

O Terceiro Congresso mundial dos Movimentos e Novas Comunidades²⁶³ aconteceu nos dias 20 a 22 de novembro de 2014, em Roma, sob o pontificado do Papa Francisco. O tema do Congresso foi “A alegria do Evangelho: uma alegria missionária”, tema inspirado na sua primeira Encíclica *Evangelium gaudium*.

Para analisar a mensagem de Francisco é importante recordar que João Paulo II enfatizava a dimensão providencial dos MNC como atualização do Concílio e a sua característica eclesiológica, um chamado a realizar em si o essencial da Igreja em favor do povo de Deus; Bento XVI, por sua vez, deu continuidade ao percurso iniciado por seu antecessor, e os dois aspectos mais presentes no itinerário por ele indicado foram a missionariedade e a maturidade eclesial.

Francisco, por sua vez, acolhe a herança deixada pelos seus predecessores e reconhece que os MNC estão na fase da maturidade eclesial, por isso destaca como elementos essenciais neste caminho: a conversão e a missão. Há uma ligação intrínseca entre ambos, pois “sem uma autêntica conversão do coração e da mente não se anuncia o Evangelho, mas se não nos abirmos à missão não é possível a conversão, e a fé se torna estéril”.²⁶⁴

Ao reconhecer que os MNC estão trilhando um caminho de maturidade eclesial, Francisco os exorta à vigilância e permanente conversão, para que a força evangelizadora que os caracteriza permaneça viva e fecunda. A mensagem do

²⁶³ O Congresso contou com a participação do professor e diretor do Istituto Europeo di Studi Antropologici Philanthropos, Fabrice Hadjadj, que tratou do tema “Conversão missionária: sair de si para deixar-se provocar pelos sinais dos tempos; Raniero Cantalamessa, Pregador da Casa Pontifícia, trouxe o tema da “Permanente novidade do Kerygma”, recordando o quanto este anúncio é central na vida dos MNC; o Cardeal Marc Ouellet, prefeito da Congregação para os Bispos, ocupou-se do tema “Evangelizar por atração: a fecundidade dos carismas pela alegria de ser povo de Deus”; Guzmán Carriquiry Lecour, presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, ensinou que é preciso “Renovar a si mesmos para renovar a Igreja”; na sequência, a professora Mary Healy, membro da Pontifícia Comissão Bíblica, enfatizou a importância do “Estilo mariano: o gênio feminino na evangelização”; e o Cardeal Peter Turkson, presidente do Pontifício Conselho para a Justiça e a paz, falou sobre “As repercussões sociais do kerygma”. A mesa redonda foi realizada em dois momentos nos quais se refletiu sobre pontos concretos para viver a conversão missionária. O primeiro momento foi denominado “um povo de muitos rostos”, e contou com a presença de: Daniela Martucci, Dominique Rey, Gianfranco Ghirlanda e Anna Palli; o segundo momento, denominado “Conversão permanente para reencontrar a alegria de evangelizar”, contou com a presença e palavra de Tony Anatrella, Amedeo Cencini, Massimo Camisasca e Daniela Sironi.

²⁶⁴ MIF p.15.

Papa “não é somente um discurso, mas um verdadeiro e próprio programa de vida que os movimentos e novas comunidades devem acolher com gratidão e sentido de responsabilidade”²⁶⁵.

Não esqueçam, porém, que para alcançar esta meta, a conversão deve ser missionária: a força de superar tentações e insuficiências vem da alegria profunda do anúncio do Evangelho, que é a base de todos os vossos carismas. De fato, quando a Igreja chama ao compromisso evangelizador, não faz outra coisa que indicar aos cristãos o verdadeiro dinamismo da realização pessoal, a verdadeira motivação para renovar a própria vida, porque a missão é participação na missão de Cristo que sempre nos precede e nos acompanha na evangelização.²⁶⁶

A mensagem do Pontífice é marcada por um itinerário por ele oferecido como direções seguras no caminho de fé e de vida eclesial para as NC: 1) *Perseverar no frescor do carisma* que, dentre outras coisas, implica em não usurpar o protagonismo do Espírito Santo da vida do movimento, pois esta tentação conduz ao isolamento e a ideologias, e “fechados à novidade do Espírito, terminarão por sufocar o próprio carisma que os gerou. É necessário sempre voltar às fontes dos carismas para reencontrar o impulso para enfrentar os desafios”²⁶⁷; 2) *o modo de acolher e acompanhar*, tema caro a Francisco, que em diversas ocasiões apresentou a sua preocupação com os desafios antropológicos “dos homens do nosso tempo, em particular os jovens”²⁶⁸; 3) *a comunhão*, dom supremo doado por Cristo e que se torna o distintivo para a credibilidade missionária daqueles que são Seus discípulos: “Para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21), comunhão que deve ser vivida *ad intra* e *ad extra*, porque “não pode existir um movimento ou uma nova comunidade, se não se integra na comunhão mais ampla que é a nossa Santa Madre Igreja Hierárquica”²⁶⁹.

As palavras de Francisco repercutiram nas reflexões e diálogos realizados no Congresso, os temas por ele apresentados foram aprofundados e aplicados à vida dos MNC e nas ações pastorais das igrejas locais. Retornaremos a eles após a análise da sua segunda mensagem.

²⁶⁵ RYLKO, S. *Prefazione*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. La gioia del Vangelo: una gioia missionaria. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015, p.12.

²⁶⁶ M1F, p.17.

²⁶⁷ M1F, p.16.

²⁶⁸ Cf. EG, 105-106.

²⁶⁹ M1F, p.17.

Durante o pontificado de Francisco ainda não foi realizado um seminário para bispos sobre os MNC, contudo a promulgação de um Decreto²⁷⁰ que disciplina o exercício do governo nas associações internacionais laicais torna imprescindível que analisemos a mensagem do Papa sobre este ato jurídico que concretiza um processo de acompanhamento realizado pelo Magistério recente e que, ao mesmo tempo, aponta o lugar dos MNC no direito eclesiástico. Esta mensagem tem um caráter todo particular, por tratar-se de um comentário ao primeiro decreto jurídico estabelecido para os novos carismas.

A mensagem do Papa foi dirigida durante um Encontro das Associações de Fiéis promovido pelo Dicastério para Leigos, Família e Vida, que aconteceu em Roma no dia 16 de setembro de 2021 e teve como tema “A responsabilidade de governo nas agregações laicais: um serviço eclesial”²⁷¹.

A mensagem está enumerada em 8 parágrafos, e inicia com a saudação aos membros do Dicastério romano e aos membros dos MNC presentes, e àqueles que participam de modo remoto por dificuldades decorrentes da pandemia. Francisco expressa a sua gratidão aos leigos comprometidos “em viver e testemunhar o Evangelho nas realidades comuns da vida (...) pois a evangelização é um mandato que advém do Batismo”²⁷², e reconhece que o Decreto pode não ter sido bem compreendido e acolhido por alguns.

O parágrafo 2 afirma que a missão confiada pelo Espírito Santo aos MNC é em favor da Igreja e dos mais necessitados, por isso é importante não sucumbir à tentação de sentir-se superior àqueles aos quais são enviados, e o caminho para manter a clara consciência dos próprios limites é o da *metanoia*. Francisco também declara que estas associações são um sinal evidente da vitalidade da Igreja e que representam uma força missionária e uma presença profética que dá esperança para o futuro, mas para que este dom continue a dar bons e abundantes

²⁷⁰ Em uma Nota sobre o Decreto geral “Le associazioni di fedeli”, o DLFV explica que este Decreto é um passo importante no caminho de maturidade eclesial dos MNC e que será de grande benefício à vitalidade das associações laicais. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. Decreto general. *Las asociaciones Internacionales de fieles*. Textos y comentarios. Città del Vaticano: LEV, 2022, p.9-14.

²⁷¹ Cf. FRANCISCO. *Discurso del santo padre Francisco a los participantes en el encuentro*. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. Decreto general. *Las asociaciones Internacionales de fieles*. Textos y comentarios. Città del Vaticano: LEV, 2022, p.29-38.

²⁷² M2F, n.1

frutos é necessário docilidade e humildade para realizar as mudanças necessárias.²⁷³

No parágrafo 3 o Pontífice começa a falar sobre o Decreto em si, e sobre a responsabilidade de governo nas Associações de Fiéis. Com uma linguagem paterna, Francisco explica que a finalidade desse ato jurídico é em benefício de toda a Igreja e, ao mesmo tempo, preserva os MNC de dissolver-se no tempo por falta do acompanhamento que previna e corrija os desvios que podem sufocar o dom recebido. Os desvios numa associação geralmente nascem do abuso de poder, e estes causam muitos males não somente para a própria associação, mas para toda a Igreja.

Nos parágrafos 4 a 6, Francisco relembra que o serviço de governo é um chamado a servir, porém este serviço autêntico pode encontrar obstáculos que impeçam a sua realização. Tais obstáculos são “o desejo de poder” e a “deslealdade”. O primeiro muda a natureza do serviço de governo e acaba por esvaziar o seu sentido eclesial:

O nosso desejo de poder exprime-se de muitos modos na vida da Igreja; por exemplo, quando pensamos, em virtude do papel que desempenhamos, que devemos tomar decisões sobre todos os aspectos da vida da nossa associação, da diocese, da paróquia, da congregação. [...]. E este desejo de poder anula todas as formas de subsidiariedade.

O segundo obstáculo é identificado pela traição ao Senhor e aos destinatários da missão, quando o serviço é um meio para obter reconhecimento e outros benefícios, ou quando a pessoa passa a considerar-se única intérprete do carisma e, portanto, indispensável para assumir os cargos de governo.²⁷⁴

O parágrafo 7 é um convite à humildade para aprender a ser autênticos servos do Senhor e dos irmãos, porque a humildade, a exemplo do próprio Jesus, é a forma correta para o serviço na Igreja.

O parágrafo 8 explica a exceção que o Decreto faz em relação à rotatividade nos cargos de governo. Trata-se da figura do fundador de uma associação que, estando vivo, deve continuar à frente para que o movimento adquira estabilidade orgânica e jurídica. Enquanto vivem os fundadores aquela família religiosa ainda está em fundação, por isso estes devem ser vitalícios. Todas as alterações

²⁷³ M2F, n.2.

²⁷⁴ M2F, n.6.

realizadas nos estatutos de qualquer associação de fiéis devem ser aprovadas pelo Dicastério.

As duas mensagens de Francisco que apresentamos tocam em temáticas fundamentais para a maturidade eclesial dos MNC, por isso escolhemos analisar os três pontos que condensam os temas presentes em ambas as mensagens. São eles: preservar o frescor do carisma, o acolhimento fraterno e acompanhamento espiritual, e a comunhão eclesial.

Analisaremos cada um desses pontos dentro do seu contexto, assim como a sua reverberação nos aprofundamentos e reflexões dos dois encontros em que foram proferidos.

3.3.1.

Preservar o frescor do carisma

Francisco ensina que é necessário preservar o frescor do carisma. Há aqui uma referência direta ao livro do Apocalipse na exortação feita à igreja de Éfeso, para renovar o “primeiro amor”²⁷⁵, sem o qual a missão torna-se apenas uma tarefa a ser executada, faltando a marca da alegria do seguimento de Cristo.

Quando não se renova o amor, corre-se o risco de fechar-se em esquemas rígidos e de querer “engaiolar o Espírito Santo”²⁷⁶, e isto pode acontecer quando as estruturas se tornam mais importantes do que a *sequela Christi*. Preservar o frescor do carisma, portanto, é preservar a relação com o Espírito que lhe deu origem, o que não significa oposição às estruturas necessárias para o desenvolvimento da missão. Por isso, Francisco declara:

Se uma certa institucionalização do carisma é necessária para a sua sobrevivência, não é necessário se iludir que as estruturas externas possam garantir a ação do Espírito Santo. A novidade das vossas experiências não consiste nos métodos e nas formas, que têm a sua importância, mas na disposição de responder com renovado entusiasmo o chamado do Senhor: é esta vossa coragem evangélica que permitiu o nascimento dos vossos movimentos e novas comunidades.²⁷⁷

²⁷⁵ Ap 4,2.

²⁷⁶ M1F, p. 15.

²⁷⁷ M1F, p.15-16.

Na sua reflexão durante o Congresso, Dominique Rey, bispo de Toulon-FR, constata que os MNC são caracterizados por uma pedagogia que lhes é comum e isto é um sinal profético que caracteriza a sua “capacidade missionária de saber falar aos nossos contemporâneos de forma mais pertinente”, porém esta força evangélica pode ser enfraquecida pela “excessiva organização”.²⁷⁸

Na mensagem dirigida por ocasião da promulgação do primeiro Decreto para os MNC, compreende-se a importância e a necessidade de preservar o frescor de um carisma:

Como membros de associações de fiéis, de movimentos eclesiais internacionais e de outras comunidades, desempenhai uma verdadeira missão eclesial. Com dedicação, procurais viver e fazer frutificar aqueles carismas que o Espírito Santo, através dos fundadores, confiou a todos os membros das vossas realidades agregativas, em benefício da Igreja e dos numerosos homens e mulheres a quem vos dedicais no apostolado.²⁷⁹

Ou seja, um carisma nunca é doado por Deus em vista dos seus membros, mas em vista de toda a Igreja; um carisma é sempre eclesial! Por este mesmo motivo, precisa ser vivido em perspectiva missionária, para que frutifique e alimente o povo de Deus. As palavras do Papa Francisco são uma advertência à não centralização, a não fechar-se à novidade trazida pelo Espírito Santo. Para isso é necessário voltar sempre às fontes dos carismas para reencontrar a força para afrontar os desafios²⁸⁰. Voltar à fonte é a sabedoria para não perder o sentido do chamado, é como “voltar à Galileia”, ou seja, o lugar onde tudo começou, o lugar do chamado a seguir Jesus. Este é o remédio contra a tentação da excessiva organização em detrimento da ação do Espírito.

A Galileia é o lugar do primeiro chamado, onde tudo começara! Trata-se de voltar lá, voltar ao lugar do primeiro chamado. [...]. Também para cada um de nós há uma “Galileia”, no princípio do caminho com Jesus. “Partir para a Galileia” significa uma coisa estupenda [...].

Há outra Galileia mais existencial: a experiência do encontro pessoal com Jesus Cristo, que me chamou para o seguir e participar da sua missão. Neste sentido, voltar à Galileia significa guardar no coração a memória viva deste chamado, quando Jesus passou na minha estrada, olhou-me com misericórdia, pediu-me para O seguir: voltar para Galileia significa recuperar a lembrança daquele momento em

²⁷⁸ REY, D. *Carismi. Ricchezza per le diocesi. L'accoglienza delle nuove comunità*, p.137-138.

²⁷⁹ M2F, n.2.

²⁸⁰ M1F, p.16.

que os olhos d’Ele se cruzaram com os meus, quando me fez sentir que me amava.²⁸¹

Voltar à Galileia é voltar ao primeiro amor, é continuar bebendo da fonte da qual jorra o carisma original. Na sua reflexão, Lecour traz este tema e enfatiza que a fidelidade ao início é decisiva para a fecundidade de cada carisma.

Retornar sempre para o que é essencial ajuda cada carisma a redescobrir a sua própria consistência, a rocha sobre a qual construir a própria pessoa, o Caminho, a Verdade e a Vida do seu percurso educativo, a atratividade que o seu testemunho suscita. Ajuda também a desfazer os obstáculos que às vezes ameaçam obscurecê-lo, as pretensões de erguer-nos – e não o Espírito Santo – como protagonistas, as tentações de rapidamente nos concentrarmos mais sobre consequências éticas, culturais e políticas derivadas da fé, que sobre sua “Causa eficiente”. Um sadio realismo exige a clareza de que muitas pessoas, em particular os jovens, que se aproximam da experiência dos movimentos eclesiais e das novas comunidades – mas também entre aqueles que fazem parte! – carregam consigo déficits afetivos, dificuldades em deixar-se crescer em liberdade e responsabilidade, não pouca dose de ignorância religiosa e uma mentalidade homologada pelo poder midiático. Ao mesmo tempo, o que lhes atrai é uma abertura de coração que encontrará correspondência somente se estiver em condições de unir a própria vida “com o núcleo essencial do Evangelho que lhe confere sentido, beleza e fascínio” (EG 34).²⁸²

Não existe outro caminho para perseverar no frescor e renovar um carisma, senão a via da “fidelidade sempre presente ao próprio carisma”²⁸³, porque a fidelidade ao próprio carisma não é enrijecimento nostálgico ou mera repetição de acontecimentos ou normas do passado, o que seria caminhar para o passado, impedindo o desenvolvimento e a maturação que garante a sua permanência no tempo e na história.

As razões apresentadas por Francisco, pelas quais a fidelidade dos MNC às próprias origens é de suma importância, estão relacionadas ao sinal visível, no mundo, da vitalidade da Igreja e a força missionária como presença profética que dá esperança para o futuro, por isso estes devem aprender “a ouvir e discernir o tempo presente com honestidade, coragem e disponibilidade a um encontro constante com o Senhor, uma perene conversão pessoal”.²⁸⁴ É, também, nesta perspectiva que o Decreto que regula o mandato de governo nos MNC deve ser

²⁸¹ FRANCISCO. AAS, 106 [2014,5], p.356.

²⁸² LECOUR, G. C. *Rinnovare sé stessi per rinnovare la Chiesa*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *La gioia del Vangelo: una gioia missionaria*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015, p.84.

²⁸³ REY, D. *Carismi*. *Ricchezza per le diocesi. L’accoglienza delle nuove comunità*, p. 84.

²⁸⁴ M2F, n.2.

interpretado: um auxílio providencial para perseverar na fidelidade às próprias origens.

3.3.2.

Acolhimento fraterno e acompanhamento espiritual

O segundo elemento considerado por Francisco como fundamental para alcançar a plena maturidade eclesial dos MNC é “o modo de acolher e acompanhar os homens do nosso tempo, em especial os jovens”. Trata-se de um tema delicado e urgente, pois

fazemos parte de uma humanidade ferida – devemos dizê-lo – onde todas as agências de educação, especialmente a mais importante, a família, têm graves dificuldades, em todo o mundo. O homem de hoje vive sérios problemas de identidade e tem dificuldade de fazer as próprias escolhas; por isso há uma disposição a deixar-se condicionar, a delegar a outros as decisões mais importantes da vida. É necessário resistir à tentação de substituir-se à liberdade das pessoas e a conduzi-las sem esperar que realmente amadureçam.²⁸⁵

O professor Amedeo Cencini, que tem larga experiência no âmbito formativo e espiritual da vida consagrada, trouxe à luz pontos essenciais para que se crie “uma cultura de acompanhamento pessoal na mais autêntica tradição da Igreja”²⁸⁶, e no respeito próprio das pessoas e das instituições. Embora a Igreja reconheça que dentre as características das NC destaca-se a capacidade formativa com métodos pedagógicos originais, é de suma importância que não desprezem a experiência e tesouro da Igreja, que as preservará de interpretações erradas do papel do acompanhador pessoal, evitando violar a intimidade e a autonomia do outro. Os erros, neste campo, levam aos abusos, e estes podem ser de vários gêneros, “não pensemos somente nos abusos sexuais, os quais – quando acontecem nos nossos contextos – são o último anel de uma corrente de escândalos e abusos”²⁸⁷; por isso é fundamental esclarecer o lugar do acompanhamento pessoal, a sua importância e os seus limites:

²⁸⁵ MIF, p.16.

²⁸⁶ CENCINI, A. *L'arte dell'accompagnamento nella formazione*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *La gioia del Vangelo: una gioia missionaria*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2015, p.221.

²⁸⁷ CENCINI, A. *L'arte dell'accompagnamento nella formazione*, p.207.

O acompanhamento pessoal não é um ato que exprime autoridade, ou pelo menos não aquela autoridade que manifesta e significa poder. [...] Quem acompanha é “somente” um irmão mais velho na fé e no discipulado. [...] A sua primeira finalidade é discernir a presença e a ação de Deus na vida do crente. Quem acompanha não pode nunca esquecer: ele não é o ponto de referência, mas um outro. Aliás, a presença divina no outro. Ele se encontra diante do mistério da pessoa. [...] O outro é terra sagrada que ninguém pode invadir e pisar, exatamente como a sarça ardente de Moisés, símbolo do mistério de Deus.²⁸⁸

O acompanhamento espiritual é, acima de tudo, um serviço de compaixão. Conhecer e respeitar os seus limites também garantirá a autêntica vitalidade do carisma.

A preocupação de Francisco no âmbito dos acompanhamentos é autêntica, pois o mal causado a um dos menores membros fere todo o Corpo de Cristo, e todo “sucesso” que se apoia na imaturidade ou fragilidade das pessoas está destinado ao naufrágio. Durante o Congresso este tema foi apresentado com uma lucidez impressionante pelo padre Anatrella, que trouxe à luz as possíveis feridas que podem ser causadas no interior de uma comunidade quando, neste campo, não se tem a atenção e o respeito necessários.

Para o sacerdote, um dos problemas principais em algumas comunidades, seja a nível pessoal quanto a nível social da instituição, é a imaturidade. A imaturidade complica as relações sociais, sobretudo quando o papel da autoridade exercita domínio sobre os mais frágeis. Muitos problemas emergem quando a base das relações não é o seguimento de Cristo, mas “relações intimistas”, excessivamente afetivas, criando dependências, ao ponto de afastar dos objetivos da comunidade; outro perigo são as relações “de exploração subjetiva”, quando alguém subjuga a consciência do indivíduo, “quando não são respeitados os espaços psíquicos e são desviadas as áreas de intimidade”;²⁸⁹ podem também ocorrer relações de dependência ou relações perversas. Todas elas podem acontecer com alguém que exerce autoridade ou entre outros membros do grupo. E para lutar contra tais fenômenos,

²⁸⁸ CENCINI, A. *L'arte dell'accompagnamento nella formazione*, p.209-220.

²⁸⁹ ANATRELLA, T. *La rivoluzione della tenerezza*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *La gioia del Vangelo: una gioia missionaria*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2015, p.201.

é importante vigiar, não somente sobre o respeito das pessoas, mas também sobre o crescimento da sua liberdade. Cristo sempre suscita a liberdade humana: não se impõe, não esmaga e não decide no lugar do sujeito. Sabe propor as exigências da fé com as Bem-aventuranças (Mt 5), mas guardando-se de não submeter a consciência das pessoas (o jovem rico, Mt 19,16-22).²⁹⁰

Um exemplo da importância e do sentido do acompanhamento é demonstrado pelo primeiro Decreto promulgado pela Santa Sé sobre o exercício de governo das Associações Internacionais de Fiéis, que é o resultado do acompanhamento contínuo que o Dicastério realiza com cada carisma²⁹¹. Ao mesmo tempo em que confirma o acolhimento da Igreja para com as novas realidades agregativas, as auxilia a viver o exercício de governo na adequada comunhão eclesial. Ou seja, o Decreto

é fruto do discernimento, do reconhecimento e acompanhamento que o Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida proporcionou a numerosas realidades associativas internacionais, em continuidade com a atividade que o anterior Conselho Pontifício para os Leigos estava desenvolvendo. É fruto também da atenção especial que o Santo Padre, seguindo as pegadas de seus predecessores, brinda as associações de fiéis, os movimentos eclesiais e as novas comunidades presentes em todos os continentes.²⁹²

Assim, a regulação do limite de mandato para o órgão de governo das associações e a exigência de maior representatividade dos seus membros, além de evitar indevidas apropriações que podem gerar violações, os incentiva a dar o melhor de si em favor da missão que lhes foi confiada.

3.3.3.

A comunhão fraterna

A comunhão, segundo Francisco, é o dom mais precioso do Espírito Santo, e dela depende toda a obra de evangelização; além disso, este é o selo distintivo dos discípulos de Cristo: “Como Tu ó Pai, estás em mim e eu em ti, que também

²⁹⁰ ANATRELLA, T. *La rivoluzione della terrezza*, p. 202.

²⁹¹ M2F, n.3.

²⁹² GHISONI, L. *El ejercicio del gobierno en las asociaciones de fieles y en los movimientos eclesiales*. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA T LA VIDA. Decreto general. Las asociaciones Internacionales de fieles. Città del Vaticano: Editrice vaticana, 2022, p.71.

eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste”²⁹³. Há, portanto, dois níveis de comunhão que Francisco individua e que não podem ser transcurados: a comunhão com os irmãos e a comunhão eclesial.

A comunhão com os irmãos tem dupla dimensão: em primeiro lugar, diz respeito às relações internas, porque “todo carisma autêntico produz um fruto de caridade fraterna” e se torna uma espécie de “escola de caridade fraterna”, que renova a vida da Igreja.²⁹⁴ Esta também consiste em uma dimensão externa, ou seja, “em enfrentar juntos e unidos as questões mais importantes, como a vida, a família, a paz, a luta contra a pobreza em todas as suas formas, a liberdade religiosa e educativa”²⁹⁵.

A outra dimensão fundamental à qual Francisco alertou na sua mensagem é que “a verdadeira comunhão não pode existir num movimento ou numa nova comunidade, se não se integra na comunhão maior que é a nossa Santa Mãe Igreja Hierárquica”²⁹⁶. O Papa é convicto quanto aos frutos aportados à Igreja pelos MNC, mas é necessário prosseguir e, neste sentido:

Aquilo que os movimentos eclesiais e as novas comunidades conseguiram promover, como fundações, vocações, vida comunitária, nova evangelização, ecumenismo, publicações, meios de comunicação, diálogos de todo tipo, contando com a interpretação dos Pontífices sobre o Concílio Vaticano II, pode e deve certamente entrar em um diálogo mais profundo e mais orgânico com as Igrejas particulares nas quais já estão presentes.²⁹⁷

Para realizar a comunhão eclesial é necessário criar espaço para o encontro, e para a escuta recíproca. Assim, por ocasião da promulgação do Decreto sobre o governo nas Associações de fiéis, Francisco, de forma espontânea e com grande abertura à escuta recíproca, ensinou com o seu testemunho o significado de comunhão:

Obrigado pela vossa escuta! E uma coisa: quando li o esboço do Decreto, que depois assinei – o primeiro esboço – pensei: “Mas é demasiado rígido! Falta-lhe vida, falta-lhe...”. Mas caros, esta é a linguagem do Direito Canônico! E aqui é uma questão de direito, uma questão de linguagem. Mas, como procurei fazer, devemos

²⁹³ Jo 17,21.

²⁹⁴ REY, D. *Carismi. Ricchezza per le diocesi. L'accoglienza delle nuove comunità*, p.141.

²⁹⁵ MIF, p.18.

²⁹⁶ MIF, p.18.

²⁹⁷ OUELLET, M. *Evangelizzare per attrazione: la fecondità dei carismi per la gioia di essere popolo di Dio*. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. *La gioia del Vangelo: una gioia missionaria*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015, p.67.

ver o que significa esta linguagem, o direito. Foi por isso que eu quis explicá-lo bem. E também explicar as tentações que estão por detrás, que vimos e que tanto prejudicam os movimentos e também os institutos religiosos e laicais. [...] Perguntai o que quiserdes, esclarecei as situações. Trata-se de um encontro para fazer isso, para fazer Igreja, para nós.²⁹⁸

Partindo da sua experiência de pastor, Rey traz o tema da comunhão eclesial a partir de modelos concretos, e explica que:

Os obstáculos para o acolhimento dos carismas dependem de uma carência de conhecimento e de compreensão por parte dos pastores e dos responsáveis eclesiais, pela prevenção ligada a experiências precedentes negativas, mas também a uma concepção rígida e uniformista da comunhão eclesial e da programação pastoral. Todo carisma precisa de espaços de liberdade para florescer no campo missionário. O carisma de um movimento é como “uma alma alimentadora dentro da instituição. Não é uma estrutura alternativa para ela. É, ao invés, fonte de uma presença que continuamente regenera a sua autenticidade existencial e histórica”, dizia João Paulo II. Não são os membros da comunidade que devem conformar-se às necessidades da ideia do pastor, mas é o pastor que conduz a comunidade a partir dos carismas presentes.²⁹⁹

Ao afirmar que os MNC têm uma verdadeira e própria missão eclesial, o Papa está incentivando-os a viver com fidelidade o próprio carisma, para frutificar na Igreja e no mundo, porque é também deles a responsabilidade de construir o futuro do povo de Deus, por isso é importante acompanhá-los de perto, orientando e corrigindo os aspectos inadequados da sua vida. Resulta, portanto, que mesmo a dimensão do direito deve ser vivida na perspectiva da comunhão eclesial, porque a referência para toda a Igreja e, portanto, para todos os MNC é o mistério da comunhão trinitária, fonte de onde brota a sua vida fraterna e apostólica.

3.4.

Síntese teológica das mensagens pontifícias

O magistério pontifício recente, que assistiu e acompanha o surgimento e o desenvolvimento dos MNC, apresenta uma visão positiva e com muitas expectativas quanto à sua presença e melhor inserção no Corpo eclesial. Para São João Paulo II, o florescer dos novos carismas é um sinal da ação do Espírito Santo

²⁹⁸ M2F, n.8.

²⁹⁹ REY, D. *Carismi. Ricchezza per le diocesi. L'accoglienza delle nuove comunità*, p.145.

na Igreja e, ao mesmo tempo, uma “expressão significativa” da dimensão carismática da Igreja. Por isso, tendo reconhecido a sua genuinidade, os insere numa nova etapa da sua história, a maturidade eclesial: “hoje, se abre diante de vós uma nova etapa: aquela da maturidade eclesial”, nesta etapa serão requeridos dos MNC os “frutos maduros de comunhão e de compromisso” missionário. Bento XVI prossegue o acompanhamento iniciado pelo seu predecessor e aprofunda a dimensão da eclesialidade dos MNC, afirmando que “todo dom do Espírito Santo se encontra originalmente e necessariamente a serviço da edificação do corpo de Cristo”³⁰⁰. Sob o pontificado de Francisco, esse acompanhamento ganha novas características, pois avança com o reconhecimento da sua eclesialidade através do Decreto sobre o exercício de governo nas associações internacionais de fiéis.

Há elementos que acomunam as mensagens papais apresentadas acima, revelando um verdadeiro itinerário de vida eclesial para cada dimensão da Igreja. Existe, portanto, no magistério recente, uma continuidade progressiva na visão acerca da origem e da finalidade dos novos carismas; há também alguns temas específicos ou característicos de cada Pontífice, um conteúdo que forma uma espécie de “fotografia” dos MNC e que permite compreender o lugar das NC na comunhão eclesial.

Um dos temas presente, de forma insistente, em todas as mensagens é o da maturidade: João Paulo II já preanunciou a chegada de uma “nova etapa de maturidade eclesial”, consciente de que havia ainda muitos problemas a serem resolvidos, e indicou como sabedoria para essa meta a comunhão eclesial; Bento XVI identificou como sinal de maturidade, além da comunhão com os legítimos pastores, o impulso missionário e a fidelidade ao próprio carisma. Em função daquilo que representam e do que podem contribuir com a missão evangelizadora da Igreja, Francisco, por sua vez, exorta os MNC a uma postura vigilante de “permanente conversão”, pois a perseverança é um sinal concreto de maturidade comunitária e pessoal.

Fruto visível da maturidade é a comunhão, por isso Bento XVI exorta os MNC a serem sempre escolas de comunhão, e afirma que estes pertencem ao

³⁰⁰ BENTO XVI. *Discurso por ocasião do XXV aniversário do reconhecimento pontifício de Comunhão e Libertação*. Disponível em: Aos participantes da peregrinação promovida pela Fraternidade de Comunhão e Libertação por ocasião do 25º aniversário de seu reconhecimento pontifício (24 de março de 2007) | Bento XVI (vatican.va). Acesso em: 09/06/2024.

mistério de comunhão que é a Igreja, mas espera uma comunhão mais madura de todos os componentes eclesiais, para que todos os carismas, no respeito da sua especificidade, possam plenamente e livremente contribuir para a edificação do único Corpo de Cristo. A comunhão eclesial é, para Bento XVI, caminhar juntos e testemunhar o dom recebido³⁰¹. A comunhão, portanto, é o selo do Espírito Santo que manifesta a sua presença qual alma da Igreja.

Os Papas do Magistério recente têm acompanhado o desenvolvimento dessas novas famílias eclesiais e têm ensinado que um aspecto importante da comunhão é a possibilidade de evidenciar o mistério da Igreja, que é, ao mesmo tempo, carismática e hierárquica. Para realizá-lo, porém, é necessário superar os preconceitos e incompreensões de ambas as partes, porque, sem viver e promover essa dupla dimensão, teremos uma Igreja mutilada.

O Novo Testamento revela como os carismas são constitutivos da Igreja, e devemos considerar que se negamos ou rejeitamos a sua dimensão carismática já não poderemos falar de Igreja católica. Contudo, somente após o Vaticano II este tema voltou a ocupar os discursos e escritos teológicos e, embora tal conceito não seja usado diretamente em relação com a vida consagrada, nem esteja presente no Código de 83, é apresentado com chave interpretativa do Concílio no Sínodo de 1985. Providencialmente em 2016, a Congregação para a Doutrina da Fé publicou a *Carta Iuvenescit Ecclesiae*, na qual os carismas encontram o seu lugar teológico e na qual é apresentada a relação entre os dons hierárquicos e carismáticos, considerando a sua diferença na unidade, e a sua importância para a vida e a missão eclesial.

Reconhecer a harmonia entre dois elementos aparentemente contrários, sem privilegiar um em detrimento do outro, não é uma tarefa fácil, basta pensar na formulação do dogma trinitário, ou a afirmação do dogma cristológico das duas naturezas do Verbo encarnado. Tais exemplos revelam que a unidade só é possível quando existe uma legítima distinção entre os elementos essenciais e aparentemente opostos. Assim, o Decreto sobre a duração de governo nos MNC, promulgado sob o pontificado de Francisco, é um importante ato que além de explicitar a essência da Igreja, também confirma a eclesialidade dos novos

³⁰¹ M2B, p.16.

carismas e o seu lugar na Igreja comunhão, como tantas vezes afirmaram os seus predecessores.

Observamos que na fase inicial, durante o pontificado de João Paulo II, predomina o entusiasmo (*enthousiasmos*) no seu sentido mais genuíno, ou seja, a certeza de estar diante de uma “inspiração divina”, por isso o Pontífice repetiu, por diversas vezes, que as NC são uma “resposta providencial” do Espírito Santo para a Igreja neste tempo. Seguindo os seus passos, Bento XVI aprofundou a teologia dos carismas e a sua natureza eclesial; sua preocupação foi a de promover uma madura comunhão de todos os componentes eclesiais, ajudando as NC na autoconsciência missionária e numa maior inserção nas igrejas locais. Francisco, por sua vez, recebeu a herança deixada por seus antecessores e deu novos passos, sobretudo com a promulgação do Decreto sobre o governo das Associações internacionais de fiéis, confirmando, assim, a eclesialidade dos MNC e a importância de promover a comunhão de todos os membros do Corpo de Cristo, em favor da missão por Ele confiada à Igreja. Os MNC devem, portanto, empenhar-se em partilhar com humildade e generosidade a riqueza do carisma que lhes foi confiado em benefício da comunhão e missão da Igreja.

4. A CONTRIBUIÇÃO DAS NOVAS COMUNIDADES NA IGREJA LOCAL

Tendo percorrido o caminho de apresentação e diferenciação das Novas Comunidades, e tendo aprofundado as mensagens dos Papas João Paulo II, Bento XVI e Francisco, que compõem o objeto material desta tese, o presente capítulo objetiva refletir sobre a relação e a participação das NC na dinâmica das igrejas locais. Para favorecer este objetivo e por tratar-se de uma revisão bibliográfica integrativa, dedicaremos especial atenção aos documentos da CNBB que fazem referência às Novas Comunidades para, à luz do ensinamento do Magistério recente, responder aos desafios e encontrar caminhos de comunhão e unidade na dinâmica pastoral da nossa Igreja.

4.1.

O desafio da conversão pastoral da Igreja no Brasil

O projeto de revitalização da dinâmica paroquial promovido pela Igreja no Brasil tem suas raízes no chamado divino à conversão, por isso a presente seção parte deste chamado na história da Salvação e aprofunda a sua reverberação nos principais documentos do CELAM, buscando compreender o modo como estes atualizam a eclesiologia de comunhão proposta pelo Concílio Vaticano II. E porque o nosso objeto de estudos está voltado para a solicitude missionária na comunhão eclesial entre NC e as igrejas locais, dialogaremos também com documentos da CNBB referentes à conversão pastoral da paróquia para, assim, compreender qual é o lugar das Novas Comunidades dentro do projeto de revitalização paroquial como “células vivas”, uma “rede de comunidades”.

4.1.1.

A urgência da conversão na Igreja do Brasil

O desejo de conversão pastoral e missionária expresso por Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* é um eco do projeto idealizado pelos Bispos reunidos na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, de “colocar a Igreja em estado permanente de missão”³⁰², porque a missionariedade é o respiro da Igreja, sem a qual ela não realiza a sua vocação de ser instrumento de salvação para a humanidade inteira. Resgatar o sentido da missão implica compreender que a sua alma é a evangelização, e esta é uma característica essencial da Igreja. Mas o primeiro passo para realizar este projeto é favorecer que cada fiel tenha consciência do sentido, da beleza, da dignidade e do comprometimento do ser cristão, discípulo de Jesus Cristo.

O período que antecedeu o Concílio Vaticano II foi povoado por diversos movimentos de reforma, um sinal da ação do Espírito Santo, que já despertava os corações e as mentes para uma vida cristã mais autêntica. Mas a reforma da Igreja não deve ser interpretada como uma espécie de implosão, para dar espaço a algo completamente diferente do original; também não deve ser pensada como uma pintura superficial que encobre as imperfeições existentes na casa sem resolver realmente o problema das infiltrações e das rachaduras. Por isso, o termo adequado para compreender o verdadeiro sentido de uma reforma da Igreja é “conversão”, para que toda ela seja renovada, sabendo que “toda renovação da Igreja consiste essencialmente numa maior fidelidade à própria vocação”³⁰³.

Hoje se fala muito da necessidade de reforma e renovação, mas há sempre uma compreensão reduzida que condiciona a Igreja às estruturas; porém, “sem vida nova e espírito evangélico autêntico, sem fidelidade à própria vocação, toda e qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo”³⁰⁴. Para que as nossas igrejas respirem a plenos pulmões o sopro que o Espírito lhes insufla, é necessário trilhar o caminho de conversão, sem a qual toda reforma será superficial e ineficaz.

³⁰² DAp, 551.

³⁰³ CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Unitatis Redintegratio*. Sobre o Ecumenismo. In: Compêndio do Vaticano II. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 2000, n.6. Será citado: UR.

³⁰⁴ EG, 26.

A correta compreensão do sentido teológico de conversão nos insere na dinâmica do Povo de Deus no Antigo Testamento. O termo deriva do verbo *shoûv* (hb), que significa “voltar ao ponto de partida”, indicando, portanto, um retorno. Traduzido para o latim, *conversio* significa “passar de um lugar para outro”, “dirigir-se a alguma coisa ou a alguém”, ou “mudar de direção”. Na Sagrada Escritura este verbo é usado sempre em referência à busca por Deus e pelo bem, e ao afastamento do mal: “Ó Deus, faze-nos voltar! Faze tua face brilhar, e seremos salvos!”³⁰⁵. Muitas vezes, a iniciativa para o retorno é do próprio Deus: “Por isso assim disse o Senhor: Se te convertes, eu te faço retornar e estarás diante de mim”³⁰⁶. O chamado divino à conversão está sempre associado ao desvio do coração e da conduta do seu povo, por isso os profetas denunciam a infidelidade do povo: “O Senhor abrirá um processo contra os habitantes da terra, porque não há fidelidade nem amor, nem conhecimento de Deus na terra”³⁰⁷; “porque meu povo cometeu dois crimes: Eles me abandonaram, a mim, fonte de água viva, para cavar para si cisternas, cisternas furadas, que não podem conter água”³⁰⁸. O pecado de infidelidade, portanto, rompe a relação com Deus e, por conseguinte, deturpa a sua imagem entre as nações: “Não atentes para a obstinação deste povo, para sua perversidade e seu pecado, para que, na terra de onde nos fizeste sair, não venham a dizer: ‘O Senhor não foi capaz de conduzi-los para a terra que lhes falara!’”³⁰⁹

Deus, contudo, sempre se mostra pronto ao perdão e à renovação da Aliança: “Volta, Israel, ao Senhor teu Deus, pois tropeçaste em tua falta. Tomai convosco palavras e voltaí ao Senhor; dizei-lhe: “Perdoa toda culpa, aceita o que é bom. [...]. Eu curarei a sua apostasia, eu os amarei com generosidade”³¹⁰; “mas depois que eu os tiver arrancado, terei novamente pena deles, e os reconduzirei cada um à sua herança e cada um à sua terra”³¹¹. A conversão, portanto, é sempre um dom de Deus: “Borrifarei água sobre vós e ficareis puros; sim, purificar-vos-ei

³⁰⁵ Sl 80,4.

³⁰⁶ Jr 15,19.

³⁰⁷ Os 4,1.

³⁰⁸ Jr 2,13.

³⁰⁹ Dt 9,27.

³¹⁰ Os 14,2-5. A Bíblia mostra vários símbolos rituais que são sinais de arrependimento, reconhecimento dos próprios pecados e da conversão: súplicas, jejuns, vestir-se de saco e jogar cinza na cabeça (2Sm 12,16; Is 22,12; Jl 1,13; Jn 3,5; Mt 11,21), lamentações e lágrimas (Jl 1,12s; Est 4,2), orações (Dn 9; Ne 9).

³¹¹ Jr 12,15.

de todas as vossas imundícies e de todos os vossos ídolos imundos. Dar-vos-ei coração novo, porei no vosso íntimo espírito novo, tirarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei coração de carne”³¹².

No Novo Testamento, o precursor do Messias faz o apelo à conversão como condição irrenunciável para acolher o Reino de Deus: “Arrependei-vos, porque o Reino de Deus está próximo”³¹³, e ensinava que a verdadeira conversão é o motor para a mudança de vida: “Produzi, então, frutos dignos de arrependimento [...]. Quem tiver duas túnicas, reparta-as com aquele que não tem, e quem tiver o que comer, faça o mesmo”³¹⁴. Jesus, no início do seu ministério público, já anuncia que veio chamar e salvar aqueles que precisam de conversão: “Os sãos não têm necessidade de médico e sim os doentes, não vim chamar os justos, mas sim os pecadores, ao arrependimento”³¹⁵. Dessa forma, o apelo à conversão é sempre um apelo positivo, mesmo quando é caracterizado pela confissão das próprias culpas e de afastamento do mal cometido, porque é um caminho de retorno confiante ao Pai, que está sempre pronto a acolher o filho perdido, como uma passagem das trevas à luz, da tristeza à alegria, da solidão à comunidade.

A Igreja no Brasil tem se empenhado para realizar uma profunda e verdadeira conversão missionária para além das estruturas, e esse empenho está em profunda comunhão com os projetos de evangelização e renovação eclesial do Continente Latino-americano que, por meio das suas Conferências Gerais, tem buscado responder e encarnar a eclesiologia pastoral do Vaticano II. Antes de analisar os documentos da CNBB que fazem referência direta às NC faz-se, portanto, necessário conhecer a sua gênese e o contexto no qual tais documentos estão inseridos.

Examinando os documentos conclusivos do CELAM encontramos, a partir da segunda Assembleia Geral, o termo conversão sempre relacionado à missão, indicando, assim, o caminho para que a Igreja na América Latina permaneça fiel ao mandato de Cristo e não se deixe intimidar diante dos grandes desafios na evangelização deste vasto, belo e desafiante Continente.

A primeira Conferência, realizada no Rio de Janeiro de 25 de julho a 4 de agosto de 1955, marca a formação do Conselho Episcopal Latino-americano e traz

³¹² Ez 36,25-26.

³¹³ Mt 3,2.

³¹⁴ Lc 3,8-10.

³¹⁵ Lc 5,31.

no seu documento a preocupação com a escassez do clero e com o aumento do protestantismo, pelo qual recomenda “que se façam cruzadas de orações, pedindo a preservação e o progresso da fé católica na América Latina, e a conversão dos inimigos da Igreja”³¹⁶.

A segunda Conferência, realizada em Medellín, de 26 de agosto a 7 de setembro de 1968, é caracterizada pela releitura do Concílio e da sua adequada recepção nos Países latino-americanos. Ao falar sobre a justiça, ensina que a conversão é necessária para a verdadeira libertação, e que “a originalidade da mensagem cristã não consiste tanto na afirmação da necessidade de uma mudança de estruturas, quanto na insistência que devemos pôr na conversão do homem”, para que “à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis”. Também ao falar da paz, ensina que esta é fruto da conversão dos corações. A Conferência também se mostrou atenta ao desafio da evangelização no Continente, e insiste na reevangelização, para a qual é necessário promover “constantemente uma reconversão e uma educação de nosso povo na fé, em níveis cada vez mais profundos e maduros”, e para este fim é necessária uma renovação tanto da catequese quanto das dinâmicas pastorais. Por compreender que a liturgia é o “momento em que a Igreja é mais perfeitamente ela própria”, Medellín sublinha a importância do gesto litúrgico apontar para a caridade, para o “renovado esforço por ter os sentimentos de Cristo Jesus, e para uma contínua conversão”, porque somente assim será autêntico. E ao falar da situação de pobreza no Continente, exorta a Igreja latino-americana à conversão evangélica, à sobriedade de vida, à transparência na administração dos bens e à solidariedade para com os pobres desta terra.³¹⁷

Com o tema da “Evangelização no presente e no futuro da América Latina, a Conferência de Puebla, realizada entre 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, simboliza uma nova etapa na Igreja latino-americana. O tema da conversão é abundante em todo o documento e inicia situando o objeto central e essencial da evangelização que é a verdade sobre Jesus Cristo, porque é o conhecimento dessa verdade que vai renovar a vida eclesial e gerar uma nova humanidade pela conversão da consciência individual e social, portanto, a luz sobre as questões

³¹⁶ DOCUMENTOS DO CELAM - *Rio de Janeiro*. In: DOCUMENTOS DO CELAM. Rio. Medellín. Puebla. Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2024, 70a

³¹⁷ DMd, 1.3; 2.14; 6.8; 6.15; 7.1; 9.3; 14.17.

doutrinais e pastorais deve provir de uma sólida cristologia que não pode ser falsificada por releituras reducionistas do Evangelho.

Este documento, através do método ver, julgar e agir, busca conduzir as pessoas para uma contínua conversão individual, eclesial e social; considera a evangelização um instrumento eficaz para a plena comunhão com Cristo, capaz de impregnar a cultura e nos levar “à autêntica promoção de nossas comunidades e a uma presença crítica e orientadora diante das ideologias e políticas que condicionem a sorte de nossas nações”. Mas a evangelização só pode conduzir o homem de hoje à libertação integral se o seu conteúdo central for Cristo, o Filho de Deus, vivo e ressuscitado em nosso meio e que continua a vivificar a Igreja com o seu Espírito, e chama todos à conversão, “que é reconciliação e vida nova, leva-nos à comunhão com o Pai que nos torna filhos e irmãos. Faz brotar, pela caridade derramada em nossos corações, frutos de justiça, perdão, respeito, dignidade e paz no mundo”. A evangelização é uma opção pastoral da Igreja da América Latina, para impregnar com o Evangelho a cultura, os seus valores e critérios, empenhando-se pela “conversão dos homens que vivem segundo esses valores”, para que sejam mais humanos.³¹⁸

Neste forte apelo à conversão pessoal e social, Puebla adverte contra as diversas ideologias presentes na América Latina e os sistemas que nelas se inspiram, pois falsificam a verdade e corrompem as relações sociais com a absolutização de suas teorias e ideias. Por isso convida todo cristão a apoiar-se na Doutrina Social da Igreja, contra a ideologia do liberalismo capitalista e do coletivismo marxista; adverte ainda contra o risco de a reflexão teológica tornar-se ideologia quando parte da “politização da existência cristã” e esvazia o mistério transcendente da salvação cristã. A missão evangelizadora incumbe “pregar a conversão, libertar o homem e impulsioná-lo rumo ao mistério de comunhão com a Trindade e comunhão com todos os irmãos”, dessa forma todos serão agentes cooperadores do desígnio de Deus. O modo de realização desta obra pastoral é através da renovação da estrutura paroquial, de forma que envolva todos os seus membros. Puebla concebe a conversão como um caminho educativo que humaniza a pessoa, assim convida toda a Igreja a abraçar a opção preferencial pelos pobres e pelos jovens: a conversão à opção preferencial pelos pobres tem o

³¹⁸ DPb, 16; 30; 164; 166; 352; 358; 362; 394; 395.

intuito da sua libertação integral, ao mesmo tempo em que estes também são agentes de evangelização para toda a Igreja, apontando para ela o exemplo do seu Mestre e Senhor; a conversão à opção preferencial pelos jovens deve impulsionar a Igreja ao compromisso evangelizador e apresentá-lo “Cristo vivo, Deus e homem”, porque ele é o único que pode salvar e libertar do pecado e de todas as suas consequências.³¹⁹

A IV Conferência, realizada em Santo Domingo, de 12 a 28 de outubro de 1992, trouxe o tema da “Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã. Jesus Cristo ontem, hoje e sempre”. A evangelização é apresentada como a razão de ser da igreja, o motivo pelo qual ela existe, e ao mesmo tempo é um convite à conversão do coração, pessoal e coletiva, uma vez que a evangelização significa a promoção do desenvolvimento integral da pessoa, a fim de criar uma sociedade justa e solidária. Urge na América Latina a proclamação do “Evangelho da justiça, do amor e da misericórdia”. A Nova Evangelização é o núcleo central da IV Conferência, e é apresentada como um processo contínuo de conversão em vista da missão da Igreja, cujo sujeito é toda a comunidade eclesial e cuja finalidade é formar pessoas maduras na fé, que saibam dar razão à sua fé diante dos novos desafios socioculturais, levando em consideração a urbanização, a pobreza e a marginalização, ou seja, as situações de sofrimento que não devem ser transcuradas. Toda a Igreja é chamada a uma conversão que seja coerente com o espírito do Concílio, na consciência e na praxe pessoal e comunitária, porque ela é chamada à santidade e esta “é a chave do ardor renovado na Nova Evangelização”. Santo Domingo ratifica a validade das CEBs, reforçando a sua fundamentação eclesiológica e necessidade de maior integração com a paróquia, com a diocese e a Igreja universal, para não serem vítimas de manipulações políticas e ideológicas. A Nova Evangelização também desafia todos a “dar testemunho autêntico de pobreza evangélica em nosso estilo de vida e em nossas estruturas eclesiais”,³²⁰ e nenhum testemunho é autêntico se não é fruto de uma verdadeira conversão.

A V Conferência, realizada em Aparecida, de 13 a 31 de maio de 2007, indica a conversão como uma graça que é fruto da vitória de Cristo ressuscitado e da ação do Espírito Santo, que por meio do Sacramento da Reconciliação encontra

³¹⁹ DPb, 563; 565; 1012; 1013; 1026; 1134; 1140; 1155; 1157; 1183; 1193; 1194.

³²⁰ DSD, 5; 9; 12; 13; 23; 24; 26; 30; 32; 33; 72; 123; 157; 178; 190.

forças para combater o pecado e para realizar uma mudança de vida integral. A conversão é também parte do caminho de unidade daqueles que se declaram discípulos e missionários, porque somente o encontro com Jesus nos coloca num processo de autêntica vida cristã, que parte do querigma e conduz à conversão, e esta, por sua vez, torna-se visível através de uma vida eclesial madura. O tema da conversão é parte irrenunciável do anúncio cristão e a ela está intrinsecamente associada a renovação missionária. Todos na Igreja são chamados a assumir a atitude de permanente conversão pastoral, e os pastores são convidados por primeiro a este testemunho de seguimento fiel a Jesus Cristo.³²¹

O documento de Aparecida tornou-se um paradigma para a ação missionária da Igreja, especialmente com o Pontificado de Francisco que o faz ecoar para todo o mundo através da sua primeira Exortação Apostólica, na qual o Pontífice apresenta a conversão como um dos objetivos da nova evangelização, para que seja restituída a alegria àqueles que “não vivem as exigências do Batismo, não sentem uma pertença cordial à Igreja e já não experimentam a consolação da fé”. Por isso o apelo à conversão pastoral e missionária é um imperativo a todas as comunidades, este apelo já estava presente no Concílio Vaticano II como necessidade imperiosa de toda a Igreja, tendo como escopo uma maior missionariedade. Francisco insiste na conversão pastoral em todas as estruturas da Igreja, para que esta viva em estado permanente de missão, e seja “Igreja em saída”. A conversão, portanto, tem como meta a missão, por isso tanto diz respeito à transformação interior, quanto à justiça social.³²²

As propostas do DAp passaram a nortear os caminhos da Igreja no Brasil, e é nesse contexto que devemos ler todos os seus projetos de conversão para gerar pastorais decididamente missionárias, que não se faz sem a mudança de mentalidade, pois são necessários odres novos para comportar o vinho novo (Lc 5,38). A partir daí, o caminho concreto proposto pela CNBB tem início no *Projeto Nacional de Evangelização, o Brasil na Missão Continental* (Doc. 88), posteriormente ampliado com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE/2011-2015). Este documento sintetiza as cinco urgências da ação evangelizadora apontadas no DAp, que são: 1) Igreja em estado

³²¹ DAp 14; 100, h; 175, d; 226, a; 228; 230; 232; 234; 245; 248; 260; 278, b. c.; 289; 231; 366; 368; 370; 382.

³²² EG 14; 15; 25; 26; 27; 30; 32; 155; 182; 201; 230.

permanente de missão; 2) Igreja: casa de iniciação cristã; 3) Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral; 4) Igreja: Comunidade de comunidades; 5) Igreja a serviço da vida plena para todos. A quarta urgência é eleita como sendo o núcleo sem o qual as outras não poderão ser alcançadas.

Encontrada a direção para a renovação missionária da Igreja no Brasil, é lançado o documento de estudos “Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia (Doc. 104), a partir do qual, após todas as contribuições das dioceses, foi elaborado o documento definitivo sobre esta importante questão: “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia” (Doc.100), com sugestões concretas para a renovação missionária da paróquia, começando pela conversão de todos os membros do Corpo de Cristo, bispos, sacerdotes, religiosos e leigos de todas as categorias.

Para alcançar o nosso objetivo dedicaremos atenção à análise apresentada no Doc. 100 sobre o cenário paroquial brasileiro e às respostas por ele apontadas como soluções para a conversão missionária; em seguida examinaremos a posição das NC nos mencionados documentos da CNBB para, à luz do Magistério recente, dialogarmos com as suas propostas.

4.1.2.

A conversão missionária da paróquia

O Documento 100 da CNBB, “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia” traz no seu subtítulo o seu objetivo, a saber, “a conversão pastoral da paróquia”. Inicia com uma reflexão sobre os *sinais dos tempos*, uma síntese sobre a sociedade atual, e reconhece que para ter um diálogo com esta sociedade a Igreja precisa ser revitalizada no Espírito Santo, e conclui que o modo adequado de ser cristãos no mundo atual é como discípulos e missionários.

O crescimento acelerado das grandes cidades tem afetado todas as esferas sociais e a vivência comunitária nas nossas paróquias também tem sido atingida diretamente por este novo perfil social, pois “nas grandes cidades, mesmo nas comunidades paroquiais, existe anonimato e solidão. Muitos procuram a Igreja

apenas para atender às suas demandas religiosas”³²³, sem deixar-se ser por ela envolvido e sem interesse de envolver-se nas suas atividades.

Há uma forte tendência no mundo para que a sociedade seja laicista e a religião não interfira na esfera pública. Partindo do Estado laico, pretende-se chegar a uma sociedade que se pautar pelo laicismo. Chega-se a pensar numa sociedade pós-cristã. Não se busca mais o verdadeiro, mas o desejável. A verdade se torna relativa às diferentes necessidades das pessoas. Trata-se de uma cultura sempre mais secularizada, que evita a influência do cristianismo nas decisões morais da sociedade.³²⁴

Os parágrafos 23-27 refletem sobre os novos cenários da fé e da religião na atual sociedade e conclui que, por um lado, cresce o desafio de uma religiosidade desvinculada de qualquer compromisso comunitário e institucional; por outro lado, aumenta o número dos que são indiferentes às questões religiosas³²⁵. Esse cenário indica que os fundamentos da fé, que deveriam alimentar e dar sentido à vida, não influenciam a vida de muitos, mesmo entre os católicos. Não é um olhar pessimista, mas que nutre uma luz de esperança na força do Espírito Santo, para agir nessa realidade. Esta leitura dos sinais dos tempos é uma provocação a toda a Igreja, à conversão em vista da missão, à busca dos sinais da presença de Deus, que dá sentido de pertença e de comunidade.

Depois o Doc. 100 volta o olhar para a realidade das paróquias no Brasil, e embora considerando que fazer uma classificação da realidade paroquial brasileira seria uma tarefa difícil, devido às grandes diferenças e aos desafios próprios de cada região, o documento busca classificar os desafios comuns, considerando que cada Igreja local é composta por uma complexidade missionária e pastoral própria. “É falsa, portanto, a concepção de paróquia como sendo um todo em si mesmo, formando quase uma comunidade autônoma”³²⁶. Constata-se que há paróquias que ainda não assimilaram a renovação indicada pelo Concílio, enquanto outras vivem a dinâmica missionária com uma pastoral de comunhão.

Os artigos 34-35 apresentam a preocupação com comunidades paroquiais ou capelas que atuam “em forma fechada de sociedade ou clube”, nas quais os pobres são excluídos; também fala das paróquias que desafiam a dimensão comunal e

³²³ Doc. 100, 18.

³²⁴ Doc. 100, 22.

³²⁵ Doc. 100, 23-27.

³²⁶ Doc. 100, 28.

missionária da Igreja, porque se tornam demasiado burocráticas e sancionadoras. Decorre que um primeiro diagnóstico a que se chega é a pouca disponibilidade missionária, sobretudo porque “o modelo paroquial brasileiro, em sua grande maioria, depende da atividade dos presbíteros, seja na missão evangelizadora, na celebração dos sacramentos e na formação, seja na administração dos bens”,³²⁷ é fácil traçar o prognóstico de uma realidade fechada sobre si, por isso o melhor tratamento é o de ser “Igreja em saída”.

O DAp ensina que é preciso “abandonar as estruturas ultrapassadas que já não favoreçam a transmissão da fé”³²⁸, por isso, embora a paróquia seja definida pela territorialidade e este critério seja muito importante, diante das transformações culturais e urbanas para as quais as relações comunitárias não são mais definidas pelo espaço geográfico, a paróquia também precisa se renovar para poder realizar a sua missão. E não basta fazer novas divisões territoriais dentro dos seus limites geofísicos, mas se abrir aos novos meios e métodos que o Espírito Santo suscita a cada tempo.

A conversão não pode ser pensada como um processo fechado, mas como um processo que dura a vida inteira, assim, a conversão da paróquia não pode significar somente mudanças estruturais ou projetos de ações pastorais, mas um caminho a ser percorrido; este é o caminho do discípulo missionário, um caminho que se percorre juntos, no seguimento fiel a Jesus Cristo. A conversão da paróquia, portanto, significa colocá-la em “estado permanente de missão”. Assim, o apelo à conversão missionária da paróquia é um apelo a vencer o medo das mudanças e a superar a tentação de fechamento na própria zona de conforto, na segurança dos já conhecidos métodos antigos. A esse respeito, Francisco adverte:

Que nos mova o medo de encerrarmos nas estruturas que nos dão falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: “Vós mesmos, dai-lhes de comer” (Mc 6,37).³²⁹

O modelo de pastoral que se deseja construir, inserida na dinâmica da conversão para a missão, deve ultrapassar os seus muros e dialogar com o mundo, e dever estar mais preocupada em viver o Evangelho; deve ter a coragem de

³²⁷ Doc. 100, 32.

³²⁸ DAp, 365.

³²⁹ EG, 49.

revisar as suas estruturas para favorecer um maior e melhor serviço à evangelização; deve ser atraente e, para isso, deve superar a autorreferencialidade e preocupar-se mais em fazer verdadeira comunhão.

Após analisar os desafios do tempo presente e suas consequências na vida paroquial, o documento vai buscar na Palavra de Deus o modelo de ser comunidade, e prossegue com uma síntese do surgimento e evolução da paróquia em diversas etapas da história.

A paróquia, compreendida como a própria Igreja que vive no meio das casas e que, independentemente dos vínculos de território, moradia ou pertença geográfica, é o lugar da comunhão eclesial do povo de Deus, torna-se o paradigma para um novo modelo paroquial que concretiza e atualiza a experiência das primeiras comunidades cristãs.³³⁰ Assim, o meio proposto para renovar a paróquia é a descentralização, através da criação de unidades menores que possibilitem uma vivência comunitária mais eficaz e, ao mesmo tempo, fortaleça os laços com a paróquia.

Trata-se de uma nova organização, com maior delegação de responsabilidades para leigos e religiosos que atuam na paróquia. Uma estrutura mais simples garantirá que as pessoas se empenhem mais em viver na comunidade. Isso evitará que a comunidade se estruture como uma microparóquia com cadastros, burocracia e serviços que não precisam ser repetidos na pequena comunidade.³³¹

O critério para a formação dessas pequenas comunidades não deverá ser a rigidez territorial, mas pode ser por afinidade ou interesses comuns, cuja frequência dos encontros pode variar de acordo com as necessidades de cada grupo. “O importante é criar comunidades com pessoas que se integrem para melhor viver a fé cristã”³³², e que sejam fundamentadas na Palavra de Deus e na Eucaristia.

O capítulo V do Doc. 100 apresenta quem são os sujeitos e quais são as tarefas da conversão pastoral. Quanto aos sujeitos, são eles: os bispos, os presbíteros, os diáconos permanentes, os consagrados, os leigos, as comunidades eclesiais de base, os movimentos e associações de fiéis e as comunidades ambientais e transterritoriais. O desafio que lhes é confiado é o de ser testemunhas

³³⁰ Cf. Doc. 100, 177-184.

³³¹ Doc. 100, 245.

³³² Doc. 100, 253. Por este motivo a vivência eucarística deverá acontecer na paróquia ou nas capelas, reunindo as várias comunidades, como sinal de pertença eclesial e de comunhão.

de Cristo, o Bom Pastor; para isso, devem ser os primeiros a deixarem-se encontrar pelo Senhor Jesus, porque disso depende a missão evangelizadora que lhes é confiada.

Quanto às tarefas confiadas a cada um: aos Bispos, por força do seu ministério episcopal, devem ser os primeiros responsáveis a fomentar, em toda a diocese, a conversão pastoral nas paróquias, pois, sem a sua iniciativa, será mais difícil gerar comunidades de comunidades nas paróquias. Os presbíteros têm um chamado especial de paternidade e pastoreio, mas esta missão pode ficar comprometida com o excesso de responsabilidades administrativas e demais atividades paroquiais, prejudicando, assim, a sua vida pessoal e o exercício da misericórdia que lhe é confiada. Para a renovação paroquial é importante renovar a sua experiência com Cristo, a sua vivência de discípulo e a sua vivência comunitária; igualmente importante, para este fim, é insistir na formação permanente dos presbíteros e na formação dos seminários.³³³

Também os diáconos permanentes são responsáveis na conversão paroquial, devendo ser formadores nas novas comunidades e promotores da unidade. Devem colaborar igualmente os religiosos, sendo sinal de unidade junto às famílias, e de comunhão com a diocese e o plano pastoral, evitando ações paralelas que não estejam alinhadas com os interesses da igreja local. Os leigos devem atuar como testemunhas de Cristo no mundo e ser auxílio aos pastores, evitando toda forma de clericalismo e esforçando-se para crescer na consciência da sua vocação e missão próprias, recebidas na graça batismal. As famílias devem ser valorizadas e acolhidas na comunidade paroquial, para “não perder nada da Boa-Nova anunciada pela Igreja”. Por sua vez as mulheres, que formam a maioria nas comunidades paroquiais, têm uma missão a cumprir na conversão paroquial, por isso devem ser valorizadas e incentivadas a participar na missão da paróquia não apenas com o serviço, mas com a sua feminilidade, maternidade e visão.³³⁴

A presença dos jovens nas comunidades paroquiais é vista como uma riqueza e como sinal de vitalidade. Por isso estes precisam encontrar acolhida e espaço adequado para o seu engajamento comunitário. Quanto aos idosos, deve-se evitar o isolamento e a indiferença, mas inseri-los na dinâmica comunitária, dando-lhes oportunidade de transbordarem da experiência e sabedoria acumuladas

³³³ Cf. Doc. 100, 195-205.

³³⁴ Cf. Doc. 100, 206-220.

ao longo da vida, especialmente para os jovens e as crianças que poderão se beneficiar com esta convivência. Outro importante sujeito da conversão paroquial são as CEBs, que devem ser espaços de educação da fé guiados pela centralidade na Palavra de Deus e na Eucaristia para, assim, ser presença da Igreja junto aos mais simples; a esses deve ser dada uma adequada formação em vista da missão que lhes é confiada, para que não se afastem da comunhão com o Bispo e a pastoral diocesana.³³⁵

Outros sujeitos, não menos importantes no projeto de conversão paroquial, são as comunidades ambientais e transterritoriais, que são aquelas formadas por grupos de moradores de rua, universitários, empresários, artistas, as escolas, e tantos outros.³³⁶ O olhar da Igreja do Brasil dirige-se para todos, para acolhê-los, para integrá-los na comunhão eclesial e para receber a riqueza do dom de cada um, porque todos podem e devem contribuir com a vida, a missão e a renovação paroquial.

Quanto à participação e aos deveres das NC em relação à renovação e conversão paroquial, trataremos na próxima seção, juntamente com os demais documentos da CNBB que abordam este tema, visto que eles se apresentam como textos espelhados, cuja leitura os unifica.

4.1.3.

As Novas Comunidades nos documentos da CNBB

Os documentos aos quais faremos referência na presente seção são os parágrafos 231 a 236 do Doc. 100; os parágrafos 166 a 167 do documento de estudo 104 (DE 104); e o documento 3 da coleção Subsídios Doutriniais da CNBB (SD3). Em ordem cronológica o SD3 vem primeiro (2009), seguido pelo DE 104 (2013) e, por último, o Doc. 100 (2014)

O objetivo do SD3, conforme explicado na introdução, além de contribuir para a inteligência da fé, é também colaborar no enfrentamento dos desafios pastorais presentes na Igreja³³⁷. Para isso, o documento traz uma análise do

³³⁵ Cf. Doc. 100, 221-230.

³³⁶ Cf. Doc. 100. 237-239.

³³⁷ SD3, p.7.

contexto sociocultural, em seguida apresenta os Novos Movimentos e Novas Comunidades, tanto a descrição tipológica e sua finalidade, como suas principais características e os principais desafios no corpo eclesial. Também traz uma reflexão sobre o Espírito Santo e sobre a Igreja universal e particular nos aspectos pastorais e jurídicos.

Sobre os Novos Movimentos e Novas Comunidades, o SD3 recorda que a razão principal para o florescimento desta nova realidade eclesial está na natureza da Igreja-comunhão³³⁸, porque o Espírito Santo sempre a cumula com dons e carismas para o bem comum e a edificação do Corpo de Cristo.

A expressão “novas comunidades”, embora recente, tem se difundido largamente, para referir-se a uma forma associativa, em grande parte nova na Igreja, diferenciando-se das comunidades paroquiais, das comunidades eclesiais de base e das comunidades religiosas, bem como dos demais movimentos eclesiais. Elas podem derivar de novos movimentos ou neles se integrar, mas têm a sua especificidade em relação a eles. A exortação Pós-Sinodal *Vita consecrata* refere-se a novas expressões de vida consagrada (n.12) e novas formas de vida evangélica (n. 62), utilizando também a denominação “novas comunidades”. As novas comunidades não figuram como tal no atual Código de Direito Canônico, embora tenham seus direitos e deveres nele fundamentados. As novas comunidades surgem como agregações de fiéis, por iniciativa própria dos leigos ou, em alguns casos, por iniciativa de algum sacerdote dirigida aos leigos. Algumas, com o passar do tempo, recebem aprovação diocesana, na condição de associação de fiéis, através de decreto do bispo da diocese onde se deu a fundação.³³⁹

Após a apresentação dos MNC, e tendo especificado os critérios de eclesialidade para a sua correta definição e acolhimento, o SD3 menciona a contribuição aportada à Igreja por essas novas realidades eclesiais: dos Movimentos, considera positivo o forte dinamismo missionário e evangelizador, que os torna canais de vivência da fé diante dos desafios culturais, respondendo, assim, à necessidade do encontro pessoal com Deus e o sentido de vida; das Novas Comunidades, explicita como positiva a sua colaboração com a evangelização.

Esse documento faz uma síntese sobre o princípio pneumatológico da Igreja, que é a fonte da unidade e comunhão, “pois todos nós fomos batizados em um só Espírito, para formarmos um só corpo, judeus ou gregos, escravos ou homens

³³⁸ SD3, 16.

³³⁹ SD3, 25.

livres, e todos nós bebemos de um só Espírito”³⁴⁰. Em Pentecoste a Igreja fundada por Cristo é vivificada e constituída em comunidade missionária, assim,

afirma-se que o Espírito Santo não vem animar uma instituição já totalmente determinada em suas estruturas, mas sua presença atuante a leva a se estruturar e a se renovar para melhor responder aos desafios da missão. Também os carismas provindos do Espírito de Cristo pertencem à constituição da Igreja. São dons recebidos em vista da construção da comunidade, como tão bem salienta São Paulo (cf. 1Cor 12). O Espírito age pelos profetas (cf. 1Pd 1,1s), que tiveram papel importante na Igreja nascente, na revelação do mistério de Cristo (cf. Ef 3,5) e na fundação da própria Igreja (cf. Ef 2,20).³⁴¹

O Espírito Santo, princípio de unidade e comunhão na e da Igreja, anima e age nos seus membros para que, de forma consciente e responsável, coloquem os dons e carismas recebidos a serviço de todo o corpo eclesial. Assim, no acolhimento da diversidade de dons e na valorização dos seus muitos carismas, a eclesiologia de comunhão gera abundantes frutos. Destarte, todo carisma autêntico se esforçará para construir a comunhão efetiva e afetiva, de modo inclusivo e nunca excludente, pois a comunhão visível é sinal da ação do Espírito.

O parágrafo 30 traz uma síntese acerca das contribuições e dos desafios das NC quanto à sua relação e atuação na Igreja local, apresentando cinco pontos principais. São eles:

- 1) A sua transterritorialidade que, por um lado, favorece a organização de vida comunitária e fraterna tornando-as mais atraente para as pessoas que buscam acolhimento e proximidade; por outro lado, a transterritorialidade as distancia da realidade paroquial.
- 2) As estruturas de governo das Novas Comunidade são independentes da do pároco ou mesmo, no caso daquelas que têm origem carismática, dos dirigentes diocesanos da Renovação Carismática. Estas se convertem em espaço de participação efetiva para muitos leigos, que passam a exercer “ministérios” que são autônomos em relação às estruturas tradicionais.
- 3) Considera-se desafiante para a definição da eclesialidade das novas comunidades a sua relação com a Igreja particular, sobretudo pela autonomia do exercício do seu apostolado em relação às pastorais e movimentos paroquiais e diocesanos. Algumas NC buscam inserção nas

³⁴⁰ 1Cor 12,13.

³⁴¹ SD3, 35.

paróquias e, pela falta de apoio, recorrem a outros sacerdotes que nem sempre conseguem dar-lhes o devido acompanhamento e orientação. Outro fator apresentado como desafio relacional é a dimensão econômica, seja em relação à própria sustentabilidade, à prestação de contas e à contribuição com a Igreja particular.

4) Reconhece-se a grande contribuição das NC na evangelização, sobretudo por conseguirem estar presentes e evangelizar ambientes onde a pastoral paroquial não consegue alcançar, porém isso não as isenta do risco de espiritualismo e sentimentalismo.

5) Outro desafio apresentado é a necessidade de melhores definições canônicas em relação às formas de consagração e à inserção de ministros ordenados no seio das NC.

O DE 104, um documento de estudos que recolhe as reflexões e as proposições da 51ª Assembleia da CNBB, e cujo documento final será o Doc.100, traz apenas dois parágrafos que fazem referência direta às NC (166-167). Nestes, as NC são apresentadas entre os novos movimentos leigos surgidos na Igreja, e que propõem novas formas de reunir fiéis em torno de um carisma comum. Observa que muitas atuam no apostolado e na pastoral, mas geralmente estão ligadas ao bispo diocesano, porém considera que é preciso que estejam vinculadas à Igreja Particular e ao seu plano pastoral. O documento explicita a importância do acolhimento desses novos carismas através da integração na paróquia, para que cresçam na comunhão e na missão de toda a Igreja. Também alerta as NC a não caminharem paralelamente à paróquia e à diocese:

O desafio da renovação paroquial está em estimular a organização dessa e de outras comunidades, para que promovam sua integração na paróquia. A unidade paroquial das diversas comunidades é indispensável para que todos se sintam unidos afetiva e efetivamente. Isso se realiza pelo vínculo e pela partilha da caminhada, mas também pelo planejamento pastoral, pela ação do conselho paroquial de pastoral e do pároco.³⁴²

O número 5.7 do Doc.100, intitulado “Movimentos e associação de fiéis”, inicia com uma nota de rodapé explicativa de que as novas comunidades estão

³⁴² DE 104, 166.

incluídas sob o nome de associação de fiéis. São seis parágrafos (231-236), que sintetizam os dois documentos supracitados.

Os parágrafos 231-232 afirmam que os Movimentos e associações dos fiéis são sinais da Providência de Deus para a Igreja, e cuja presença enriquece a eclesialidade. Ainda com olhar positivo, apresenta-os como escolas de espiritualidade que, por força da sua transterritorialidade, têm a capacidade de agregar grupos diversos de pessoas e propor-lhes um caminho de seguimento a Jesus, especialmente no contexto urbano, onde a busca de sentido é mais evidente. Os demais parágrafos (233-236) apresentam os desafios a serem superados:

1) Muitos [movimentos e associações de fiéis] são engajados em comunidades e há outros que fazem um caminho mais autônomo. Integrá-los é uma missão para tornar a paróquia mais rica em serviços, ministérios e testemunho.

2) Por terem organização supradiocesana, têm dificuldade na vivência da comunhão e na pastoral de conjunto da diocese e das comunidades, pois recebem orientações independentemente da diocese, o que causa desconforto nas suas relações com as paróquias.

3) Movimentos e associações têm o direito de reivindicar sua presença na diocese, mas têm receio de que o plano pastoral sufoque o seu carisma específico. Também se reconhece que alguns planos pastorais, por preconceito, são fechados a eles.

4) É necessário encontrar caminhos de diálogo, renúncias e opções para a sua integração nas paróquias, e que haja acolhimento e abertura nas paróquias para valorizar os carismas.

5) Movimentos e associações não podem colocar-se no mesmo plano das comunidades paroquiais como possíveis alternativas. Estes têm o dever de serviço na paróquia e na Igreja particular, porque exatamente aí se revelará a sua autenticidade.

6) Estes não podem alimentar pretensões de totalidade. Também as paróquias não têm o direito de excluí-los.

Dentre os três documentos examinados, apenas o Subsídio Doutrinal 3 tem as novas comunidades como objeto direto da sua atenção; nos outros dois (Doc. 100 e DE 104), elas estão entre as diversas comunidades chamadas a colaborar com a implantação do projeto de conversão missionária da paróquia. Os três

documentos reconhecem as NC como um dos frutos que o Espírito Santo doou à Igreja com o Concílio Vaticano II; de igual modo, são concordes que há muitos desafios a serem superados na relação entre as paróquias e as Novas Comunidades.

Os três documentos supracitados, ao pontuarem os maiores desafios na relação com as Novas Comunidades, no âmbito das pastorais diocesanas, são unânimes ao referirem-se à sua falta de engajamento nas paróquias e insistem na necessidade de maior vivência da comunhão na pastoral de conjunto. Faz-se necessário, portanto, tomá-los individualmente para melhor compreender as raízes de tais desafios e respondê-los a partir dos fundamentos teológicos das NC, assim ambas as realidades poderão estar melhor integradas e desenvolver plenamente a sua missão no único Corpo de Cristo.

4.2.

Desafios pastorais na cultura pós-moderna

Antes de refletir sobre as relações na Igreja, é importante situar o contexto social no qual ela está inserida, porque toda a vida da Igreja, incluindo os frutos das suas relações internas e externas, deve ser testemunho e alimento para os destinatários do seu anúncio. E qual é o mundo no qual estamos inseridos, quais são as suas dores, alegrias e esperanças? Como poderíamos desenvolver projetos de evangelização sem conhecer os sinais dos tempos? Eis que diante dos nossos olhos se descortina uma realidade sociocultural e eclesial fragilizada, que passou por grandes transformações, especialmente depois da experiência dramática de uma pandemia. Portanto, voltaremos a nossa atenção para as principais mudanças socioculturais pós-modernas e os desafios que elas apresentam para a vida da Igreja. Esta visão panorâmica também será necessária para melhor compreender de que modo as NC podem, de fato, ser um recurso para a evangelização e a missão da Igreja no tempo presente, conforme afirma o Magistério recente.

4.2.1.

O anúncio da fé em um mundo fragmentado

Para que a Igreja seja sinal vivo e eficaz da presença de Cristo no mundo, é de suma importância que ela tenha “diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja, a inteira família humana, com todas as realidades no meio das quais vive”³⁴³. E para que seja, de fato, “Igreja em saída”, precisa conhecer as dores, as alegrias, as angústias e as esperanças dos seus filhos. Assim, para fazer esta leitura do tempo presente, dos desafios socioculturais que impactam na missão e na evangelização atuais da Igreja, utilizaremos um recorte da nossa pesquisa de mestrado, que consideramos ainda válida para tal análise:

As grandes transformações sociais, políticas e econômicas sofridas nas últimas décadas do século XX, influenciaram no modo de autocompreender-se, de relacionar-se e de pôr-se no mundo de cada pessoa. Quando se trata de mudança de época, como a que vivemos, os desafios são ainda maiores, porque exigem clareza em “distinguir entre o que é essencial na vivência e o que é marca cultural de tempos que não voltam mais”³⁴⁴. É necessário saber discernir o que é essencial e que fundamenta cada dimensão da vida e que, por isso, precisa ser mantido como garantia e proteção do futuro.

A modernidade já havia conquistado “a autonomia da cultura, a desvinculação do religioso e do político, a legitimidade do estado moderno como Estado de direito, a autonomia das sociedades civis sob orientação da razão democrática”³⁴⁵, porém, com tantas possibilidades e sem uma bússola que possa ajudá-lo a encontrar o norte da sua vida, o ser humano pós-moderno³⁴⁶ encontra-se à deriva do próprio subjetivismo. Essa é, também, a constatação do sociólogo polonês Zygmunt Bauman que, ao descrever algumas das características da “modernidade líquida”, identifica a crescente falta dos pontos estáveis de orientação que antes serviam de referência para a autoconstrução do indivíduo³⁴⁷. De fato, a falta de referências traz consequências nocivas para o ser humano individual e para as culturas em geral, podendo chegar à perda de identidade e à expatriação de si mesmo.

Dentre todas as mudanças, a mais radical diz respeito à nova concepção que o próprio ser humano tem de si mesmo. Podemos falar de um novo antropocentrismo, especialmente com os avanços tecnológicos e científicos, que

³⁴³ GS, 2.

³⁴⁴ AMADO, J. P. *Espiritualidade cristã em tempos de mudança*. Contribuições teológico-pastorais, p. 19.

³⁴⁵ GEFFRÉ, C. Interpretação da modernidade. In: Concilium. A modernidade em discussão, 1992/6, n.244, p.5.

³⁴⁶ Na presente dissertação, por razões de objetivos precisos, não entraremos no mérito da nomenclatura mais adequada para identificar a cultura atual. Embora saibamos que o termo “pós-moderno” já é considerado ambíguo para alguns estudiosos, e que o termo “contemporâneo” se apresente um pouco vago, na visão de outros, a referência a ambos os termos indicará, para nós, as grandes mudanças socioculturais, políticas e econômicas que se seguiram desde o final da década de 1970, ou seja, a cultura atual, globalizada, que tem como alguns dos seus pilares a individualidade, a subjetividade, a fruição do tempo sobre o espaço.

³⁴⁷ Cf. BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 14.

são finalizados para o bem-estar das pessoas e colocados a seu serviço, mas que também manipulam e transformam o modo de *ser humano*, ultrapassando a fronteira entre o virtual e o real, entre o biológico e o tecnológico.

Ao dar-se conta da falta de unidade e de coerência do novo contexto social global, as pessoas experimentam grandes frustrações, porque percebem-se diante de uma realidade fragmentada, sobretudo porque as promessas de felicidade da nova cultura globalizada revelaram-se ineficazes no estabelecimento da justiça³⁴⁸. Isso confirma o que já foi dito pelo psiquiatra vienense, Viktor Frankl, ao explicar que a frustração e a ausência de sentido são sintomas deste século, porém o fator mais importante para explicar a raiz do vazio existencial talvez seja o desmoronamento das tradições³⁴⁹.

Segundo Lipovetsky, na sociedade hipermoderna o que cria identidade “já não é a tradição, mas o individual”³⁵⁰. Essa mudança é visível, por exemplo, nas propagandas que estimulam e inflacionam o valor da sensação e a importância da percepção subjetiva. Assim, “na corrida às coisas e aos lazeres, o *homo consumericus* esforça-se mais ou menos conscientemente em dar uma resposta tangível, ainda que superficial, à eterna pergunta: quem sou eu?”³⁵¹. Para a fé cristã, a resposta a essa pergunta, porém, não poderá ser completa sem o encontro com aquele que é “o homem perfeito”³⁵², diante do qual, cada pessoa reconhece a verdade sobre si e a própria dignidade.

O psiquiatra espanhol Enrique Rojas também observa que existe na sociedade pós-moderna uma “banalização da existência e o tédio do ser humano”³⁵³, e que isso é consequência “de uma falta de projeção pessoal coerente, suficientemente forte para levar o indivíduo em direção ao seu futuro”³⁵⁴. Assim, as pessoas tornam-se vulneráveis, cansadas de viver e, se a isso se soma a falta de fé no transcendente, compreende-se o narcisismo, as obsessões por realização individual e as dificuldades na realização de atividades que exigem envolvimento emocional ou o sacrifício de si.

Uma marca característica da sociedade contemporânea é o processo de desconstrução cultural, especialmente no que tange às instituições que antes serviam de referência e segurança para o indivíduo e para a sociedade. Hoje, portanto, tudo aquilo que representa tradição é visto com desconfiança, como ameaça à liberdade e à individualidade do sujeito. Assim, vemos um distanciamento cada vez maior da forma de conceber o ser humano, daquela visão tradicional e cristã. Paradoxalmente, é exatamente nos escombros das diversas tradições que muitos contemporâneos buscam as pedras para construir os fundamentos dos seus novos ideais.

A ênfase na individualidade e na experiência pessoal, que são características da atual sociedade tem suscitado “o retorno do sagrado”. Quanto mais cresce o materialismo e o individualismo contemporâneo, cresce também a procura pelo bem-estar interior através de experiências místicas. Embora muitas vezes essa busca de Deus na cultura contemporânea apresente características individuais e de rejeição a vínculos institucionais religiosos, ela revela a inesgotável sede de Deus que habita no coração humano. A busca de Deus é também a busca pelo sentido,

³⁴⁸ Cf. DAp, n.61.

³⁴⁹ FRANKL, V. E. *Um sentido para a vida*. Psicoterapia e Humanismo. Aparecida: Ideias e Letras, 2005, p. 20.

³⁵⁰ LIPOVETSKY, G. *A Felicidade Paradoxal*. Ensaios sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 p. 45.

³⁵¹ Ibidem.

³⁵² GS, 22.

³⁵³ ROJAS, E. *O Homem Moderno*. A luta contra o vazio. Curitiba: Chain, 2013, p.83.

³⁵⁴ Ibidem.

não apenas do sentido último, mas do sentido de cada fato e sobretudo do sentido do sofrimento.³⁵⁵

Esta análise, embora ainda válida, precisa ser atualizada diante dos acontecimentos globais que têm corroborado com a crescente fragmentação sociopolítica e cultural, e que têm favorecido a expansão da violência, dos totalitarismos, da perseguição cristã e da alienação antropológica.

Além disso, também assistimos ao declínio do *podium* que a razão iluminista construiu para si, pois, ao liquidar a objetividade do mundo e deslegitimar a existência de uma verdade como ponto de referência para o todo, ela erigiu um *podium* para a subjetividade, absolutizando-a como critério de verdade, sem prever o caos que daí resultaria: O *podium* transformou-se em ringue, onde a razão subjetiva luta pelo consenso da maioria para tornar-se medida de verdade que seja válida para todos, liquidando as outras subjetividades. Isso ocorre em âmbito cultural, político, econômico, social e religioso.

A ausência de valores sólidos, segundo Miranda, tem gerado identidades frágeis, por isso não é de admirar-se “que ganhe força certo fundamentalismo de cunho político e religioso, por oferecer marcos sólidos e certezas ansiadas. Certamente um forte golpe no ideal da modernidade e no triunfo da razão”.³⁵⁶ Ele observa que a crescente complexidade da vida moderna e a emergência dos novos campos de saber têm impulsionado o pluralismo cultural, sobretudo com a facilidade e a rapidez provocadas pelos novos meios de comunicação; e outro aspecto que expande e potencializa tais mudanças é o fenômeno da globalização, cujo fator determinante é o avanço científico e tecnológico em que, segundo Pierpaolo Donati, professor de Sociologia na Universidade de Bologna-IT, o novo habitat humano é a realidade virtual, na qual a humanidade é desafiada pela sua própria criação. O resultado que já é possível apreender é o aumento da cultura do descarte, a criação de novas formas de pobreza e desigualdades nas oportunidades de vida, e o emergir de novas formas de violência e barbáries³⁵⁷. Ou seja, o progresso desassociado da ética comportará sempre muitas ambiguidades.

³⁵⁵ SANTOS, J. A. Sofrimento e sentido no mundo contemporâneo. Um diálogo entre o *Homo Patiens* de Viktor Frankl e a Carta Apostólica *Salvifici Doloris* de João Paulo II, p.13-20.

³⁵⁶ MIRANDA, M. F. Igreja e sociedade: da Gaudium et Spes a nossos dias. São Paulo: Paulinas, 2009 p.171-172.

³⁵⁷ DONATI, Pierpaolo. Un nuovo habitat, una nuova cultura dell'uomo. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. Incontrare Dio nel cuore della città. Scenari dell'evangelizzazione per il terzo millennio. Vaticano: LEV 2016, p.60.

Além desses fatores, outro grande desafio para o anúncio evangélico são as graves denúncias de abusos de vários tipos cometidos por autoridades religiosas, em diversas partes do mundo. Cresce o pessimismo e a desconfiança em relação à Igreja, cresce também, no seu seio, a tensão pela formação de grupos que a acusam de infidelidade, mas se mostram incapazes de viver a fé na humildade, para assim sanar as feridas presentes no Corpo. Sobre este tema, lemos na *Christus Vivit*:

No meio deste drama que justamente nos fere a alma, o Senhor Jesus, que nunca abandona a sua Igreja, dá-lhe a força e os instrumentos para um caminho novo. Assim, este momento sombrio, com a ajuda preciosa dos jovens, pode verdadeiramente ser uma oportunidade para uma reforma de alcance histórico, para se abrir a um novo Pentecostes e começar um período de purificação e mudança que dê à Igreja uma renovada juventude.³⁵⁸

Todo esse quadro sinaliza a urgente necessidade de um exame de consciência pastoral para observar se os métodos, a linguagem e os meios usados no anúncio do Evangelho são adequados para o tempo presente, uma vez que instrumentos obsoletos podem desqualificar a mensagem, além de ampliar a distância entre a mensagem e os seus destinatários. É necessário encontrar sabedoria para revelar o mistério que se esconde no paradoxo do fenômeno histórico, em meio às fragilidades humanas da instituição eclesial.

Pier Ninot aponta para a categoria do testemunho como sinal de credibilidade e paradigma para a Igreja, não uma credibilidade meramente externa, com discursos apologéticos, nem uma credibilidade meramente interna e subjetiva, com o risco do fideísmo, mas como um convite à fé no seu caráter integrador.

Assim, nesta credibilidade do testemunho eclesial se encontram a dimensão externa, fruto de uma conexão histórica com o testemunho apostólico fundante da Igreja como *mãe que une*, a dimensão interiorizada que brota da experiência eclesial pelo testemunho vivido da Igreja como *fraternidade reunida*, e a dimensão interior e interiorizada graças ao testemunho do Espírito que vive na Igreja, que a anima e santifica.³⁵⁹

O testemunho de vida continua sendo um recurso indispensável na evangelização, sem o qual as palavras não podem penetrar nos corações e

³⁵⁸ ChV, 102.

³⁵⁹ NINOT, P. *Credere la Chiesa*. Roma: San Paolo, 2002, p.61-62.

interpelar as consciências. De forma que, segundo Miranda, “a linguagem do testemunho, à semelhança dos primeiros séculos do cristianismo, irá ganhar uma importância cada vez maior na missão salvífica da Igreja”,³⁶⁰ pois o testemunho de fé e o comportamento singular do cristão têm a força de apontar para verdades transcendentais que desvelam o sentido último da existência, demonstrando que o mandamento do amor é uma realidade, não uma utopia.

Portanto, mesmo fragilizada a Igreja jamais poderá esquecer que ela é necessária para este mundo! É necessária para revelar Cristo à humanidade, porque Ele quis permanecer acessível a todos pela mediação de um sinal histórico de continuidade da sua presença no mundo. Por este motivo, qualquer situação que parece desafiar a sua razão de ser e existir, mesmo os pecados internos, deve ser sempre um chamado a despertar a sua consciência e a renovar a sua coragem para a evangelização. Por isso ela deve repetir com o Apóstolo: “Anunciar o Evangelho não é um título de glória para mim; é, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim, se eu não anunciar o Evangelho!”³⁶¹.

A evangelização nunca é repetição do passado. Os grandes santos evangelizadores, como Cirilo e Metódio, como Bonifácio, foram criativos, com a criatividade do Espírito Santo. Abriram caminhos novos, inventaram novas linguagens, novos “alfabetos”, para transmitir o Evangelho, para a inculturação da fé. Isto exige que saibamos escutar as pessoas, os povos a quem anunciamos: escutar a sua cultura, a sua história; escutar não superficialmente, pensando já nas respostas pré-fabricadas que trazemos na maleta, não! Escutar verdadeiramente e confrontar essas culturas, essas linguagens, também e sobretudo o que não se diz, o que não se exprime, com a Palavra de Deus, com Jesus Cristo, Evangelho vivo.³⁶²

4.2.2.

Missão eclesial no pós-Pandemia. Um desafio teológico

Para uma reflexão correta sobre os desafios da evangelização no mundo atual, faz-se necessário lançar o olhar sobre o novo cenário social mundial após a experiência da Pandemia do Covid-19 e fazer, a partir das experiências vividas, uma nova leitura à luz do Evangelho sobre a missão da Igreja no mundo atual. Este panorama de mudanças e incertezas potencializou as crises das quais o

³⁶⁰ MIRANDA, M. F. *Igreja e sociedade*, p.174.

³⁶¹ 1Cor 9,16.

³⁶² FRANCISCO. AAS 113 [2021,10], p.947-948.

mundo já padecia: antropológicas, relacionais, econômicas, políticas e sociais; mas a crise não indica somente uma situação de instabilidade, ela pode ser o fator determinante para a superação e a necessária mudança de atitudes, pois “obriga-nos a projetar de novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e encontrar novas formas de empenho, a apostar em experiências positivas e rejeitar as negativas”³⁶³. Faz-se, portanto, necessário aprender a discernir o que é essencial, aquilo que proporcionará bases seguras para cada dimensão da vida humana e que, por esta razão, deve ser protegido como um farol seguro para o futuro. Deste modo, consideramos que grandes desafios também podem ser grandes oportunidades para renovar a esperança, para sair da superficialidade e abrir-se à compaixão.

A tempestade na qual fomos inseridos fez-nos sentir impotentes, com sentimentos de desconforto e frustração, e convencidos de que é preciso repensar e reavaliar os fundamentos da nossa convivência coletiva. Por isso, é natural o crescente desejo de voltar à “normalidade”, mas até o significado de normalidade precisa ser repensado, pois o tempo passado não voltará, porque a pandemia não será um hiato na história que segue, uma vez que afetou, direta ou indiretamente, a vida de todas as pessoas da terra.

Assim, coisas antes consideradas “normais” ou pouco importantes, talvez tenham adquirido outro valor. De igual modo, torna-se ambíguo falar de um “novo normal” tendo como ponto de partida esta realidade dramática, sobretudo se considerarmos o número de vidas roubadas, o aumento da violência, a crescente taxa de desemprego, e tantos outros males que não devem ser emoldurados sob um *slogan* ingênuo que não leva em conta o sofrimento real. O que devemos esperar, então? Um exame de consciência pessoal e comunitário, que leve ao reconhecimento das atitudes individualistas que contribuíram para o aumento do preconceito, da violência e da intolerância, além do desequilíbrio ambiental. A partir desse *mea culpa*, devemos adotar posturas novas que reconstruam os laços rompidos: com Deus, consigo mesmo, com o outro e com a criação; uma vez que tudo é parte de um todo, o bem ou o mal que fizermos terá consequências para além do espaço individual e do tempo presente.

³⁶³ CV, 21.

Este processo de conversão e reconstrução deve estar na base dos nossos projetos pastorais. Podemos encontrar um auxílio nas catequeses que Francisco pronunciou entre 05 de agosto a 30 de setembro 2020, às quais intitulou de “curar o mundo”. Estas podem ser lidas como um projeto de doutrina social, porque percorrem “os caminhos da dignidade, da solidariedade e da subsidiariedade, caminhos indispensáveis para promover a dignidade humana e o bem comum”³⁶⁴. Porém, todo o percurso parte da esperança cristã, que está enraizada na fé e conduz à caridade. Uma característica incontestável deste ciclo catequético é a insistência nas virtudes teologais, que são apresentadas por Francisco como remédio para curar as feridas físicas, sociais e espirituais do mundo que padece o mal-estar que a pandemia realçou.

Devemos manter o nosso olhar fixo firmemente em Jesus (cf. Hb 12, 2) e com esta fé abraçar a esperança do Reino de Deus que o próprio Jesus nos traz (cf. Mc 1, 5; Mt 4, 17; CIC, n. 2.816). Um Reino de cura e salvação que já está presente entre nós (cf. Lc 10, 11). Um Reino de justiça e paz que se manifesta através de obras de caridade, que por sua vez aumentam a esperança e fortalecem a fé (cf. 1 Cor 13, 13). Na tradição cristã, fé, esperança e caridade são muito mais do que sentimentos ou atitudes. São virtudes infundidas em nós pela graça do Espírito Santo (cf. CIC, nn. 1.812-1.813): dons que nos curam e nos fazem curar, dons que nos abrem novos horizontes, até quando navegamos nas difíceis águas do nosso tempo.³⁶⁵

O tema da esperança cristã está no centro da sua mensagem: Em 27 de maio de 2020, na praça de São Pedro vazia, Francisco concedeu de forma extraordinária a benção *Urbi et orbi* e comparou a situação na qual o mundo se encontrava com o episódio evangélico da tempestade acalmada: “o Senhor interpela-nos e, no meio dessa tempestade, convida-nos a despertar e ativar a solidariedade e a esperança, capazes de dar solidez, apoio e significado a estas horas em que tudo parece naufragar”³⁶⁶. O tema da esperança também está presente na Encíclica *Laudato Si*, que, após denunciar as degradações sociais, antropológicas e ecológicas, nos aponta o caminho da esperança, porque ela “nos convida a reconhecer que sempre há uma saída, sempre podemos mudar de rumo, sempre

³⁶⁴ FRANCISCO. *Audiência geral* (30/09/2020). In: Audiência Geral de 30 de setembro de 2020 - Catequeses “Curar o Mundo”: 9. Preparar o futuro com Jesus que salva e cura | Francisco (vatican.va)

³⁶⁵ FRANCISCO. *Audiência geral* (05/08/2020). In: Audiência Geral de 5 de agosto de 2020 - Catequeses “Curar o mundo”: 1. Introdução | Francisco (vatican.va)

³⁶⁶ FRANCISCO. *Benção Urbi et Orbi* 27/03/2020. In: AAS 112 [2020], 4, p.367.

podemos fazer alguma coisa para resolver os problemas”³⁶⁷; aos jovens, na Encíclica *Christus Vivit*, ensina que quando as dificuldades sociais não encontram as devidas respostas, ao contrário de deixar-se abater, o caminho é a fé em Jesus que nos conduz a uma esperança que vai mais além³⁶⁸; na sua Encíclica programática, *Evangelii Gaudium*, afirmou que abraçar a fé cristã é abraçar a missão de levar esperança ao mundo³⁶⁹ e na Encíclica *Fratelli Tutti* faz um grande apelo a que caminhemos na esperança:

Convido à esperança que nos fala duma realidade que está enraizada no mais fundo do ser humano, independentemente das circunstâncias concretas e dos condicionamentos históricos em que vive. Fala-nos duma sede, duma aspiração, dum anseio de plenitude, de vida bem-sucedida, de querer agarrar o que é grande, o que enche o coração e eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor. (...) A esperança é ousada, sabe olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte, para se abrir aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna.³⁷⁰

O que é a esperança cristã? É a virtude do desejo e da perseverança, cujo caráter é dinâmico, porque gera a perseverança enquanto persegue o seu objeto que só é conhecido pela fé, pois “se já vemos os que esperamos, então isso não é mais uma esperança”³⁷¹. Na sua reflexão sobre a esperança cristã a partir do ensinamento de São João da Cruz, o beato Maria Eugênio explica que, à medida que o objeto da fé torna-se mais conhecido, descobre-se mais distante; nesse momento a esperança tende para ele com mais força: é precisamente esta a hora da esperança, “uma hora de crise dolorosa, mas também a hora do seu triunfo”.³⁷²

Na Encíclica *Spe Salvi*, sobre a esperança cristã, Bento XVI apresenta a estreita relação entre a esperança e a fé no Novo Testamento. A fé que é *hypostasis*, ou seja, é a “substância das coisas que se esperam; prova das coisas que não se veem” (Hb 11,1), e o conceito de *substância* é aqui compreendido como em germe, tornando presente em nós aquilo que se espera, de modo que a esperança é certeza:

³⁶⁷ FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Sii*. São Paulo: Paulinas, 2015, n.61. Será citada: LS.

³⁶⁸ ChV, 141.

³⁶⁹ EG, 121.

³⁷⁰ FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. São Paulo: Paulinas, 2020, n.55. Será citada: FT.

³⁷¹ Rm 8,24.

³⁷² JESUS, M. E. M. Quero ver a Deus. Petrópolis 2018, p.758

A fé não é só uma inclinação da pessoa para realidades que hão de vir, mas estão totalmente ausentes; ela dá-nos algo. Dá-nos já agora algo da realidade esperada, e esta realidade presente constitui para nós uma “prova” das coisas que ainda não se veem. Ela atrai o futuro para dentro do presente, de modo que aquele já não é o puro “ainda-não”. O fato de este futuro existir, muda o presente; o presente é tocado pela realidade futura, e assim as coisas futuras derramam-se naquelas presentes e as presentes nas futuras.³⁷³

Ainda refletindo sobre a Carta aos Hebreus, Bento XVI explica que os seus destinatários diretos vivem a experiência da perseguição, e que em meio aos seus sofrimentos demonstram compaixão com os que sofrem, e ao mesmo tempo aceitam com alegria as injustiças que lhes foram cometidas, como o confisco dos seus bens. Ele põe em contraste os bens (*hyparchonton*) materiais à riqueza imperecível (*hyparxin*):

Esta “substância”, a segurança normal para a vida, foi tirada aos cristãos durante a perseguição. Eles suportam-no, porque em todo o caso consideravam transcurável esta substância material. Podiam prescindir dela, porque tinham achado uma “base” melhor para a sua existência – uma base que permanece e que ninguém lhes pode tirar. Não é possível deixar de ver a ligação existente entre estas duas espécies de “substância”, entre a sustentação ou base material e a afirmação da fé como “base”, como “substância” que permanece. A fé confere à vida uma nova base, um novo fundamento, sobre o qual o homem se pode apoiar, e conseqüentemente, o fundamento habitual, ou seja a confiança na riqueza material, relativiza-se. [...], embora o seu significado normal não seja certamente negado com isso.³⁷⁴

Dessa forma, a virtude da esperança não é apenas uma percepção subjetiva do mundo, mas uma prova das realidades que ainda não vemos, e pelo fato desta realidade existir a esperança atrai o futuro para o presente e o transforma, porque possibilita uma visão, ampliando-a para além das vicissitudes e dos sofrimentos. Esta é também a noção de esperança que Francisco apresenta nas catequeses intituladas “curar o mundo”, estimulando todos a ultrapassar uma visão míope da realidade que vê apenas a própria dor e, ancorados em Deus, preencher o desafiante momento presente com fé, esperança e caridade.

É precisamente o fato de ter a esperança ancorada em Deus e não nas realidades terrenas que faz com que não nos conformemos com o mal e com as injustiças do mundo, mas saibamos traduzir a esperança em caridade, ou seja, atos concretos de solidariedade e comunhão. Esta característica escatológica da

³⁷³ BENTO XVI. **Carta Encíclica Spe Salvi**. São Paulo: Paulinas, 2007, n. 7. Será citada SS.

³⁷⁴ SS, 8.

esperança, qual “âncora lançada no céu”, não aliena das necessidades terrenas, antes, reforça a exigência da sua execução. Pois, se faltam o fundamento divino e a esperança da vida eterna, conforme ensina a Constituição pastoral do Vaticano II, “a dignidade humana é gravemente lesada, como tantas vezes se verifica nos nossos dias, e os enigmas da vida e da morte, do pecado e da dor, ficam sem solução, o que frequentemente leva os homens ao desespero.”³⁷⁵

O Cardeal Tolentino de Mendonça observou que, embora pareça paradoxal, o tempo no qual fomos inseridos é uma oportunidade para nos reencontrarmos, porque os distanciamentos nos fizeram compreender melhor o significado de “comunidade”, a certeza de que não dependemos unicamente de nós e das nossas escolhas, mas estamos uns nas mãos dos outros. Experimentamos, portanto, o quanto a interdependência seja vital para a solidariedade, o respeito, a autonomia e as relações.³⁷⁶ E a solidariedade cristã nasce do encontro transformante com Cristo e o seu Evangelho, fonte da fé, da esperança e do amor, o único capaz de curar profundamente as estruturas injustas e as práticas destrutivas que nos separam uns dos outros e ameaçam a estabilidade da família humana e do inteiro planeta. A solidariedade permite sonhar alto, sem prender-se ao passado, mas criando estruturas interiores e exteriores, individuais e coletivas, para um futuro mais humano.

As palavras que Francisco dirigiu a todos, durante as catequese “curar o mundo”, são cheias de esperança, porque, após uma acurada anamnese do estado atual do mundo no qual vivemos, apresenta um diagnóstico real, não uma mera descrição da crise, e oferece como cura e salvação a solidariedade cristã que é fruto do amor autêntico. E a esperança cristã não é egoísta, porque é capaz de comprometer a própria vida em favor dos mais frágeis.

Assim, no momento atual em que a humanidade padece pelas muitas pandemias sociopolíticas, culturais e antropológicas, urge uma Igreja que vá ao encontro dos mais frágeis, dos que perderam a esperança, não somente com ações sociais – e estas são necessárias! –, mas elevando o humano ao divino. A interdependência, que nos une e que mais do que nunca é perceptível, deve também nos unir naquilo que engrandece o ser humano, que o faz nobre e belo.

³⁷⁵GS, 21.

³⁷⁶ MENDONÇA, J. T. *Il potere della speranza*. Mani che sostengono l’anima del mondo. Milano: Vita e pensiero, 2020, p. 11.

Assim, um caminho possível para uma mística encarnada é o caminho de esperança que se desenvolve através da solidariedade e da verdadeira compaixão.

A grande tempestade que vivemos expôs aos olhos de todos que quem se deixa guiar apenas pela influência midiática ou consumista facilmente sucumbe; é necessário cuidar das raízes, para favorecer a vitalidade e o crescimento mesmo em tempos de crise. Assim, é necessário investir na qualidade da vida cristã, no aprofundamento da fé professada, para que se torne testemunho e missão. A Igreja, por ser obra da manifestação do Deus Uno e Trino, é *koinonia*, é *communio*, e sendo comunhão a Igreja é, necessariamente, *missio*, porque “é na comunhão que a sua missão é realizada, enquanto anúncio e testemunho do evangelho”³⁷⁷.

Para que a Igreja realize a sua missão salvífica diante da complexidade da atual sociedade, neste mundo que padece de esperança e que perdeu as referências que dão sentido à vida, é necessário saber contar também com os novos dons que o Espírito doou à sua Igreja.

4.2.3.

Igreja, sociedade e a desertificação da fé

O deserto é símbolo de experiências negativas e positivas na história da humanidade. Na sua etimologia indica um lugar inóspito, abandonado; o termo vem do latim *desertus*, que por sua vez é ligado a *deserere*: *de*, que indica “oposição”, e *serere*, “colocar em ordem”. Geograficamente é o lugar caracterizado pela pouca precipitação pluviométrica e conseqüente aridez, tornando-se um lugar inabitável por causa das temperaturas extremas e quase total ausência de vegetação.

A tradição bíblica do AT apresenta o deserto como o lugar da prova e do encontro com Deus. O Senhor conduziu o seu povo no deserto por quarenta anos, mas o povo murmurou e se revoltou contra Aquele que o libertou da servidão egípcia³⁷⁸; mas foi no deserto que Deus transformou o status daquele povo,

³⁷⁷ GONÇALVES, P. S. L. *Igreja e Missão no contexto de Pós-modernidade*. In: *Atualidade Teológica*. Rio de Janeiro, v.22, n.59, p.367.

³⁷⁸ Dt 32; Ex 20.

tornando-o povo da aliança, dando-lhe uma Lei³⁷⁹; no deserto o povo foi duramente provado por causa das suas infidelidades, mas também experimentou os prodígios do amor divino, que perdoa os pecados³⁸⁰. O deserto é ainda o lugar privilegiado da renovação espiritual³⁸¹.

No NT vemos Jesus que, após o batismo, é conduzido ao deserto pelo Espírito Santo para ser posto à prova³⁸², e que voluntariamente se retira nos lugares desertos para a oração³⁸³. Seguindo algumas das autorrevelações de Jesus, compreendemos que os prodígios realizados por Deus no deserto tornam-se *typos* de Cristo, uma vez que Ele se apresenta como aquele que sacia as ausências que o povo da antiga aliança padeceu no deserto: Ele é a água viva³⁸⁴, é o verdadeiro pão do céu³⁸⁵; é ele a verdadeira coluna de fogo, porque é a luz verdadeira³⁸⁶; é a direção que conduz à pátria celeste³⁸⁷; é também a cura contra o que causa morte³⁸⁸.

No tempo da Igreja, o deserto também foi o lugar onde nasceram e floresceram muitos carismas que alimentam a sua vida espiritual há séculos, e ainda hoje continua sendo o símbolo para a busca de Deus, pois é sinônimo de recolhimento e solidão para encontrar o Senhor.

Mas, na atual sociedade, nos deparamos com outras formas de deserto, cujo ponto mais profundo é a desertificação do valor e do sentido da pessoa humana, que, sendo considerada apenas como uma peça na engrenagem do mercado, perde os referenciais que apontam para a verdadeira e integral realização de si. Tem razão Miranda, ao considerar que diante de uma cultura marcada pelo culto à produtividade, ao dinheiro, ao consumo, à eficiência – e direi, à imagem e ao prazer –, a missão da Igreja “consiste em humanizar a sociedade, ajudando a pessoa humana a encontrar o sentido da própria dignidade, de sua liberdade e de

³⁷⁹ Ex 20.

³⁸⁰ Ex 16

³⁸¹ Ex 17; 1Rs 19; Os 2.

³⁸² Lc 4,1-13.

³⁸³ Mc 1,35; Lc 5,16.

³⁸⁴ Jo 4,10; 7,37-39.

³⁸⁵ Jo 6,51.

³⁸⁶ Jo, 8-12

³⁸⁷ Jo, 14,6.

³⁸⁸ Jo 11,25-26

sua transcendência”³⁸⁹, e isso não significa reduzir o cristianismo a uma “ética humanizadora”, porque isso a privaria do seu fundamento.

O cristianismo deve recuperar a novidade própria do evento Jesus Cristo. [...]. A ênfase numa experiência de um encontro pessoal com Jesus Cristo, suas ações e suas palavras, sempre a serviço do Reino, do cuidado contínuo pelos mais pobres e sofridos, levando ânimo e vida a todos, numa fidelidade coerente até a morte, representa, sem dúvida, uma força evangelizadora de enorme significado.³⁹⁰

A desertificação antropológica transforma o ambiente social revelando um movimento sociocultural de desertificação da fé, não somente da fé na sua dimensão religiosa, mas que, conseqüentemente, destrói a confiança entre as pessoas. A autorreferencialidade e a indiferença ao outro tornam-se, assim, as características desta cultura. É exatamente aí, na terra deserta e vazia, que deve ressoar a Palavra que dá vida. Esta é e será sempre a missão da Igreja que, embora ferida e desacreditada por muitos, deve deixar-se purificar pelo seu Esposo, e qual “hospital de campanha” ir ao encontro das ovelhas feridas para aplicar-lhes o unguento da misericórdia, pois a sua missão é ser dom e presença divina no mundo. Não é da essência da Igreja abandonar o mundo, nem identificar-se com ele, mas por saber que uma nação ou uma cultura que rejeita os fundamentos morais e religiosos da sua história caminha para a ruína, ela é chamada a *misericórdia-la*. Conforme ensina Bento XVI:

Está de acordo com a essência da Igreja que ela permaneça separada do Estado e que sua fé não deva ser imposta pelo Estado, mas se apoie em convicções livremente adquiridas, [...]. Não é da Igreja ser Estado ou parte do Estado, mas ser uma comunidade de convicções. É próprio dela, porém, que tenha consciência de sua responsabilidade por tudo e não se limite a si mesma. A partir de sua liberdade, ela tem de falar à liberdade de todos, de modo que as forças morais da história permaneçam as forças morais do presente e, com isso, surja sempre nova aquela evidência dos valores sem os quais a liberdade comunitária não é possível.³⁹¹

O Espírito Santo continua, como em toda a história da Igreja, a capacitá-la a “prescrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para que assim possa responder, de modo adequado, a cada geração, às perenes

³⁸⁹ MIRANDA, M. F. *Evangelizar ou humanizar?* In: Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, v.74, n. 259, p.539-540.

³⁹⁰ MIRANDA, M. F. *Evangelizar ou humanizar?*, p.540.

³⁹¹ BENTO XVI. *Liberar a liberdade*. Fé e política no terceiro milênio. São Paulo: Paulus, 2019, p.85.

interrogações dos homens sobre o sentido da vida presente e futura e da relação entre ambas”.³⁹² A esse respeito, Dianich recorda que o Espírito Santo não conhece nenhum limite para a sua ação, uma vez que ele “sopra onde quer”³⁹³, e que sempre arrasta consigo a Igreja onde ele está agindo. A Igreja, portanto, é guiada ao longo da história pelo Espírito, de forma que a missão da Igreja se coloca lá onde o Espírito a chama. Esta é uma reflexão importante para compreender qual é o papel que a Igreja desempenha na sociedade e, sobretudo, no íntimo de cada pessoa.

O Espírito Santo arrasta consigo a Igreja onde ele está agindo e sabe-se que ele é como o vento que sopra onde quer (Jo 3,8). Por isto a missão da igreja lança a âncora nos seus eventos fundadores, mas é submetida a contínuas migrações e chamada a esforços sempre novos. Por isso é impossível definir uma vez por todas que a missão da igreja consiste nisto ou naquilo, ou afirmar que a igreja deve fazer certas coisas em força da sua própria natureza e outras somente para suprir aos vazios da história. Na realidade, a missão da igreja se coloca lá onde o Espírito a chama.³⁹⁴

Para Dianich, a missão, que é sempre dom, em cada ato se apresenta com um caráter de novidade, porque o único Senhor é anunciado e é crido em força do único Espírito. Dessa forma, para realizar a sua obra no mundo, através da Igreja, o Espírito o faz de uma forma concreta, porque “a *traditio* sozinha não realiza a missão da Igreja: essa pede um pressuposto, solicita o seu *humus*, ou seja, que a palavra caia em um terreno movido pelo Espírito”.³⁹⁵ Por conseguinte, o mesmo Espírito que move o anunciador move também o destinatário do anúncio, preparando o terreno para o acolhimento da Palavra semeada. O Espírito Santo, dom do Ressuscitado que passou pela Cruz³⁹⁶, que é derramado em nossos corações³⁹⁷, é o Espírito de amor entre o Pai e o Filho, e tem a força de suscitar a fé em quem anuncia e em quem acolhe, e dessa forma ele continua, ao longo da história, realizando novos Pentecostes. Quem, por força do Espírito Santo, acolhe e crê com a adesão da sua liberdade, a sua fé não será pura receptividade de uma mensagem que vem de fora, mas será fruto de um ato criador do Espírito que

³⁹² GS, 4; 11.

³⁹³ Jo 3, 8.

³⁹⁴ DIANICH, S. *Chiesa in mission*. Roma: San Paolo, 1985, p.244.

³⁹⁵ DIANICH, S. *Chiesa in missione*, p.240.

³⁹⁶ Cf. Jo 20,19.

³⁹⁷ Cf. Gl 4,6.

move o novo crente, a partir do seu interior, à realização de uma nova experiência de fé.

Ao nível dos sinais historicamente verificáveis, devemos dizer que estamos diante da missão do Espírito lá onde alguém proclama que “Jesus é o Senhor”. Sem o Espírito ninguém pode dizer esta palavra como palavra de fé. Mas onde ela é dita, portanto, estamos na presença de um evento que marca o cruzamento decisivo entre a memória histórica da *tradito* e a ação interior do Espírito: é um ato missionário da Igreja. Não parece que se deva postular outra coisa para poder dizer que este é um ato eclesial e um sujeito eclesial [...]. Se o evento é aquele próprio da missão eclesial o sujeito protagonista do evento não pode ser senão um sujeito eclesial.³⁹⁸

Dirigindo-se aos Bispos brasileiros, o Cardeal Farrell, presidente do Dicastério para Leigos, Família e Vida, expressou que, diante das nossas sociedades secularizadas, os maiores problemas da Igreja não são as pressões relacionadas às necessidades de reformas estruturais ou dogmáticas, mas “o verdadeiro problema é a falta de fé!”, pois muitos batizados já não recebem uma base mínima para realizar uma vida cristã. Este é um desafio de toda a Igreja, por isso ele reconhece que as Novas Comunidades são um grande recurso que a Igreja possui para despertar e acompanhar o desenvolvimento da fé nas novas gerações.³⁹⁹ Estas palavras confirmam que o Espírito Santo sopra onde quer, e que continuamente guia a Igreja tornando-a instrumento de salvação em cada fase da história. Ao afirmar que as Novas Comunidades são um recurso que a Igreja possui, o Cardeal ilumina tanto os leigos quanto os pastores, e os convida à obediência ao Espírito de Deus.

4.3.

Novas Comunidades e a conversão pastoral

Para responder à questão posta no início deste capítulo, sobre a contribuição das Novas Comunidades na dinâmica missionária da igreja local, voltamos o olhar para a realidade do Brasil através da leitura dos documentos da CNBB, para uma

³⁹⁸ DIANICH, S. *Chiesa in missione*, p.245.

³⁹⁹ Cf. FARRELL, K. *Le sfide e i percorsi: una visione del Dicastero responsabile per le Nuove Comunità*. Disponível em: [Tra valorizzazione ed evangelizzazione: le sfide e i percorsi delle nuove comunità \(laityfamilylife.va\)](http://Tra_valorizzazione_ed_evangelizzazione:_le_sfide_e_i_percorsi_delle_nuove_comunita_(laityfamilylife.va)). Acesso: 19.06.2023.

compreensão mais assertiva dos projetos e desafios que estão na base da sua ação pastoral, e da sua visão e expectativas sobre as NC.

Assim, a tarefa que se nos incumbe nesta seção é dialogal. Partindo da compreensão de comunhão eclesial como *mútua interioridade*, buscaremos compreender este conceito, seja na dinâmica pastoral paroquial, seja diante dos desafios apresentados anteriormente, para aplicá-lo como núcleo das relações entre NC e as demais expressões das igrejas locais.

4.3.1.

A paróquia como lugar de comunhão

A este ponto consideramos oportuno lançar um olhar para a realidade paroquial no intuito de redescobrir a sua identidade, a partir dos seus fundamentos históricos, e do sentido último da sua missão insubstituível dentro da Igreja-comunhão.

Etimologicamente o verbo grego *paroikein* significa “permanecer junto”, e o adjetivo *paroikos*, “próximo de”, era usado sobretudo para designar estrangeiros que se estabeleciam na cidade. Já no final do primeiro século, o termo ganha significação religiosa, indicando a condição do povo de Deus, peregrino neste mundo⁴⁰⁰, mas será a partir do séc. IV, com a liberdade de culto no Império Romano e a consequente expansão do cristianismo, que nascem as paróquias; a princípio como comunidades rurais, distantes da sede episcopal, e cujo cuidado pastoral era confiado a um presbítero ou diácono. Será somente no século XVI, como um dos frutos do Concílio de Trento, que a paróquia receberá a sua definição constitucional como uma parte delimitada da diocese, dirigida pelo seu

⁴⁰⁰ A evolução do termo na era patrística também indica *Παροικεσία* como habitação, enquanto *Παροικ-έω* diz respeito à posição ou localização das igrejas; a *Παροικία* é a comunidade de cristãos organizada como unidade geográfica. O mesmo termo também significa uma porção da Igreja universal, e traz na sua origem uma conotação escatológica, indicando a provisoriedade daquela comunidade, cuja verdadeira pátria era a celeste. LAMPE, G. W. H. *A Patristic Greek Lexicon*. Oxford, 1961, p.1042. Não objetivamos percorrer o desenvolvimento histórico e canônico da instituição paroquial. Para um aprofundamento do tema indicamos MORENO, J. M. D. *Paróquia*. in: SALVADOR, C. C. (dir.); EMBIL, J. M. U. *Dicionário de Direito Canônico*. São Paulo: Loyola, 1993, p.539-546; DILLENCHNEIDER, C. *A paróquia e seu vigário no mistério da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1968; RUIZ, E. M. *A paróquia na mudança de época: uma rede de comunidades na era da informação*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação. Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

pároco, que deverá residir no local para poder conhecer os fiéis e melhor pastoreá-los.

Nos documentos conciliares do Vaticano II, a paróquia é considerada como sujeito unitário da ação eclesial, ao redor da qual os fiéis encontram-se unidos entre si como um só corpo, de forma que realizam uma ação comum, porque pertence ao todo e ao individual⁴⁰¹; do mesmo modo, o Decreto *Apostolicam Actuositatem* ensina: “A paróquia apresenta um exemplo luminoso do apostolado comunitário, congregando num todo as diversas diferenças humanas que encontra e inserindo-as na universalidade da Igreja”⁴⁰². E na *Sacrosanctum Concilium* lemos que:

Como nem sempre e em todos os lugares o bispo, em sua Igreja, pode estar pessoalmente à frente do rebanho todo, deve necessariamente organizar comunidades de fiéis. Entre elas sobressaem as paróquias, confiadas a um pastor local que as governe, fazendo as vezes do bispo: pois de algum modo eles representam a Igreja visível estabelecida por toda a terra. Por isso, a vida litúrgica da paróquia e sua relação com o bispo deve ser favorecida na mente e na praxe dos fiéis e do clero. Haja esforço para que floresça o espírito de comunidade paroquial, mormente na celebração da missa dominical.⁴⁰³

A paróquia, que ao longo dos séculos é compreendida como espaço onde a Igreja universal se realiza, ou seja, torna-se visível sobretudo nos Sacramentos, é também uma “célula” da diocese, família eclesial na qual os leigos são vivamente convidados a trabalhar,

intimamente unidos aos seus sacerdotes; a trazer para a comunidade da Igreja os problemas próprios e do mundo e as questões relativas à salvação dos homens, para serem examinados e resolvidos por troca de consultas; a empenhar-se, na medida de suas forças, em auxiliar todas as iniciativas apostólicas e missionárias da própria família eclesial.⁴⁰⁴

Dos textos conciliares depreendem-se duas características da paróquia que podemos considerar como fundamentais para a sua vitalidade: 1) o acolhimento sem exceção de todos os fiéis; 2) a figura do pároco, qual figura paterna e

⁴⁰¹ ANDRADE, D. R. *Reinventar a Paróquia? Sonhar em tempos de incertezas*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 26-27.

⁴⁰² AA, 10.

⁴⁰³ SC, 42.

⁴⁰⁴ AA, 10.

orientadora, sempre em comunhão com o bispo. Tais características apontam para uma das principais definições da eclesiologia conciliar, a comunhão. Além disso,

é razoável afirmar-se que o Vaticano II aponta para a superação dos modelos paroquiais voltados para a implementação de obras assistenciais e promove a pastoral evangelizadora, de horizontes abertos, capaz de impulsionar uma ação capilar com capacidade de atingir os novos espaços socioculturais abertos, em nossos dias, à presença cristã. Em resumo, passa-se da “paróquia de obras” à “paróquia missionária”.⁴⁰⁵

O tema da paróquia, quanto ao seu *aggiornamento*, para uma atuação mais missionária, sempre esteve presente nas Conferências do Episcopado Latino-Americano. Em Medellín há uma grande preocupação com o alcance da ação paroquial, de modo que possa acolher em seu seio o maior número possível de fiéis, por isso incentiva:

Procurar a formação do maior número possível de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente rurais ou de marginalizados urbanos. Essas comunidades devem basear-se na Palavra de Deus e realizar-se, enquanto possível, na celebração eucarística sempre em comunhão com o Bispo.⁴⁰⁶

A noção de lugar de comunhão e vínculo de unidade que a paróquia representa encontra-se bem descrita no documento conclusivo de Puebla:

A paróquia realiza uma função de Igreja em certo sentido integral, já que acompanha as pessoas e famílias no decorrer de toda a sua existência, na educação e crescimento na fé. É centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos. Aqui, amplia-se mais o horizonte de comunhão e participação. A celebração da eucaristia e demais sacramentos torna presente de maneira mais clara a totalidade da Igreja. O seu vínculo com a comunidade diocesana é garantido pela união com o bispo, que confia a seu representante (normalmente o pároco) o cuidado pastoral da comunidade. A paróquia vem a ser para o cristão o lugar de encontro, de fraterna comunicação de pessoas e de bens, superando as limitações próprias às pequenas comunidades. Na paróquia se assume, de fato, uma série de serviços que não estão ao alcance das comunidades menores, sobretudo em nível missionário e na promoção da dignidade da pessoa humana, atingindo-se, assim, os migrantes mais ou menos estáveis, os marginalizados, os separados, os não-crentes e, em geral, os mais necessitados.⁴⁰⁷

Santo Domingo, por sua vez, retoma e sintetiza as considerações das assembleias anteriores, e também indica novos meios para a renovação da

⁴⁰⁵ ANDRADE, D. R. *Reinventar a Paróquia?* p.28.

⁴⁰⁶ DPb, 6.3.

⁴⁰⁷ DMd, 644.

paróquia, qual comunidade de comunidades⁴⁰⁸, porque ela “tem a missão de evangelizar, de celebrar a liturgia, de fomentar a promoção humana, de fazer progredir a inculturação da fé nas famílias, nas CEBs, nos grupos e movimentos apostólicos, e através deles em toda a sociedade”⁴⁰⁹.

Em Aparecida, além de repropor as considerações das Conferências anteriores, centraliza as dimensões sacramental e missionária como fonte e meta da vida e de toda a atividade da paróquia:

Entre as comunidades eclesiais, nas quais vivem e se formam os discípulos e missionários de Jesus Cristo, sobressaem as Paróquias. São células vivas da Igreja e o lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e a comunhão eclesial. [...].

Todos os membros da comunidade paroquial são responsáveis pela evangelização dos homens e mulheres em cada ambiente. [...].

Toda paróquia é chamada a ser o espaço onde se recebe e se acolhe a Palavra, onde se celebra e se expressa na adoração do Corpo de Cristo, e assim é a fonte dinâmica do discipulado missionário. [...].

Seguindo o exemplo da primeira comunidade cristã, a comunidade paroquial se reúne para partir o pão da Palavra e da Eucaristia e perseverar na catequese, na vida sacramental e na prática da caridade. Na celebração eucarística, ela renova a sua vida em Cristo. A Eucaristia, na qual se fortalece a comunidade dos discípulos, é para a Paróquia uma escola de vida cristã. Nela, juntamente com a adoração eucarística e com a prática do sacramento da reconciliação para comungar dignamente, seus membros são preparados para dar frutos permanentes de caridade, reconciliação e justiça para a vida do mundo.⁴¹⁰

A Exortação Apostólica *Christifideles Laici* afirma que a paróquia é onde se torna visível, de modo mais imediato, a comunhão eclesial, porque “está fundada sobre uma dimensão teológica”, que é a própria Eucaristia. Dessa forma, ela não deve ser considerada apenas um edifício, ou uma estrutura complexa, mas “a família de Deus”, constituída pelo povo de Deus em unidade com o bispo diocesano.⁴¹¹ Exatamente por isso, tem razão Francisco ao afirmar que “a paróquia não é uma estrutura caduca”⁴¹², ao contrário:

⁴⁰⁸ O conceito de “comunidade” presente nesses documentos é amplo, refere-se a um aspecto essencial da Igreja, que é comunidade de fiéis, povo de Deus reunido em nome de Cristo e guiado pelo Espírito Santo. Mas “a Igreja, fiel a Cristo e guiada pelo Espírito Santo, não deveria ter medo de aceitar e de criar novos modelos, satisfazendo assim as exigências de sua vida e missão nos diversificados contextos em que atua”. CNBB. Missão e ministério dos cristãos leigos e leigas, n.80.

⁴⁰⁹ DSD, 58.

⁴¹⁰ DAp, 170-175.

⁴¹¹ ChL, 26.

⁴¹² EG, 28.

A paróquia é presença eclesial no território, âmbito da escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração. Através de todas as suas atividades, a paróquia incentiva e forma os seus membros para serem agentes da evangelização. É comunidade de comunidades, santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar, e centro de constante envio missionário.⁴¹³

Em todos os documentos supracitados há uma intensa preocupação com a revitalização da paróquia para que ela realize a sua missão eclesial de forma generosa, abundante e eficaz, e esta é uma tarefa de todos, portanto, exige “a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade”⁴¹⁴. Este tema esteve presente em um Congresso organizado pelo Pontifício Conselho para os Leigos em 2005⁴¹⁵, que refletiu sobre a necessidade de redescobrir o verdadeiro rosto da paróquia para que ela continue realizando a sua missão de luz em meio às sombras do tempo presente. Quase vinte anos passados, as reflexões continuam atuais e podem contribuir para impulsionar a renovação paroquial desejada por toda a Igreja.

A primeira etapa deste caminho de renovação não poderá ser a estrutural ou institucional, porque estas, embora importantes, são a última etapa, quase consequência necessária de uma “revolução” na mentalidade de muitos fiéis e pastores. Implica, portanto, que cada um (re)descubra o seu chamado pessoal à santidade e ao apostolado na comunhão eclesial. Em seguida, são as estruturas pastorais e apostólicas que devem ser atualizadas, na redescoberta da sua razão de ser, para que todos os seus componentes contribuam eficazmente para alcançar o maior número possível de pessoas no seu anúncio e serviço missionário.

O canonista Gerosa apontou como fatores principais para uma renovação paroquial a adaptação das estruturas para um modelo de pastorais missionárias; a necessidade de promover nos leigos o sentido de pertença e de colaboração, para que possam assumir maiores responsabilidades pastorais; e a valorização das forças missionárias já presentes. O sentido de corresponsabilidade pastoral avalia, valoriza e desenvolve as potencialidades missionárias já presentes na pastoral

⁴¹³ EG, 28.

⁴¹⁴ EG, 28.

⁴¹⁵ PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICI. *Riscoprire il vero volto della parrocchia*. Città del Vaticano, 2005.

ordinária, e dá a coragem de abrir-se às novidades que o Espírito pede hoje à Igreja.⁴¹⁶

Muito foi falado ao longo dessa pesquisa sobre as novidades que o Espírito doa à Igreja, mas é importante considerar que, uma vez que um dom é ofertado, há uma expectativa, por parte do doador, de que este seja acolhido, para que realize a missão para a qual foi enviado. O acolhimento que se espera deve ser correspondente à natureza do dom, pois “ninguém põe vinho novo em odres velhos; do contrário, o vinho novo estourará os odres, derramar-se-á, e os odres ficarão inutilizados. Põe-se, antes, vinho novo em odres novos”⁴¹⁷. A forma deste acolhimento é parte das “novidades” que o Espírito pede à Igreja, o que implica a mudança de mentalidade, e uma disposição humilde e alegre de sair em busca da “ovelha que se perdeu” e, neste encontro, reencontrar a alegria do próprio chamado.

É nessa perspectiva que Gerosa indica o acolhimento e o desenvolvimento de novas formas de colaboração missionária entre MNC de origem carismática e paróquias:

As duas formas jurídicas de comunidade eucarística – aquela de tipo institucional, fixa e hierárquica da paróquia e aquela de origem carismática, própria dos movimentos eclesiais e novas comunidades – não são e não podem ser alternativas uma à outra; empenho missionário de ambas, para ser autêntico deve desabrochar em novos modelos de colaboração pastoral, integrais ou setoriais, dependendo da natureza e das finalidades específicas das novas agregações eclesiais.⁴¹⁸

A Congregação para o Clero, na Instrução sobre a conversão da paróquia⁴¹⁹, ensina que por “pastoral orgânica” deve-se entender a colaboração vital e efetiva de todos. Ou seja, trata-se da preocupação comum daqueles que buscam individuar as questões e desafios concernentes à evangelização, e que integram propostas e meios para afrontá-los. Para a sua realização, portanto, é necessário superar o imobilismo e a repetitividade pastoral, e deve estar centralizada na comunhão entre clérigos e leigos.

⁴¹⁶ GEROSA, L. *Costruire “insieme” la comunità parrocchiale*. In: PONTIFICIUM CONSILIVM PRO LAICIS. *Riscoprire il vero volto della parrocchia*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2005, p.122.

⁴¹⁷ Lc 5,37-38.

⁴¹⁸ GEROSA, L. *Costruire “insieme” la comunità parrocchiale*, p.132.

⁴¹⁹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Instrução*. A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja, 123.

Refletir sobre cada um dos desafios apresentados é a tarefa que desejamos empreender, para colaborar com um diálogo profícuo entre essas duas expressões do único Corpo de Cristo que é a Igreja. Tudo o que vimos até aqui revela que a *comunhão* é a forma eclesial de colaboração entre carisma e instituição. Por isso a próxima seção aprofundará o sentido de comunhão compreendido como *mútua interioridade*, fazendo desta o conceito-chave para a realização da conversão missionária e para as relações da Igreja.

4.3.2.

A *mútua interioridade*: fundamento da unidade eclesial

Na seção 2.1.3 refletimos sobre “a comunhão como princípio e meta da Igreja”, e vimos que a comunhão eclesial tem dupla dimensão, invisível e visível, e que se encarna na relação entre os vários membros entre si, e com a Cabeça, que é Cristo. As relações eclesiais não podem ser puramente sociais ou técnicas, mas fundamentadas e guiadas pelo Espírito do Senhor, precisamente por ser Ele a alma da Igreja. Assim, retornaremos ao conceito de “*mútua interioridade*”, como fundamento das relações entre carisma e instituição.

A Congregação para a Doutrina da Fé publicou em 1992 a Carta *Comunionis notio*, sobre o tema da comunhão como fundamento da unidade eclesial, no intuito de consolidar a “compreensão da Igreja enquanto *mistério de comunhão*, especialmente pela falta de uma adequada integração do conceito de *comunhão* com os de Povo de Deus e de Corpo de Cristo”⁴²⁰. Nota-se a preocupação pela insuficiente compreensão do sentido misterioso da Igreja, já expresso na LG sob a analogia de diversas imagens que isoladas não dizem tudo sobre a sua identidade, mas servem como uma espécie de poliedro capaz de revelar aos poucos vários aspectos de uma única realidade.

O documento inicia explicitando que os elementos fundamentais nele tratados “devem ser considerados pontos firmes”, dada a sua importância para a vida da Igreja. São duas as ideias principais: A primeira é a compreensão da comunhão como fundamento e identidade da Igreja, de modo que “a universal

⁴²⁰ CN, 1.

comunhão dos fiéis e a comunhão das Igrejas não são, pois, consequência uma da outra, mas constituem a mesma realidade encarada de perspectivas diversas”⁴²¹.

Assim, é importante compreender que:

Para que o conceito de *comunhão*, que não é unívoco, possa servir como chave interpretativa da eclesiologia, deve ser entendido no contexto dos ensinamentos bíblicos e da tradição patrística, nos quais a comunhão implica sempre uma dupla dimensão: *vertical* (comunhão com Deus) e *horizontal* (comunhão entre os homens). É essencial à visão cristã da comunhão reconhecê-la, antes do mais, como dom de Deus, como fruto da iniciativa divina cumprida no mistério pascal. A nova relação entre o homem e Deus, estabelecida em Cristo e comunicada nos sacramentos, expande-se ainda a uma nova relação dos homens entre si. Consequentemente, o conceito comunhão deve ser também capaz de exprimir a natureza sacramental da Igreja enquanto estamos “longe do Senhor”, assim como a peculiar unidade que faz dos fiéis os membros de um mesmo Corpo, o Corpo místico de Cristo, uma comunidade organicamente estruturada, “um povo congregado na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, e dotado ainda com os meios adequados à união visível e social.⁴²²

A segunda é a noção de *mútua interioridade* como característica ontológica das relações na Igreja, de modo que não se deve pensar na comunhão entre as dimensões particular e universal em termos de convenção social, porque, “embora sejamos muitos, formamos com Cristo um só corpo”⁴²³. Essa relação de *mútua interioridade* indica a existência de um patrimônio comum e não estático, mas dinâmico e comunicável, que ao mesmo tempo justifica a razão de ser da Igreja na história.

Para o canonista Corecco não se pode perder de vista o mistério da inseparabilidade, ou imanência, da Igreja universal nas e das igrejas particulares, caso contrário se criará um obstáculo para a *communio*. O obstáculo estaria em conceber a Igreja universal e a igreja particular como duas entidades materiais separadas,⁴²⁴ desconsiderando, por exemplo, como ensina a *Christus Dominus*, que o ministério episcopal torna cada bispo responsável pela Igreja inteira, e de igual modo o ministério petrino é imanente a cada igreja particular⁴²⁵. Compreendê-lo e saber assimilar na praxe eclesial o seu real significado ainda é uma tarefa a ser desenvolvida no âmbito pastoral e comunitário.

⁴²¹ CN, 10.

⁴²² CN, 3.

⁴²³ Rm 12,5.

⁴²⁴ CORECCO, E. *Ius et communio*. Scritti di Diritto Canonico. Lugano: Ed. Piemme, 1997, p.552-554.

⁴²⁵ CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Christus Dominus*. In: **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 2000, n. 6. Será citado CD.

Além disso, a pertença a uma Igreja particular nunca está em contradição com a realidade de que na Igreja ninguém é estrangeiro: especialmente na celebração da Eucaristia, cada um dos fiéis se encontra na sua Igreja, na Igreja de Cristo, prescindindo da sua pertença, sob o ponto de vista canônico, à diocese, paróquia ou outra comunidade particular onde tem lugar essa celebração. Nesse sentido permanecendo firmes as necessárias determinações de dependência jurídica, quem pertence a uma Igreja particular, pertence a todas as Igrejas; já que a pertença à Comunhão, como pertença à Igreja, nunca é somente particular, mas, pela sua própria natureza, é sempre universal.⁴²⁶

Decorre, portanto, que a “relação entre os elementos visíveis e os elementos invisíveis da comunhão eclesial é constitutiva da Igreja como *Sacramento* de salvação”⁴²⁷. A comunhão, assim compreendida, tem a sua fonte e sua força na Eucaristia, e as relações nela geradas destinam-se à comunhão eterna. Por conseguinte, a relação de *mútua interioridade* indica a compreensão da natureza da Igreja como dom divino e deve ser sinal visível da graça sacramental e, ao mesmo tempo, ser impulso para a sua atividade missionária.

O Papa João Paulo II ensinou que a universalidade da Igreja comporta a mais sólida unidade e, ao mesmo tempo, “uma pluralidade e uma multiformidade, ou seja, uma diversificação, que não obstaculizam a unidade, mas lhe conferem o caráter de comunhão”⁴²⁸. Esta pluralidade refere-se, segundo *Communio in notio*, “quer à diversidade de ministérios, de carismas, de formas de vida e de apostolado no interior de cada Igreja particular, quer à diversidade de tradições litúrgicas e culturais entre as diversas Igrejas particulares”⁴²⁹. Assim, promover na Igreja tanto a unidade quanto a multiplicidade, que não estão em oposição, mas enriquecem o Corpo de Cristo, é tarefa tanto do Papa quanto de cada Bispo. Mais ainda, todos os membros da Igreja são responsáveis pela “edificação e a salvaguarda desta unidade, à qual a diversificação confere o caráter de comunhão”⁴³⁰, exatamente porque a unidade só pode ser construída pelo vínculo da caridade que alimenta e frutifica as relações.

Nas palavras de Angelo Scola, este dinamismo unitário é a *traditio* que, é acima de tudo, “um lugar de prática e de experiência”, mas a abordagem teológica

⁴²⁶ CN, 10.

⁴²⁷ CN, 4.

⁴²⁸ JOÃO PAULO II. *Audiência Geral*, 27/09/1989. Disponível em: www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/audiences/1989/documents/hf_jp-ii_aud_19890927.html. Acesso 01 agosto 2023.

⁴²⁹ CN, 15.

⁴³⁰ CN, 15.

ao tratar da *traditio* geralmente não considera suficientemente o peso essencial da experiência e da liberdade humana⁴³¹. Scola afirma que a liberdade humana, por força da sua finitude, necessitará sempre de um ponto de referência como garantia para a sua ação, e o encontrará na estrutura sacramental-hierárquica da Igreja. Por outro lado,

a força da *traditio*, permaneceria ineficaz se a liberdade não se deixasse pôr em movimento. Por isso o Espírito do Ressuscitado não cessa de mover em termos pessoais, e segundo precisas dinastias de afinidade também comunitárias, a liberdade de alguns a abandonarem-se criativamente e persuasivamente a esta estrutura hierárquico-sacramental da Igreja (carismas). [...]. A Igreja é um movimento porque nela a *traditio* (experiência) assegura, no hoje de cada tempo, o encontro entre o evento Jesus Cristo e a liberdade situada do homem. O sujeito deste *tradere* são as testemunhas que colocam em movimento novas testemunhas.⁴³²

De acordo com Scola os novos carismas tornam persuasivo o repropor a *traditio* na história, de modo que esses são úteis para a Igreja, porque “são agentes de autorrealização da Igreja”⁴³³, uma vez que essa é também movimento. A partir deste princípio de *mútua interioridade*, compreende-se que cada carisma pertence não a uma parte da Igreja, mas à Igreja inteira: à Igreja universal e, exatamente por isso, a cada igreja particular. Conclui-se, portanto que, sendo a paróquia o lugar onde a Igreja universal se torna visível, a ela também pertence cada carisma dado por Deus à sua Igreja; da mesma forma que a paróquia também pertence a cada carisma autêntico, “porque somos membros de um só corpo”⁴³⁴. Uma analogia válida para melhor compreender esta imanência do corpo eclesial é dada por Scola, ao recordar que um santo pode transcorrer toda a sua vida em um único lugar, mas, ao ser proclamado santo, segundo a lógica da *communio sanctorum*, ele passa a pertencer à Igreja inteira e a todos os fiéis⁴³⁵.

Esta compreensão da Igreja-comunhão também permite entender que os diversos carismas com os quais o Espírito Santo a adornou, mesmo aqueles que têm caráter supradiocesano, são também eles membros das igrejas particulares, onde vivem e atuam.

⁴³¹ Cf. SCOLA, A. *La realtà dei movimenti nella Chiesa universale e nella Chiesa locale*. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. *I movimenti nella Chiesa*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1999, p.118.

⁴³² SCOLA, A. *La realtà dei movimenti nella Chiesa universale e nella Chiesa locale*, p.119.

⁴³³ SCOLA, A. *La realtà dei movimenti nella Chiesa universale e nella Chiesa locale*, p.126.

⁴³⁴ Cf. 1Cor 12,12-31.

⁴³⁵ SCOLA, A. *La realtà dei movimenti nella Chiesa universale e nella Chiesa locale*, p. 124.

Esta pertença às Igrejas particulares, com a flexibilidade que lhe é própria, tem diversas expressões jurídicas. Isto não só não prejudica a unidade da Igreja particular fundamentada no Bispo, mas, ao contrário, contribui para conferir a esta unidade a diversificação interior própria da comunhão.⁴³⁶

Por esta razão, os elementos que constituem a Igreja não podem existir autonomamente, independentes uns dos outros, unindo-se posteriormente quase que por conveniência; ao mesmo tempo a expansão de uma realidade eclesial em diversos lugares do mundo não deve significar autossuficiência, como uma vida desvinculada dos demais membros do Corpo místico de Cristo, exatamente porque “sobre o fundamento da comunhão, que sustenta a Igreja na sua mais íntima constituição e nas suas várias expressões concretas e históricas, se constrói a exuberante correlação de mútua interioridade entre Igreja universal e Igrejas particulares”⁴³⁷. Existe, portanto, uma dependência recíproca que une e sustenta todos os elementos constitutivos da Igreja.

Assim:

A pertença a uma Igreja particular nunca está em contradição com a realidade de que na Igreja ninguém é estrangeiro: especialmente na celebração da Eucaristia, cada um dos fiéis se encontra na sua Igreja, na Igreja de Cristo, prescindindo da sua pertença, sob o ponto de vista canônico, à diocese, paróquia ou outra comunidade particular onde tem lugar essa celebração. Nesse sentido, permanecendo firmes as necessárias determinações de dependência jurídica, quem pertence a uma Igreja particular, pertence a todas as Igrejas; já que a pertença à Comunhão, como pertença à Igreja, nunca é somente particular, mas, pela sua própria natureza, é sempre universal.⁴³⁸

O conceito de *mútua interioridade* evita unilateralidade na compreensão da *communio ecclesiarum*, pois nela estão inseridas todas as manifestações de carismas, sejam contemplativos ou apostólicos, todos os institutos e formas de vida consagrada, todos os dons com os quais o Espírito quis adornar a Esposa de Cristo; e aqueles que não pertencem “à estrutura hierárquica da Igreja, pertencem à sua vida e à sua santidade”.⁴³⁹

A relação de *mútua interioridade*, ao mesmo tempo que evidencia uma dependência recíproca, também exige a corresponsabilidade entre os membros da

⁴³⁶ CN, 16.

⁴³⁷ JOÃO PAULO II. AAS 83 (1991), p.745.

⁴³⁸ CN, 10.

⁴³⁹ CN, 16.

Igreja. Por este motivo, consideramos que esta expressão é a mais apropriada para dirimir pré-conceitos e tensões no âmbito pastoral, de modo que a partir do momento em que um membro se “isola” dos demais, excluindo ou rejeitando parte do Corpo, perde a sua razão de ser como membro deste mesmo Corpo. Por isso o texto da LG afirma que o Espírito Santo unifica a Igreja “na comunhão e no ministério. Dota-a e dirige-a mediante os diversos dons hierárquicos e carismáticos. E adorna-a com seus frutos”⁴⁴⁰, de forma que seria contraditório uma Igreja local, uma paróquia ou uma Nova Comunidade fechada à comunhão com outro aspecto da mesma e única Igreja.

4.3.3.

Novas comunidades, paróquias e a conversão eclesial

Na seção 4.1.3, apresentamos os documentos da CNBB que fazem referência às NC: o Doc. 3 da coleção de Subsídios Doutriniais: Igreja particular movimentos e novas comunidades, os parágrafos 166 a 167 do documento de estudo 104: Comunidade de comunidades. Uma nova paróquia, e os parágrafos 231 a 236 do Doc. 100: Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia. Esses documentos especificam alguns desafios que obstruem a unidade e a colaboração missionária entre as NC e as paróquias.

Como sugere o título da presente tese, toda a pesquisa até aqui desenvolvida objetiva realizar um diálogo que promova a comunhão em vista da missão. Por isso, nesta seção nos dedicaremos a refletir sobre os desafios concretos apresentados nos documentos supracitados. Alguns dos temas e questões presentes neste elenco de desafios já foram introduzidos ao longo desta pesquisa, de forma geral e conceitual, por isso a reflexão se voltará para as experiências concretas nas relações eclesiais para assim, à luz da *mútua interioridade*, colaborar com a comunhão afetiva e efetiva entre as Novas Comunidades e a dinâmica pastoral do Brasil.

Acolhendo o dom que são as NC para a Igreja, os três documentos sublinham a necessidade de uma maior integração das paróquias com os

⁴⁴⁰ LG, 4.

movimentos e associações de fiéis, e expõem tanto os desafios quanto as suas expectativas nessa relação, além do desejo de uma maior integração missionária, partilhando dos dons próprios que lhes foram dados por Deus, para a edificação de toda a Igreja. Observamos, contudo, que há uma lacuna na compreensão do que sejam, de fato, as Novas Comunidades, por isso a proposta de “integração” tende a ser uma via de mão única, e corre o risco de sufocar um carisma que seja original. Este desafio de compreensão também tem sua raiz na fluidez do próprio termo Novas Comunidades, conforme já mencionado.

O primeiro desafio apresentado refere-se à transterritorialidade das Novas Comunidades, cujo problema observado vai além da questão geográfica, uma vez que toda “casa de formação e centro de evangelização”⁴⁴¹ está inserido em um território paroquial, pois “para alguém pertencer a uma paróquia, basta residir dentro de seus limites territoriais”⁴⁴². Segundo o Subsídio Doutrinal 3:

Enquanto a estrutura paroquial tradicional é definida por território e se encontra centralizada na igreja matriz, as novas comunidades não se definem por território, pois geralmente se encontram desligadas da matriz paroquial ou estão distantes dela. A grande paróquia, centralizada na matriz, não organizada em comunidades, não tem favorecido o conhecimento e o relacionamento entre as pessoas. As pessoas anseiam encontrar acolhida e relacionamento fraterno na Igreja e nas casas religiosas. Afirmam encontrar isso nas novas comunidades.⁴⁴³

Antes de considerar a questão apresentada acerca da transterritorialidade das NC e o seu impacto na vida paroquial, é importante considerar as grandes mudanças socioculturais e suas consequências na mobilidade urbana, ocorridas desde o início do século XX, quando a vida social dos habitantes de uma cidade pré-industrial era delimitada por uma esfera geográfica bem precisa, e controlada pelos limites de tempo e espaço. Essa estrutura favorecia a identificação do espaço geofísico com o relacional e, por conseguinte, influenciava em todas as dimensões da vida da pessoa. A mudança na lógica das cidades é consequência também das mudanças antropológicas e, ao mesmo tempo, desenhará novas mudanças relacionais⁴⁴⁴. Hoje, portanto, as pessoas buscam criar e fortalecer vínculos muito

⁴⁴¹ Nomenclaturas comumente usadas para identificar os espaços onde as NC desenvolvem as suas atividades apostólicas.

⁴⁴² Doc. 100, 175.

⁴⁴³ SD3, 30.

⁴⁴⁴ Cf. SANTOS, J. A. *Evangelização e revitalização urbana*. In: *Pesquisas Teológicas*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 321-322.

mais por afinidade do que por território. Assim, quando se identificam com o acolhimento, a vida fraterna e o ambiente espiritual presentes nas Novas Comunidades, facilmente criam laços afetivos e efetivos.

Sobre este ponto, a Instrução sobre a conversão pastoral, da Congregação para o Clero⁴⁴⁵, convida a paróquia a confrontar-se com essa nova característica do mundo contemporâneo, que é a dilatação dos confins da existência, na qual a vida das pessoas desenvolve-se cada vez menos com um contexto definido e imutável, mas global e plural, e deve-se considerar que o contínuo desenvolvimento também modifica o modo de pensar e se relacionar.

Parece então superada uma pastoral que mantém o campo de ação exclusivamente no interior dos limites territoriais da paróquia, quando muitas vezes são os próprios paroquianos a não compreender mais esta modalidade, que aparece assinalada pela saudade do passado, mais que inspirada da audácia para o futuro. De outro lado é bom precisar que sob o plano canônico, o princípio territorial permanece plenamente vigente, quando requisitado no direito.

Além disso, a mera repetição de atividade sem incidência na vida das pessoas concretas, permanece uma tentativa estéril de sobrevivência, diversas vezes acolhida pela indiferença geral. Caso não se viva o dinamismo espiritual comum da evangelização, a paróquia corre o risco de se tornar autorreferencial e de esclerosar-se, propondo experiências, por enquanto, privadas de sabor evangélico e de ardor missionário talvez destinadas somente a pequenos grupos.⁴⁴⁶

A implantação do projeto de renovação da paróquia “Comunidade de comunidades” visa responder a este desafio. No tocante à relação com as NC, a solução apresentada, nos três documentos em análise, é a sua “integração” nas paróquias. Sobre isso, lemos no DE 104 que “o desafio da renovação paroquial está em estimular a organização dessa e de outras comunidades, para que promovam sua integração na paróquia”; o documento explica que “integrá-los é uma missão para tornar a paróquia mais rica em serviços, em ministérios e testemunho” e que “ao se inserirem na rede de comunidades paroquiais os movimentos experimentam o dom da unidade e da comunhão que fortalece a fé de todos⁴⁴⁷. O Doc. 100 acolhe esta proposição do documento de estudo e explicita que:

⁴⁴⁵ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Instrução*, n.6-16.

⁴⁴⁶ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Instrução*, 17.

⁴⁴⁷ Cf. DE 104, 167. 165.

A paróquia há de desenvolver, com os movimentos e associações de fiéis, a capacidade de reunir pessoas no sentido transterritorial. Eles são, sem dúvida, escolas ou linhas de espiritualidade que atraem muitas pessoas, especialmente em contexto urbano, onde há grande busca de sentido para a vida. Eles se organizam em torno de carismas específicos doados pelo Espírito Santo. A Igreja sempre acolheu a diversidade de carismas.⁴⁴⁸

Diante de tudo isso, deve-se questionar o sentido atribuído ao verbo “integrar”, e se todos o compreendem do mesmo modo, ou se estamos dando por sinônimo os seus antônimos e, ao invés de unir, estamos trabalhando para diluir. A integração das NC na dinâmica paroquial não pode ser interpretada como uma forma de subordinação de um Carisma às estruturas e atividades paroquiais de tal forma que o sufocuem, impedindo-o de realizar o que é específico da sua missão na Igreja e no mundo. De igual modo, também não pode existir um Carisma autêntico que não se integre na vida concreta da Igreja, para além do seu particular, porque isto negaria a sua própria eclesialidade. Assim, a integração deve ser compreendida como unidade e comunhão de dons, de forma que a integração das NC nas paróquias deve partir da abertura sincera para o conhecimento mútuo, e realizar-se na missão e no serviço, partilhando os dons recebidos em favor de todo o Corpo Místico de Cristo.

Por sua vez, a paróquia que não se revitaliza para continuar a ser “casa de Deus entre os homens” de cada tempo, sofre com a falta de vitalidade comunitária e por não conseguir realizar a sua missão.

O segundo desafio apresentado está relacionado à organização supradiocesana das NC. Esta característica é apresentada no Doc. 100 como geradora de desconfortos nas relações com as paróquias, e reconhece que há no ambiente pastoral certo preconceito em relação às NC⁴⁴⁹. O parágrafo 30a do SD3 também apresenta o mesmo desafio e questiona a autonomia de governo das Novas Comunidades.

O primeiro aspecto a ser considerado neste desafio é relembrar a necessária distinção daquilo que a Igreja denomina de “Novas Comunidades”⁴⁵⁰ e que, portanto, é legítima a existência de uma estrutura de governo que conduza e oriente os membros de um determinado Carisma, desde que em plena comunhão e

⁴⁴⁸ Doc. 100, 232.

⁴⁴⁹ DOC. 100, 233.

⁴⁵⁰ Esta distinção está na seção 2.3.3. Ademais, todo Carisma específico tem uma estrutura de governo própria. Contudo, sendo uma expressão da Igreja, deverá sempre caminhar em comunhão com a autoridade eclesial a nível universal e local, não estando jamais em contradição ou oposição.

obediência à hierarquia da Igreja. Toda estrutura de governo de uma associação de fiéis existe para salvaguardar a sua genuinidade no tempo e na história, e para que o carisma alcance o seu fim, conforme expresso o can. 298 §1. Para isso deverá, necessariamente, encontrar a expressão institucional mais adequada à sua natureza e finalidade. O Código dá aos leigos a liberdade de associar-se, todavia, para que uma associação “carismática se torne uma instituição canônica, deve ser aprovada oficialmente pelos pastores da Igreja e nisto encontrar a autenticidade do seu existir e do seu agir na Igreja e para a Igreja”⁴⁵¹.

As Novas Comunidades que são de direito diocesano, e cujo nível eclesiológico é o intermédio, são diretamente ligadas ao bispo diocesano, mas aquelas de direito pontifício, ou seja, aquelas que recebem o reconhecimento da Santa Sé, são ligadas diretamente ao Papa, que as acompanha através do Dicastério para Leigos, Família e Vida. A configuração eclesial dessas últimas ultrapassa, portanto, o nível intermediário, motivo pelo qual não poderão estar integradas a nível paroquial. Contudo, a sua supradiocesania não exclui, antes suscita, o empenho de obediência e de comunhão afetiva e efetiva com o bispo local, pois, conforme ensinou Santo Inácio de Antioquia, *ubi episcopus ibi ecclesia*, ou seja, a presença do bispo assegura a presença da Igreja⁴⁵².

Este desafio toca a questão do poder e do serviço. Quando percebeu a incompreensão dos seus discípulos a esse respeito, Jesus foi incisivo em ensiná-los que o verdadeiro poder revela-se na contradição da cruz: “você sabem que os chefes das nações as dominam e os grandes as tiranizam. Entre vós não deverá ser assim. Ao contrário, aquele que quiser tornar-se grande entre vós seja aquele que serve”⁴⁵³, e conclui com o seu próprio testemunho, de quem veio para servir, embora seja o Filho do Homem.

O Cardeal Farrell, presidente do Dicastério para Leigos, Família e Vida, consciente deste desafio na Igreja do Brasil, assim falou aos bispos brasileiros:

A expressão “novas comunidades” ainda é muito “fluida”: embora seja muito difundida na Igreja, é usada em diversos contextos e com significados vários. [...]. Como bem sabeis, aqui no Brasil, um percentual muito alto de fiéis que praticam a

⁴⁵¹ GHIRLANDA, G. *Criteri di ecclesialità per il riconoscimento dei movimenti ecclesiali*. In: PONTIFICIUM CONSILIIUM PRO LAICIS. I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei vescovi, p.203

⁴⁵² INÁCIO DE ANTIOQUIA. *Carta aos Esmirneses*, 8,2.

⁴⁵³ Mt 20,25-26.

fé e frequentam a Igreja provém de alguma “comunidade” ou tem alguma relação com uma “comunidade”. Mas o que se entende por “comunidade”? Acho que é importante distinguir entre grupos locais que se definem “comunidade” e grupos que são expressões de um carisma.

[...]. Muitos destes “carismas” dão vida a associações de fiéis que permanecem circunscritas à Igreja local e, portanto, são de direito diocesano. [...]. Em outros casos, o carisma dá vida a comunidades que se difundiram a nível internacional e por isso fez-se necessário um reconhecimento por parte da Santa Sé.⁴⁵⁴

Tanto o direito de autonomia, a nível jurídico, das associações de fiéis, quanto o direito de vigilância sobre estas por parte do bispo, encontram a sua referência normativa no can. 323 no qual se depura que autonomia não significa “liberdade”, mas capacidade de pôr em ato as decisões relevantes para si e para o bem comum (eclesial), mesmo juridicamente; em relação à vigilância, por parte da autoridade hierárquica, essa tem carácter de “sentinela”, portanto, uma segurança que não impede a autonomia, mas deve intervir em caso de perigo.

O terceiro desafio apresenta duas questões: a autonomia apostólica das NC em relação às pastorais e movimentos paroquiais e diocesanos, e a dimensão económica, tanto em relação à própria sustentabilidade quanto à prestação de contas e contribuição com a Igreja particular. No tocante à primeira questão deve-se partir do equilíbrio entre “participação eclesial” e “respeito à identidade” dos carismas, conforme a orientação dada pelo Cardeal Farrell aos Bispos brasileiros:

Por um lado, o Bispo deve suscitar em todos os fiéis o desejo de “caminhar juntos”, de forma que se crie integração e comunhão na Igreja particular da qual é pastor. Por isso buscará educar e envolver também as novas comunidades para que participem da vida eclesial em espírito de autêntica sinodalidade. É esta a “participação eclesial”. Por outro lado, é importante salvaguardar o “respeito da identidade” e uma “justa autonomia” dos carismas, no sentido que o chamado à “participação eclesial” não deve distorcer completamente a identidade e a vida própria das novas comunidades.⁴⁵⁵

Na qualidade de presidente do Dicastério responsável em acompanhar as Novas Comunidades a nível internacional, Farrel explica ainda que a autonomia apostólica das NC não significa “independência eclesial”. Assim, antes de iniciar suas atividades em uma diocese, todo movimento ou NC deve apresentar ao Bispo o seu programa apostólico, o caminho espiritual proposto aos seus membros, os

⁴⁵⁴ FARRELL, K. *Le sfide e i percorsi*: Una visione del Dicastero responsabile per le Nuove Comunità, 2. Disponível em: Tra valorizzazione ed evangelizzazione: le sfide e i percorsi delle nuove comunità (laityfamilylife.va). Acesso: 19.06.2023.

⁴⁵⁵ FARRELL, K. *Le sfide e i percorsi*, 5.

métodos empregados, o conteúdo das pregações, etc., e esperar a sua aprovação explícita. Assim, a justa autonomia não significa privilégio, mas o dever de oferecer à Igreja os dons e carismas dados pelo próprio Deus em favor do Seu povo. Por isso:

Após a aprovação explícita dada pelo Bispo, os movimentos ou as novas comunidades serão respeitados na sua identidade específica e no seu carisma. Portanto o Bispo e os sacerdotes, em relação àquelas comunidades aprovadas na diocese, respeitarão a sua metodologia, os programas, a modalidade de desenvolvimento e a frequência dos encontros, do estilo, etc. Segue-se que o Bispo não deve pretender uma uniformidade absoluta na sua diocese e, forçadamente, enquadrar tudo, até os movimentos e as novas comunidades, em planos pastorais diocesanos construídos em escritório. Não se pode pensar que o Espírito Santo obedeça aos nossos planos pastorais. Recordemos que Papa Francisco repete muito que o Espírito Santo cria harmonia, não uniformidade. Neste sentido o Bispo não deve seguir um falso conceito de comunhão, onde toda tensão e variedade de ênfase espiritual e pastoral desapareceriam para dar lugar uma vida eclesial “de mão única”.⁴⁵⁶

A apostolicidade das NC, ou seja, a sua dimensão missionária é exatamente o que constitui a base teológica dos movimentos na Igreja, porque revela, ao mesmo tempo, a sua razão de ser e confirma a presença da Igreja operante no mundo por meio dos seus membros. A missão, por ser dom e obra do Espírito Santo, ultrapassa as estruturas e as fronteiras, “até os confins da terra”.

Assim se expressou o então cardeal Ratzinger, no primeiro Congresso Mundial sobre MNC:

O papado não criou os movimentos, mas tem sido o seu apoio essencial na estrutura da Igreja, o seu pilar eclesial. [...]. Na Igreja deve sempre haver serviços e missões que não sejam de natureza puramente local, mas que sejam funcionais [...] à propagação do Evangelho. O Papa precisa destes serviços, e estes precisam dele, e na reciprocidade das duas espécies de missão se cumpre a sinfonia da vida eclesial.⁴⁵⁷

Por conseguinte, cada NC deve se empenhar na formação dos seus membros para que bem compreendam que a finalidade do seu apostolado não difere dos fins apostólicos do inteiro Corpo de Cristo, mas por meio dele participam da missão da Igreja e contribuem com o seu desenvolvimento.

Em relação à questão econômica e à sustentabilidade das NC, a referência normativa que lhes se aplica é o can. 325 §1 que reconhece a legitimidade das

⁴⁵⁶ FARRELL, K. *Le sfide e i percorsi*, 5.

⁴⁵⁷ RATZINGER, J. *I movimenti ecclesiali e la loro collocazione teologica*, p. 39.46.

associações privadas de fiéis para administrarem livremente os bens que possuem, de acordo com as prescrições dos próprios estatutos. O mesmo cânone recorda o direito da autoridade eclesiástica de vigiar se esses bens estão sendo utilizados de acordo com os fins da associação. Ainda, quanto à administração dos bens, o §2 deste cânone faz referência ao can. 1301 quanto ao direito do bispo em vigiar o reto uso dos bens doados para causas pias.

Conforme visto em 2.3.3, uma das características das NC é a vivência do Conselho evangélico da pobreza, de modo que, na maioria dos casos, os recursos financeiros para a manutenção das suas casas e das obras por elas administradas é feita por meio da partilha de bens (dízimo) dos seus membros, e através de doações voluntárias. Há também casos em que a Igreja local é provedora de parte do sustento da associação, por meio de acordo estabelecido entre ambas em vista do empenho em serviços necessários à diocese. É justo, portanto, que se crie meios honestos e evangélicos para o sustento e manutenção destas famílias espirituais, uma vez que as suas obras são voltadas para a evangelização e para a promoção humana, com estruturas e serviços compartilhados por todos. Aqui também se aplica o sentido religioso segundo o modelo da comunidade cristã primitiva, onde todos tinham “uma só alma e um só coração. Não chamavam de própria nenhuma de suas posses; ao contrário, tinham tudo em comum”⁴⁵⁸.

No que concerne à sua transparência financeira e à contribuição para com a Igreja local, antes de tudo se trata de um dever moral. Quando a NC é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, e possui a isenção tributária destinada às entidades religiosas, significa que esta já mantém a transparência fiscal perante as autoridades civis de acordo com as leis vigentes no seu País. É igualmente importante que a transparência na administração e destinação dos bens – inclusive em caso de supressão – seja especificada nos Estatutos da associação, e conhecida por todos os seus membros, evitando desconfianças e desconfortos. Quanto à contribuição com a igreja local, trata-se de um desafio que está ligado ao sentido de pertença eclesial, do *sentire cum ecclesia*. Nesse sentido, há associações de fiéis que realizam periodicamente a sua partilha de bens com a diocese e/ou a paróquia na qual estão inseridas, como sinal concreto de comunhão e corresponsabilidade. Alargar essa compreensão e a sua prática, de acordo com as

⁴⁵⁸ At 4,32.

possibilidades de cada tempo, é também um meio de crescer em comunhão e unidade, porque estar presente em uma Igreja local deve significar também assumir as suas necessidades como próprias, sendo atuantes nas demais carências que a comunidade eclesial, nas suas várias expressões, venha a passar. Deve-se igualmente zelar para que tais relações não se resumam à cobrança e prestação de contas, porque este é apenas um dos aspectos do caminhar juntos.

Outro desafio apresentado é sobre o risco de espiritualismo e sentimentalismo. O SD3 expressa o reconhecimento da contribuição dada pelas NC na obra de evangelização, a disponibilidade e o ímpeto missionário de fazer-se presente em regiões distantes; ao mesmo tempo, revela a preocupação pelos riscos de exageros na vivência subjetiva da fé, valorizando excessivamente a experiência pessoal e a pertença à própria comunidade. De fato, as NC se dedicam à evangelização com fervor, com criatividade e muito ardor missionário, e suportam com alegria as exigências do seguimento de Cristo, mas não estão isentas de erros e desvios; ao contrário, correm o risco do unilateralismo,

quando se pensa que “a verdadeira Igreja é somente a minha comunidade”, ou que “somente nós vivemos verdadeiramente o Evangelho”. O risco do intimismo, quando a fé cristã é reduzida a uma experiência interior puramente emotiva e sentimental. O risco da alienação, quando se tende a refugiar-se no ambiente espiritual da comunidade para fugir dos problemas da própria vida sem nunca os enfrentar e buscar resolvê-los. O risco de excessivo espiritualismo, quando tudo aquilo que se faz ou se diz na comunidade é considerado como “inspirado pelo Espírito” e por isso aceito incondicionalmente e sem verificação pessoal. O culto da personalidade, quando aquilo que dizem e fazem os líderes das comunidades é absolutizado e sua pessoa quase idolatrada. O risco de confronto com a comunidade local, paroquial e diocesana, considerada “monótona”, “formalista” e “superada”.⁴⁵⁹

Tudo isso indica imaturidade espiritual e eclesial, que deve ser corrigida e orientada em favor da evangelização e da missão, visando sempre o *bonum commune ecclesiae*. Diante desse tipo de desafio é importante que a autoridade, a quem compete o acompanhamento e o discernimento dos carismas, busque a sabedoria para melhor reconduzir esse rebanho ao redil.

O então cardeal Ratzinger, na sua conferência durante o primeiro Congresso Mundial sobre Movimentos e Novas Comunidades, reconheceu que podem aparecer desafios espirituais entre a comunidade local e o movimento, e que pode

⁴⁵⁹ FARRELL, K. *Le sfide e i percorsi*, 5.

haver uma parcela de culpa em ambos os lados, porque talvez a Igreja local tenha chegado a fazer “pacto” com o mundo, num certo conformismo, onde o sal se tornou insípido, ao ponto de não perceber o novo sopro do Espírito. Por isso o irromper dos movimentos é sentido como perturbador, especialmente porque normalmente este novo vem acompanhado por fraquezas, imaturidades e alguns extremismos.

As duas partes devem deixar-se educar pelo Espírito Santo e pela autoridade eclesial, devem aprender o esquecimento de si, sem o qual não é possível o consenso interior à multiplicidade das formas que pode assumir a fé vivida. As duas partes devem aprender, uma com a outra, a deixar-se purificar, a suportar-se e a encontrar a via que conduz àqueles comportamentos dos quais Paulo fala no hino à caridade. [...]. Enfim, não é lícito que se instaure uma certa postura de superioridade intelectual pela qual se rotula de fundamentalismo o zelo de pessoas animadas pelo Espírito Santo e a sua fé pura na Palavra de Deus, e que não se permita nada além de um modo de crer pelo qual o “se” e o “mas” são mais importantes do que a substância daquilo que se diz crer.⁴⁶⁰

Aqui retorna a importante questão da necessidade de uma adequada definição da categoria exata à qual pertence cada associação de fiéis. Conforme já mencionado, há muitos grupos que se autodenominam uma “Nova Comunidade”, sem, contudo, tratar-se de um Carisma original, e cuja identidade é de um grupo de oração ou outra expressão pastoral. Por este motivo os critérios de eclesialidade definidos pela ChL e pela IE precisam ser mais conhecidos e observados pelos pastores, para que saibam melhor acompanhar e orientar os seus fiéis. Ademais, mesmo diante dos pequenos grupos que surgem (e que não são um Carisma específico), é preciso ter a coragem de olhar para além do “problema” e perceber que por detrás das ações imaturas ou exageradas, existe ali um grupo de fiéis com desejo de serviço e missão, o que pode vir a ser um auxílio missionário na própria paróquia; com o devido acolhimento e abertura pastoral, a paróquia também será enriquecida com novos dons. Assim, é importante trazê-los para perto e, como num processo de eletropositividade, saber transformar a força negativa em positiva. Nesses casos é positiva a integração como inserção na dinâmica pastoral.

Por fim, é também citado o desafio da carência de orientação e definição canônica acerca das NC, sobretudo quanto à compreensão de vida consagrada e

⁴⁶⁰ RATZINGER, J. *I movimenti ecclesiali e la loro collocazione teologica*, p. 50-51.

quanto à formação de membros ordenados. Sobre a questão canônica, vale o que foi exposto na seção 2.3.3, que revela que há uma reflexão em curso, indicando que a Igreja acompanha e olha, com atenção e com zelo, tanto os desafios quanto os frutos dessas novas formas de vida consagrada; um sinal evidente dessa atenção é o Decreto sobre o governo das Associações internacionais de fiéis, já mencionado na seção 3.3.

Passando para a questão sobre a presença de membros ordenados nas NC e a sua incardinação, reconhecemos estar diante de um desafio cujo debate teológico segue em plena maturação.

A questão da possibilidade de incardinação nas NC é um tema delicado, uma vez que as NC não são entes incardinantes, mas associativos. A incardinação é um vínculo jurídico que incorpora um clérigo a uma circunscrição eclesial, e na legislação latina não é previsto que as associações privadas tenham tal faculdade. Assim, as soluções até agora apresentadas são:

- 1) A convenção entre um Bispo incardinante e o Moderador da comunidade, pela qual o sacerdote é incardinado na diocese da Casa Mãe da associação, mas exerce o seu ministério dentro da própria comunidade, mantendo, contudo, a abertura e a disponibilidade para assumir paróquias ou funções que a diocese necessitar e suscitar.
- 2) Outra possibilidade é a criação, dentro do próprio movimento, de um novo ente que, por sua natureza, tenha faculdade de incardinar. Nesse caso é criada uma associação clerical cujos clérigos mantêm um compromisso na comunidade de origem, mas são “consagrados” nesta nova figura jurídica. Esta solução traz diversos desafios quanto à identidade do próprio movimento que, sendo uma associação privada, comportará um ente de natureza pública com um governo próprio.

Todos os desafios apresentados nos documentos analisados suscitam uma maior reflexão e atenção por parte de todos os envolvidos, mas não devem ser absolutizados, uma vez que ainda há muito desconhecimento acerca da natureza e finalidades nas NC, o que tem construído barreiras nas relações eclesiais, especialmente na dinâmica pastoral.

4.4.

Conclusão do capítulo

O último capítulo da presente tese quis responder à pergunta sobre o lugar e a contribuição das Novas Comunidades na dinâmica da Igreja local e, por seu objetivo ser tanto eclesiológico quanto pastoral, aportou este diálogo na pastoral de conjunto da Igreja no Brasil. Assim sendo, a primeira etapa refletiu sobre o desafio da conversão pastoral dentro dos projetos da CNBB, percorrendo os documentos das Assembleias Gerais do CELAM. Vimos, portanto, que o caminho proposto para a conversão pastoral busca responder às finalidades da eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II; também constatamos que todos os documentos apresentam o tema da conversão em chave missionária. Ou seja, a conversão pastoral não pode ser interpretada apenas como o resultado de projetos e metas bem delineados, mas como graça divina e como caminho de unidade dos discípulos de Cristo, e, sendo fruto do encontro com Cristo, deve tornar-se visível tanto na vida de cada fiel quanto nas ações missionárias da Igreja. Dentre tais documentos, destaca-se o DAp, a partir do qual o episcopado brasileiro traçou um caminho para a revitalização pastoral, elegendo dentre os desafios mais urgentes a necessidade de transformar a paróquia em uma “comunidade de comunidades”. Respondendo a essa urgência, é possível alcançar as demais.

Nesta seção também foi estudado o Doc. 100, por englobar e promover o projeto de conversão missionária da paróquia, e porque nele são apresentados os critérios e os sujeitos para que se faça da paróquia uma comunidade de comunidades, sendo que entre esses sujeitos também estão as NC. Para melhor compreendê-lo, refletimos sobre a importância da paróquia e a sua necessidade de constante renovação para ser, cada vez mais, “casa de Deus entre os homens”. Após estudarmos a proposta da conversão missionária da paróquia, na terceira seção deste capítulo, dialogamos com os documentos específicos da CNBB que fazem referência às NC e à sua relação com a pastoral de conjunto.

Conforme pudemos analisar em 2.3.3, existe um desafio na nomenclatura para definir os novos Carismas dados por Deus à sua Igreja e que são comumente identificados como “Novas Comunidades”, um termo que não os define adequadamente, visto que sob o mesmo termo são também identificadas realidades distintas quanto à sua origem e finalidades, o que dificulta a

compreensão e acolhimento daquelas que são Carismas originais, de modo que possam realizar a sua missão e dar a sua contribuição específica na Igreja e no mundo. Através da análise do Doc.100, do SD3 e do DE 104, percebemos que este desafio de identificação e distinção das Novas Comunidades, enquanto Carisma e Vocação específicos, prevalece não somente por parte do clero, mas também por parte dos leigos, e que o conhecimento mútuo da própria identidade é fundamental para gerar a verdadeira comunhão que todos almejam.

A visão panorâmica sobre os desafios e as oportunidades do tempo presente, trazida pelo Doc. 100, foi ampliada na seção 4.2., e a reflexão apresentada centrou-se em questões antropológicas e socioculturais que desafiam o anúncio do Evangelho e a razão de ser da Igreja no mundo secularizado, sobretudo com o novo cenário mundial pós-pandemia. Vimos também como os muitos desafios podem desencorajar quem se empenha no serviço missionário, podendo levá-lo a posturas de autopreservação, desconfiança e conformismo. Mesmo em meio a tantos desertos, o Espírito Santo continua guiando a Igreja, gerando em seu seio modos novos de comunhão, de unidade e novo impulso missionário.

As questões trazidas na seção 4.1 foram aprofundadas em 4.3 para repensar conceitos, motivações e propostas, com o objetivo de criar pontes que favoreçam mais o conhecimento mútuo, o diálogo e a colaboração missionária que tanto respeite a autonomia das Novas Comunidades quanto também as ajude a não reter para si o dom que lhes foi dado em favor de todo o Corpo de Cristo. Assim, identificamos no documento da Congregação para a Doutrina da Fé, *Communio notio*, o modo próprio de comunhão nas relações eclesiais através do conceito “mútua interioridade”, que indica a existência de um patrimônio comum entre os dons hierárquicos e carismáticos, devendo ser este o fundamento nas relações afetivas e efetivas entre os diversos carismas na Igreja.

Na seção 4.3.3, buscamos responder aos desafios apresentados nos três documentos da CNBB e apresentar a proposta de integração das NC na dinâmica da paróquia qual comunidade de comunidades e, à luz da “mútua interioridade”, compreendemos que somente permanecendo fiel ao próprio Carisma é possível realizar o intercâmbio de dons, pois todo Carisma autêntico é comprometido com as dores e alegrias do inteiro Corpo de Cristo, o qual enriquece, edifica e é também por ele enriquecido e edificado.

5.

Conclusão geral

A presente tese foi desenvolvida a partir de uma motivação tanto eclesiológica quanto pastoral, a saber: qual é a contribuição específica, e qual é o modo de colaboração que as Novas Comunidades podem dar às Igrejas locais na sua missão evangelizadora? Seus fundamentos, ou seja, o seu objeto material foram as mensagens dos Papas João Paulo II, Bento XVI e Francisco, por ocasião dos Congressos Mundiais promovidos pelo Dicastério responsável pelo acompanhamento das associações de fiéis na Igreja. Uma segunda hipótese buscou compreender se é possível integrar as Novas Comunidades na dinâmica da conversão pastoral da Igreja no Brasil, e qual o modo de gerar maior comunhão entre elas e as paróquias, preservando, contudo, a identidade própria de cada realidade. Esta hipótese foi motivada a partir dos documentos da CNBB que fazem referência direta à relação entre NC e paróquias, a saber: os parágrafos 231 a 236 do Doc. 100; os parágrafos 166 a 167 do documento de estudo 104 e o Subsídio Doutrinal 3.

Ao longo da pesquisa, pudemos demonstrar que as Novas Comunidades são formas de vida específicas dentre as associações de fiéis, que nascem a partir do influxo de graça do Concílio Vaticano II. Portanto, para melhor compreender o seu lugar na eclesiologia de comunhão, foi importante revisitar a história da Igreja na perspectiva da *communio*, e assim também percorrer as linhas principais da teologia do laicato e da necessidade de renovação missionária na Igreja.

No atual contexto sociocultural, fortemente marcado pela rejeição de vínculos estáveis e definitivos, com grande valorização do individualismo e do consumismo, no qual muitas esferas da sociedade vivem numa espécie de ateísmo prático “como se Deus não existisse”, o surgimento de novas associações de fiéis, que buscam viver a radicalidade evangélica do seguimento de Cristo, testemunha a fidelidade e a bondade de Deus para com a sua Igreja e para com o mundo. Ou seja, o testemunho de tantos homens e mulheres, que, permanecendo no mundo, empenham quotidianamente e livremente a sua vida para semear os valores do Evangelho em todos os ambientes socioculturais, também fecunda e renova a Igreja na sua força evangelizadora e missionária.

A Igreja é chamada a assumir a *forma Chisti* e, assim, ser presença de Cristo no mundo e para ser meio pelo qual Ele continua a manifestar a sua misericórdia a todos. Esta identificação com a forma de vida de Cristo, segundo a tradição cristã, torna-se visível nos conselhos evangélicos, que são considerados como uma síntese ou encarnação do Evangelho. Estes são assumidos e vividos livremente para recordar ao mundo a verdade essencial da sua proveniência e o seu destino final. Portanto, a pobreza, a obediência e a castidade, vividas no seguimento e na configuração a Cristo, são sinais da total doação de si a Deus, e também da plenitude do próprio ser e do sentido da própria existência.

Assim, no contexto da “nova estação agregativa”, as Novas Comunidades constituem uma riqueza singular para a Igreja, porque testemunham a ação criativa do Espírito Santo que continua a guiá-la e a orná-la com os seus dons e os seus frutos. Trata-se de um chamado a uma consagração de vida, não idêntica às formas tradicionais de vida consagrada dos institutos religiosos, mas como uma resposta nova à graça batismal, com um apelo especial à santidade. Elas são um sinal da ação do Espírito Santo que abre novas vias para que a Igreja continue realizando a sua vocação de ser instrumento de salvação do mundo inteiro.

Um primeiro desafio para entender as NC é a própria nomenclatura, que ainda é fluida, conforme explicamos em 2.3.3. Por isso é de fundamental importância promover ou ampliar, tanto a nível diocesano quanto paroquial, cada um segundo os seus recursos e modalidades formativas, ocasiões de conhecimento e de contato com as NC. Também as associações de fiéis que se autodenominam “Novas Comunidades” devem aprofundar o conhecimento dos critérios de eclesialidade e avaliar-se segundo tais critérios, para que seus esforços sejam direcionados para a realização da própria vocação e missão. O desconhecimento ou incerteza da própria identidade gera e alimenta os conflitos, além de ferir a unidade do Corpo.

A pesquisa realizada na presente tese não é uma obra “apologética”, mas, como para conhecer se uma árvore é boa e sadia deve-se examinar os seus frutos (cf. Lc 6,44), não podemos desconsiderar os muitos frutos que nessas novas famílias o Espírito Santo fez brotar dentro deste belo jardim, que é a Igreja. Dentre eles citamos: a adoração eucarística, a evangelização e a compaixão. Como fruto da vida carismática, os membros das NC testemunham o amor à Eucaristia e uma intensa vida sacramental e litúrgica, que se forma fonte e motor da sua vida

apostólica; empenham-se com criatividade, inovação e alegria nas tarefas apostólicas com o objetivo de evangelizar, dando um rosto novo à presença da Igreja na vida em todos os ambientes da sociedade; desenvolvem os trabalhos de promoção humana para além da ação assistencial, porque incluem nos seus fundamentos a imprescindível necessidade humana de conhecer Jesus Cristo. Além do *sensus ecclesiae* expressos na fidelidade ao sucessor do Apóstolo Pedro, ao seu Magistério e às demais autoridades da Igreja, tornando visível a dupla dimensão da Igreja carismática e hierárquica.

São, portanto, inegáveis os frutos que as Novas Comunidades têm gerado na vida da Igreja e o impacto social positivo da sua presença e serviço no mundo. Contudo, é também inegável que neste caminho de maturidade eclesial há pontos importantes que ainda necessitam de atenção, para evitar que essas comunidades percorram caminhos paralelos ou opostos aos caminhos da Igreja, pois esses são sempre caminhos que geram divisão no corpo eclesial, na vida da própria comunidade e dos seus membros, e nos espaços da sociedade e da cultura onde deveriam ser sal e luz.

O Brasil tem sido um terreno fecundo no qual germinam muitos desses novos Carismas, sendo que alguns já estão presentes em outros países, frutificando para além das próprias fronteiras continentais o dom que o Espírito plantou aqui, em favor do mundo inteiro.

Embora seja ainda uma realidade eclesial recente, as NC não podem mais ser consideradas como em fase embrionária, porque algumas começam a entrar na segunda geração, tendo terminado a fase fundacional com a morte do seu fundador. Por isso, após ter revisado o Magistério universal no seu ensinamento acerca das NC, consideramos necessário observar também como a Igreja local se põe diante desta realidade pastoral, cuja presença e impacto são tão significativos. E tendo examinado atentamente os três documentos da CNBB que dedicam uma atenção maior às Novas Comunidades, expondo as contribuições e desafios que elas representam para a pastoral de conjunto, ousamos afirmar que a matéria ainda carece de maior reflexão por parte do episcopado brasileiro.

Por que nascem tantas associações de fiéis no Brasil? O Magistério recente, tendo-as acompanhado e examinado desde o seu surgimento, concluiu que são “uma resposta providencial” do Espírito Santo, “um recurso” para um novo impulso evangelizador na Igreja. Não seria igualmente importante criar ambientes

de reflexão para aprofundar a análise deste fenômeno nesta Igreja particular e identificar os frutos que, a partir dela, são doados à Igreja universal? Assim, consideramos que a solução para os desafios apresentados nos documentos, e já discutidos em 4.3.3, não estará simplesmente numa exigência de “integração” das NC na pastoral de conjunto, mas que a partir do conhecimento mútuo, sincero e respeitoso será possível criar laços que se fortalecem na missão e no serviço. A compreensão do projeto de “integração” não deve ser um meio de uniformização e sufocamento de um Carisma. Por isso é importante criar espaços para aprofundar e avaliar, a nível teológico e sociológico, as mudanças aportadas pelas Novas Comunidades na Igreja no Brasil.

As NC são conscientes da força evangelizadora que possuem, sobretudo em meio aos jovens, mas sabem que muitos dos seus membros desconhecem o valor e o sentido milenar da Igreja, na sua realização histórica, na sua liturgia e na sua destinação escatológica. Esse desconhecimento pode gerar posturas fechadas, autorreferenciais e preconceitos que ferem e impedem a comunhão. É necessário, portanto, que as NC favoreçam espaços nas suas grades formativas para o conhecimento da Igreja universal e particular, e que esteja presente nas suas reflexões e planejamentos o tema da relação e colaboração com a Igreja local. E, ainda, que não haja em seu meio qualquer pretensão de totalidade, nem o risco de considerar a própria experiência espiritual como “mais católica” que as demais. Também é importante lembrar, como já repetido por Francisco, que “o todo é maior do que as partes”.

Para concluir, retomamos o conceito “mútua interioridade”, que é o fundamento para a unidade, a partir do qual se compreende a necessidade de aprofundamento formativo sobre o sentido de comunhão, seja na catequese para o povo de Deus, seja no processo formativo dos membros das Novas Comunidades, seja no percurso formativo para o clero em geral.

Quando encontramos um obstáculo que bloqueia o caminho, temos várias possibilidades de escolha: desistir de prosseguir, ou tentar atalhos longos e por vezes perigosos, ou podemos contar com a ajuda daqueles que estão do outro lado e que podem completar as nossas ferramentas para desobstruir o caminho. Em uma palavra: paróquias e NC não são duas realidades concorrentes! Paróquias e Novas Comunidades não são adversárias que disputam territórios e pessoas! Mais

ainda: As NC não existem para substituir as paróquias, e as paróquias não devem rejeitar ou sufocar um dom de Deus, dado para a edificação da sua Igreja.

Não esqueçamos, portanto, o ensinamento paulino, que deve continuar guiando as nossas relações: “há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos” (1Cor 12,4-7).

6.

Referência Bibliográfica

AGUIAR, A. A. **Relações entre valores, sentido da vida e bem-estar subjetivo em membros de novas comunidades católicas**. João Pessoa, 2012. 133p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba.

AMADO, J. P. **Espiritualidade cristã em tempos de mudança**. Contribuições teológico-pastorais. Petrópolis: Vozes, 2009, 240 p.

_____. Leigos na linha de frente? Uma reflexão a respeito do laicato no atual momento evangelizador. **Atualidade Teológica**, v. 20, n. 53, p. 387-416, mai./ago. 2016.

ANATRELLA, T. La rivoluzione della tenerezza. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **La gioia del Vangelo: una gioia missionaria**. Atti del III Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali e delle nuove comunità. Roma, 20-22 novembre 2014. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2015, p.187-206.

ANDRADE, D. R. **Reinventar a Paróquia?** Sonhar em tempos de incertezas. São Paulo: Loyola, 2006, 150 p.

BALTHASAR, H. U.; GIUSSANI, L. **El compromiso del cristiano en el mundo**. Madrid: Ediciones Encuentro, 1981, 192 p. Título original: In Gottes Einsatz leben.

_____. **Gesù e il cristiano**. Tradução: Babini, E.; Viola, G. Milano: Jaca book, 2023, 512 p. Título original: Einfaltungen: Auf Wegen christlicher Einigung.

_____. **Glória**. Una stetica teologica. La percezione della forma. Tradução: Ruggieri, G. Milano: Jaca book, 2012, 670 p. Título original: Herrlichkeit: Eine theologische Ästhetik.

_____. **Il complesso antiromano**. Tradução: Moretto, G. Brescia: Queriniana, 1974, 372 p. Título original: Der antirömische Affekt. Wie lässt das Papsttum in der Gesamtkirche integrieren.

_____. **Il tutto nel frammento**. Tradução: Sequeri, L.; Sequeri, P. Milano: Jaca book, 2017, 318 p. Título original: Das Ganze im Fragment: Aspekte der Geschichtstheologie.

BASÍLIO DE CESARÉIA. **Tratado sobre o Espírito Santo**. São Paulo: Paulus (Coleção Patrística, v.14), 1999, 190p.

BARBOSA, M. F. C. F. **O valor da dimensão extática na Igreja**. Estudo teológico-pastoral sobre a Renovação Carismática Católica no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. 155p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BAUMAM, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentziem. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 278 p. Título original: Liquid Modernity.

BENTO XVI. Discurso à Cúria Romana para as felicitações natalinas. **Acta Apostolicae Sedis** 98 [2006: 1] 40-53.

_____. Discurso ao clero de Roma. **Acta Apostolicae Sedis** 99 [2007, 4], 264-282.

_____. Celebração de Missa Crismal. **Acta Apostolicae Sedis**, 101 [2009, 5], 353-358.

_____. Discorso di Sua Santità Benedetto XVI. Ai partecipante al seminario per vescovi ricevuti in udienza nella Sala del Concistorio del Palazzo apostólico il 17 maggio 2008. In: PONTIFÍCIO CONSELHO PRO LAICIS. **Pastori e movimenti Ecclesiali**. Seminario de studio per i vescovi. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009, p.13-16.

_____. **Discurso aos Bispos da Conferência episcopal da alemã (10/11/2006)**. Disponível em: Aos Bispos da Alemanha em visita "Ad Limina Apostolorum" (10 de novembro de 2006) | Bento XVI (vatican.va). Acesso: 27 fevereiro 2023.

_____. **Liberar a liberdade**. Fé e política no terceiro milênio. Tradução: Assunção, R. A. São Paulo: Paulus, 2019. Título original: Liberar la libertad. Fe y política em el tercer milenio.

_____. Omelia durante i Vespri della vigília di Pentecoste. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La bellezza di essere cristiani**. I movimenti nella Chiesa. Atti del II Congresso Mondiale dei Movimenti Ecclesiali e delle Nuove Comunità. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.187-195.

_____. Messaggio ai partecipanti al II Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali e delle nuove comunità. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La bellezza di essere cristiani**. I movimenti nella Chiesa. Atti del II Congresso Mondiale dei Movimenti Ecclesiali e delle Nuove Comunità. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.5-8.

BEYER, J. L'avvenire dei movimenti ecclesiali. **Quaderni di diritto ecclesiali**. V.11, p. 06-13, 1998.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BILLERI, M. Conflitti tra associazioni private dei fedeli e autorità ecclesiastica. Uno studio sulla tensione tra autonomia e legittima vigilanza. **Periodica de Re Canonica**, 112 (2023), p.337-347.

BINS, R. M. D. C. **A eclesialidade das Novas Comunidades**. As novas comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja. Porto Alegre, 2015. 187p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BOFF, C. A dimensão de laicidade da vida religiosa. **Revista Eclesiástica Brasileira**. V.54, n. 215 (1994), p.547-588.

BORGES NETO, R. S. **O Renascer da esperança**: movimentos eclesiais contemporâneos e comunidades novas no pensamento de João Paulo II e Bento XVI. Rio de Janeiro: Real Engenho, 2018. 163p.

BOUGEOIS, D. Leigo. In: LACOSTE, J.Y. **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004, p.1011-1016.

CAFFARRA, C. I movimenti e la sfida nichilistica dell'Occidente. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2000, p.132-138.

CAMPANINI, G. **Il laico nella Chiesa e nel mondo**. Bologna: EDB, 1999, 292p.

CARRANZA, B.; MARIZ, C.; CAMURÇA, M. (org.). **Novas Comunidades Católicas**. Em busca do espaço pós-moderno. Aparecida/SP: Ideias e Letras 2009.

CATTANEO, A. Movimenti e nuove comunità nelle Chiese particolari. In: PONTIFICIO CONSELHO PRO LAICIS. **Pastori e movimenti Ecclesiali**. Seminario de studio per i vescovi. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009, p.49-70.

_____. I movimenti ecclesiali: aspetti ecclesiológicos. In: **Annales teologici**, 11 (1997), p.401-427.

CENCINI, A. L'arte dell'accompagnamento nella formazione. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **La gioia del Vangelo: una gioia missionaria**. Atti del III Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali e delle nuove comunità. Roma, 20-22 novembre 2014. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2015, p.207-222.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO E CARIBENHO. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Brasília: CNBB, 2007.

_____. **DOCUMENTOS DO CELAM**. Rio. Medellín. Puebla. Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2024.

CHENU, M. D. **O povo de Deus no mundo**. São Paulo: Duas Cidades, 1969, 153p.

CIARDI, F. **I Fondatori uomini dello Spirito**. Per una teologia del carisma di fondatore. Roma: Città Nuova, 1982, 408 p.

CIPRIANO DE CARTAGO. A Unidade da Igreja Católica. **Obras Completas I**. Tradução: Monjas Beneditinas, Antonio Marchionni. São Paulo: Paulus (Coleção Patrística, vol. 35), 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunidade de comunidades**. Uma nova paróquia (Estudos 104). São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **Comunidade de comunidades: uma nova paróquia**. A conversão pastoral da paróquia. (Doc. 100). Brasília: Edições CNBB, 2014.

_____. **Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade**. (Doc. 105). Brasília: CNBB, 2016.

_____. **Igreja particular, movimentos eclesiais e Novas Comunidades**. Brasília: Edições CNBB, 2009.

CLEMENTE ROMANO. *Carta aos Coríntios*. Tradução e notas Dom Paulo Evaristo. Petrópolis: Vozes, 1971, 278 p.

CLEMENS, J. La sequela di Cristo. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La bellezza di essere cristiani. I movimenti nella Chiesa**. Atti del II Congresso Mondiale dei Movimenti Ecclesiali e delle Nuove Comunità. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.177-181.

CODA, P. I Movimenti ecclesiali, dono dello Spirito. Una riflessione teologica. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **I movimenti nella Chiesa**. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Roma, 27-29 maggio 1998. Vaticano: LEV, 1999, p.77-104.

CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO (1917) y legislación complementaria. 12. ed. Madrid: Biblioteca Autores Cristiano. 1264p.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Temi scelti d'ecclesiologia in occasione del XX anniversario della chiusura del Concilio Vaticano II**, Disponível em: Teologia hoje: Perspectivas, princípios e critérios, 2012 (vatican.va) Acesso em 22 fevereiro 2023.

COMITÉ PERMANENT DES CONGRÈS INTERNATIONAUX POUR L' APOSTOLAT DES LAÏCS. **Les Laïcs dans la crise du monde moderne**. Responsabilités et formation (textes de base destinés aux participants du Congrès). Roma, 5-13 octobre 1957.

CONCÍLIO VATICANO II. **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONGAR, Y. M. J. **Jalons pour une théologie du laïcat**. Paris: Éditions du Cerf, 1954. 707p.

_____. **La Tradizione e la vita della Chiesa**. Roma: Edizione Paoline 1983, 176p.

_____. **Per una teologia del laicato**. Brescia: Morcelliana Edizioni, 1966, 706p.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Lettera Iuvenescit Ecclesia**. Sobre a relação entre dons hierárquicos e carismáticos para a vida e missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2016.

_____. **Communiois notio**. Sobre alguns aspectos da Igreja considerada comunhão. Disponível em: SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA IGREJA ENTENDIDA COMO COMUNHÃO (vatican.va). Acesso 09 março 2024.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Instrução**. A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2020.

CORECCO, E. **Chiesa e mondo**. La santità nella Chiesa. Siena: Cantagalli, 2005, 176 p.

_____. **Ius et Communio**. Scritti di Diritto Canonico. Lugano: Ed. Piemme, 1997, 589pp.

_____. **Um vescovo e la sua chiesa**. Chiesa e mondo. La santità nella Chiesa. Siena-IT: Cantagalli, 2005, 496 p.

DE LUBAC, H. *Cattolismo: Gli aspetti sociali del dogma*. Milano: Jaca Book, 2017. 418p.

DIANICH, S.; NOCETI, S. **Tratado sobre a Igreja**, Aparecida: Editora Santuário, 2007. 744pp.

_____. **Chiesa in missione**. Per una ecclesologia dinamica. Roma: Ed. San Paolo, 1985.

DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA T LA VIDA. **Decreto general**. Las asociaciones Internacionales de fieles. Textos y comentarios. Città del Vaticano: Editrice vaticana, 2022.

DILLENCHNEIDER, C. **A paróquia e seu vigário no mistério da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1968.

DONATI, P. Un nuovo habitat, una nuova cultura dell'uomo. In: PONTIFICIUM CONSILIIUM PRO LAICIS. **Incontrare Dio nel cuore della città. Scenari dell'evangelizzazione per il terzo millennio**. Vaticano: LEV 2016, p.59-94.

FARRELL, K. **Le sfide e i percorsi: una visione del Dicastero responsabile per le Nuove Comunità**. Discorso durante o curso para os Bispos do Brasil: As novas Comunidades e a Evangelização Hoje (23-27 janeiro de 2023). Disponível em: : Tra valorizzazione ed evangelizzazione: le sfide e i percorsi delle nuove comunità (laityfamilylife.va). Acesso: 19.06.2023.

_____. Conclusiones. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. **Decreto general**. Las Asociaciones Internacionales de fieles. Textos y comentarios. Vaticano: LEV, 2022, p.91-95.

FEINER, J.; LÖHRER, M. **Mysterium Salutis**. Compêndio de dogmática histórico-salvífica. Vol. IV/2. Igreja, povo de Deus e sacramento radical. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRANCISCO. Celebração de Pentecostes com Movimentos, Novas Comunidades e agregações laicais. **Acta Apostolicae Sedis** 105 [2013,6], 450-452.

_____. Homilia de Páscoa. **Acta Apostolicae Sedis**, 106 [2014, 5], p.355-356.

_____. Discurso sobre Catequese e Catequistas para a nova evangelização. **Acta Apostolicae Sedis** 113 [2021,10], p.947-948.

_____. **Audiência geral** (30/09/2020). Disponível em: Audiência Geral de 30 de setembro de 2020 - Catequeses “Curar o Mundo”: 9. Preparar o futuro com Jesus que salva e cura | Francisco (vatican.va). Acesso: 25/03/2023.

_____. **Audiência geral** (05/08/2020). Disponível em: Audiência Geral de 5 de agosto de 2020 - Catequeses “Curar o mundo”: 1. Introdução | Francisco (vatican.va). Acesso: 25/03/2023.

_____. Benção Urbi et Orbi. **Acta Apostolicae Sedis** 112 [2020,4], p. 357-360.

_____. **Constituição Apostolica Praedicate Evangelium**. Sobre a cúria romana e seu serviço à Igreja no mundo. São Paulo: Paulus, 2022.

_____. Discorso del Santo Padre Francesco. Ai partecipanti al Congresso ricevuti in udienza. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **La gioia del**

Vangelo: una gioia missionaria. Atti del III Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali e delle nuove comunità. Roma, 20-22 novembre 2014. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2015, p.15-19.

_____. Discurso del santo padre Francisco a los participantes en el encuentro. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. **Decreto general.** Las asociaciones Internacionales de fieles. Textos y comentarios. Città del Vaticano: LEV, 2022, p.29-38.

_____. **Exortação Apostólica Christus Vivit.** Para os jovens e para todo o povo de Deus. São Paulo: Edições Paulinas, 2019.

_____. **Exortação Apostólica Evangelii gaudium.** A Alegria do Evangelho. São Paulo: Paulus, 2013.

FRANKL, Viktor E. **Um Sentido Para a Vida.** Psicoterapia e Humanismo. Tradução Victor Hugo S. Lapenta. 14. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2005, 157p. Título original: The Unheard Cry for Meaning Psychotherapy and Huamnism.

GALOT, J. Il Cristo Rivelatore, Fondatore della Chiesa e principio di vita. In: LATOURELLE, R. **Vaticano II: Bilancio e prospettive, venticinque anni dopo (1962-1987).** Assisi: Cittadella, 1988, p343-360.

GEFFRÉ, Claude. Interpretação da modernidade. In: **Concilium.** Petrópolis: Vozes, 244, 1992, p.783-78.

GEROSA, L. **Carisma e diritto nella Chiesa.** Riflessioni canonistiche sul “Carisma originario” dei nuovi movimenti ecclesiali. Milano: Jaca Book, 1989, 292p.

_____. Costruire “insieme” la comunità parrocchiale: un banco di prova dell’impegno missionario di tutti i fedeli di oggi. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS (org.). **Riscoprire il vero volto della parrocchia.** Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2005, p.103-133.

GHIRLANDA, G. Criteri di ecclesialità per il riconoscimento dei movimenti ecclesiali da parte del vescovo diocesano. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi.** Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.201-210.

_____. Carisma e statuto giuridico dei movimenti ecclesiali. In PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **I movimenti nella Chiesa.** Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Roma, 27-29 maggio 1998. Vaticano: LEV, 1999, p.139-146.

GHISONI, L. El ejercicio del gobierno em las asociaciones de fieles y en los movimientos eclesiales. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA T LA VIDA. **Decreto general.** Las asociaciones Internacionales de fieles. Textos y comentarios. Città del Vaticano: Editrice vaticana, 2022, p.71-90.

GONÇALVES, P. S. L. Igreja e Missão no contexto de Pós-modernidade. **Atualidade Teológica.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 59, p. 363-389, mai./ago. 2018.

GONZALEZ, K. P. **A Renovação Carismática Católica:** continuidades e rupturas no catolicismo brasileiro (1969-2005). Assis, 2006. 210p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista.

INÁCIO DE ANTIOQUIA. **Cartas de Santo Inácio de Antioquia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2023.

IRINEU DE LIÃO. **Contra as Heresias**. São Paulo: Paulus (Coleção Patrística, vol. 4), 1995.

JESUS, J. S. **A Renovação Carismática Católica e a elaboração da identidade religiosa dos seus seguidores: Desafios e limites dentro do catolicismo**. Recife, 2012. 133p. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco.

JOÃO PAULO II. **Audiência Geral**, 27/09/1989. Disponível em: www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/audiences/1989/documents/hf_jp-ii_aud_19890927.html. Acesso 01 agosto 2023.

_____. Mensagem de Natal aos Cardeais e à Cúria Romana. **Acta Apostolicae Sedis** 83 (1991), p.740-749.

_____. Discurso aos participantes da XV plenária do Pontifício Conselho para os Leigos. **Acta Apostolicae Sedis** 86 [1994], P.661-664

_____. **Carta Encíclica Ecclesia de Eucharistia**. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Carta Encíclica Donum et Vivificantem**. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. **Carta Encíclica Redemptoris Missio**. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. **Exortação Apostólica Christifidelis Laicis**. Sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. **Exortação Apostólica pós-sinodal Vita Consecrata**. Sobre a vida consagra e a sua missão na Igreja e no mundo. São Paulo: Paulinas, 1996.

_____. Messaggio di Sua Santità Giovanni Paolo II. Ai partecipanti al seminario sui movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei vescovi. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.15-19.

_____. Messaggio di Sua Santità Giovanni Paolo II. Ai partecipanti al Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti nella Chiesa**. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Roma, 27-29 maggio 1998. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1999, p.13-19

_____. **Omelia nella Veglia di Pentecoste 1996**. Disponível em: 25 maggio 1996, Veglia di Pentecoste in occasione dell'Inaugurazione della Grande Missione Cittadina | Giovanni Paolo II (vatican.va).. Acesso em: 02 abr. 2022.

JOÃO XXIII. Encerramento da primeira sessão do Concílio Ecumenico Vaticano II. **Acta Apostolicae Sedis** 55 [1963, 35-41].

LAMPE, G. W. H. (ed.). **A Patristic Greek Lexicon**. Oxford: Oxford University Press, 1961. (Verbete Παροιουεσία).

LECOUR, G. M. C. I fedeli laici. In: FISICHELLA, R. (org.). **Il Concilio Vaticano II**. Recezione e attualità alla luce del Giubileo. Cinisello Balsamo: Edizioni San Paolo 2000, p.172-206.

_____. I movimenti ecclesiali nel contesto religioso e culturale di oggi. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.47-70.

_____. **La nuova stagione aggregativa dei fedeli laici alla luce dell'esortazione apostolica postsinodale "Christifideles laici"**. Disponível em: Microsoft Word - La nuova stagione aggregativa CORRETTO.doc (laici.va). Acesso em: 10 jun. 2024.

_____. Rinnovare sé stessi per rinnovare la Chiesa. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La gioia del Vangelo: una gioia missionaria**. 20-22 nov. 2014, Roma. Atti del III Congresso mondiale di movimenti ecclesiali e delle nuove comunita. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015 p. 75-94.

LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**. Tradução: Machado, M. L. Ensaios sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 408p. Título Original: Le bonheur paradoxal.

LONGHITANO, A. (org.). **Il fedele Cristiano**. La condizione giuridica dei battezzati. Bologna: EDB, 1989, 266 p.

LOPES, L. J. **A Teologia do laicato na Constituição Dogmática Lumen Gentium e nas conferências gerais do Episcopado da América Latina**. Porto Alegre, 2012, 131p. Dissertação. Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LUBAC, H. **Cattolicismo**. Gli aspetti sociali del dogma. Milano: Jaca Book, 1992, 448pp.

MALNATI, E. **Teologia del Laicato nel magistero della Chiesa**. Lugano: Eupress FTL, 2005.

MANSFIELD, P. **Como um novo Pentecostes**. Relato do dramático início da Renovação Carismática Católica. São Paulo: Palavra e Prece, 2008, 388 p.

MARÍN, A. R. **A Espiritualidade dos Leigos**. A santidade dos que vivem no mundo. Campinas/SP: Ecclesiae 2023MIRANDA, M. F. **Igreja e sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2009, 208 p.

MENDONÇA, J. T. **Il potere della speranza**. Mani che sostengono l'anima del mondo. Milano: Vita e pensiero, 2020.

MIRANDA, Mario F. Evangelizar ou humanizar? In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, v. 74 n. 295, p.519-548, 2014.

MONLÉON, A. M. I movimenti come luogo di una umanità trasfigurata. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **I movimenti nella Chiesa**. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Roma, 27-29 maggio 1998. Vaticano: LEV, 1999, p.147-162.

MORENO, J. M. D. Paróquia. in: SALVADOR, C. C. (dir.); EMBIL, J. M. U. **Dicionário de Direito Canônico**. São Paulo: Loyola, 1993, p.539-546.

MÜLLER, G. L. La comprensione trinitaria della Chiesa. In: RODRÍGUEZ, P. (org.). **L'ecclesiologia 30 anni dopo la "Lumen Gentium"**. Roma: Armando, 1995, p.17-34.

NEVES, L. M. Reflexiones sobre el papel de los laicos a partir de los documentos conciliares. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **Éléments pour une théologie des laïcs**. Bulletin, 1979, n. spécial, p.61-70.

NINOT, P. **Credere la Chiesa**. Roma: San Paolo, 2002.

OUELLET, M. Evangelizzare per attrazione: la fecondità dei carismi per la gioia di essere popolo di Dio. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La gioia del Vangelo: una gioia missionaria**. 20-22 nov. 2014, Roma. Atti del III Congresso mondiale di movimenti ecclesiali e delle nuove comunità. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015, p.55-74.

_____. La bellezza di essere cristiani. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La bellezza di essere cristiani. I movimenti nella Chiesa**. Atti del II Congresso Mondiale dei Movimenti Ecclesiali e delle Nuove Comunità. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.41-56.

PAULO VI. **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi**. Sobre a evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 1995.

PIO XII. Discurso na segunda Assembleia Internacional do Apostolado dos leigos. **Acta Apostolicae Sedis** 49, [1957], p.922-939.

RATZINGER, J. Compreender a Igreja hoje. Vocação para a comunhão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, 96p.

_____. I movimenti ecclesiali e la loro collocazione teologica. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti nella Chiesa**. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Roma, 27-29 maggio 1998. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1999, p.23-52.

_____. La bellezza. La Chiesa. Roma: Editrice Vaticana e Editrice Itaca, 2005, 64p.

_____. **La comunione nella Chiesa**. Milano: San Paolo, 2004, 192 p.

_____. **O novo povo de Deus**. São Paulo: Paulinas, 1974, 508 p.

RECCHI, S. La configurazione canonica dei movimenti ecclesiali. Prospettive. In: AA. VV. **Fedeli. Associazioni. Movimenti**. Milano: Gruppo Italiano di Diritto Canonico, 2002, p.207-230.

REY, D. Accoglienza dei movimenti e delle nuove comunità nelle Chiese particolari. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **Pastori e movimenti ecclesiali**. Seminario di studio per vescovi. "Vi chiedo di andare incontro ai movimenti con molto amore". Roma: Editrice Vaticana, 2009, p.103-119.

_____. Carismi. Ricchezza per le diocesi. L'accoglienza delle nuove comunità. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **La gioia del Vangelo: una gioia missionaria**. Atti del III Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali e delle

nuove comunità. Roma, 20-22 novembre 2014. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2015, p.135-156.

RHODE, U. Para regular la representatividad de los órganos de Gobierno. In: DICASTERIO PARA LOS LAICOS, LA FAMILIA Y LA VIDA. *Decreto general Las Asociaciones Internacionales de fieles*. Textos y comentarios. Vaticano: LEV, 2022, p.15-24.

ROCHA, P. R. La Principale manifestazione della Chiesa. In: LATOURELLE, R. (org.). **Vaticano II: Bilancio e prospettive, venticinque anni dopo (1962-1987)**. 2. ed. Assisi: Cittadella, 1988, p.605-622. 1 v.

RODRIGUEZ, P. Verso una considerazione cristologica e pneumatologica del Popolo di Dio. In: _____. **L'ecclesiologia 30 anni dopo la "Lumen Gentium"**. Roma: Armando, 1995, p.149-178.

ROJAS, E. **O Homem Moderno**. A luta contra o vazio. Tradução Wladir Dupont. Curitiba: Chain, 2013, 165 p. Título original: El Hombre Light.

RUIZ, E. M. **A paróquia na mudança de época: uma rede de comunidades na era da informação**. Rio de Janeiro, 2015. 171p. Dissertação. Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RYLKO, S. **Il Concilio Vaticano II. Pietra miliare nel cammino del laicato cattolico**. In: Pontificium Consilium pro Laicis. Atti del Congresso del Laicato Cattolico – Testimoni di Cristo nel nuovo Millennio (Roma, 25 – 30 Novembre 2000). Città del Vaticano: LEV, p.115-142.

_____. L'avvenimento del 30 maggio 1988 e le sue conseguenze ecclesiologiche e pastorali per l'avita della Chiesa. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.23-46

_____. Movimenti ecclesiali e nuove comunità nell'insegnamento di Giovanni Paolo II e di Benedetto XVI. in: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **Pastori e movimenti ecclesiali. Seminario di studio per vescovi**. "Vi chiedo di andare incontro ai movimenti con molto amore". Roma: Editrice Vaticana, 2009, p.19-32.

_____. Nuovi frutti di maturità ecclesiale. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La bellezza di essere cristiani**. I movimenti nella Chiesa. Atti del II Congresso Mondiale dei Movimenti Ecclesiali e delle Nuove Comunità. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007, p.15-28.

_____. Prefazione. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **La gioia del Vangelo: una gioia missionaria**. Atti del III Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali e delle nuove comunità. Roma, 20-22 novembre 2014. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2015, p.5-14.

SÁ, N. L. **Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades: Questões Pastorais e Canônicas**. São José dos Campos-SP: Editora ComDeus, 2016. 94 p.

SANTOS, J. A. **Sufrimento e sentido no mundo contemporâneo: um diálogo entre o Homo Patiens de Viktor Frankl e a carta apostólica Salvifici Doloris de**

João Paulo II. Rio de Janeiro 2018. 141p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. Evangelização e revitalização urbana. In: **Revista Pesquisas em Teologia**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 321-322.

SARAH, R. Il soffio dello Spirito. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti ecclesiali nella sollecitudine pastorale dei Vescovi**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2000, p.120-125.

SCHERER, K. P. **A Renovação Carismática Católica na condição Pós-Moderna e na Hipermodernidade**. As características dos seus sujeitos ante as novas tendências dos tempos atuais. São Paulo, 2013. 109p. Tese. Departamento de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SCOLA, A. Introduzione e commento a Deus caritas est. In: BENEDETTO XVI. **Deus Caritas Est**. Siena: Cantagalli, 2006, 168p.

_____. La realtà dei movimenti nella Chiesa universale e nella Chiesa locale. In: PONTIFICIO CONSIGLIO PER I LAICI. **I movimenti nella Chiesa**. Atti del Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali. Roma, 27-29 maggio 1998. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1999, p.105-128.

_____. Movimenti ecclesiali e nuove comunità nella missione della Chiesa. Priorità e prospettive. In: PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS. **La bellezza di essere cristiani**. I movimenti nella Chiesa. Atti del II Congresso mondiale dei movimenti ecclesiali e delle nuove comunità. Roma: Editrice Vaticana, 2007, p.57-80.

TILLARD, J.M.R. Comunhão, p.397-406. In: LACOSTE, J.Y. **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

WOLFF, E. A teologia do laicato no Vaticano II: revisitação a partir do pontificado o Papa Francisco. In: **Atualidade Teológica**, v. 22, n. 59, mai./ago. 2018, p.287-310.

ZAGO, M. Una nuova primavera missionaria. In: FISICHELLA, R. (org.). **II Concilio Vaticano II: recezione e attualità alla luce del giubileo**. Roma: San Paolo, 2000, p.283-293.

ZANETTI, E. I Laici. In: GRUPO ITALIANO DOCENTI DI DIRITTO CANONICO (org.). **Fedeli, Associazioni, Movimenti**. Milano: Glossa, 2001, p. 33-63.

_____. **La nozione di “laico” nel dibattito preconciliare**. Alle radici di una svolta significativa e problematica. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1998, 404p.